



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE DOUTORADO

NARA SUZANA STAINR PIRES

**CIDADANIA PLANETÁRIA: ABORDAGEM COMPLEXA
DIANTE DA CRISE AMBIENTAL E OS POSICIONAMENTOS
NOVO-PARADIGMÁTICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE**

FLORIANÓPOLIS
2016



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE DOUTORADO

NARA SUZANA STAINR PIRES

**CIDADANIA PLANETÁRIA: ABORDAGEM COMPLEXA
DIANTE DA CRISE AMBIENTAL E OS POSICIONAMENTOS
NOVO-PARADIGMÁTICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, Programa de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Direito na área de Direito Estado e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Silva Portanova

FLORIANÓPOLIS
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

PIRES, NARA SUZANA STAINR

CIDADANIA PLANETÁRIA : ABORDAGEM COMPLEXA DIANTE DA
CRISE AMBIENTAL E OS POSICIONAMENTOS NOVO-PARADIGMÁTICOS
DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE /
NARA SUZANA STAINR PIRES ; orientador, Rogério Silva
Portanova - Florianópolis, SC, 2016.
324 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós
Graduação em Direito.

Inclui referências

1. Direito. 2. Atuação jurisdicional. 3. Cidadania
Planetária. 4. Crise ambiental. 5. Direito Ambiental. I.
Portanova, Rogério Silva. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III.
Titulo.

NARA SUZANA STAINR PIRES

**CIDADANIA PLANETÁRIA: ABORDAGEM COMPLEXA
DIANTE DA CRISE AMBIENTAL E OS POSICIONAMENTOS
NOVO-PARADIGMÁTICOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA NA CONTEMPORANEIDADE**

Tese apresentada ao Curso de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Direito, Programa de Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Doutor em Direito na área de Direito Estado e Sociedade.

Florianópolis, 08 de agosto de 2016.

Prof. Dr. Arno Dal Ri Junior,
Coordenador do PPGD (UFSC)

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Rogério S. Portanova
Orientador (UFSC)

Prof. Dr. Luiz Henrique Cademartori
(UFSC)

Prof. Dra. Josiane Petry Veronese
(UFSC)

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
(UFSC)

Prof. Dr. Paulo Ernandorema

Prof. Dr. Ricardo Stanziola Vieira
(UNIVALI)

AGRADECIMENTOS

Realizar uma tese é mais que difícil, não são somente horas de estudos, leituras, escritas ou ideias compiladas, demanda muito, além disso, solidão, superação física e emocional, que sem o auxílio de pessoas e instituições não seria possível, e nesta etapa desejo apregoar um sentimento que em minha concepção é nobre: gratidão.

Sim, primeiramente a Deus e a minha família, dada a importância que tiveram nessa concretização, porque sem eles nada seria iniciado. Ao meu esposo Flávio, meu eixo propulsor para tudo, meu refúgio e base, meu maior incentivador. Minha filha amada Flávia, que cresceu acompanhando minha trajetória acadêmica, dedico a ela este engenhoso caminho, pois suprimi minha presença em quantidade, porém procurando preservar a qualidade. Minha mãe querida, no seu silêncio, um abraço que expressava todo apoio e admiração pela determinação em meu objetivo.

Ao Professor Rogério S.Portanova, meu orientador, pela contribuição e apoio. Aos demais professores do Curso de Pós-graduação em Direito, especialmente aqueles com quem tive o prazer de realizar disciplinas que contribuíram irrefutavelmente para meu conhecimento e crescimento pessoal. Em especial, aos que foram meus avaliadores nesta trajetória. Entre eles, Prof. Josiane, Morato, Pilati, Wolkmer, Carolina e Luiz Henrique. Como esquecê-los, serão eternizados em meus pensamentos.

Às instituições que acolheram a proposta como o Centro Universitário Franciscano, na pessoa da Irmã Irani Rupolo, em especial a coordenadora Carla Souza e a Universidade Luterana de Santa Maria, na pessoa do coordenador Mauro Cervi, pessoas amigas, companheiras, solidárias e acima de tudo inspiradores, pelo exemplo de espírito fraterno e evoluído.

Às colegas Rosane Leal da Silva, que me orientou na escolha da instituição, no orientador e no início de projeto, sábia como de costume, solidária e fraterna; à Daniela Richter, com quem aprendi a paciência e a observação, com seu jeito delicado; e à Andressa Cavalheiro que foi a primeira a fazer com que eu acreditasse que era possível. Obrigada as três, pois as tenho como amigas.

Ao colega e companheiro de debates Diego Zanella, e ao amigo José Dinarte Buzzatte, pois sem suas obras não seria possível realizar a prova de seleção.

Gisela Emmanuelli, a amiga encantadora que recebeu divinamente a minha pessoa em sua residência para realização das duas provas de seleção.

Aos demais familiares que me acompanharam e foram sempre estimuladores, meu abraço.

Aqueles, que considero os maiores incentivadores para meu desenvolvimento como acadêmica e como pessoa: meus alunos.

Aos amigos, em especial a Mara e o Estevan Piccinin, que tanto presente quanto como espiritualmente, destaco sempre, incentivaram-me e acreditaram nesse objetivo.

À Cida e ao Fabiano, que com apoio e o pronto retorno nas necessidades, foram meus guias nessa trajetória, muito obrigada.

Aos colegas do PPGD, que na troca de experiências engrandeceram minhas concepções tanto acadêmicas como pessoais, se os citar posso esquecer alguém, porém uma turma especial do Direito e Fraternidade representada na pessoa de Geralda Magella Rossetto, além da Thaís Dalla Corte pelo apoio em horas extremamente necessárias.

Aos colegas das instituições onde trabalho, que de alguma forma direcionaram uma palavra de apoio.

Ao Eloane da Revista eletrônica do STJ, que me encaminhou aos tomos para realização de minha pesquisa.

RESUMO

A presente tese versa sobre a Cidadania Planetária a partir de uma abordagem complexa diante da crise ambiental e os posicionamentos novo-paradigmáticos do Superior Tribunal de Justiça - STJ na contemporaneidade. A temática justifica-se devido à necessidade de pesquisar elementos e implicações decorrentes das relações estabelecidas pela sociedade contemporânea e suas transformações que afetam o meio ambiente, bem como o papel que a atuação jurisdicional brasileira encarregada da proteção do meio ambiente desempenha, tanto na aplicação de políticas públicas, quanto na prevenção de riscos e repressão de abusos praticados, realizando a proteção, preconizada no sistema normativo brasileiro, de forma a contribuir com os direitos das gerações presentes e futuras. Assim, questiona-se: Diante da crise ambiental, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre as questões atinentes ao tema revela a compreensão de uma cidadania diferenciada pela fraternidade e os princípios que regem o Direito Ambiental de forma globalizada? Tem-se como o objetivo geral uma profunda reflexão sobre o papel da atuação jurisdicional na consecução da proteção do meio ambiente, especialmente considerando que a globalidade e a fluidez dos riscos produzidos indicam a insuficiência das respostas tradicionalmente produzidas, considerando os limites da legislação brasileira para dar conta de problemas que fogem às tradicionais formas de controles sociais traçados na contemporaneidade. Além de especificamente apresentar a doutrina e seus aspectos teóricos da proteção do Direito Ambiental prevista no sistema normativo brasileiro e sua adequação para responder às demandas e aos riscos sociais produzidos na sociedade do risco, como refletir sobre a atuação da sociedade civil diante do crescente uso indiscriminado dos recursos naturais, além disso, examinar a atuação do Estado ante as relações sociais estabelecidas, apontando, assim, limites e possibilidades de tutelas diferenciadas, passíveis de tornarem-se construções mais eficientes para prevenir o risco a partir da ação consertada do Direito Planetário. Para tanto, utiliza-se o método de abordagem sistêmico, o método de procedimento histórico e monográfico.

Palavras chaves: Atuação jurisdicional; Cidadania Planetária; Crise ambiental; Direito Ambiental; Princípios; STJ

ABSTRACT

This thesis deals with the Planetary Citizenship from a complex approach in the face of environmental crisis and the new-paradigmatic positions of the Superior Court of Justice - STJ nowadays. The theme is justified by the need to search for features and implications of the relations established by contemporary society and its transformations that affect the environment, and the role that the Brazilian judicial performance in charge of environmental protection plays, both in the application of public policies, and in risk prevention and prosecution of abuses practiced by performing the protection advocated in the Brazilian legal system, in order to contribute to the rights of present and future generations. So, the question is: Given the environmental crisis, the position of the Superior Court of Justice - Supreme Court on matters pertaining to the subject reveals the understanding of a differentiated citizenship for fraternity and the principles governing the Environmental Law globalized form? it has as main objective a thorough reflection on the role of the judicial role in achieving environmental protection, especially considering that the whole and the fluidity of the risks produced indicate the failure of traditionally produced responses, considering the limits of Brazilian legislation to account for problems that are beyond the traditional forms of social controls outlined in contemporary times. In addition to specifically present the doctrine and its theoretical aspects of environmental law protection provided for in the Brazilian legal system and its suitability to meet the demands and social risks produced in the risk society as reflect on the role of civil society in the face of increasing indiscriminate use of natural resources, in addition, examine the state action against the established social relations, pointing thus limits and possibilities of differentiated guardianships, likely to become more efficient buildings to prevent the risk from fixed Law Planetarium action. Therefore, if used systemic approach method, the method of historical and monographic procedure.

Key words: judicial practice; Planetary Citizenship; Environmental Law; environmental crisis; Principles; STJ

SOMMARIO

Questa tesi si occupa della cittadinanza planetaria da un approccio complesso di fronte alla crisi ambientale e le posizioni di nuova paradigmatiche della Corte Superiore di Giustizia - STJ giorno d'oggi. Il tema è giustificata dalla necessità di cercare le caratteristiche e le implicazioni delle relazioni stabilite dalla società contemporanea e le sue trasformazioni che interessano l'ambiente, e il ruolo che le prestazioni giudiziaria brasiliana responsabile dei giochi di protezione ambientale, sia per l'applicazione di politiche pubbliche, e nella prevenzione dei rischi e il perseguimento di abusi praticati eseguendo la protezione auspicato nel sistema giuridico brasiliano, al fine di contribuire ai diritti delle generazioni presenti e future. Quindi, la domanda è: data la crisi ambientale, la posizione della Corte Superiore di Giustizia - Corte Suprema sulle tematiche relative al soggetto rivela la comprensione di una cittadinanza differenziata di fraternità e dei principi che disciplinano la forma globalizzata diritto ambientale? ha come obiettivo principale un'approfondita riflessione sul ruolo del funzioni giurisdizionali al raggiungimento della protezione ambientale, soprattutto considerando che il tutto e la fluidità dei rischi che indicano il fallimento di risposte prodotte tradizionalmente, considerando i limiti della legislazione brasiliana per tenere conto di problemi che sono al di là delle tradizionali forme di controllo sociale delineati in epoca contemporanea. Oltre a presentare in particolare la dottrina e gli aspetti teorici della tutela del diritto ambientale previsto dal sistema giuridico brasiliano e la sua idoneità a soddisfare le richieste ed i rischi sociali prodotti nella società del rischio, come riflettere sul ruolo della società civile di fronte alla crescente uso indiscriminato delle risorse naturali, inoltre, esaminare l'azione dello stato contro i rapporti sociali stabiliti, indicando in tal modo i limiti e le possibilità di tutele differenziate, che possono diventare gli edifici più efficienti per evitare il rischio di azione legge Planetario fisso. Pertanto, se usato metodo sistemico, il metodo di procedimento storico e monografico.

Parole chiave: la pratica giudiziaria; Cittadinanza planetaria; crisi ambientale; Diritto ambientale; principi; STJ

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Água
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CF	Constituição Federal
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA	Estudo Prévio de Impacto Ambiental
FNMA	Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GERCO	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ISSO	Organização Internacional para Padronização
LACP	Lei da Ação Civil Pública
MMA	Ministério do Meio Ambiente
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RUEF	Red Universitaria para el Estudio de La Fraternidad
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas PIB - Produto Interno Bruto
FMI	Fundo Monetário Internacional
PIEA	Programa Internacional de Educação Ambiental
PNEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Programa Nacional do Meio Ambiente
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRONABIO	Programa Nacional de Biodiversidade
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade
RIO + 20	Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente
RJ	Rio de Janeiro
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
PED	Projetos de Execução Descentralizada

REVIZEE Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos
Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. CIDADANIA PLANETÁRIA	31
1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA.....	36
1.2 DIMENSÃO DE UMA CIDADANIA COLETIVA ALÉM-FRONTEIRAS.....	41
1.3 FRATERNIDADE E BIODEMOCRACIA: VARIÁVEIS QUE AMPARAM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA	49
1.3.1 Fraternidade como categoria jurídica no ordenamento brasileiro contemporâneo	53
1.3.1.1 Fraternidade e a questão ecológica	58
1.3.2 Biodemocracia.....	61
1.4 CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA	66
1.4.1 Argumentos sobre a concepção da complexidade e o meio ambiente	71
1.4.2 Cidadania planetária – entre as dificuldades e a emergência de proteção global do meio ambiente	77
2. SOCIEDADE CIVIL: POSICIONAMENTO NA QUESTÃO AMBIENTAL	97
2.1 SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA FRENTE À SUA COMPLEXIDADE.....	97
2.2 OS DESAFIOS AMBIENTAIS POSTOS À SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E POSSÍVEIS RESPOSTAS.....	103
2.3 SOCIEDADE SUSTENTÁVEL.....	108
3. O PAPEL DO ESTADO EM QUESTÃO	117
3.1 OS MODELOS DE ESTADO GERENTE E ESTADO NAÇÃO.....	117
3.2 O ESTADO EM QUESTÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE FRANÇOIS CHÂTELET	131
3.3 A QUESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO, ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIDADE NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE.....	149
4. NORMAS DE PROTEÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL: A MATRIZ DISCIPLINAR ADOTADA E A COMPLEXIDADE DO DIREITO	157
4.1 PANORAMA INICIAL SOBRE MEIO AMBIENTE	157

4.2 DIREITOS HUMANOS: MECANISMOS DE ESTÍMULO E INCENTIVOS ÀS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO AO MEIO AMBIENTE ECOLÓGICAMENTE EQUILIBRADO.....	182
4.3 PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO AMBIENTAL	194
4.3.1 Preliminares sobre princípios e regras.....	196
4.3.2 Princípios estruturantes do direito ambiental	205
4.4 PROTEÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL: UMA RELAÇÃO COMPLEXA	206
4.4.1 Relação jurídica ambiental brasileira	211
4.4.2 Complexidade na pesquisa das normas ao direito ambiental.....	213
4.4.3 Justiça ambiental: emergência diante da complexidade	223
5. NOVOS POSICIONAMENTOS JURISDICIONAIS BRASILEIROS NO STJ QUANTO AO DIREITO AMBIENTAL: UM COTEJO ENTRE A REALIDADE E AS ATUAÇÕES JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS	227
5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DESAFIOS JURISDICIONAIS DIANTE DO PARADIGMA DESIGNADO PELO PODER ESTATAL	227
5.1.1 Papel jurisdicional do modelo estado gerente ao estado social; a transição ao bem estar social	232
5.1.2 Estado democrático de direito e atuação jurisdicional diferenciada	238
5.2 POSICIONAMENTOS DO STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RELACIONADOS À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE COM BASE NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS	242
5.2.1 Análise das decisões relativas à proteção ao meio ambiente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ.....	243
5.3 A FUNÇÃO JURISDICIONAL E SUA APLICABILIDADE NA EFETIVIDADE DA CIDADANIA.....	279
CONCLUSÃO.....	283
REFERÊNCIAS.....	297
GLOSSÁRIO.....	321

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada pela influência da globalização e da era tecnológica que atingem diretamente a sociedade, que, vista de forma complexa, é caracterizada pela aceleração e pela instabilidade. Isto tudo introduziu modos de vida diferentes até então, baseados na construção dos modos de produção capitalista, que resultaram em uma sociedade do lucro e do consumo desenfreados, de modo a afetar todo ambiente natural.

Nesse sentido, as transformações ocorreram em modificáveis aspectos: o Estado visto tradicionalmente como ator de maior força no cenário interno e internacional, com poder de determinar a ordem jurídica e controlar o funcionamento da sociedade dentro de seus limites territoriais, tem seu poder relativizado e o Direito, importante instrumento de exercício do poder, não é mais capaz de oferecer respostas a todos os problemas que se apresentam.

A racionalidade econômica conteve o social, o cultural, o político e a natureza esquecendo-se que o seu alcance faz parte das atividades humanas e, por conseguinte, estão incluídas nas dinâmicas da biosfera. O desenvolvimento sustentável das políticas públicas e do meio ambiente não pode unicamente estar sedimentado nos critérios de ganhos de produtividade, mas na sua capacidade de satisfazer as necessidades do homem ao menor custo ecológico e humano. O desenvolvimento planejado deve considerar uma racionalidade econômica sustentável e para tal deve, dentre outros fatores essenciais, integrar o saber ecológico e a preocupação ética.

Os direitos na sociedade dos séculos XX e XXI evoluíram, não sendo mais considerado simplesmente como ente genético, mas é tomado na especificidade ou na concreticidade de suas distintas posturas de ser em sociedade, no seu status de indivíduo. Juntamente com esta evolução, nasceram as exigências constituídas de lutas sociais que pleiteavam direitos sociais também chamados de direitos de segunda dimensão. Atualmente, aportaram os direitos de terceira dimensão que formam uma categoria heterogênea de participantes. Essa terceira dimensão de direitos é constituída, principalmente, pelos movimentos ecológicos que dão visibilidade aos seus pleitos manifestando o clamor de viver num ambiente saudável com menos poluição, levantando bandeiras em defesa dos animais, dos ambientes hídricos, da agroecologia, das cidades sustentáveis, da conservação do patrimônio genético, da biodemocracia que será abordada ainda neste estudo, entre outros.

É sobre essa perspectiva que se estabelece a presente tese cujo tema fundamental é a cidadania planetária a partir de uma abordagem complexa diante da crise ambiental e os posicionamentos novo-paradigmáticos do Superior Tribunal de Justiça - STJ na contemporaneidade. Ante da relevância e atualidade, se busca responder o seguinte: Diante da crise ambiental, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre as questões atinentes ao tema revela a compreensão de uma cidadania diferenciada pela fraternidade e os princípios que regem o Direito Ambiental de forma globalizada?

Tem-se como hipótese principal de que a partir da análise dos julgados do STJ, podem-se compreender posicionamentos sistêmicos pautados em paradigmas como a fraternidade (solidariedade), que resgatam valores por meio da principiologia, almejando o bem estar social. Dessa maneira alavanca a cidadania de maneira global e transfronteiriça, a qual se pode afirmar que é planetária, indicando o caminho para proteção dos problemas e desafios contemporâneos, embora não desenvolvida ou definida explicitamente, entretanto como resposta parcial diante da crise planetária, delineadas as primeiras bases para um futuro aprofundamento.

Para que se compreenda a discussão a ser realizada ao longo desta tese, torna-se imperioso determinar alguns conceitos operacionais utilizados neste estudo. Dentre eles, destaca-se no trabalho a Cidadania Planetária, o Estado em questão, a Biodemocracia, a Complexidade, a Justiça ambiental como defesa pelo direito fraterno e o próprio Poder Judiciário.

Tendo em vista a deficiência da proteção ao meio ambiente, o trabalho trata, inevitavelmente, sobre a necessidade de construção de novos modelos de atuação, para além do marco regulatório estatal vigente, de forma a contemplar a variedade de atividades que se realizam contemporaneamente para efetivar a cidadania em nível planetário. Desse modo, a proteção ao meio ambiente com direito fundamental implica buscar uma nova construção do direito baseado nas decisões das novas atuações jurisdicionais brasileiras diferenciadas, um protagonismo que poderá se desenvolver se combinado com o desenvolvimento de outras formas de sobrevivência em harmonia com o ambiente complexo.

Ao mesmo tempo em que se ajustam os novos posicionamentos judiciais, descortinando-se formas de proteção ao meio ambiente voltados à cidadania, emergem riscos e potencializam-se frente às concepções que dominaram o século XX e ainda permeiam na atualidade no século XXI.

A insuficiência de políticas públicas voltadas a esta nova forma de cidadania, aliada à inoperância do Estado em promover espaços de discussão e reflexão, como as questões jurídicas de territorialidade têm colaborado para a vulnerabilidade da proteção do meio ambiente equilibrado e sustentável.

Como objetivo geral, esta realidade, ainda recente e cercada de desafios, impõe uma profunda reflexão sobre o papel da atuação jurisdicional diferenciada na consecução da proteção do meio ambiente, considerando, especialmente, que a globalidade e a fluidez dos riscos produzidos indicam a insuficiência das respostas tradicionalmente produzidas, apreciando/acatando os limites do sistema normativo brasileiro para dar conta dos problemas que fogem das tradicionais formas de controles sociais traçados na contemporaneidade.

Como salienta a doutrina, a questão não se trata de abandonar o direito ambiental tradicionalmente posto e sua produção, mas de despertar o censo crítico de acordo com o próprio fluxo das mudanças da sociedade. Para tanto, emerge um novo marco teórico, o marco de um Direito Planetário, onde os indivíduos são realmente cidadãos e os seus direitos fiquem à altura dos deveres para com as atuais e futuras gerações, incluindo todas as raças, classes e gêneros. A partir desta nova concepção de cidadania ora proposta, o direito ambiental terá que dialogar com as questões além-fronteiras e tornar-se, de fato mais do que Global, verdadeiramente Planetário.

É ante a este conjunto de ideias que se insere e justifica a necessidade de pesquisar os elementos e implicações decorrentes das relações estabelecidas pela sociedade contemporânea e suas transformações ao meio ambiente, bem como o papel que a atuação jurisdicional brasileira encarregada da proteção do meio ambiente desempenha (ou deveriam desempenhar), tanto na aplicação de políticas públicas, quanto na prevenção de riscos e repressão de abusos praticados, realizando a proteção, preconizada no sistema normativo brasileiro.

A presente pesquisa, ambientada na sociedade contemporânea e no estado jurisdicional vigente voltado ao meio ambiente, permite que se estabeleça uma produtiva discussão interdisciplinar entre o Direito e a Sociologia, o que justifica a escolha de um marco teórico para orientar o estudo de cada uma destas vertentes.

Desse modo, como marco teórico sobre a sociedade e seus propósitos sociais, foram escolhidos os estudos produzidos pelo sociólogo François Châtelet em sua obra “As concepções políticas do século XX”, contextualizando ao momento contemporâneo, como eixo

duro dessa parte do trabalho, assim como algumas considerações de Boaventura de Sousa Santos e Antony Giddens, Edgar Morin, de maneira mais intensa sobre a epistemologia da complexidade, e seguindo na esteira sociológica Vandana Shiva, Antonio Baggio, e Frijot Crapa para defesa da Biodemocracia, Fraternidade e Sistemas, todos no contexto atual.

Fazendo uma reflexão sobre o conjunto de concepções políticas que dominaram o século XX, François Châtelet (1983), com seu posicionamento pedagógico característico, fornece subsídios na área sociológica das lutas políticas à ação política do nosso tempo para explicar a atuação do Estado. Já os aportes da alta modernidade são exibidos por Anthony Giddens (2002), o que permite estabelecer o pano de fundo sobre o qual se ajustará a discussão ora proposta, especialmente no que tange à sociedade atual, onde expõe que, no período atual, ocorre a radicalização dos efeitos da modernidade, que se manifesta a partir da reconfiguração das instituições, do ritmo das mudanças, que passa a ser mais acelerado como pelo escopo das mudanças, cujos efeitos atingem rapidamente um número incontável de pessoas, espalhadas no globo terrestre.

Na linha central da tese a Teoria da complexidade defendida por Edgar Morin, como base a construir a percepção à Cidadania Planetária, a partir da desconstrução de um Estado-nação estabelecida por Immanuel Kant. Complementados pela abordagem jurídica sobre a proteção ao meio ambiente de vertente nacional e que encontra como principais expoentes as obras de Rogério Portanova e José Rubens Morato Leite com temas que têm inquietado ao estudo de questões relativas a este, indo além para mencionar as transformações que afetam tanto o mundo da produção e do trabalho, do mesmo modo que o mundo social, da educação e da formação.

O aporte jurídico, por sua vez, terá como apoio a legislação nacional e internacional dos Direitos Humanos pertinente ao meio ambiente, mais especificamente tutelas diferenciadas do Superior Tribunal de Justiça - STJ que tenham como fundamento evitar o dano ao meio ambiente.

Com base nesta doutrina, inverte-se radicalmente a forma como o meio ambiente e a sociedade eram tradicionalmente tratados, alçando-os à condição de nível transfronteiriço, objetivando a cidadania.

Dentro desta nova concepção, inaugurada no Brasil pela Carta Constitucional de 1988 e aportada na legislação específica, todos os atores envolvidos têm o dever de proteção, cuidado e elevação de melhores condições de vida e de desenvolvimento sustentável no que

tange ao meio ambiente, com responsabilidades compartilhadas para chegar-se à ideia inovadora de cidadania planetária.

Nesse viés, faz-se necessário que o Direito transcenda do mundo dos códigos, da ideia de cidadania prevista, o sistema jurídico nacional e ingresse na esfera mundial, no Direito das Constituições, superando o paradigma geométrico e da simplicidade, em apreço às contingências complexas da vida em sociedade.

Assim, o ajuste destes aportes comportará que se compreendam os posicionamentos judiciais diferenciados, revelando e oferecendo explicações para alguns riscos que podem se apresentar, bem como oferecerá condições para, a partir disso, discutir o papel desempenhado pela sociedade e pelo Estado na proteção do meio ambiente.

A seleção desta teoria de base permitirá, igualmente, uma abordagem transversal, iniciando-se pela doutrina de cunho sociológico, avançando-se, a partir disso, para a investigação filosófica e propedêutica às respostas oferecidas pelos posicionamentos de uma atuação jurisdicional diferenciada, a quem o sistema normativo brasileiro impõe o dever de alcançar a cidadania coletiva no âmbito local, global, envolvida na construção de uma sociedade civil e esfera pública transnacionais, numa interface constante entre a Sociologia e o Direito.

Ponto unânime na proteção ao meio ambiente como direito fundamental encontra-se a interdisciplinaridade da matéria, porém quando outros conceitos aparecem principalmente no que tange à soberania, territorialidade e campo econômico, outras análises são necessárias.

Nesses pontos, as convergências mostram-se complexas e peculiares, como o que se apresenta na relação econômica e preservação do meio ambiente, de acordo com a interpretação das normas e ao modelo econômico adotado pelo território brasileiro a partir de 1988 e das normas de direito ambiental constantes na Constituição Federal. Ainda no que tange aos Direitos Humanos, em relação à sua característica marcante, a universalização, posicionamentos mostrar-se-ão antagônicos.

Ponto polêmico refere-se à soberania e territorialidade frente às normas internacionais, para alavancar o conceito de cidadania planetária, além-fronteiras. Outra questão a ser levantada é das posições judiciais brasileiras dogmáticas versus aos novos posicionamentos em prol de uma efetividade da cidadania, no caso do Superior Tribunal de Justiça - STJ, que servem para consecução do trabalho. Vale mencionar que a globalização, como todos os processos de integração, leva à

transformação na percepção de sentido de cidadania e dos direitos humanos ou fundamentais.

Destaca-se que, a partir desse conjunto de normas, doutrinas e convergências, o trabalho desenvolver-se-á no intuito de contribuir científica e juridicamente no cenário voltado ao direito interno e internacional planetário, vocacionando os direitos humanos ou fundamentais.

O trabalho encontra-se perfeitamente inserido e adequado à linha de Pesquisa Direito, Meio Ambiente e Ecologia Política, do Programa de Doutorado em Direito, da Universidade Federal de Santa Catarina, sendo tema de pesquisa para orientação o Direito e a Cidadania Planetária, indicando reflexão profunda e inovadora, além de despertar o espírito crítico sobre as novas atuações jurisdicionais diferenciadas voltadas à proteção do meio ambiente, ampliando as ideias de cidadania e justiça ambiental. A abordagem transversal pretendida, na qual o Direito dialogará com outros saberes multidisciplinar, especialmente a Sociologia e Filosofia, permitirão que o tema seja tomado em toda a sua complexidade, à luz da sociedade contemporânea, o que também se mostra inovador, posto que praticamente inexistam registros de estudos com esta linha de abordagem.

Assim, tanto o tema, ainda pouco explorado, quanto à abordagem pretendida legitimam o acerto de sua proposição e justificam a realização da presente pesquisa.

Para o desenvolvimento desta pesquisa será utilizado o método de abordagem sistêmico, pois se inicia de um modelo simbólico da estrutura de um fenômeno, que descreve e quantifica as relações entre os objetos do modelo com base na realidade. Tais estruturas pressupõem relações, conexões entre as partes desse fenômeno. Cabe, também, analisar as relações do sistema com seu ambiente externo e com outros sistemas. Esse ponto de vista foi interpretado como um verdadeiro momento de revolução paradigmática, uma vez que depõe o clássico referencial do Todo e da Parte e o substitui pela perspectiva da diferença entre sistema e entorno. A escolha se mostra a mais adequada para o enfrentamento de temas que convergem para algo que não existe, porém vai resgatar o cidadão que atualmente é súdito do capitalismo. Finalisticamente se busca um mundo melhor, onde novas teorias permitam um passo adiante em relação à proteção ao meio ambiente, visto que o tema sobre cidadania ecológica, fraternidade, estado em questão ou justiça ambiental, comporta um fluxo crescente de informação. A aplicação deste método permite trabalhar a justiça ambiental em defesa do meio ambiente, com viés ético e fraterno. Esta

pesquisa basear-se-á doutrinariamente em cunho bibliográfico, de caráter histórico, sociológico, filosófico e jurídico.

Portanto, este método, longe de tomar um único ponto de vista, fixado num espaço ou tempo determinado, adota como fundamento as oposições construídas no devir histórico, o que contribui para que se entenda que os fenômenos sociais como a globalização, ou tais como os recentes posicionamentos diferenciados pela jurisdição nacional, que se encontram condicionados pela historicidade.

Deste modo, para a execução do estudo será utilizado o método de procedimento histórico onde as atuais formas de vida social inclui origem no passado, além de assentar o fenômeno no contexto histórico-social e o método monográfico que para qualquer caso estudado em profundidade pode explicar outros ou todos os semelhantes, os quais oferecem condições de delimitar o universo da pesquisa à atuação e interação por parte dos julgadores, discutindo desde as causas da proliferação desse meio, os prováveis riscos que se apresentam, de forma a verificar se o sistema de proteção ao meio ambiente oferece respostas suficientes à realidade que se descortina a partir dos novos posicionamentos jurisdicionais.

É favorável ainda explicar a escolha metodológica como o exame dos julgados, que teve o desígnio de evidenciar a proteção ao meio ambiente através dos princípios, qualitativamente selecionados sete grandes casos, englobando uma série de decisões. Para acesso aos julgados, foi usado o sítio virtual de pesquisa jurisprudencial disponível no endereço eletrônico do STJ, mais especificamente a Revista Eletrônica do STJ – Superior Tribunal de Justiça, no. 237,238 e 239, por elencarem as principais decisões ambientais da Primeira Seção. A seleção dos casos deu-se em razão da importância que as temáticas proporcionam para o conjunto ecológico brasileiro, atinente a visão sistêmica do alcance à cidadania. Não se trata de um estudo de caso relativo a tais questões, mas paradigmáticos, sendo assim denominados neste estudo de novo paradigmático¹.

¹ A denominação utilizada leva em conta julgados que podem parecer não serem tão recentes dado sua cronologia já especificada na metodologia empregada, mas são marcos para sua época ao basear-se em fundamentos e argumentos que alavancam os estudos da Ciência Justiça Ambiental, com seus desdobramentos principiológicos frente à transdisciplinaridade, que se interessa pela dinâmica gerada pela ação dos vários níveis de realidade ao mesmo tempo, o que a faz estar relacionada com a ciência pós-moderna e a ideia de diálogos dos saberes, dentro do qual está o Direito Ambiental. Emprega a lógica do terceiro incluído.

Portanto, não incluirá um critério estatístico de amostragem, mas uma escolha subjetiva porquanto independe de estatísticas, e objetiva já que premiará a temática da Cidadania e Meio Ambiente. Porém, se pode dizer que a análise das decisões foi realizada de forma qualitativa quando se analisa com maior evidência algumas decisões consideradas de maior importância, seja pelos argumentos utilizados, seja por seu pioneirismo no trato da questão, que consagram uma nova fundamentação ou que transformam um posicionamento já solidificado ou ainda que apresentam argumentos construídos com base em uma interpretação bem fundamentada. A fim de demonstrar a evolução (ou não) de posicionamentos, as decisões foram analisadas cronologicamente entre 2000 a 2012, de acordo com os princípios elencados no trabalho, e o perfil dos julgadores que se mostram inovadores diante do ordenamento jurídico brasileiro, motivados por vários fatores determinantes como a nova posição a partir de uma dimensão local, o que impulsiona a pesquisa.

Assim, a partir da eleição desses casos em uma dada situação será feito o cotejo entre as contradições e ambivalências produzidas no sistema judicial em face da proteção ao meio ambiente, relacionando a doutrina principiológica, na busca de respostas provisórias que enfrentem o problema apresentado, conciliando regulação estatal e cidadania planetária.

Para a elaboração da tese serão utilizadas técnicas de pesquisa em fontes documentais (principalmente Constituição Federal), jurisprudenciais e pesquisa bibliográfica como fontes primárias. De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p. 185), este tipo de pesquisa também pode ser utilizado em fontes secundárias, que abrange a consulta a todo material já produzido sobre o tema, incluindo publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, até meios de comunicação orais, tais como palestras e gravações. Com base no material obtido, será possível a compreensão do estado da questão, o que permitirá a identificação dos aspectos positivos, negativos e riscos decorrentes dos novos posicionamentos judiciais face ao meio ambiente cujo cotejo mostra-se essencial para o enfrentamento do tema.

A partir da metodologia apresentada, a presente tese se estrutura em cinco capítulos, assim distribuídos: No primeiro capítulo os chamados abarcaram especificamente sobre a tese central do trabalho, a Cidadania Planetária. Para tal realizou-se a evolução histórica da Cidadania e suas dimensões, para tratar da cidadania além-fronteiras. Ocupando-se de variáveis como a fraternidade, tema que abre debate,

contudo redefinido no século XX a partir da ideia da solidariedade, há um resgate das ideias e da teoria da complexidade de Edgar Morin como eixo de compreensão e defesa da tese, onde globalização começa ganhar destaque no desenvolvimento do estudo, ao ser inserida como uma das grandes dificuldades na emergência de uma cidadania planetária na contemporaneidade do século XXI.

Assim, encaminha-se ao segundo capítulo que debate a posição da sociedade quanto à proteção ao meio ambiente e suas responsabilidades, tendo como fio condutor a complexidade, o que confere incursões quanto ao sentido de sociedade a partir de uma visão sociológica. Perante das exposições realizadas se percebe que na sociedade que se propõe o direito, a economia, a política, a sociologia e a filosofia cursam em linhas paralelas, objetivando ordenar uma nova ordem comunitária. E que para efetivar a sociedade sustentável, far-se-á necessário uma união da política e da economia com os direitos do homem, sem que o pluralismo comprometa o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Desse universo, se pode observar que os desafios da sociedade contemporânea são muitos, em especial a proteção ao meio ambiente, de forma a criar meios de convivência planetária, redefinir relações com a natureza, revalorizar a consciência e elevar a planetariedade como categoria social e jurídica para participação democrática no cenário mundial. Todavia todo esse empenho criativo de diálogo é salutar para dar conta da complexidade contemporânea flexível, progressiva, interdependente, solidária e complexa.

Adentra-se, então, no terceiro capítulo para tratar o papel do Estado, de forma a cotejar a responsabilidade elencada pelo Estado-Gerente, e o ideal do bem estar social, diante das políticas públicas e a realidade brasileira. Nota-se que os anseios não foram e não são plenamente atendidos e nem efetivos, especialmente no que toca a proteção ao meio ambiente diante dos desafios da contemporaneidade.

Em verdade, a partir dos modelos de Estado, em especial o Estado em questão apresentado por François Chatelet, houve uma preocupação do legislador brasileiro ao trato das questões ambientais, onde a Constituição brasileira proporcionou um avanço significativo quanto ao antropocentrismo alargado, quando comprovou uma inquietação no sentido de tutelar o equilíbrio ecológico e a sua capacidade funcional, como proteção exclusiva e autônoma, livre do amparo direto que advenha ao homem.

Das evidências sobre as alterações no Planeta cuja origem evidencia-se tanto físicas naturais como sobrevindas da própria ação

humana, por vezes potencialmente degradadoras, se acelera o desequilíbrio ecológico, o que se torna muito inquietante, pois estão em xeque todas as formas de vida, inclusive na biosfera. Paradoxalmente, o momento traduz o homem com desejos contínuos e ilimitados, buscando satisfazê-los e, para tanto, se usa dos bens oferecidos pela natureza que, por sua vez, são limitados e esgotáveis. A decorrência disso é a desprezível deterioração das condições ambientais. Nesse cenário, o que se evidencia é um novo modelo de Estado voltado para proteção ao meio ambiente. Esse será o ponto central do próximo capítulo consubstanciado ao direito ambiental, entre o modelo adotado na modernidade e a complexidade do direito.

Consequentemente, o quarto capítulo apresenta um panorama inicial sobre as legislações brasileiras e os Direitos Humanos como prática de preservação ambiental, além de oferecer a questão principiológica como forma de resolução na complexidade jurídica entre direito e meio ambiente. Nesse campo, a priori, a ciência jurídica ainda mantém-se na busca racional e ordenada da verdade, excluindo o que não se enquadre nela, dentro de um paradigma da simplicidade, o que estabelece a redução de procedimentos de forma a dominar, a controlar e a transformar a realidade. Como consequência desastrosa, o Planeta vivencia um estado violento, no qual as forças se enfrentam contrariamente do que se deveria fazer. Assim, o repensar exige um novo local desafiando a Justiça Ambiental que também é delineada neste contexto.

É na estrutura do quinto capítulo que se realiza a análise de uma seleção de julgados, diga-se, nada fácil em decorrência da riqueza dos acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, procurando sempre findar com os princípios estruturantes do Direito Ambiental. Essa construção desembocou no constatar de que o Estado na evolução histórica política e social mostra-se um campo vasto para construção da codificação fortalecida pelo positivismo jurídico, no qual a atividade jurisdicional aplica o direito segundo e unicamente os ditames implantados e delineados pelo Poder Legislativo.

A defesa do tema discutido apresenta possíveis respostas que incidem no empenho de compreensão para uma nova realidade complexa, determinada a partir da globalização e interação dos seres no Planeta. Discute-se uma possibilidade de enfrentamento do tema, em meio a alternativas que podem ser ecologicamente transfronteiriças. Não há aspiração de que as ideias sugeridas neste trabalho tenham aceitação unânime, posto que assuntos dessa complexidade constituam constante debate.

Mesmo assim, entende-se que a academia deve de modo provocativo propor debates e reflexão sobre temas desafiadores, e espera-se, ainda, que o empenho empreendido para produção desta tese contribua para fomentar o debate no âmbito social, jurídico e político, auxiliando no Controle Social e Sistemas de Justiça do Programa de Doutorado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

1. CIDADANIA PLANETÁRIA

A partir das necessidades expostas no século XX pesquisadores, cientistas, humanistas, políticos e líderes mundiais dialogam a propósito de faces de uma crise ambiental. Nesse cenário, aos poucos se vai notando claramente contradições econômicas, urbanização desenfreada, hegemonia dos valores materiais nas relações humanas, e principalmente a escassa defesa dos vulneráveis a qualquer custo. Todos estes fatores despontam articulados e pautados em uma natureza única e de abrangência planetária.

Denota-se na essência uma relação de causalidade entre a crise já constatada e a sociedade contemporânea. A priori, depara-se com uma variável de ritmo, de velocidade e de contradição, que alavancam paradoxalmente mudanças significativas nas relações sociais, políticas, econômicas e jurídicas. Assim, buscam-se as origens históricas dessa fase e seu modo de ver o homem e a Natureza.

É notório que a contemporaneidade está marcada pela influência da globalização e da era tecnológica, que atingem diretamente a sociedade, a qual vista de forma complexa, é caracterizada pela aceleração e pela instabilidade. Isto tudo introduziu modos de vida diferentes até então, baseados na construção dos modos de produção capitalista, que resultou em uma sociedade do lucro e do consumo desenfreados, afetando, assim, todo ambiente natural.

Nas palavras de Carlos André de Sousa Birnfield (1997, p.50) não é difícil à percepção de que o processo civilizatório apresenta uma profunda crise, e que esta não pode ser mais analisada de forma isolada.

Isto fixou paralelamente o surgimento de novos direitos, novos sujeitos de direito, novas posições e novas demandas que exigem novas formas de conhecimento para possíveis equações. Neste ínterim há percepção de um novo Estado diferente do atual em questão, onde se impõe novos desafios do Poder Judiciário e se indica um repensar crítico sobre os clássicos critérios adotados até a contemporaneidade e da Teoria de Direito, propondo novas formas de prestação jurisdicional que atenda de forma mais democrática e efetivamente comprometida com o bem-estar coletivo, em destaque o meio ambiente. Assunto este que será abordado de forma mais abrangente no decorrer do estudo.

Observa-se que frente à existência de um Estado que detém a tutela jurisdicional, ultrapassado, e que não mune segurança jurídica às questões ambientais, há a necessidade de novo critério de justiça para o meio ambiente complexo. Discute-se, assim, algo que juridicamente não existe, mas que pode ser construído teoricamente dentro da normativa

do direito positivo, especificamente pautado no direito ambiental, através da propedêutica, da epistemologia, algo grandioso que impacte os campos político, social, jurídico e cultural nas decisões ambientais, destacando-se de tal modo à cidadania planetária, defendida neste trabalho.

A mitigação do dilema existente entre direito positivo estrito *versus* justiça pode ser transposta com a conjugação e harmonização dos ideais de ética, biodemocracia e fraternidade, com vistas ao bem comum e de segurança jurídica, ao alcance de uma ferramenta que arrebate o Planeta para se alcançar o equilíbrio entre todos os seres vivos. Desde que considere a cidadania proposta, inicialmente parte-se das ideias norteadoras da teoria de Edgar Morin, conferindo, assim, que se vive uma era planetária:

Assim, uma fermentação múltipla, em diversos pontos do Globo, prepara, anuncia, produz os instrumentos e as ideias do que será a era planetária. E, no momento em que o império otomano, após ter conquistado Bizâncio e atingido as muralhas de Viena, ameaça o centro da Europa, eis que seu Extremo Ocidente se lança aos mares e vai inaugurar a era planetária. (1995, p.19)

A era planetária definida por Edgar Morin sobressai a partir das interações entre todos os seres vivos que ressalta, também, seu aporte ao entendimento tanto dos problemas ambientais hoje vivenciados pela humanidade, quanto da relação entre os grupos sociais e a natureza. Pode-se questionar a partir de suas ideias que a globalização da nação, ao final do Século XX, confere, então, ao planeta uma característica de civilização e cultura comuns; ao mesmo tempo, porém, o fragmenta ainda mais.

A era planetária começa pelas primeiras interações microbianas e humanas, depois pelas trocas vegetais e animais entre Velho e Novo Mundo. Os bacilos e vírus da Eurásia que disseminam rubéola, herpes, gripe, tuberculose se lançam sobre os ameríndios, enquanto da América o treponema da sífilis salta de sexo em sexo até Shangai. Os encontros do acaso, os encontros do desejo, as violações criam um pouco em toda parte gerações mestiças nas Américas, onde

negros africanos capturados em massa são despejados, primeiro para compensar a hecatombe dos índios vítimas das doenças europeias e da impiedosa exploração colonial, depois como mão-de-obra escrava nas grandes plantações. (1995, p.22)

A condição necessária para concretizar a humanidade e civilizar a terra é, prioritariamente, a tomada de consciência das raízes terrestres como finalidade e de nosso destino planetário, pois tudo está conectado. Diante deste fato, necessita-se do conhecimento e do reconhecimento de nossa identidade terrena, de nossa condição antropológica e da era planetária.

Viver o presente torna as expectativas quanto ao futuro frustrante, diante disso é necessário examinar o passado a partir dos princípios de reconhecimento ao direito à vida e do necessário reinvestimento na arque antropológica/biológica/terrestre, indispensáveis a todos os seres humanos segundo Edgar Morin:

O retorno às fontes do passado pode ser estabelecido no e através do respeito dos dois princípios já indicados anteriormente. O primeiro é o do reconhecimento ao direito à vida para todas as culturas, mas sem esquecer que elas não são entidades que atingiram seu ponto de perfeição: cada uma comporta suas insuficiências, suas cegueiras, suas carências específicas, e as qualidades delas, para o desabrochar das existências de seus respectivos membros, são muito desiguais. Convém não esquecer também que todas as culturas singulares adquiriram sua singularidade a partir de encontros, de assimilações de elementos estranhos, muitas vezes próprios a cultura de um conquistador ou de um conquistado; como as espécies vivas, todas as culturas se modificaram, conheceram mutações, e muitas se tornaram complexas ao integrarem o que inicialmente as perturbava ou ameaçava.

Seja como for, o retorno às fontes étnico, nacional, religioso torna-se retrógrado tão logo se fixa no passado, atrofiando a relação com o presente e o futuro.

O segundo princípio do retorno às fontes é o do necessário reinvestimento na arque

antropológica/biológica/terrestre, que, sendo comum a todos os humanos, de maneira nenhuma impede retornos às fontes singulares. O passado não é apenas o passado singular de uma etnia ou de uma nação, é o passado telúrico, hominizante, humano que deve ser apropriado e integrado em nós. (1995, p.114/115)

Pode-se supor que estes dois princípios de reconhecimento ao direito à vida para todas as culturas do retorno às fontes seriam suficientes para assegurar uma democracia de maneira consensual e cidadã, porém a civilização gera dificuldades que comprometem a efetividade de tal. Na visão de Edgar Morin:

Há, portanto, um problema chave, que consideraremos mais adiante: o dos formidáveis obstáculos que se opõem à civilização da civilização e comprometem a possibilidade mesma de uma política de civilização. Podia-se supor que os princípios que acabamos de indicar seriam suficientes para definir e assegurar a democracia. Foi preciso a experiência contemporânea do totalitarismo para pôr em evidência um traço fundamental, até então subestimado e até oculto: a ligação vital da democracia com a diversidade e a conflitualidade. A democracia supõe e alimenta a diversidade dos interesses e grupos sociais assim como a diversidade das ideias, o que significa que ela deve, não impor a ditadura da maioria, mas reconhecer o direito à existência e à expressão das minorias e dos que protestam, e permitir a expressão das ideias heréticas e*desviantes. Ela tem necessidade de consenso quanto ao respeito das instituições e regras democráticas, e ao mesmo tempo tem necessidade de conflitos de ideias e de opiniões que lhe dão sua vitalidade e sua produtividade. Mas a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem ocorrer na obediência à regra democrática, que regula os antagonismos ao substituir as batalhas físicas por batalhas de ideias, e determina, através de debates e eleições, seu vencedor provisório.

Assim, a democracia, que exige simultaneamente consenso e conflitualidade, é muito mais que o exercício da soberania do povo. (1995, p.117/118)

Nesse sentido, a partir das considerações teóricas, orientam-se seres humanos no sentido da proteção e valorização da vida, do meio ambiente saudável, movido pela ética, pela alteridade, aberta às diferenças, que faça surgir uma cidadania ecológica ou planetária como se prefere utilizar nesse trabalho.

Para essa policrise contemporânea Edgar Morin traz uma proposta de reformulação do pensamento para a compreensão da crise planetária que se instalou na Terra. Nessa perspectiva, descreve que as civilizações se encontram perdidas no planeta e se encontram vivendo um momento de necessidade de interdependência em todos os aspectos. Neste momento, portanto, é preciso que se solidifique o sentimento da fraternidade, que surge com a conscientização da importância dessas inter-relações entre a comunidade humana e o cosmo.

O autor descreve muito bem, ainda, da era planetária que se vive e a sua agonia, do cartão de identidade terrena, dos objetivos terrestres e de responsabilidade do ser humano na transformação da Terra Pátria na qual deve iniciar-se pela transformação do pensamento. Dessa forma, a partir do método complexo, fazendo uso dos princípios: dialógico, recursivo e hologramático em sua elaboração, no primeiro capítulo iniciam-se descrevendo a fase de antecedentes históricos da cidadania contemporânea e a sua transição de paradigma de conhecimento. São debatidos os movimentos filosóficos de ruptura com o pensamento moderno e o surgimento das teorias sistêmicas e de auto-organização, bem como as incompatibilidades da racionalidade moderna no trato da relação homem/natureza, especialmente no campo do Direito em uma dimensão além-fronteiras.

As concepções sobre a natureza, o homem, a ética e a cidadania são resgatadas, tendo por base as compreensões de complexidade por Edgar Morin. Como premissa, a ideia de que a mudança de paradigma altera a compreensão que o homem, em especial aos atores jurisdicionais, tem do mundo e de si mesmo, e que o paradigma ecológico ilustrado pelas teorias escolhidas, as quais serão delineadas ao longo do estudo que sustentam uma nova concepção de cidadão, a discussão volta-se, então, à hipótese de construção de um novo tipo de cidadania, tendo como viés a ética, a biodemocracia e a fraternidade.

Nesse viés, a nova concepção integra o homem aos compromissos coletivos, em relação ao meio ambiente que tem por

predominante a fraternidade, por compreender o homem como um ser biológico e cultural em constante interatividade e colaboração um com os outros. Do mesmo modo, a fraternidade exige o pensar coletivo e atribui a responsabilidade de todos para com as gerações futuras, assim como se pactua um contrato social entre a geração atual e as gerações vindouras.

Dentro dessa nova concepção, delimitam-se no ordenamento jurídico brasileiro posições,² que emergem dada as possibilidades quanto à construção de uma cidadania planetária como um novo caminho na medida de justiça-ética-ecológico, pautada no propósito de preservar e estimular a proteção ao meio ambiental. Ante essa ideia, se faz necessário delinear os antecedentes históricos da cidadania contemporânea.

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA CIDADANIA CONTEMPORÂNEA

No que se alude à antiguidade o termo cidadania² teve origem na Grécia, advindo por Roma. Pormenorizando na Grécia de Platão e Aristóteles, os indivíduos considerados cidadãos eram todos aqueles que estivessem em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Entre tais condições, estava a do homem que fosse totalmente livre, isto é, que não tivesse a necessidade de trabalhar para sobreviver, uma vez que o envolvimento nos negócios públicos exigia dedicação integral. Portanto, era pequeno o número de cidadãos, que excluía as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Praticamente apenas os proprietários de terras eram livres para ter o direito de decidir sobre o governo. A

² O termo cidadania parece ter caído nas graças daqueles que têm na comunicação o instrumento de trabalho, como políticos, dirigentes, comunicadores, sociólogos e outros profissionais que, de alguma forma, interagem no meio social. Em seu ensaio, a Revista Veja, edição de 22/10/03, Roberto Pompeu de Toledo, ao fazer uma crítica ao comportamento do brasileiro, quando este se julga “estar por cima” e usa da impontualidade como meio de dominação, refere-se à pontualidade como expressão de igualitarismo. E acrescenta: “É, para usar detestável palavrão em voga, uma manifestação de ‘cidadania’. Na pontualidade, duas pessoas chegam junto.”. Considerada palavra “gasta”, ou não, o fato é que a cidadania é parâmetro balizador da história do homem enquanto ser social. Mesmo que, inconscientemente, o homem, na sua caminhada ao longo da História, sempre manteve a cidadania como questão central das suas lutas, como se verifica ao se recuar nos primórdios da humanidade.

cidadania grega era compreendida apenas por direitos políticos identificados com a participação nas decisões sobre a coletividade. Nesse contexto, na Grécia antiga, precisamente toda a sociedade da civilização apresentava a dicotomia cidadão e não cidadão, ou seja, não eram todos que detinham prerrogativas normativas e administrativas iguais. Segundo Wilba Bernardes:

Cidadania era para os gregos um bem inestimável. Para eles a plena realização do homem se fazia na sua participação integral na vida social e política da Cidade-Estado”. “... só possuía significação se todos os cidadãos participassem integralmente da vida política e social e isso só era possível em comunidades pequenas.(1995, p.23)

Da mesma maneira, se encontra em Roma, o juízo de cidadania como capacidade para exercer direitos políticos e civis e a distinção entre os que possuíam ou não tal qualidade. A cidadania romana era conferida apenas aos homens livres, mas nem todos os homens livres eram considerados cidadãos. As normas estipuladas pelo Direito Romano regulavam as diferenças entre cidadãos e não cidadãos. O direito civil (*ius civile*) regulamentava a vida do cidadão, e o direito estrangeiro (*ius gentium*) era aplicado a todos os habitantes do império que não eram considerados cidadãos. Ensina Wilba Bernardes, que:

Desde os fins da República, a tendência de Roma é no sentido de estender, paulatinamente, a cidadania a todos os súditos do Império. Assim, em 90 a.C., a *lex Iulia* a concedeu aos habitantes do *Latium*; um ano depois, a *lex Plautia Papiria* a atribuiu aos aliados de Roma; e, em 49 a.C., a *lex Roscia* fez o mesmo com relação aos habitantes da *Gália Transpadana*.(1995, p.27)

Assim, pode-se ressaltar que tanto para a civilização grega quanto para a romana, o norte de cidadania tinha como particularidade o fato de serem excludentes em inúmeras normas quanto à vida humana. Lizst Vieira (2000, p.28) reforça ao mencionar que para estas sociedades a noção de Direitos Humanos é efetivamente inexistente, o que demonstra claramente a ausência de separação das normas entre público e privado.

Contudo, a partir das Cruzadas, formam-se pequenas aldeias que têm indigência de proteção, de tal modo impõem-se regras para quem

está mais além da aldeia, tendo início a ideia de cidadania. Presentemente, este conceito é mais amplo, pois passa ao Estado, com limites ao espaço e, assim, definindo sua territorialidade. Portanto, cidadania no ponto de vista jurídico é o conjunto de condições que o direito político de um Estado estabelece para pessoas naturais exercerem, dentro dele, os direitos políticos.

A sociedade passa por profundas alterações, quando abarca a Idade Média, onde uma das principais particularidades é a prática religiosa. Nesse período medieval existia uma hierarquia muito rígida das classes sociais, em que a igreja cristã consta como instituição básica do processo de transição para o tempo medieval. O império que antes detinha o poder das relações entre estado e cidadão já não a controla mais e a doutrina da igreja dominante prega a liberdade e igualdade de todos os homens. Com esse fator, a igreja se fortalece e ensina uma reformulação, culminando no feudalismo.

O paradoxo é que na idade média hierarquizada pelas classes sociais não existia o termo cidadão. O conceito de cidadania encontrava-se alheio, porquanto as relações entre senhores e vassalos evitavam essa definição. As ideias, mesmo que limitadas, sobre cidadania formada pelos gregos e romanos estariam inertes sendo posteriormente retomadas no Estado moderno. Portanto, é possível afirmar que na antiguidade, cidadania foi caracterizada por criar normas gerais de convivência, ausência de uma noção mínima de Direitos Humanos, ilimitada regulamentação por parte do Estado sobre a vida privada e com a justificativa da religiosidade, um status não compartilhado pela maioria nos segmentos sociais.

Como marco sobre a manifestação da cidadania a partir de uma conjuntura social e cultural, que seguiu a Revolução Francesa e ascensão da burguesia face ao Estado Absolutista, emerge o sentido elementar sobre cidadania no Estado Moderno.

Nesse sentido, Wilba Bernardes (1995, p.30) tece que o Estado moderno surge a partir das monarquias nacionais, tendo sua formação na Idade média pela centralização do poder nas mãos do monarca, ocorrida nesse período, além do fim do feudalismo. Mais no final da Idade Moderna surgem cidadãos que consagrariam a História da cidadania, como Rousseau, Montesquieu, Voltaire e outros; questionando os privilégios que a nobreza e o clero insistiam em manter sobre o povo; defendendo a ideia de um governo democrático, com vasta participação do povo, o fim de privilégios de classe e ideais de liberdade e igualdade como direitos fundamentais do homem e tripartição de poder. Ideias essas que servem de estrutura definitiva para a estruturação do Estado

Moderno, com a base da cidadania referenciada na participação do poder político através do processo eleitoral. Assim sendo, emanou da participação dos cidadãos ativamente a cidadania moderna.

Em consonância com a assertiva, pode-se ressaltar que cidadania é um mecanismo de representação política, o qual permite o relacionamento entre Estado e governado, sendo que esse paradigma ajusta-se nas instituições greco-romanas e sua complexa transição para a Idade Média, evidencia-se, assim, que as modernas concepções como justiça, respeito às leis, à liberdade e ao governo constitucional passaram a existir de considerações de pensadores helênicos sobre as instituições da Cidade-Estado.

Com destaque as características revolucionárias da cidadania moderna se distinguem por dar sentido universal e territorial às normas, o vínculo do Estado Nação³ construindo uma base operacional inovadora para época na questão da cidadania.

Nessa perspectiva, optando por uma análise teórica histórica realizada por Thomas Humphrey Marshal (1967, p.63), este dividiu cidadania em três dimensões: civil, política e social, sendo que estes se distanciavam entre si quanto ao período para sua formação, entre os séculos XVIII os direitos civis, XIX os direitos políticos e XX os direitos sociais, envolvendo distintos aspectos sobre cidadania.

Ao considerar a evolução histórica da cidadania, percebe-se que esta se encontra em permanente construção, com conquistas em prol de maior liberdade, melhores garantias e direitos individuais e coletivas frente ao poder do Estado. Nela se pressupõe dimensões civis, políticos e sociais presentes em cada cidadão. Para ponderar cidadania é também relevante construir novas relações e consciências. Deste modo, em pleno século XXI, vem se arraigando a ideia que é no cotidiano que se exerce a cidadania, através das relações estabelecidas entre todos, com a coisa pública e o próprio meio ambiente. Dalmo Abreu Dallari ao conceituar cidadania deixa explícita a participação efetiva por parte de todos:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (1998, p.14)

³ Pela abrangência este tema será abordado em capítulo específico no trabalho.

Cidadania tem definição como direito do cidadão ligada a um determinado Estado, no qual o indivíduo participa ativamente. Para Clóvis Gorczewski (2005, p.23), a cidadania é tida como “a qualidade ou o direito do cidadão”. O indivíduo para participar ativamente de seu Estado possui um conjunto de direitos e condições, que se vinculam ao conceito de cidadania, ficando muito confinante ao nacionalismo. Como afirma Clóvis Gorczewski, a cidadania está muito próxima do nacionalismo, pois a forma de se adquirir cidadania é pela nacionalidade, que é um conceito jurídico, enquanto aquele seria um conceito político.

Ao apontar uma questão de suma importância no que dispõe sobre o termo cidadania dispondo a respeito do seu paradoxo, Nuria Beloso Martín discorre:

Não se pode esquecer que existe um paradoxo na cidadania moderna: provoca conflitos, tanto quando exclui os direitos (por querer manter fixos os limites dentro do Estado, como quando dilata os limites dentro do Estado), como quando dilata os limites dos direitos (universalização das titulações ou potencialização dos conteúdos) até quase perdê-los. Cabe então perguntar, quem tem necessidade de uma teoria de cidadania? Os pobres, os marginalizados, os “novos pobres” ou todos os membros da sociedade? (2005, p.44)

O advento da cidadania é um processo de avanço das garantias dos direitos, demonstrando que pode ser muito mais uma questão de poder do que uma questão jurídica, já que depende primeiramente dos fatores reais de poder que integram a Constituição real do Estado (Lassalle) do que das formas e modelos jurídicos. Portanto, a base desta transformação está na educação e conscientização em sentido amplo do povo.

Ao passo que a terminologia cidadania se ache definida no ordenamento jurídico, esta não é exclusiva, porque há um elemento ético da cidadania a ser observado, e neste ínterim há discordância sobre o real significado da palavra entre os grupos de noção liberal e outro com compreensão comunitária. Deste diálogo, incorpora-se ainda o modelo republicano segundo Núria Beloso Martín:

Dos três modelos de cidadãos que apresentamos, é o modelo republicano o mais defendido pelos filósofos da política. Não obstante seja o cidadão liberal o que, até agora, gozou de maior protagonismo. Do próprio republicanismo surgiram críticas a respeito das duas concepções rivais, a comunitária e a liberal. (2005, p.44)

Não obstante, deixa explícito que apenas o tempo se encarregará de determinar realmente qual dos três tipos de cidadão acabará se assentando como verdadeiro protagonista na construção da cidadania do século XXI.

No ordenamento jurídico brasileiro, institucionalmente a Carta de 1988, em seu primeiro artigo, construiu cidadania como princípio fundamental, estabelecendo um novo valor que confere suporte axiológico a todo o sistema jurídico, que deve ser priorizado na interpretação de qualquer das normas constantes do ordenamento nacional. Mas, rumo à abertura do sistema jurídico brasileiro ao sistema internacional de proteção de direitos internacionais, quando, no parágrafo 2.º do seu art. 5.º, deixou estatuído que: "Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte". Portanto, é basilar a consciência crítica para o exercício de direitos oriundos diretamente de dois fundamentos da República Federativa do Brasil: a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Desta forma, a cidadania está amparada em um primeiro momento à qualidade de solidariedade (fraternidade) de elites políticas e econômicas para com os menos favorecidos, sendo que em um segundo momento se transforma em dilema, o que traz indagações: Para quem e para que se destina a cidadania? A cidadania tem alcance a todos os indivíduos da sociedade, projetando-se além-fronteiras? A partir deste ponto de vista que se passa visualizar a possibilidade de uma cidadania coletiva além-fronteiras.

1.2 DIMENSÃO DE UMA CIDADANIA COLETIVA ALÉM-FRONTIERAS

Na imprescindibilidade de delimitar marcos para tão amplo objeto deste estudo, optou-se pela dimensão social da cidadania, por se encontrar o meio ambiente, também objeto do mesmo, elencado nos

direitos de terceira dimensão. Assim, como já explicitado anteriormente, a cidadania se desenvolveu no século passado à custa da exclusão, como corrobora Boaventura de Souza Santos (1994, p.237).

Historicamente, a partir de a cidadania política emergir, o ensejo de um novo contexto remete a inclusão maior da população na formação da vontade estatal. Norberto Bobbio (1992, p.35) referencia que o Estado de serviços, o Estado social foi, agrade ou não, a resposta a uma demanda vinda de baixo, a uma demanda democrática no sentido pleno da palavra. Pode-se perceber que em algumas nações efetivamente isso aconteceu, porém como não havia uma norma estipulada garantidora da extensão do sufrágio, nem todas as nações aderiram a exemplo dos ingleses em função da legitimidade da sociedade capitalista.

No século XX, com a consolidação do *welfare state*⁴, a cidadania se aproxima dos direitos sociais básicos como educação, moradia, saúde e trabalho, no qual se procurava garantir mínimos existenciais frente ao antagonismo de provimentos de riqueza e possibilidades de acesso. Tal dilema diz respeito face ao crescimento sem distribuição proporcional, o que gerou desigualdades quantitativas. Diante deste cenário, efetivamente surge a necessidade de soluções sociais aos problemas que afligem a humanidade, o que se aprofundam atualmente, sobretudo referente ao meio ambiente.

Estas considerações são oportunas para advertir que a cidadania nesse momento histórico é estabelecida na superestrutura, tendo como objetivo principal a própria legitimação capitalista (SANTOS, 1994, p.211). Observa-se que o cerne da cidadania social, espectro do estado paternalista, mantém os conflitos destrutivos do crescimento industrial que ativa as desigualdades sociais na lógica capitalista para controlar as contradições existentes. Deste modo, sobrevém que mesmo frente à

⁴A terminologia adotada como O Estado do Bem-estar, tal como foi definido, nasceu após a Segunda Guerra Mundial. Seu incremento está fortemente relacionado ao processo de industrialização e os problemas sociais gerados a partir dele. Destacou-se a Grã-Bretanha como o país que se enganjou na construção do Estado de Bem-estar com a aprovação, em 1942, de uma série de providências nas áreas da saúde e escolarização. Em decorrência, nas décadas seguintes, outros países rumaram essa direção. Constata-se também uma forte ampliação dos serviços assistenciais públicos, abarcando as áreas de renda, habitação e previdência social, entre outras. Paralelamente à prestação de serviços sociais, o Estado do Bem-estar passou a intervir fortemente na área econômica, de modo a regulamentar praticamente todas as atividades produtivas a fim de assegurar a geração de riquezas materiais junto com a diminuição das desigualdades sociais.

emergência de uma nova ordem, a cidadania não conseguiu implantar-se efetivamente em todos Estados capitalistas de maneira efetiva, o que formam o chamado capitalismo periférico.

Nesse viés, a maior parte das nações contemporâneas de cunho capitalista sofre com as demandas e insuficiência dos serviços prestados pelo Estado, quem sabe pela inoperância ou pela falta de vontade do próprio Estado. Predominantemente, das garantias legais do *welfare state*, a maioria se encontra sem efetivação, somente elencada em documentos legais, sem aprofundamento na conformação que concebe as transformações da cidadania.

No caminho dessa insuficiência, urge lembrar que há o avanço das tecnologias, das informações, fenômenos como da globalização, sistema de produção e consumo transnacional, o capital privado minoritário em níveis admiráveis além dos territórios e, assim, o Estado tradicional torna-se debilitado, obrigando-se a realizar acordos que ampliam seus limites territoriais face ao consumo capitalista desenfreado e desproporcional à vida no planeta.

O fenômeno da globalização, com certeza, é um marco histórico que carrega consigo mudanças inseridas positiva e negativamente no cenário mundial, o que comporta diferentes visões. Se, de um lado, a globalização junto com a liberalização econômica propicia o desenvolvimento econômico das nações, de outro, impacta significativamente sobre o meio ambiente. O cenário da globalização ultrapassa as fronteiras territoriais, impulsionando a competitividade e produção. Diante dessa perspectiva, sustenta Litz Vieira (2001, p.35) que as informações, do mesmo modo limitadas a pequenos grupos, tornaram-se acessíveis e virais. Então, espaço e tempo deixam de serem obstáculos e, com isso, oportunidades se abriram para novos negócios e novos mercados.

É chegado o momento da explosão de tecnologias, conhecimentos, desenvolvimentos, do mesmo modo as metas sociais e ambientais, que se condicionariam a este denominado desenvolvimento econômicos desencadeados pela globalização. Pode-se dizer que nesse esforço de incutir a ideia de uma globalização positiva, houve o esforço e empenho por parte de alguns países industrializados e subdesenvolvidos no sentido de construir para o futuro.

Porém, tal hipótese se apresentou com uma dicotomia: desenvolvimento/meio ambiente, em que há necessidade de ajuste e de implementação adequada à gestão do meio ambiente frente ao desenvolvimento. A realidade do modelo tecnológico e econômico implantado nas últimas décadas do século XXI, contudo expõe a

degradação ambiental, a qual a sociedade reconheceu como uma iminente crise ambiental e seus efeitos que podem gerar ou não a sustentação da espécie humana na Terra.

Neste processo evolutivo em desenvolvimento, encontra-se o ecossistema, dando vistas aos sinais de esgotamento, poluição, depredação, o que torna inexequível a permanência de variadas espécies no Planeta, até mesmo a humana, abalizando novamente para a exclusão. Nessa linha Edgar Morin evidencia:

Durante o século XX, a economia, a demografia, o desenvolvimento, a ecologia se tornaram problemas que doravante dizem respeito a todas as nações e civilizações, ou seja, ao planeta como um todo. Alguns desses problemas são hoje muito evidentes. Façamos rapidamente um levantamento deles antes de passarmos a outros, às vezes menos claramente percebidos, que denominaremos "de segunda evidência", e cuja trama constitui o problema dos problemas. (1995, p.69)

Há uma crise complexa, multidimensional na aldeia global de cunho ecológico. Nesse pensamento, Frijot Capra (2006, p. 23) alerta, que a população se defronta com toda uma série de problemas globais os quais estão danificando a biosfera e a vida humana de maneira alarmante, podendo, portanto, se tornar irreversível, onde os principais problemas de nossa época estão interligados e precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato que a maioria dos indivíduos, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidar com o mundo super povoado e globalmente interligado.

Ele destaca que o grande desafio da atualidade é criar comunidades sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais, nos quais se podem satisfazer as nossas necessidades e aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras. E que as novas concepções da física têm gerado uma profunda mudança nas visões de mundo mecanicista como de Descartes e de Newton para uma visão holística, ecológica (2006, p.24).

Nessa percepção integrada e não dissociada emprega-se o termo “ecológica” num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. Tal percepção ecológica reconhece a interdependência

fundamental de todos encaixados nos processos cíclicos da natureza onde o homem faz parte do meio ambiente natural. Dessa maneira, a percepção ecológica reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos e concebe os seres humanos apenas como fio particular no ciclo da vida.

Edgar Morin, da mesma forma, menciona sobre a crise global com enfoque voltado à crise ambiental, que é a crise atual, citando o risco ecológico.

O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade social. Mas também crise do pensamento ocidental: da "determinação metafísica" que, ao pensar o ser como ente, abriu o caminho 'para a racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. (1995 ,p.191)

Frente às considerações sobre a crise global instituída defronta-se com uma realidade além-territorialidade, é uma crise com dimensões além-fronteiras. Não é difícil perceber que o Estado e sua soberania legitimada não possui alcance formal para basilar esse processo civilizatório que remete a situação de exclusão de cidadania concebida. De tal modo, vislumbra-se a cidadania defendida pelos teóricos como reação às ordens de exclusão, à cidadania além-fronteiras, à cidadania ecológica, à cidadania planetária. E no mundo globalizado-hegemonizado-capitalista encontra-se dimensão realmente além-fronteiras defendida pela decolonialidade.

É necessário, para abranger os assuntos citados primeiramente, destacar que a formação jurídica em nível de ordenamento brasileiro, bem como América Latina possui matriz europeia ou norte-americana (hegemonia). Nessa linha Antonio Carlos Wolkmer define:

Essa colonização e dependência da cultura jurídica latino-americana da época ao modelo hegemônico eurocêntrico de matriz romano-germânica não se realizou somente no âmbito

geral das “ideias jurídicas”, mas, igualmente, em nível de construções formais de Direito público, particularmente da positivação constitucional. Tem sido próprio na tradição latino-americana, seja na evolução teórica, seja na institucionalização formal do Direito, que as constituições políticas consagassem, abstratamente, igualdade formal perante a lei, independência de poderes, soberania popular, garantia liberal de direitos, cidadania culturalmente homogênea e a condição idealizada de um “Estado de Direito” universal. Na prática, as instituições jurídicas são marcadas por controle centralizado e burocrático do poder oficial; formas de democracia excludente; sistema representativo clientelista; experiências de participação elitista; e por ausências históricas das grandes massas camponesas e populares. (1989, p.04/05)

Evidencia-se, então, o monopólio e a exclusividade da distinção universal entre o verdadeiro e o falso em detrimento de conhecimentos alternativos. Boaventura de Sousa Santos (2013, p.34) afirma que no campo do direito moderno tal distinção é determinada por uma chamada linha abissal, que divide aquilo que é legal ou ilegal de acordo com o direito oficial do Estado ou com o direito internacional. Sendo esses as únicas formas relevantes perante a lei, e por esta razão a distinção entre ambos é uma distinção universal. Essa dicotomia deixa de fora todo território social, onde ela seria indispensável como princípio organizador, ou seja, um território sem lei ou fora da lei de acordo com os direitos não oficialmente reconhecidos.

Isso significa que há um domínio e legitimação denominados como hegemônico sobre a humanidade no planeta, estendendo-se em uma rede multifacetada entre as esferas política, social, econômica, cultural e jurídica com predominância do capitalismo e colonialismo. A dominação econômica e política, por sua vez, têm intensa influência hegemônica sobre os conhecimentos no mundo ocidental, com reflexos diretamente geopolíticos.

Em paralelo à conscientização e mobilização social em lutas, iniciativas que visam eliminar as desigualdades transnacionais, parece aberto que as modificações políticas e os novos processos sociais de luta nos Estados latino-americanos advêm de realidades plurais e práticas

desafiadoras, diferentes das enraizadas pelas instituições centralizadoras e burocráticas.

Como a concepção sobre cidadania é enraizada nas posições europeias ou hegemônicas, o meio ambiente se tornou um fator decisivo na construção por parte da América Latina Ocidental, na construção de suas identidades em face dos antigos colonizadores americanos ou europeus. As grandes discussões neste cenário são travadas quanto à responsabilidade que a natureza ainda ativa nesse imaginário ocidental, dando parecer como um estatuto híbrido moderno, pois de um lado o bem natural contido em território latino americano bastante positivado devido à própria riqueza e ao potencial da sua biodiversidade, por outro, a América Latina vista como subcontinente, excluída por sua fragilidade e subdesenvolvimento, o que impede a preservação deste bem tutelado, o meio ambiente.

Transdisciplinarmente, adotando as principais linhas analíticas a questão da decolonialidade trata de uma esfera crítica da epistemologia eurocêntrica e, conseqüentemente, dos discursos coloniais, à emergência de diferentes saberes além-fronteiras. Dentro deste ponto de vista, a contenda em relação do capitalismo com o meio ambiente, frente à globalização, tem importância quando implica uma redefinição da relação entre o Ocidente e seus outros, o que leva a uma mudança do eurocentrismo, emergindo para uma ideia inovadora, a cidadania planetária.

Na tentativa de explorar o meio ambiente, a globalização e os aspectos da decolonialidade o estudo cultiva neste contexto a experiência jurídica latina americana. É possível pensar esta lógica de produção de conhecimento entre ideias bastante contrastantes entre si.

Para tanto, Fernando Coronil conjectura ser surpreendente, particularmente do ponto de vista da experiência latino-americana, que o crescente campo acadêmico de estudos pós-coloniais nos centros metropolitanos se tenha destacado basicamente por trabalhos sobre o colonialismo norte-europeu na Ásia e na África. Destaca o autor:

A América Latina e o Caribe, como objetos de estudo e como fontes de conhecimento sobre o (pós) colonialismo, estão ausentes ou ocupam um lugar marginal em seus debates e textos centrais. Esta exclusão também conduziu a uma notável ausência do imperialismo nos estudos pós-coloniais, assunto central para os pensadores latino-americanos, que desde a independência no

século XIX prestaram atenção especial às formas persistentes de submissão imperial pós-colonial. Estão relacionadas entre si estas duas ausências, a das Américas e a do imperialismo? Ambos os silêncios dizem muito sobre as políticas ocidentais do conhecimento e convidam a explorar a maneira como a teoria se difunde e a discernir como se estabelecem novas modalidades de colonização de conhecimento em diferentes regiões e disciplinas acadêmicas. (1999, p.46)

Com uma ideia sobre o posicionamento pós-colonial, a partir da globalização neoliberal, existe a obrigatoriedade dos críticos pós-coloniais de provincializar a Europa e de questionar sua universalidade. Crítica esta que desmitifica as declarações universalistas do discurso de globalização, mas que perfilhe seu potencial libertador, desenvolvida em diálogo com ideias nascidas nos espaços, nos quais se idealizam futuros alternativos para o planeta o que se pode refletir na cidadania planetária além-fronteiras.

Esta disposição sobre “além” significa uma ideia de distância espacial como defende Homi. K. Bhabha (2013, p.23), algo que promete o futuro, marca um progresso nos embates de fronteira, que podem ser tanto consensuais como conflituosos, é realinhar as fronteiras habituais entre o público e privado, desafinado as normativas de desenvolvimento e progresso.

Percebe-se que os discursos predominantes da globalização ajustaram a ilusão de um mundo homogêneo que acomete constantemente em direção ao progresso. Todavia, a globalização está dividindo a humanidade e antecipando a destruição da natureza. Na visão de Fernando Coronil (1999, p.61), há de se concordar, que os estudos pós-coloniais precisariam enfrentar as atrações e juramentos da globalização neoliberal, intrínseca de uma construção alternativa do progresso encorajada pela esperança de um futuro no qual todos os seres humanos possam tomar um lugar digno num planeta partilhado, mesmo que provisoriamente.

A importância da problemática faz notar-se que é preciso romper com a estereotomia ocidental espaço e tempo demarcados, pois o século XXI é marcado pela sensação de sobrevivência, de viver nas fronteiras do presente. Isto quer dizer que a humanidade deve conscientizar-se, que transformar, ir além, não significa abandonar, mas significa viver em outros tempos e espaços diferentes dentro de cada período histórico, sem

limites territoriais ou legais que impõe como e onde se deve viver no planeta.

Considerando essa noção, vislumbra-se a consciência ecológica que incide em compreender que os seres humanos bem como todos os outros seres vivos habitam um lugar comum, o planeta Terra. E efetivamente todos os atos praticados pelo homem interferirão direta ou indiretamente no equilíbrio do planeta. O quadro apresenta-se pela particularidade de uma amplitude na noção de cidadania, com ampla participação populacional nos processos decisórios, sem exclusividades ditas universais, tratando de ilações que predispõe o favorecimento da coletividade assentada na fraternidade e biodemocracia.

1.3 FRATERNIDADE E BIODEMOCRACIA: VARIÁVEIS QUE AMPARAM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA PLANETÁRIA

Na construção dessa nova concepção, pretende-se mostrar que cidadania constitui-se num processo interligado entre variáveis, podendo reestruturar as instâncias coletivas. Nesta perspectiva, elegeu-se a fraternidade e a biodemocracia por se tratarem de variáveis que dialogam intrinsecamente com as questões relativas à cidadania e, principalmente, na medida em que discorrem sobre as relações das forças vivas do Planeta.

Esta abordagem permite incrementar inicialmente sobre a fraternidade aqui ensejada em caráter social, político e jurídico. Todavia, há que se ressaltar a historicidade da terminologia fraternidade, pois, a priori, está alicerçada na doutrina cristã, entretanto, como maior autoridade à fraternidade como princípio de interpretação e prática política, remonta-se, então, aos marcos teóricos da Revolução Francesa e da Revolução Americana, aos quais se adverte, no século XXI, foram redefinidos pelo tema solidariedade. Foi neste panorama de reforma que parte dos pensadores iluministas da época com seus ideais de irmão e coirmão, precedido dos ideários de liberdade e igualdade, diante das desigualdades postas pelas classes dominantes alastraram a conhecida trilogia igualdade, liberdade e fraternidade.

De uma forma ou de outra, a Revolução Francesa abalizou como forma de lei, e a liberdade e igualdade foram adotadas como válidas categorias jurídicas, porém em repulsão a fraternidade, esta não teve a mesma projeção tanto política ou juridicamente. Considerando-se que houve certo desprestígio, questiona-se que pode ter sido em virtude de sua origem cristã ou sua associação a organizações secretas que a abrandaram. E, ao contrário da liberdade e igualdade, no decorrer do

processo histórico, os ordenamentos jurídicos estatais não deram a devida relevância, até porque o juízo de fraternidade não comunga com o capitalismo e o individualismo desenvolvido por todos os séculos seguintes.

Esta postura pode ser observada na defesa de Antônio Maria Baggio que destaca a fraternidade na história ao lado da Igualdade e Liberdade, mas sem o mesmo espaço nesse contexto, mantendo-se, então, novel e oculta como categoria política e jurídica.

A fraternidade já existia como ideia e prática antes de 1789, ligada intimamente à vida cristã. Esta, já fora vivida, praticara a hospitalidade, construíra hospitais e asilos para os pobres e os idosos, escolas para os meninos pobres... dera vida à práticas e instituições que os países democráticos da Idade contemporânea entenderam como direitos da cidadania, em nome da liberdade e da igualdade. (2009, p.10)

O fato é que transcendendo o temor imposto no passado, a sociedade e os estudiosos da contemporaneidade pós-moderna resgatam a fraternidade sob uma nova ótica, tendo como propagadora Chiara Lubich a partir do ano de 1996, onde recomendaram a um grupo de políticos italianos, reflexões mais arraigadas sobre vocação política e do compromisso com o serviço humanitário, que o estudo da fraternidade poderia render.

Assim, as origens desse movimento importantíssimo se desenvolvem entre os anos de 2005 e 2011 na Europa e oferece lugar para a fraternidade, em paralelo no âmbito latino-americano, na Argentina e no Chile em 2007, a fraternidade ganha reflexão nas ciências políticas, em evento que reuniu representantes acadêmicos culminando com acriação da RUEF - *Red Universitaria para el Estudio de La Fraternidad*, a fim de aprofundar o assunto.

A exemplo o Estado brasileiro, segue a mesma linha realizando em São Luiz do Maranhão, em 2008, o Congresso Regional; em São Paulo, o Congresso Nacional; e, em Santa Catarina, no mês de setembro, a 1ª Jornada Sul Brasileira de Direito e Fraternidade, na Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, na qual conserva-se até a atualidade o núcleo de pesquisas sobre o desenvolvimento da fraternidade que, às vezes, serve de orientação ao estudo desenvolvido.

Teoricamente os majestosos resultados desses estudos originam-se de contribuição internacional como Antonio Maria Baggio já

mencionado, e nacionalmente de pesquisadoras como Josiane Rose Petry Veronese entre outros. O que evidencia o grande avanço diante de uma trajetória que estimula o crescimento sobre os estudos da Fraternidade como possibilidade de fundamento jurídico e político, além do social.

Nestes termos, Antônio Maria Baggio desenvolve a vertente, que permeia o campo da fraternidade e se torna cogente para os questionamentos, a saber:

Responder hoje à pergunta sobre a fraternidade requer um esforço coordenado e aprofundado por parte dos estudiosos e, ao mesmo tempo, um disposição para a experimentação por parte dos agentes políticos. Colaboração que não pode ser improvisada nem planejada no escritório; ela nasce da realidade dos fatos, das escolhas de pessoas e de grupos que já estão agindo nesse sentido, começando a oferecer uma amostra de experiências de crescente relevância... (2008, p. 18)

Um defensor extremo da fraternidade como categorias elencadas na coletividade, o autor acenta para a pretensão de colaboração por parte de todos, com aprofundamento e engajamento daqueles que fazem parte do Estado sejam estes representantes políticos, pesquisadores ou sociedade em geral. Avigora Antônio Maria Baggio (2008, p.19) que se a fraternidade não descobrir as traduções teóricas e práticas para ser vivida na dimensão político-pública, não há de se antever qualquer significado para além de sua prática, de suas relações privadas, e mesmo no trabalho da reconstrução histórica, por mais qualidades que tenham, não é possível satisfazer os estudos. Destaque há de ser dado, com expressão na vertente nacional à Josiane Rose Petry Veronese que descreve a respeito da fraternidade:

No tocante, ao terceiro princípio, o da fraternidade, este parece ainda não ter conseguido ocupar a mesma expressividade nos documentos jurídicos, a tal ponto que se torna imperioso questionar: é possível normatizar a fraternidade ou esta deverá ser à base de uma nova postura, sobretudo a relacional? (2011, p.126)

A posição adotada pela pesquisadora estimula a reflexão sobre o tratamento dado à fraternidade dentro do ordenamento jurídico, indo além, ao questionar se realmente há necessidade de tal catalogação, e no ponto de vista particular perfeitamente bem colocado, pois o princípio já se expressa de maneira humanitária, tradicionalmente conhecida como solidariedade.

Neste contexto, vale distinguir os termos fraternidade e solidariedade, para não serem erroneamente utilizados como sinônimos, embora se saiba Fraternidade detém uma carga expressiva, mais ampla que solidariedade, pois esta última não implica a ideia de uma efetiva paridade dos sujeitos em relação e não estabelece uma dimensão da reciprocidade, altruísmo, a partir do reconhecimento do outro, um princípio ativo.

Como o direito é concebido por atores qualificados, Josiane Rose Petry Veronese ressalta, ainda, a necessidade sobre o lugar que deve os atores jurídicos atuar dentro da dinâmica histórica:

Trata-se de uma oportunidade única de refletirmos nosso papel na formação de operadores do direito no atual contexto societário. Aliás, não é suficiente esta categoria em seu sentido estrito, pois mais que técnicos habilitados a trabalhar com a dogmática jurídica, queremos ser nesta função, provocadores de justiça. (2011, p.110)

Articular fraternidade como categoria jurídica ainda requer demonstração, e, merece equilíbrio, pois se requer uma construção sedimentada em premissas sólidas por parte daqueles que atuam principalmente no campo jurisdicional, e para tal se almeja através da conscientização ecológica o que certamente acontecerá.

Nesta expectativa, nota-se o empenho da academia com a divulgação do estudo da Fraternidade, entendida como princípio, tal como a liberdade e a igualdade e na condição de princípio orientador e em construção de legitimação.

A fraternidade não precisa ser então, inventada ou tão somente redescoberta (BAGGIO, 2009, p.34), mas erigida em conjunto, constituída na solidariedade, na diversidade, na consciência, no diálogo e nos direitos humanos, com raízes locais e consciência global, da mesma forma que cidadania também se constrói, em busca da condição de efetividade dos Direitos Fundamentais. Por isso, importa garanti-la

no sentido de construir sua legitimidade capaz de garantir os direitos a todos os indivíduos.

Até aqui, constata-se, longe de promulgar verdades, que a grande questão não reside somente no reconhecimento ou lembrança da fraternidade, porquanto estes já são muito bem estruturados e defendidos pela doutrina majoritária, mas legitimá-la normativamente dentro do ordenamento jurídico brasileiro, inserido na categoria de princípio constitutivo, com sentido próprio, *sui generis*, diferente da ideia de solidariedade, embora seja um sustentáculo fundamental na formação dos cidadãos.

Deste modo, uma das prioridades dentro da contemporaneidade é tratar do assunto com pressupostos do direito fraterno que permitam utilizar a fraternidade nas relações jurídicas, além das pactuadas entre os homens, sejam natural ou socialmente, e alcançar a construção de uma cidadania harmoniosa e diligente, continuamente em construção. A própria atuação jurisdicional quando aborda a questão refere-se ao princípio da solidariedade, e não fraternidade, o que pode e deve ser alterado.

Conforme mencionado, fraternidade constitui-se como elemento norteador na interpretação do Direito de forma legítima, transdisciplinar e sustentável para operacionalidade no Estado Democrático de Direito, o que se passa a analisar.

1.3.1 Fraternidade como categoria jurídica no ordenamento brasileiro contemporâneo

Até aqui, observa-se as múltiplas facetas sobre fraternidade, quíça uma das mais importantes, a crise ecológica que passa o Planeta pode encontrar fortalecimento no desconhecimento sobre fraternidade dentro do ordenamento jurídico, provavelmente existente devido aos precários cotejamentos sobre o assunto como categoria jurídica. Sendo, assim, a fraternidade vislumbrada tão-somente como uma virtude implícita sobre a ética cristã e moral, fora da legitimação estatal.

Diante desse argumento, parece cogente, e tomando como referência que a fraternidade além de suas raízes no evangelho cristão se projeta na dimensão política quando passa a integrar a tríade da Revolução Francesa: *liberdade, igualdade e fraternidade*, lembrar a posição de exclusão ou esquecimento em relação aos outros valores da tríade francesa, que se destacam com relevância na construção histórica jurídica hegemônica.

Mesmo a partir do relato histórico sintetizado e posicionamentos doutrinários, a problematização é apontada para a propagação da necessidade da fraternidade ser vista como legitimamente uma categoria jurídica, mais precisamente como princípio, e como objeto obrigatório de conduta nas relações jurídicas contemporâneas.

Neste sentido, analisa-se a fraternidade como norma jurídica, mais exatamente como princípio. Cabe verificar que o vocábulo princípio é derivado do latim “*princirium*”, denota origem, início de alguma coisa. Introduzir princípios no sentido jurídico significa elencar as normas elementares ou os requisitos primordiais instituídos como base, constituindo o alicerce do ordenamento jurídico angulares do Sistema do Direito Positivado.

No sentido desta positivação se dimensiona a proeminência que assume uma visão principiológica do ordenamento jurídico, no qual se pode afirmar que os princípios jurídicos são basilares, diretrizes que norteiam os elementos vitais do direito, ou seja, regras que funcionam como parâmetros para a interpretação das demais normas jurídicas. Dessa forma, pode-se afirmar que os princípios podem se mostrar mais relevante do que da própria norma jurídica.

Como paradigma, na Administração Pública do Estado, os princípios demonstram uma valoração fundamental ao sistema jurídico, na medida em que o Direito administrativo brasileiro não é codificado, pois a função sistematizadora e unificadora de leis cabe aos princípios. Portanto, se comprova que esses princípios ao integrar o ordenamento jurídico-constitucional, com base na interpretação apresentam, por vezes, recursos que o direito positivo não consegue realizar.

Há duplo sentido aos princípios no ordenamento jurídico referente à administração pública estatal, sendo o primeiro, referente à hermenêutica que serve como ferramenta de esclarecimento no caso de dúvidas sobre determinado conteúdo normativo e o segundo, à ideia integrativa que além de facilitar a interpretação das normas, possui a finalidade de preencher vazios normativos em caso de ausência expressa de regramentos.

Num certo sentido, pode-se interpretar implicitamente o uso dos princípios em razão do próprio Estado, então por consequência evidencia-se o uso desta para a fraternidade, elencando-a juridicamente como princípio. Apostar nesse raciocínio é pensar no bem social da coletividade e do planeta.

A fraternidade, por sua vez, responsabiliza cada indivíduo pelo outro, e, consequentemente, pelo bem da comunidade, e promove, então, a busca de soluções para a aplicação de direitos humanos que não

passam necessariamente, todas, pela autoridade pública, seja ela local nacional ou internacional. (BAGGIO, 2008, p. 138/139).

Essas linhas passam embasar a fraternidade sobre uma construção interpretativa que traduz a aspiração e o suporte aos demais princípios, que podem ser princípios jurídicos como demonstrado no paradigma da administração pública, e sendo portadora de princípios, a fraternidade se consolida sob a ótica jurídica. Seguindo, reforçam-se estas notas com bases teóricas de acordo com Robert Alexy que tem como vertente principal a questão dos direitos Fundamentais do homem, exterioridades que enfatizam os problemas epistemológicos, substanciais, institucionais.

A abordagem, concomitantemente, evidencia a questão dos direitos do homem, entre eles os universais, morais, preferenciais, fundamentais e abstratos. Robert Alexy aborda a questões dos direitos fundamentais, sua concretização, validade diante do Estado Democrático de Direito menciona, ainda, que a chave para a resolução é a distinção entre a representação política e a argumentativa do cidadão, sendo que a representação argumentativa é positiva quando o tribunal constitucional é aceito como instância de reflexão do processo político e quando os direitos fundamentais e democracia estão então reconciliados. Como está assegurado, como resultado, que o ideal, do qual fala a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Há de se considerar que os direitos fundamentais, em primeiro lugar, são valores reconhecidos pela comunidade e, como tais, devem ingressar no texto constitucional que implicam uma estrutura normativa. Abarcam, então, um conjunto de valores a partir do momento em que normas constitucionais positivas consideradas direitos constitucionais; já os direitos positivados, são metas e objetivos a serem alcançados pelo Estado Democrático de Direito.

Os direitos fundamentais positivados constitucionalmente recebem uma espécie de validação comunitária, pois fazem parte da consciência ético-jurídica de uma determinada comunidade histórica, principalmente, no que tange a comunidade brasileira.

A expectativa depositada na Justiça de que ela possa funcionar como instância moral resolutiva de conflitos privados não se manifesta somente em pressuposições de cláusulas legais, portanto, a justiça, para o autor, está como primeiro de todos os poderes do Estado, devido ao papel que se utiliza na sociedade e decide, assim, como serão aplicados e direcionados os recursos do Estado, através de suas decisões e de seus mecanismos.

Após concisas considerações sobre a norma de direito fundamental, a partir deste momento se analisa sua estrutura. Para Robert Alexy somente é possível alcançar este objetivo se utilizar diversas diferenciações teor ético estruturais, ou seja, a distinção entre regras e princípios⁵.

A solução da colisão entre regras e princípios depende do tipo da regra, com qual o princípio colide. Não existe antecipadamente uma hierarquia do princípio sobre a regra ou inversamente. Na colisão de um princípio com uma regra que não se baseia num princípio constitucional prevalece o princípio, a regra é considerada inconstitucional. Deste modo, num conflito entre um princípio constitucional e uma regra, que não tem como objetivo proteger outro princípio constitucional, o princípio prevalece. Uma vez que se prevalecesse à regra, significaria o desrespeito à Constituição, o que não só não pode ser admitido, por esta ser hierarquicamente superior, mas também, porque a interpretação conforme a Constituição é um princípio imanente da Constituição que deve ser considerado (CANOTILHO, 2007, p.191).

Neste alcance, qualquer regra deve ser interpretada segundo a Constituição, logo, em caso de colisão de regra e princípio, caso seja Constitucional a regra deve ser interpretada conforme a Constituição, e se não for possível, deve prevalecer o princípio, bem como se toda regra deve ser interpretada perante a Constituição, não pode então prevalecer sobre um princípio Constitucional.

Portanto, a solução da colisão de princípios se dá no caso concreto mediante a ponderação. Como os princípios são "mandados de otimização" devem ser aplicados, para melhor atender a necessidade da sociedade. Para avaliar, qual princípio é no caso concreto ou o mais justo, se utiliza o princípio da proporcionalidade, como critério da ponderação.

Neste contorno, é imperativo que se implique a existência de duas normas da dignidade humana: uma regra da dignidade humana e um princípio da dignidade humana. Entende-se que há uma conexão entre a teoria dos princípios e a máxima da proporcionalidade.

Da formulação exibida sobre a teoria de Robert Alexy em relação aos princípios compreende-se, então, que esta inovação sobre interpretação também pode acontecer no campo do direito fraterno, ou seja, pode ocorrer colisão de princípios e, desta forma, aplicar a ponderação de valores. Torna-se uma relevante contribuição nos

⁵Quanto à questão principiológica o presente trabalho abordará em capítulo específico na seção 4 e 5.

desfechos de conflitos diferentemente do que tempos passados, pois atualmente se possui embasamento para maior aprofundamento da aplicabilidade deste princípio dentro do ordenamento jurídico brasileiro.

Nesta conjuntura jurídica-principiológica, a carência de construções que tornem a fraternidade parte do processo mais eficiente fica evidente. É cogente que o Estado Democrático de Direito integre da letra fria da lei para o cotidiano e realidade da sociedade atual, garantindo ao cidadão um processo compatível com as necessidades do ordenamento, bem como, o acesso a um Poder Judiciário menos burocrático, mais ágil e fraternalmente empenhado com os efeitos de suas decisões, fornecendo, assim, à proteção justa para os direitos, de exercer plenamente a nossa cidadania talvez em uma ágora ainda não existente.

Defende-se que através do diálogo se podem alcançar maiores decisões, depende da cooperação dos outros e tal ocorrência, ou entendimento, que poderá ser aplicado de forma a garantir uma alternativa à crise jurídica e, mais especificamente, quanto a sua efetividade, através do entendimento e da facilidade em dirimir os conflitos das partes, como já acontece a exemplo da mediação. A concepção comunicativa que decorre da análise de Jurgen Habermas, tendo em vista a linguagem e a razão pode ser uma resposta teórica de grande suporte. Desse aspecto, nasce o agir comunicativo que busca a cooperação e diálogo entre os falantes. Assim, o agir comunicativo tende a uma relação reflexiva com o mundo, sendo que a pretensão de validade deve ser reconhecida intersubjetivamente.

Do mesmo modo, a comunicação pressupõe o acordo sobre pretensões de validade expostas durante os atos de fala. Para Jurgen Habermas “Ser bom é importante e significa ter bons motivos, mostrar solicitude com os outros. Também significa preservar os relacionamentos mútuos, manter a confiança, a lealdade, o respeito e a gratidão” (2003, pg.153).

Para o autor, as razões para fazer o que é direito é ter necessidade de serem bons aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros, importar-se com os outros e porque, se nos colocássemos no lugar do outro, iríamos querer um bom comportamento de si próprio.

É esta a ideia que se espera, ou seja, que esteja embutida dentro do processo de alcance da fraternidade, como direito concreto, através da cooperação e entendimento argumentativo de todos os sujeitos envolvidos.

De forma que se procura uma potencialidade na construção de ligações que dialogam as opiniões da teoria do agir comunicativo de

Jürgen Habermas e da teoria de Robert Alexy em uma perspectiva contemporânea, com os pressupostos deste estudo, quando se trata da análise e discussão sobre a importância da fraternidade legitimamente positivada.

A conscientização de tais questões não surge naturalmente na sociedade egocêntrica, individualista e contratualista em que se vivem. Por esse motivo, a importância da fraternidade como um princípio, com valor de Direito Fundamental, estar intrinsecamente conectada à condição de meio indispensável para efetivação do pleno desenvolvimento da sociedade e sua concretude no mundo jurídico.

1.3.1.1 Fraternidade e a questão ecológica

Antes de entrar na temática da fraternidade como questão ecológica, vale realizar alguns apontamentos sobre a evolução do homem com a natureza.

Ao arrazoar sobre as relações do homem com a natureza Gilberto Cotrim (2006, p.13) alude que na Antiguidade a natureza era sentida como uma potência superior à qual os homens estavam submetidos. Havia um temor e respeito aos fenômenos da natureza. Ao passar do tempo, com o desenvolvimento do saber racional, o homem vai se desligando desse misticismo em relação à natureza e passa a manipulá-la, vinculada a crença do progresso, característica marcante do movimento iluminista do século XVIII.

Gilberto Cotrim (2006, p.16) reforça, ainda, que no transcurso do século XIX, há um domínio maior sobre a natureza, cedendo espaço para ciência e tecnologia, e modos de organização social (cidades) e economia (capitalismo). Percebe-se claramente que o desenvolvimento da sociedade e Estado contribui para processos prejudiciais à natureza.

Nas últimas décadas, o contorno de apropriação do homem sobre a natureza tornou-se predatória, com vistas sobre os interesses individualistas, econômicos e, consequentemente, efeitos impactantes em todas as partes do Planeta.

Nessa evolução do conhecimento, vê-se que no processo de globalização das relações sociais, comumente, se estabelece um discurso em que o Estado encontra-se enfraquecido, mormente no que tange à sua soberania nacional. O velho conceito de soberania de cada Estado está em crise porque os Estados soberanos (isoladamente) não conseguem solucionar problemas globais (GOMES, 2008, p.152).

O saber ganha campo ao longo do tempo, entretanto a problemática ambiental se agrava e chama a atenção de cidadãos de todo

o mundo. Os debates sobre a destruição do meio ambiente, a probabilidade do fim de recursos não renováveis do planeta e a avaliação de catástrofes mundiais em décadas não distantes levaram as Nações Unidas a promover uma Conferência para o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972.

Perante esta crise chamada de ecológica, já se assinalava a necessidade da humanidade discutir seu futuro. Para Moacir Gadotti (2000, p.65), foi a primeira vez que a perturbação com o meio ambiente entrava na agenda internacional como um problema decorrente do crescimento econômico, mesmo a sociedade conhecendo o processo histórico de guerras e conflitos, embora não de forma conscientemente fraterna.

De acordo com Edgar Morin (1995, p. 43), a unidade Intersolidária do planeta não se tornou uma unidade de sociedade (das nações), e, embora haja doravante uma comunidade de destino, ainda não há consciência comum dessa *Schicksalgemeinschaft*⁶. Pelo contrário: assim como na primeira metade do século XX a interdependência planetária se manifestou por duas guerras mundiais, os progressos da planetarização, neste fim de milênio, se manifestam por convulsões agônicas.

A globalização da degradação socioambiental conferiu a diversas disciplinas científicas a necessidade de internalizar valores e princípios ecológicos que assegurem a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Nesse todo, surgiram novos enfoques metodológicos para apreender a multicausalidade e o potencial de um conjunto de processos de ordem física, biológica, tecnológica e social. Em sua articulação, esses processos assentam sistemas complexos que subsidiam a capacidade de compreensão e ação a partir dos paradigmas unidisciplinares de conhecimento.

O meio ambiente emerge, impulsionado pelas diferentes ordens do real que foram externalizadas e dos saberes subjugado pelo desenvolvimento das ciências modernas, o ambiente está integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza superexplorada e a degradação socioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e a dissolução de suas identidades étnicas (LEFF, 2006, p.159).

Nesta conjunção, existe um princípio que combina todas as aplicações de Direito Ambiental, o princípio do desenvolvimento

⁶ Terminologia alemã traduzida como destino comum.

sustentável, que constitui um desenvolvimento econômico e social adequado na conservação do meio ambiente para todas as gerações, de tal forma que se configure em um meio ambiente sadio.

A partir da globalização nos anos de 1980, a crise ambiental ganha fronteiras, a nível internacional, prevalecendo o desenvolvimento econômico sobre os demais valores e princípios ambientais. Nasce, então, a obrigação e a meta de um ecodesenvolvimento, o referido desenvolvimento sustentável, em que se deve conciliar desenvolvimento econômico e preservação do meio ambiente. Essa consciência decorreu, inicialmente, nos países industrializados, por serem grandes poluidores do solo, do ar e da água, tanto em seus territórios, como também nos países limítrofes com estes, caracterizando, a contaminação além-fronteiras.

Além disso, percebe-se que a construção de uma racionalidade ambiental demanda a transformação dos paradigmas científicos tradicionais e a produção de novos conhecimentos, diálogo, hibridação e integração de saberes, bem como a colaboração de diferentes especialidades, propondo a organização interdisciplinar do conhecimento para o desenvolvimento sustentável. Em decorrência disso, geram-se novas perspectivas epistemológicas e métodos para a produção de conhecimento, assim como para a integração ética de diversos saberes no tratamento de problemas socioambientais.

Além do mais, o ambiente, como condição da sustentabilidade, deve assimilar-se a diversos paradigmas teóricos para internalizar os custos ecológicos do crescimento econômico, a eficiência energética dos processos produtivos, a racionalidade ecológica das sociedades tradicionais e os valores conservacionistas do comportamento humano. Nesse sentido, o saber ambiental emerge como um processo de revalorização das identidades culturais, das práticas tradicionais e dos processos produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas; oferece novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade; abre um diálogo entre conhecimento e saber no encontro do tradicional e do moderno (LEFF, 2006, p.169).

Nesse diálogo, ressalta-se o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como direito coletivo, apesar de seu caráter conflituoso, pois pode servir de restrição a outros direitos fundamentais, como o direito de propriedade e o desenvolvimento econômico, pela simples imposição do uso racional, desenvolvimento sustentável e contenção à livre iniciativa.

Acerca dessa consideração, José Adércio Sampaio (2003, p.72) manifesta-se sobre a importância de registrar que essa natureza

conflituosa do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado não precisaria de dispositivos constitucionais expressos de reconhecimento. O seu caráter de tutela expansiva, dado pela titularidade difusa e pelo objeto elevado à condição de bens de todos ou como diz a Constituição brasileira, “bem de uso comum do povo”, torna-o latente adversário de outros interesses, além de pôr em relevo a sua dimensão “*utisocius*”. Por essa relevância, tende-se a afastar todo uso ou gozo que ponha em risco o próprio objeto de tutela. A sua relação tensa com os demais direitos fundamentais e com os interesses coletivos exige uma intervenção legislativa conciliadora e diante de casos concretos, a mediação judicial equilibrada.

Percebe-se, então, que todas as situações envolvendo o direito ambiental, no qual se encontram como elementos a Terra e os seres vivos os quais se encontram no caos, uma vez que no século XXI se podem verificar maiores avanços nas áreas da ciência e da tecnologia, entretanto, ainda enfrentam-se problemas graves nos campos social e ambiental, como a fome, a falta de acesso à educação, escassez de água, destruição do meio ambiente, pobreza, aumento exponencial da população, extinção de espécies animais e vegetais, apresentando-se apenas como alguns exemplos.

Ponto essencial, para existir normas de direito pautadas na sustentabilidade e um meio ambiente ecologicamente equilibrado, é considerar que não existe um conceito único de sustentabilidade. Mas conscientizar-se que a partir da união de esforços e alteridade que instiguem as discussões neste campo ainda a ser explorado mais profundamente de maneira intersolidária, conjugada na premissa da fraternidade na sua ampla complexidade se pode chegar a uma proteção ao meio ambiente comum. E nessa tarefa o estudo também se apropria da variável biodemocracia para sustentar-se.

1.3.2 Biodemocracia

Pesquisas de institutos ligados ao meio ambiente apontam que as dificuldades contemporâneas seguirão e serão ainda mais intensificadas. Problemas como a degradação dos solos e a perda de florestas, a emissão de gases nocivos, as elevadas concentrações de ozônio, o lançamento de elementos químicos nocivos no ar e a poluição de rios e lagos por dejetos agrícolas ou industriais serão intensificados. Os

acordos expressos, como o Protocolo de Montreal⁷ para restauração da camada de Ozônio e o Protocolo de Kyoto⁸ limitando emissões nocivas por parte dos países desenvolvidos, já demonstra que o dano ambiental até 2015 não havia sido revertido, mesmo se os acordos sendo implantados integralmente.

Nessa perspectiva, as instituições democráticas no âmbito da América Latina, que se preocupam com a proteção do meio ambiente, como Brasil, México, Argentina e Chile podem ser solidificadas. Entretanto, diferenças regionais crescentes virão consequentemente: a fenda econômica e social entre os países mais prósperos e os estados democráticos irá aumentar. Pois os países Andinos, a exemplo da Venezuela, Equador e Peru enfrentarão maiores desafios de natureza e origem individualizadas, tendo em vista dificuldades econômicas e o desgaste de suas instituições políticas, o que pode gerar instabilidade econômica e social, de forma atingir o meio ambiente. Na América Latina, o crescimento da migração ilegal se contorna um tema incerto entre os países, uma vez que já existem muitos trabalhadores ilegais na Argentina e na Venezuela vindos de países vizinhos, como também a migração para os Estados Unidos.

⁷Versa sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio é um acordo internacional, criado no âmbito da Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio de 1985 (onde os países se comprometeram em trocar informações, estudar e proteger a camada de ozônio), ao qual o Brasil aderiu em 1990, por meio do Decreto n.º 99.280 de 06/06/90, comprometendo-se a eliminar o CFC (cloro flúor carbono) completamente até 2010. Em 1995 foi aprovada a Resolução CONAMA n.º 13 que deu prioridade para a conversão tecnológica industrial na eliminação dos CFCs. Mais tarde a resolução foi revogada e uma outra resolução, a n.º 267/00 proibiu definitivamente o uso de CFCs em novos produtos. Ainda em 1995, foi criado o PROZON – Comitê-Executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio. Para banir de vez o uso de CFCs no Brasil, foi criado o Plano Nacional para Eliminação de CFCs em 2002. Desde então, o uso de CFCs no Brasil caiu de 10 mil toneladas em 1995, para 480 toneladas em 2006, representando cerca de 90% de redução.

⁸Instrumento internacional, ratificado em 15 de março de 1998, que aponta reduzir as emissões de gases poluentes. E vigor desde o dia 16 de fevereiro de 2005, após ter sido discutido e negociado em 1997, na cidade de Kyoto (Japão). Existe um cronograma em que os países são obrigados a reduzir, em 5,2%, a emissão de gases poluentes, entre os anos de 2008 e 2012 (primeira fase do acordo). Os gases citados no acordo são: dióxido de carbono, gás metano, óxido nitroso, hidrocarbonetos fluorados, hidrocarbonetos perfluorados e hexafluoreto de enxofre. Estes últimos três são eliminados principalmente por indústrias.

Em decorrência dessa instabilidade, como consequências dos diferentes povos em influência mútua com os múltiplos biomas ao redor do planeta, exibem-se as mais variantes formas de exploração e apropriação do território, ou seja, biodiversidade.

A multiplicidade de biodiversidade corresponde, mais ou menos proporcionalmente, em variedade de sociobiodiversidade. No território brasileiro, podem-se citar os mais de duzentos povos indígenas, além de diversas comunidades tradicionais, entre extrativistas, pescadores, quilombolas, agricultores familiares, etc. que são possuidores de amplo conhecimento próximo aos ecossistemas dentro dos quais estão limitados.

No caso, dentro de uma condição estabelecida pela contemporaneidade, com vista acolher a atividade do mercado, persiste a lógica da concepção financeira assumir uma importância exagerada, em detrimento da concepção social, cultural e, sobretudo, ambiental. Dentro deste processo, ocorre a validação da padronização do conhecimento, fundada no cerne de que somente a sabedoria e método de produções científicas, mais designadamente, da ciência a partir de uma perspectiva ocidentalizada. Assim, o conhecimento acaba sendo voltado para propagar, indiscriminadamente, o modelo capitalista, independente de critério, do bem às pessoas, de território, de cultura e do meio ambiente em que vivem.

Esta sociedade globalizada e capitalizada dita as regras, com isso, constata-se o sistema de conhecimento criado pela revolução científica e as concepções ecológicas de compreender a natureza, que se dão de forma participatórias. Vandana Shiva (2001, p.305) defende que a própria natureza é a experiência, e pessoas comuns, como silviculturalistas, agricultores e especialistas em sistemas hídricos, são os cientistas. Seu conhecimento é ecológico e variado, refletindo a diversidade tanto dos ecossistemas naturais como a das culturas geradas por modos de vida que têm por base a natureza. No mundo inteiro, a colonização de vários povos teve como base uma submissão forçada dos conceitos ecológicos sobre a natureza, e sobre a terra como repositória de todas as formas, latências e forças criativas, território e origem do mundo. O simbolismo da *terra mater*, a terra como mãe de todos, criativa e protetora, foi um símbolo que, embora com formas diversas, era compartilhado no tempo e no espaço, e os atuais movimentos ecológicos no mundo ocidental foram em grande parte estimulados pela recuperação do conceito de Gaia, a deusa da terra.

Na marca do discurso contra hegemônico, dentro da realidade da América Latina, e de todos os outros países em desenvolvimento, essas

dificuldades alargam, como alerta Vandana Shiva, na medida em que os sistemas tradicionais são substituídos por monoculturas que resultam na extinção de inúmeras espécies de seres vivos, além do uso abusivo de agrotóxicos, criam-se novos problemas de saúde para a população rural.

A dinâmica de mercado contemporâneo alavanca o crescimento econômico quando se trata do encontro entre o conhecimento científico e o saber das comunidades tradicionais. Citam-se, exemplificativamente, as empresas de cosméticos e laboratórios com seus processos industriais dos extratos das plantas e vegetais encontrados na natureza, e seu patenteamento sobre a propriedade intelectual do produto produzido e todo seu lucro. Fato é desde muito antes deste processo de industrialização, o conhecimento dos recursos, anteriormente mencionados, bem como a maneira de utilizar-se por eles, já estavam proporcionados pela natureza e empregados pela tradição das comunidades locais, o que importa uma perda de direitos existentes costumeiramente para esses povos.

Tal processo é conhecido como “Etnobioprospecção”, que incide na prática reiterada de corporações multinacionais na investigação do conhecimento de povos tradicionais acerca do uso que fazem dos recursos disponíveis dentro do bioma que os cerca, como finalidade de identificar as propriedades terapêuticas ou cosméticas destes para futura extração e comercialização privada. Como resultado desta prática, obtém-se o lucro econômico às corporações bioquímicas, na medida em que potencializa a eficácia dos recursos naturais.

A própria Vandana Shiva (2001, p.101) chama atenção para esta situação considerando que dos 120 princípios ativos atualmente isolados na medicina moderna, 75% têm utilidades que foram identificadas pelos sistemas tradicionais. Menos de doze são sintetizados por modificações químicas simples; o resto é extraído diretamente de plantas e depois purificado. Diz-se que o uso do conhecimento tradicional aumenta a eficiência de reconhecer as propriedades medicinais de plantas em mais de 400%. Entretanto, dentro do discurso hegemônico dos cientistas do Norte, atribui-se a responsabilidade da redução da biodiversidade aos países do Sul, justificando, desta forma, a intervenção de instituições internacionais com o objetivo de apropriação dos saberes e conhecimentos locais necessários para a identificação das espécies e suas propriedades terapêuticas e medicinais. Nesse panorama, Boaventura de Sousa Santos (2005) destaca a expressão “imperialismo ecológico” ou “bioimperialismo”, dentro de um contexto de interação que reproduz as relações coloniais do período moderno.

É interessante lembrar no que concerne a pesquisas científicas sobre a natureza, que a biodiversidade é bem coletivo, de modo que os valores sociais decorrentes desta riqueza estabelecem que o financiamento destas sejam públicos e que reverta para toda a sociedade, diferente do que vem ocorrendo. Esses investimentos necessitam ser públicos na ordem que os benefícios se estendam a toda população e, não somente, aos que podem pagar pelos produtos gerados ou àqueles que são alvos de medidas sociais compensatórias.

Neste sentido, a necessidade de participação da sociedade também passa a ser considerada como uma prática paradigmática, analisando as diferentes dimensões da cidadania, civil, política e social, onde emerge uma nova fase de participação cidadã, a ecológica.

Ademais, o ser humano instituiria suas relações baseadas em valores de ética e fraternidade, assumindo deveres e obrigações com todos os membros da comunidade biótica, tendo assim influências diretas nas ações humanas e o planeta.

Jurídica e politicamente a sociedade ainda não compreendeu a importância própria desta nova relação entre sociedade e natureza, embora seus efeitos já sejam preditos, como sinaliza Mark Smith (1998, p. 130/131), a cidadania ecológica levará a espécie humana a uma reavaliação fundamental das suas capacidades para agir sobre o meio ambiente. A complexidade, a incerteza e a interconexão crescente de todas as coisas vivas, bem como os sistemas que sustentam a vida das mesmas, tornam a reavaliação das obrigações humanas ainda mais imperativas. Muitas escolhas pessoais básicas, anteriormente consideradas invioláveis, serão submetidas ao desafio. Isto envolve mais do que outra mudança na fronteira pública e privada, pois significa a cedência da própria distinção. Numa situação deste tipo, as personificações institucionais das esferas privada e pública, ou seja, a sociedade civil e o Estado estarão em dúvida.

Sendo assim, percebe-se que paralelamente à destruição da natureza, deu-se ainda o processo de destruição da natureza como propriedade pública, ou seja, algo a que todos têm acesso, e pelo qual todos são responsáveis, as terras comunitárias essenciais para a transformação de recursos naturais.

A biodemocracia consiste, então, em enxergar a terra de maneira integrativa da biosfera, não somente de forma exclusivista do Norte, ou seja, é uma democracia ecológica que inclui todos os seres vivos, tanto na biodiversidade como na diversidade cultural, econômica, social ou política, e visa assegurar que as outras espécies e os ecossistemas que não possam vir a ter os seus próprios parlamentos, tenham voz e poder

político através dos seres humanos. Caso contrário, pode-se testemunhar a um ecocídio⁹ ou biocídio¹⁰. Irreal não, inovador sim, vocabulário novo, pouco difundido para novas ameaças.

Por conseguinte, fraternidade e biodemocracia são abordagens que fundamentam construção de uma nova ordem, contudo necessita haver uma desconstrução do Estado vigente e dar início a uma conscientização por parte dos seres humanos inseridos no planeta, assim o caminho indicará mudanças para uma era planetária.

1.4 CIDADANIA PLANETÁRIA: ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA

Apreciada as exposições precedentes, vislumbra-se que a máxima conquista do ser humano contemporâneo foi a sua qualificação como cidadão, ou seja, passou de ser humano (ocidental), embutido de direitos fundamentais à vida, liberdade, igualdade e de ter propriedade. Além disso, esse cidadão estaria pregado numa sociedade que passou a reunir interesses comuns e sustentaria um organismo que irá disciplinar a vida em conjunto, o Estado, com a sustentação a ser dada pela Constituição escrita.

Para edificar fortemente o termo cidadania planetária, é cogente realizar uma análise do que se opõe à cidadania, remontando a época histórica da Revolução Francesa, no qual por séculos anteriores o Estado sempre teve como lideranças Reis, tanto humanos como deuses e seus súditos, que logo cumpriam todas as condições estabelecidas sem questionamentos.

Muitas são as teorias em deferência da constituição do Estado e distintos são os fatores de sua constituição, seu desenvolvimento, não podendo, até mesmo pela sua grandeza, resumi-lo a apenas um conceito. No caso específico, escolhe-se a abordagem de Tomas Hobbes, em “Leviatã”, por entender sua posição de que o Estado provém de um contrato, um contrato social, que o homem cansado de ser lobo do próprio homem, onde prevalecia a disputa, o egoísmo e a rivalidade, teve necessidade de encontrar a paz social e com isso a harmonia, a

⁹A expressão é empregada para violência considerada crime contra espécies de animais ou vegetais do Planeta em razão da ação humana que opera em nome do capitalismo alavancando a ampliação de limites territoriais.

¹⁰ Considera-se o que, de qualquer maneira, com violência declarada ou não, direta ou indiretamente, contribui demasiadamente para a exterminação de qualquer espécie viva, incluindo o homem.

segurança e a proteção. Considera, então, Thomas Hobbes (1999, p.143) que se não for instituído um poder suficientemente grande para a nossa segurança, cada um confiará, e poderá legitimamente confiar, apenas na sua própria força e capacidade, como proteção contra todos os outros.

Nessa concepção de sociedade política apresentada pelo contrato social, as leis são admitidas por mútuo consentimento de seus membros e aplicadas por juízes imparciais, preservando assim a harmonia coletiva entre os homens. Os homens transferem através do pacto, o direito legislativo e executivo individuais ao soberano, que, por conseguinte, seria o agente executor da soberania do povo. A legitimidade deste acordo está fundada nos dois direitos do homem na sociedade natural, o de sua preservação e de seus bens e o de castigar a infração à lei natural.

A sociedade moderna passou pela significativa Revolução Francesa, pautada em ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Este marco teve a contribuição do pensador francês Alexis de Tocqueville (2005, p.131) que com curiosidade levantou indicações sobre a forma de constituição do Estado norte-americano, defendida por ele como resultante da vontade de participação, de autonomia dos seus cidadãos desde os primeiros momentos do processo de colonização.

Pode-se constatar historicamente que Alexis de Tocqueville, a partir de evidenciar a democracia norte-americana com sua mobilidade social, igualdade de oportunidades e sufrágio universal, encontrou o que poderia ser exatamente a busca em sua luta contra o antigo regime francês. E para burguesia francesa emergente, preocupada por estabelecer um sistema político que seguisse o rumo de seus interesses, a democracia era forma mais adequada naquele momento.

O sistema político americano foi visto, logo, como um regime democrático por excelência, uma vez que os membros dos três poderes eram escolhidos através do sufrágio universal, frequentemente, realizado, ou seja, vontade da maioria (povo) institui a verdadeira força de um Estado Democrático, que garante a limitação e a rotatividade do poder. O poder de um Estado emana do povo e esta é a construção de cidadania.

Neste contexto, cidadania surge como o maior instrumento, a lei, sendo ela a fonte da origem dos direitos e deveres individuais e sociais, bem como a origem de toda atividade estatal. Dessa forma, espera-se a realização da aguardada justiça social, resultado do caráter do Estado moderno.

A cidadania, não pode ser compreendida isoladamente, mas na sua dimensão política na efetiva participação e intervenção dos sujeitos

nas ações e políticas de suas vidas, no exercício dos direitos fundamentais como respeito à dignidade das pessoas.

Pode-se conceituar cidadania como mutável, abordando certo conteúdo, que acaba por se confundir com o da democracia. Esses conceitos entrelaçam-se e interagem de tal maneira que se pode dizer que cidadania é referência da democracia e que não há democracia sem cidadãos. É correto afirmar, portanto, que as reflexões sobre cidadania e democracia podem ser realizadas sem transbordar os seus cânones hegemônicos, que são aqueles do Estado liberal.

Contudo, a Revolução Francesa e seus preceitos indicaram a igualdade de condições e reforçaram a gestão administrativa, mas quanto ao poder político de decisão, a participação do povo, esta não possui o mesmo condão. Assim, antes é oportuno realizar uma breve distinção entre território e soberania, elementos indispensáveis para construção da cidadania.

Como já mencionado com a grandeza da Revolução Francesa, marco histórico teve origem o termo soberania e ganhou campo no período do Absolutismo, onde soberania, característica principal, era forma exclusiva, inabalável, inquestionável e ilimitada do monarca governante, ratificada pela igreja, a qual assegurava ser a soberania do monarca, uma representação do poder divino, apontada como poder temporal. Entretanto, gradualmente, o governante vai contornando e se torna independente do poder papal de forma absoluta.

Com objetivo de exercer sua soberania, o poder estatal do rei impõe medidas austerativas, burocráticas cria as forças militares para assegurar a ordem pública na sociedade e o poder do governo em seu território, cria o sistema tributário, com a cobrança de impostos obrigatórios, institui um idioma oficial obrigatório em todo o território do Estado, pelo qual se transmitiam ordens e leis, além de valorizar seus costumes e sua cultura entre outras, principalmente, com a práxis de seu conceito de justiça voltada para a legislação designada pelo poder absoluto posta em todo o território de seu poder controlado.

No processo histórico sobre o conceito de soberania, como pacto social já referido, fator determinante de uma nova concepção desse instituto, a soberania toma rumos diferenciados, passou-se a observar a soberania pela vontade e participação do povo tornando-a inalienável e indivisível.

Já no século XVIII, a teoria constitucional francesa fará uma distinção sistemática entre soberania nacional e popular. No conceito de soberania nacional, o poder representativo, com absoluta autonomia jurídica, não apenas representava a vontade geral, todavia era

representante da Nação, enquanto a soberania popular centrava-se no caso do representante expressar o que o representado quer, de forma democrática.

A passos largos, no Estado Contemporâneo, foram evidenciadas as principais características de soberania como indivisível e inalienável, acrescentando a imprescritibilidade, justificada pelo fato de que jamais haveria supremacia em um Estado, se houvesse prazo de validade.

No que tange a questão de territorialidade, perante o Estado Moderno, considera-se território parte integrante com a soberania e o povo, um dos três elementos básicos que formam a nação-estado moderna. Essa concepção desenvolve-se a partir da proposta moderna de Friedrich Ratzel (1897) de relacionar sociedade, estado e território. Tem como origem seu contexto pós-medieval europeu, quando uma base patrimonial de origem feudal ajudou a plasmar o território da nação-estado moderna.

A valorização do território se consolida através de um processo que agrupa fontes de recursos sociais e naturais. Procede de maneiras de relação entre homem e natureza, definidos historicamente em função da evolução técnico-científica. O processo de valorização do território se dá, portanto, no âmbito de dois circuitos ecológicos: um social e outro natural (SANTOS, 1997, p.48).

Um conceito parecido foi proposto por Karl Marx (1984, p.155), onde o homem vive da natureza, o que significa: a natureza é o seu corpo, com o qual tem que permanecer em constante processo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interligada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interligada consigo mesmo, pois o homem é uma parte da natureza. Essa visão ecológica de Karl Marx ajuíza a ideia iluminista de que é a natureza a fonte única de recursos.

Inclusive, tal ideia repercute nos estudos de Edgar Morin (2013, p.90) que passa integrá-la quando percebe que a ideia essencial de homem genérico esteve no cerne de sua adesão a Karl Marx. Em particular, Karl Marx anunciava que as ciências do homem englobariam as ciências da natureza: existiria uma única ciência. Assim, Edgar Morin prefere adotar o marxismo de forma diferente, concebe o marxismo de maneira aberta e integradora diferente dos marxistas exclusivistas e excludentes.

Para Edgar Morin (2013, p.91), a ideia de práxis (Marx) seria aquela que os filósofos passaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras, passando a transformá-lo, reunida à ideia de homem genérico, em plena guerra, para reforçar seu engajamento na Resistência e no

stalinismo. Tal ideia permitia Edgar Morin assumir contradições com felicidade, enfrentá-las, e, sobretudo superá-las por meio da práxis revolucionária., Karl Marx mostrava que não se podiam resolver os problemas e divisões filosóficas senão na práxis, que trazia a superação da filosofia, reunindo teoria e prática. A esse contexto Edgar Morin (2013, p.94) demonstra que esta ideia de unir teoria e prática em uma mesma concepção foi genial, e para ele aliado ainda a adesão ao comunismo, trazia para si um sentimento de comunhão e fraternidade.

Com esses juízos, Edgar Morin (2013, p.94/95) poderia provocar a sociedade na qual seria abolida a exploração do homem e este se libertaria de suas alienações. De tal modo, integra a ideia de bem-pensar, o que implica incluir o autoexame, a dúvida, o sentido da relatividade, da complexidade humana, da complexidade das ações, da complexidade da história. Dessa forma, o autor não renuncia às ideias marxistas, mas passa a integrar em seu pensamento a necessidade de conhecer, de agir e de esperar. Para teoria marxista, a ciência trazia a certeza.

Agora as certezas são somente locais, escapa das incertezas globais, o materialismo dependia de uma concepção rigorosa da matéria hoje à matéria é infinitamente marginal no universo e que a matéria visível das estrelas e dos planetas não é senão uma fração do cosmo, o mundo obedecia a uma dialética soberana, hoje cada um á sua maneira, evoluem segundo as dialéticas de ordem, desordem e organização, todas ameaçadas pela destruição (1993,p.97/98).

Percebe-se, claramente, a necessidade de ultrapassar o marxismo onde o homem genérico era desprovido da subjetividade, da afetividade, sem complexidade, contudo conservando a ideia de um grande pensamento complexo e fundador que deve ser continuado, enriquecido, desenvolvido em direções novas (MORIN, 1993, p.101).

Destarte, passa-se a vislumbrar território como além-fronteiras, em desenvolvimento diferenciado, enriquecido pela variedade de proposições que o planeta oferece, não mais reduzido, restrito como na concepção marxista que é a natureza a fonte única de recursos, e assim caminhar ao eixo central, cidadania planetária, o que se faz necessário aprofundar a teoria da complexidade.

1.4.1 Argumentos sobre a concepção da complexidade e o meio ambiente

Na defesa de uma cidadania mais abrangente e na busca de soluções que impliquem na superação das dificuldades ambientais diante da globalização, uma das questões mais suscitadas sempre se mostra quanto à defesa sobre território e soberania. Neste ponto, como empregado os conceitos, são notórios a responsabilidade do Estado e seu dever de proteger a Nação, abarcando, especialmente, o meio ambiente, através de mecanismos do Direito Ambiental.

Existem circunstâncias em que interpretação do direito legalista pura e simplesmente não será suficiente frente aos fatos reais e complexos relativos ao meio ambiente. Diante disso, confirma-se a inófia ao assunto e a promoção de um novo olhar próprio para ordem ambiental, que ultrapasse as fronteiras, com uma abordagem transdisciplinar, além da racionalidade de um ordenamento político, econômico ou jurídico. Dessa forma, busca-se na interpretação epistemológica delinear sobre a teoria da complexidade como referencial teórico metodológico, em particular abrangendo o meio ambiente. Para tal, a proposta formulada por Edgar Morin possui propriedade inovadora, desafiadora e instigante para o espaço acadêmico e jurídico.

Idealizada como uma crítica radical ao modelo cartesiano que presidiu o século XVIII, a teoria da complexidade somente pode ser compreendida a partir de variáveis aspectos, que por importância ao trabalho procurará reportar-se sempre voltada para o meio ambiente.

De forma generalizada, a complexidade funda-se numa visão interdisciplinar que pode ser aproveitada ao comportamento emergente de variados sistemas, como sistemas complexos adaptativos, ou no estudo dos sistemas em rede e sua complexidade, da teoria do caos, estudo dos fractais, do comportamento dos sistemas distanciados do equilíbrio termodinâmico e das suas faculdades de auto-organização.

No que tange a especificidade de Edgar Morin e seus estudos, o termo complexidade somente recebeu reflexões a partir do final dos anos 60, onde se tornou o expoente comum de sua diversificada produção acadêmica.

Em sua obra sobre o pensamento complexo, Edgar Morin (2011, p.35) censura o reducionismo da ciência clássica, garantindo que esta ignorava o fenômeno sistêmico, uma vez que possui um saber parcelado, fragmentado, o que resulta na perda da visão totalitária do ser. Afirma, também, que a complexidade coincide com parte da

incerteza da ciência seja como proveniente dos limites de nosso entendimento, seja inscrita nos fenômenos. Porém, a complexidade não se reduz à incerteza, é a incerteza no seio dos sistemas ricamente organizados.

Nesse sentido, Edgar Morin aponta, ainda, sobre as dificuldades e problemas apresentados pela terminologia quanto sua aceitação científica:

Ora, o problema teórico da complexidade é o de entrar nas caixas-pretas. é considerar a complexidade organizacional e a complexidade lógica. Aqui, a dificuldade não está apenas na renovação da concepção do objeto, está na reversão das perspectivas epistemológicas do sujeito, isto é, observador científico: era próprio da ciência, até o momento, eliminar a imprecisão, a ambiguidade, a contradição. Ora, é preciso aceitar a imprecisão certa, não apenas nos fenômenos, mas também nos conceitos. (2011, p.35)

Tendo em mente que o presente estudo se destina interdisciplinarmente, mas em específico ao sistema jurídico, e ainda sem entrar nas especificidades que envolvem o tratamento dado à cidadania planetária, percebe-se nas palavras de Edgar Morin a mesma oposição encontrada quando abordado o tema em questão, a dificuldade por parte da academia jurídica na aceitação do argumento científico da complexidade.

A metodologia científica, segundo ele (2011, p.54) era reducionista e quantitativa, já que era necessário chegar às unidades elementares não decomponíveis, as quais só podiam ser circunstâncias claras e distintas, como descontínuas podiam servir de base a todas as computações. Tal lógica ocidental destina-se a manter o equilíbrio do discurso pela expulsão da contradição e do erro, controlando o pensamento. Neste sentido, surge à epistemologia com o papel verificador do aduaneiro, ou proibidor do policial, é uma revolução a este grande paradigma ocidental negativo. Fica evidente, assim, que toda essa estrutura do sistema encontra-se transformada.

Nesta conjuntura, a palavra “complexidade”, segundo o autor (2011, p.06), exprime como ela se estabeleceu, elaborando o percurso de análise desta pela definição de limites, ocorrência de insuficiências e resultantes carências do pensamento simplificador, entendimento das

condições nas quais não se pode fugir do desafio do complexo, questionar a existência de diferentes complexidades, discutir a possibilidade de um modo de pensar capaz de responder ao desafio da complexidade. Para reger tal análise, o autor resgata a necessidade de o indivíduo eliminar duas ilusões que ao surgem durante a reflexão e, consequentemente, pode atrapalhar, sendo a primeira acreditar que a complexidade conduz à simplicidade e segundo confundir os conceitos de complexidade e de completude.

Embora a terminologia possa ser arriscada, ancora-se à crítica de Edgar Morin a incompletude do conhecimento, onde é necessária a superação das ideias reducionistas e simplistas por parte daqueles que se debruçam somente sobre o que pode ser atestado cientificamente e materialmente, evocando a exigência de se pensar sobre a complexidade da realidade e dos fenômenos físicos e biológicos, citando para a ciência as noções de ordem, desordem e organização, além de limites estabelecidos.

Assim, como a teoria da auto-organização e da complexidade, tocamos os substratos comuns à biologia, à antropologia, fora de qualquer biologismo e de qualquer antropologismo. Eles nos permitem ao mesmo tempo situar os diferentes níveis de complexidade em que se colocam os seres vivos, compreendendo-se aí o nível de mais alta complexidade e às vezes de hipercomplexidade próprio ao fenômeno antropológico. Tal teoria permite revelar a relação entre universo físico e universo biológico, e assegura a comunicação entre todas as partes do que nós nomeamos real... As fronteiras do mapa não existem no território, mas sobre o território, com os arames farpados e os aduanheiros. (2011, p.37)

O autor tem como propósito quando articulam essas primeiras ideias não o de enumerar os mandamentos, mas sensibilizar para as enormes carências de nosso pensamento, e compreender que um pensamento restrito como teoria marxista, fechado pode conduzir ações segundo ele mutilantes. Demonstra que, até então, a ciência deixou de fora o mundo e o sujeito nessa noção fechada, o que precisa se reverter para uma noção aberta.

De tal modo, surge o paradoxo descrito por Edgar Morin (2011, p.41), sujeito e objeto, portanto, são inseparáveis, inconcebíveis um sem o outro, apenas quando se lança mão do sistema auto-eco-organizador e quando se começa a teorizar, pode-se chegar à conclusão que “o mundo está no interior de nossa mente, que está no interior do mundo”. Ficando o sujeito como sistema aberto nele próprio e o objeto permanecendo aberto sobre o sujeito e o meio ambiente, para que seja possível acessar um conhecimento mais profundo e menos previsível.

Para tal, é necessário maior esforço teórico entre pesquisador e objeto, elencado por Edgar Morin (2011, p.44) através de dois traços: autocrítico e autorreflexivo, de maneira que traz em si mesmo sua própria potencialidade epistemológica, permitindo criticar, ultrapassar e refletir a teoria.

Deixa explícita a importância que a investigação possui ao cruzar pesquisas fundamentais e um conjunto de teoria, metodologia, epistemologia, sendo aberta para trocas e mantendo-se coerente. Este conceito, ele chama de *scienza nuova* e afirma que ela deverá sempre estar incorporando unidade, diversidade, rupturas, longe de ser uma unificação rígida. (2011, p.49).

Como paradigma complexo, cita que é no cotidiano que o indivíduo utiliza suas diversas identidades, que acompanham os diversos papéis sociais, tornando-os um excelente exemplo de intensa complexidade:

Não se deve acreditar que a questão da complexidade só se coloque hoje em função dos novos progressos científicos. Deve-se buscar a complexidade lá onde ela aparece em geral ausente, como por exemplo, na vida cotidiana. (2011, p.57)

A concepção descrita, dessa forma, também diz respeito a considerações relacionadas ao meio ambiente, pois estas fazem parte do cotidiano de todos os seres vivos e, mesmo assim, sofrem um isolamento entre concepções filosóficas da condição humana e da preservação do planeta em todo o debate que inserem as ciências sociais, políticas e jurídicas.

O meio ambiente é um sistema múltiplo, e sua interpretação requer mais que conceitos fechados, demandam uma abordagem sistêmica com parâmetros da ciência moderna, conhecimentos articulados, integrados, na busca da construção de uma visão de mundo,

almejando construir novas relações igualitárias para a promoção de maior proteção ao meio ambiente.

Compreende-se, então, que a partir do real, se pode fortificar o entendimento da complexidade do real, e nesse sentido Edgar Morin (2011, p.72/73) estrutura os macroconceitos ao destacar que nas coisas mais importantes, os conceitos não se definem pelas suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo e a partir destes, aborda os três princípios os quais nos facilitam o entendimento da complexidade: primeiro, o princípio dialógico que garante a sobrevivência e, ao mesmo tempo, a reprodução para a continuidade da espécie; segundo, o princípio de recursão organizacional no qual o sistema aberto permite que produtor e produto sejam um só; e terceiro, princípio holográfico no qual a mais infinitesimal parte contém todos os elementos do todo. Portanto, a própria ideia hologramática está ligada à ideia recursiva que está ligada, em parte, à ideia dialógica.

A relação é complexa. O sistema aberto comporta lacunas, com possibilidades de múltiplos pontos de vista. Por esse motivo, daí, o pensamento da complexidade exige a integração entre observador e conceptor (MORIN, 2011, p.76).

Igualmente, é preciso reforçar a necessidade da tomada de consciência que passa a integrar o chamado pensamento sistêmico que tem por objeto não um setor ou uma parcela, mas um sistema complexo, que forma um todo organizado, tornando-se como orientação para a compreensão do pensamento complexo, e que permite a aplicação dos mesmos nas mudanças dos paradigmas da ciência.

Referindo-se de forma articulada à necessidade do pensamento complexo, Edgar Morin (2011, p.77) oferece a ideia da visão sistêmica, no que liga o conhecimento das partes ao conhecimento do todo, conforme a ponte indicada por Pascal “tenho por impossível conhecer o todo sem conhecer as partes, e conhecer as partes sem conhecer o todo”. Com oposição à ideia reducionista, entende que “o todo é mais do que a soma das partes”. Do átomo à estrela, da bactéria ao homem e à sociedade, a organização do todo produz qualidades ou propriedades novas em relação às partes consideradas isoladamente: as emergências. A organização do ser vivo gera qualidades desconhecidas de seus componentes físicos e químicos.

A partir da complexidade, Edgar Morin (2010, p.21) propõe uma reforma do pensamento, mas não das suas consequências pedagógicas, porque na verdade a ideia cognitiva de conhecimento é a certeza, seja em filosofia, seja em ciência. Porém, a partir do início do século não há nenhum fundamento único, seguro de conhecimento, o fundamento

ocorre à revolução no campo das certezas, o surgimento da desordem e da incerteza.

Admitindo o problema da não separabilidade, ou seja, contextualizar e globalizar como procedimentos, pois contextualizar é problema da ecologia, nenhum ser vivo pode viver sem seu ecossistema, sem seu meio ambiente. Pode-se entender que a compreensão deve ser a partir do todo, ou seja, não compreender alguma coisa de autônomo, senão compreendendo aquilo de ele é dependente. Isso é revolução do pensamento (MORIN, 2010, p.25).

A indução no ponto de vista científico pode ser vista como incerta, entretanto, igualmente pode ser muito confiável em alguns casos. A grande questão levantada por Edgar Morin é que o problema não é a incerteza, mas combinar o simples e o complexo, uma reforma paradigmática.

Para uma reforma de pensamento também há outra questão que é a ação. Quando aborda a ação e a complexidade, Edgar Morin (2011, p.79/81) propõe a ação como estratégia, o que permite a partir de uma atitude inicial prevenir várias diferentes ações que podem e devem ser alteradas em função de novas informações ou reações. A estratégia pode tirar vantagem do acaso ou de um erro, quando se tem um oponente. A ação é o reino concreto e, às vezes, vital da complexidade. Enfatiza que a complexidade não afasta a clareza, a ordem e o determinismo, mas considera que os mesmos são insuficientes na pesquisa do universo e esta se situa num ponto de partida para uma ação mais rica, menos mutiladora.

Nas trilhas da investigação sobre a complexidade a partir de vislumbrar o pensamento de Edgar Morin há de se concordar quando ele defende que complexidade não é uma resposta, mas um desafio. Uma possibilidade de pensar através da complicação, das contradições, além de simplificadora. Na obra *O método a vida da vida*, Edgar Morin desestabiliza as certezas das metodologias científicas, promovendo a natureza do pensamento como avanço da ciência e conclui que o método não cessou de ser aquilo que se procura, mas tornou-se um pouco daquilo que procura (2011, p. 508), além de inconcluir que se deve reconhecer a vida como emergência, simultaneamente, na sua dependência e na sua realidade autônoma, retroagindo sobre as condições da sua própria produção (2011, p. 505).

A partir da defesa de Edgar Morin (2011, p.107), o cerne da complexidade é a impossibilidade de homogeneizar e de reduzir, é a questão *unitas multiplex*. Conhecer é produzir uma tradução das realidades do mundo exterior. Só os coprodutores de objetividade. Por

isso, faz-se da objetividade científica não apenas um dado, mas um produto. A objetividade concerne igualmente à subjetividade. A teoria objetiva não anula o caráter subjetivo do sujeito (2011, p.111).

Apostar na teoria da complexidade como fundamento teórico na defesa de uma cidadania mais abrangente e na procura de soluções que impliquem na superação das dificuldades ambientais, é trazer alternativas para interpretação além do ordenamento jurídico frente à complexidade que vive a humanidade e o meio ambiente. Diante disso, procura-se oferecer um panorama verdadeiramente possível que propicia abordagens para ordem ambiental, além-fronteiras, com atributos integracionistas, abertos, questionadores, estratégicos e científicos em direção à cidadania planetária.

1.4.2 Cidadania planetária – entre as dificuldades e a emergência de proteção global do meio ambiente

Contemporaneamente, reconhece-se que o meio ambiente pertence a uma rede interligada que carece de maior proteção. O conteúdo essencial do direito ao meio ambiente se atrela, com efeito, com liberdades positivas, com participação, próprias da democracia clássica ou republicana. Diante desse panorama, a proteção ao meio ambiente alude interdependência e democracia participativa, sendo que esta não deve se encontrar pautada na teoria da vontade, mas na satisfação das necessidades ou interesses básicos, coletivos, ampliando-se aos necessitados dessa tutela.

O Direito Ambiental através dos ordenamentos hodiernos buscam incorporar um fortalecimento às bases ambientais. As consequências de tal necessidade concretizam-se na elaboração de novas normas direcionadas à proteção ambiental, através do Estado e suas constituições, tanto nível internacional, nacional, estadual ou leis orgânicas. Posiciona-se, nesse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro que consagrou constitucionalmente em seu artigo 25 a proteção ao meio ambiente um direito-dever. Confere-se destaque a José Rubens Morato Leite (2015, p.125-126) ao afirmar que hoje a proteção ao meio ambiente constitui um verdadeiro valor constitucional, observando, ainda, que o direito ambiental brasileiro obedece à uma lógica sistêmica na maneira que foi consubstanciado, pois é calcado em princípios e instrumentos legais, os quais devem ser efetivamente operacionalizados.

Mesmo assim, com a consolidação da tutela jurídica ambiental no Brasil, é interessante ressaltar que o Estado¹¹ nação não se encontra preparado para tal efetividade, embora no sentido amplo, cidadania é o exercício de outras prerrogativas constitucionais que norteiam o Estado Democrático de Direito. A cidadania posta transforma o indivíduo integrante do Estado com legitimidade de seus direitos em seu espaço territorial e jurisdicional.

Nessa perspectiva, tanto a nível global como local, o Estado estabelecido encontra-se enfraquecido, não tem mais meios de manter uma harmonia nacional frente às disputas regionais ou internacionais e dos lugares para se globalizar. Outras nações mais nacionalistas, com diversas argumentações políticas, defendem fanaticamente a preservação e defesa da identidade territorial. Fica evidente, então, que ainda há distância do fim dos territórios, em relação a Estado-nação.

Concomitantemente ao enfraquecimento do Estado, há enfraquecimento da vinculação entre cidadania e Estado-nação. Diante da internacionalização das normas, o Estado não detém mais o monopólio, e deve existir um partilhamento em prol de todos, ou seja, com a globalização o Estado perde força e, com isso, tende a não ser mais o centro da cidadania.

Assim, falar em cidadania partilhada, de maneira mais extensa é refletir sobre a racionalidade e a formação da identidade, que independentemente da cultura e da sociedade, são anteriores à vida social. A visão mais aprimorada sobre cidadania é a abordagem liberal de Will Kymlicka, que chega por vezes a se aproximar de uma visão comunitarista, onde critica falar em cidadania diferenciada, sem superar diferenças:

La ciudadanía no puede desempeñar su vital función integradora si está diferenciada en función del grupo; deja de ser un mecanismo para cultivar el sentimiento de comunidad y el sentimiento de objetivo común. Si la ciudadanía está diferenciada ya no proporciona una experiencia compartida o un estatus común, sino que se convertiría en otro factor de desunión en lugar de cultivar la unidad frente a la creciente diversidad social. La ciudadanía debería ser un foro donde la gente superase sus diferencias y

¹¹ Sobre Estado, suas teorias e concepções serão abordadas em capítulo posterior.

pensase em el bien común de todos lós ciudadanos.(2010, p.241)

Como demonstra Will Kymlicka, cidadania não é apenas buscar concepções clássicas ou liberais, mas adotar uma forma de democracia participativa e integradora, diferente da política individualista citada por ele como:

La vida política tiene una inuludible dimensión nacional, tanto em lo concerniente al trazado delas fronteras y a La distribución de poderes, como a lãs decisiones sobre La lengua de lãs escuelas, tribunales y lãs burocracias, o em la elección de las festividades públicas.(2010, p.266)

O grande desafio da democracia na contemporaneidade apontada por Will Kymlicka (2010, p.237) é o estabelecimento das relações das instituições democráticas e o respeito pelos direitos humanos, sem que para isso, sejam necessários conflitos nacionais, violências ou guerras, buscando reconhecer o direito das minorias de forma multicultural.

Tradicionalmente há de se observar, que diante de um conjunto, a grande maioria da população de diferentes Estados, a partir da política estatal clássica se encontra marginalizada social e economicamente pela globalização, perdendo, dessa forma, o interesse para compartilhar lutas políticas internas, enquanto outros buscam alternativas para uma cidadania caracterizada baseada na democracia com diversas identidades ligadas ao gênero, à raça, ao meio ambiente, às concepções espirituais etc., associando-se, assim, aos chamados novos movimentos sociais. Com tal argumento, a cidadania clássica, determinada pelo Estado territorial, mostra-se ultrapassada, excluída da agenda normativa, levando a acreditar em uma possível desterritorialização do Estado.

É pertinente vislumbrar o discurso sobre a desterritorialização, pois este levanta problemas e questões concretas, além do debate filosófico. Neste sentido, Félix Guattari (1995a, p.22) construiu um pensamento através do modelo do rizoma, ao propor a construção do pensamento, onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma trabalha através de encontros e agenciamentos, de uma adequada cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades. Enquanto o modelo da árvore-raiz é “decalque”, reprodução ao infinito,

o rizoma-canal “voltado para uma experimentação ancorada no real”, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que “volta sempre ‘ao mesmo’”.

A criação do rizoma busca agrupar os encontros, os agenciamentos e os acontecimentos. Por agenciamento, Félix Guattari (2011, p.317) menciona uma “noção mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma etc., enquanto por agenciamento, este admite componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica (sic), imaginária”.

Desse modo, a noção de território também deve ser compreendida além da posse, além da positivação, como assegura Felix Guattari:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos. (1986, p.323)

A partir dessa análise, contata-se que território é, portanto, um agenciamento, e com essa circulação mútua de agenciamentos, há a constituição de um território. A consideração articulada de território de Gilles Deleuze e Félix Guattari ganha tal magnitude, porque diz respeito ao pensamento e ao desejo, como uma força criadora, produtiva. Dessa forma, defendem que se pode territorializar qualquer coisa, desde que haja agenciamento maquínico de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

Então, a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território, “é a operação da linha de fuga” e a reterritorialização é o movimento de construção do território (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p.224); no primeiro movimento, os agenciamentos se desterritorializam e, no segundo, eles se

reterritorializam como novos agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação.

De forma peculiar, as ideias de Félix Guattari desencadeiam o norte para territorialidade do Estado que se faz neste processo de desterritorialização (dentro da proposição do primeiro teorema). Assim, o Estado estabelece novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação.

Como já afirmado, tais questões geram preocupações com as delimitações, os enraizamentos, os poderes e as hierarquias de territórios, nunca superados. Neste contexto, os estudos de Felix Guattari juntamente com Gilles Deleuze, fazem emergir que é conciso constituir a força do movimento, de espaços da mobilidade, dos rizomas, ou de territórios-rede, lugares móveis de conexão e/ou de passagem. Sem pretensões extremistas com o fim dos territórios, todavia reconhecer a complexidade das desre-territorializações contemporâneas além fronteiras.

Enaltece-se, portanto, fontes alternativas de identidade que reemergem a partir do deslocamento parcial do Estado, vinculadas a expectativas civilizacionais, religiosas, étnicas e ecológicas. A crise ambiental e as normas instituídas pelo Estado não dão conta do mundo globalizado, assim se pode projetar que a construção do futuro tende a modificar a cidadania nacional, nascida com os Estados territoriais modernos do ocidente, em forças sociais transnacionais, abrindo caminho para a criação de uma sociedade civil global emergente.

Vale a pena ressaltar que a opinião sobre cidadania global defendida pela força moral é originária da *Paz Perpétua* de Immanuel Kant, com seu apelo à solidariedade em relação aos estrangeiros, além de sua preocupação com estruturas universais de comunicação. De acordo com Immanuel Kant:

O processo pelo qual todos os povos da terra estabeleceram uma comunidade universal chegou a um ponto em que a violação de direitos em uma parte do mundo é sentida em toda parte; isto significa que a ideia de um direito cosmopolita não é mais uma ideia fantástica ou extravagante. É um complemento necessário ao direito civil e internacional, transformando-o em direito público da humanidade (ou direitos humanos [Menschenrechte]); apenas sob esta condição (a

saber, a existência de uma esfera pública global em funcionamento) podemos nos gabar de estarmos continuamente avançando em direção à paz perpétua. (1992, p.140)

Essas ideias têm implicações muito interessantes para compreensão da designada cidadania ambiental ou ecológica, que se encontra voltada para as dimensões de direitos difusos, coletivos, transdimensionais e planetários. A cidadania inclui significados que se produzem sobre o partilhamento do poder, as relações do cidadão com o Estado, e que foi definitiva para a formação do Estado-nação.

No entanto, nas raízes de sua concepção, nos textos Aristotélicos, é possível antever a ligação de cidadania com a vida social, com a civilidade, denotando uma cidadania política, social e cívica. O homem é visto como um ser social e a cidadania, o conjunto de todos os cidadãos, sendo a cidadania inerente ao homem. A cidadania é mais abrangente que uma relação com o Estado, emergindo das relações da sociedade, que hoje se encontra globalizada não só em sua economia, mas nos seus desafios e problemas.

O domínio e responsabilidades do ser humano de há muito ultrapassam as noções de vizinhança e de sua existência temporal, tratado, inicialmente, como um direito de vizinhança, o meio ambiente hoje se transformou num direito transfronteiriço, devido à ampliação da intervenção humana no espaço e no tempo.

O empenho das Organizações não governamentais (ONGs) e dos movimentos ecológicos na construção das políticas públicas em defesa do meio ambiente é determinante. As conferências da ONU para o meio ambiente foram limites na mobilização da sociedade civil, reconhecidos internacionalmente, como, por exemplo, a Agenda 21, que dedica um capítulo ao papel das ONGs na construção de uma agenda sustentável.

Além disso, o Estado de Direito também regulamenta previamente a aquisição do poder mediante um processo eleitoral universal e o exercício do poder com a determinação de princípios a serem observados, considerando ilegítimo aquele que desrespeita essas regras. Assimilar novos processos de dinâmica comportamental coletiva é uma ação que proporcionará novidade na relação do homem com o seu meio ambiente, estabelecendo, desde já, no mundo contemporâneo, o prólogo e o surgimento de um antropocentrismo alargado e declaradamente paradigmático.

Diante dessa exterioridade, é cogente procurar, nas fontes propedêuticas e filosóficas, explicações para avaliar as razões pelas quais a sociedade contemporânea vivencia a real crise ambiental.

Segundo Frijot Capra(1996, p.35), durante processo histórico filosófico, a natureza foi cotejada ao funcionamento de um relógio, e a humanidade, na época dessas mudanças de ideia de natureza, ocorridas nos séculos XVI e XVII, sobreveio a ocupar outro lugar no mundo. A prevalência da ideia de natureza como objeto. Mas, existiram também movimentos antagônicos ao cartesianismo, como, por exemplo, o Movimento Romântico na arte, literatura e filosofia, no final do século XVIII e no século XIX. Nesse movimento, houve um retorno à visão organísmica de natureza, tendo como figura central Goethe, que admirava a “ordem móvel” (*bewegliche ordnung*) da natureza e concebia a forma como um padrão de relações dentro de um todo organizado. Essa era a principal ideia do pensamento sistêmico contemporâneo.

A ideia defendida por Frijot Capra (2005, p.12) se desenvolve na medida em que propõe uma estrutura conceitual que integre as dimensões biológica, cognitiva e social da vida, que habilite resolver de maneira sistêmica alguns dos maiores problemas do nosso tempo.

Suas ideias, na verdade, ainda são otimistas, pois lançam mão de uma crise de percepção da humanidade frente aos problemas do século XXI, enquanto Edgar Morin acode a policrise, apresenta outra possibilidade de sociedade, sem existir um paradigma, uma sociedade em rede sistêmica e unificada em todos os níveis de vida, das metabólicas até as teias de ecossistemas e redes de comunicação da sociedade humana, construída pela coletividade, podendo ser alicerçada e moldada, sendo possível inclusive o retrocesso. Dois fenômenos do novo século terão efeitos significativos: o bem estar e os modos de vida da humanidade (CAPRA, 2005, p.267).

Ao trabalhar epistemologicamente com várias ciências em *Conexões Ocultas* vai interconectar outros conhecimentos padrão ainda inacabados, com profundidade que ainda ao veio à nossa compreensão, mas que na sua visão já acontece.

Para Frijot Capra (2005, p.268), o grande desafio do século XXI é da mudança do sistema de valores que se encontra por trás da economia global, de modo a torná-la compatível com a dignidade humana e a sustentabilidade ecológica, apostando que a questão não é tecnológica, mas política, visualizando que os valores humanos podem mudar, pois não são leis naturais.

Nesse sentido, ao desconstruir a ideia ultrapassada do Estado vigente, na procura do bem estar da humanidade, uma das maiores dificuldades das sociedades contemporâneas é a busca de um ideal para uma sociedade heterogênea, primando pelo respeito pelas minorias culturais que não podem mais ser ignoradas ou eliminadas como ocorreu num passado recente.

A noção de cidadania nacional, ao tratar todos iguais e submeter todos à mesma lei, é uma noção de cidadania medieval, conflitante com as novas sociedades. Não podem os Estados ou a comunidade mundial eximirem-se de garantir aos seus cidadãos os direitos civis e políticos básicos, como a liberdade de expressão, de associação e, especialmente, a manutenção de seus valores culturais.

No entanto, para a proteção dos direitos das minorias culturais, não basta à proteção pertinente somente aos direitos humanos¹², pois a própria história tem demonstrado que os procedimentos tradicionais vinculados à solução de questões que se referem aos direitos humanos são incapazes de solucionar as controvérsias referentes às minorias culturais e às peculiaridades que delas originam-se.

Especialmente ao que tange ao meio ambiente, continua um paradoxo a ser considerado em sua defesa quanto às medidas de proteção ao meio ambiente e seu efetivo cumprimento. O movimento ecológico estimula o pensamento sistêmico, em torno das relações, contextos, padrões e processos.

Frijot Capra (2005, p.272) questiona se ainda haverá tempo para reverter esta profunda mudança de valores, pois referentes ao futuro ambiental, as expectativas são alarmantes. Do mesmo modo, responde que as evidências de um número de pessoas e instituições engajadas à transição para sustentabilidade ecológica sejam determinantes para tal, elencando ainda posicionamentos de defensores do movimento ecológico.

Assim sendo, é claro que os direitos correlatos a todos os povos ao desenvolvimento econômico se encontram intrinsecamente ligados como forma de combater a miséria, devendo consecutivamente respeitar o meio ambiente. Contudo, o que se manifesta é em contrariedade a estas garantias. Nesse sentido, Rogério Portanova alerta sobre o imperativo de desenvolver-se ciência e do mesmo modo respeitar o meio ambiente:

¹² Quanto aos Direitos Humanos o trabalho abordará em capítulo específico.

Desenvolver a ciência e a tecnologia, dominar a natureza em proveito do homem, aumentar a produção e proporcionar o maior conforto material possível sempre foi o ideal buscado por ideologias que, embora se mostrassem tão díspares no plano econômico, não deixam de revelar uma proximidade no que tange à execução de seus meios. Falando em linguagem marxista: capitalismo e socialismo eram antagônicos com relação ao modo de produção; contudo, professavam a mesma fé a respeito dos meios a serem empregados para o desenvolvimento da sociedade. (2005, p.8)

Observa-se que dimensionar os problemas de natureza socioambiental existentes no planeta e seus prejuízos irreversíveis talvez seja incalculável, mas uma certeza incide sempre, a responsabilidade é do homem que incorre em erros.

O fato é que no planeta a grande maioria ainda é composta por determinados grupos de seres humanos que agem de modo mais destrutivo que outros, pois, diferentemente, determinadas populações relacionam-se com o ambiente de forma harmônica, não cabendo generalizações em prol da culpa ser do homem o destruidor da natureza. Exemplos dessas populações são os índios, os pescadores, os ribeirinhos entre outros que trazem conhecimento popular de como aproveitar o recurso disponível de forma racional, sem ao menos ter noções de desenvolvimento sustentável.

Neste contexto, percebe-se que se devem encontrar meios de desenvolvimento sem agressões ao meio ambiente, de uma forma integral, em busca de um equilíbrio ecológico para que não ocorram violações ao direito ambiental ou humano, pois estes possuem um condão universal como arrazoadado por Immanue Kant já delineado anteriormente.

Em verdade, considerando a existência de uma vetusta e persistente sociedade contemporânea, esta carece de ações ou políticas voltadas ao meio ambiente que ultrapassem as fronteiras e alcancem a terra em um todo, em prol do desenvolvimento sustentável, redimensionando a terminologia cidadania, passando a visualizar, refletir a forma de uma cidadania diferenciada, sem fronteiras, podendo agir em um Estado, mas perpetuando globalmente através de um modelo de educação para toda a humanidade. Rogério Portanova já demonstra esta preocupação com um novo pensar, como se pode observar:

Proponho que comecemos a pensar num modelo de Estado que esteja de acordo com o desafio que estamos enfrentando. Por falta de uma melhor precisão, e por ser ainda incipiente, vou chamá-lo de Estado de Bem-Estar Ambiental – um Estado que resgate as conquistas do Estado de Bem-Estar Social, tratando de seus excessos, porém baseado no quadro mais geral da sustentabilidade.

Esse Estado de Bem-Estar Ambiental não será fruto de conquista do poder por um partido, nem será privilégio de uma região. Ele deve ser uma referência norteadora de atuação do campo da radicalização da democracia e da nova cidadania emergente que é a cidadania ambiental, típica do terceiro milênio, cheia de contradições, com avanços e recuos, mas resgatando a utopia de que podemos ainda construir a história com nossas próprias mãos, a utopia de que não estamos determinados pelas forças indefectíveis do mercado, restringindo a nossa possibilidade de existência a simples consumidores de uma sociedade pós-moderna. (2005, p.69)

A ideia de desenvolvimento agregada à preservação dentro de um estado sistêmico e complexo torna-se plausível, a ampliação de outras formas de sobrevivência em consonância com o ambiente complexo, fato digno de um novo paradigma. Nesse ponto de vista, desenvolve-se uma nova forma de convivência humana, chamada de convivência em escala planetária, abrangendo ora o aspecto comunitário, ora institucional. É uma nova compreensão entre diversidades culturais, religiosa, profissional, de gênero, de histórias de vida, existencial, ecológica e epistemológica, para abarcar as diferenças.

Neste sentido, discorre-se sobre a situação particular de abrangência planetária defendida por Edgar Morin em suas obras, em especial *Terra Pátria*, onde o autor através de uma abordagem poética viveu um inimigo concreto na resistência francesa, e, a partir de então, fez denúncias graves de comportamento político e civilizatório. Em sua visão, a terra se encontra perdida, entretanto, nem tudo é tão catastrófico, porque a humanidade pode buscar a solução através da responsabilidade.

A partir das ideias de Edgar Morin, constata-se uma globalização ou um mundo integrado apenas pelo comércio, evento esse com

destaque mais comercial do que histórico, com origens na descoberta da América, e suas implicações para o que se titula contemporaneamente global ou vivendo em um só tempo. Tal ideia remete, como se o mundo (Planeta) voltasse a ser plano e não redondo, mas com as devidas diferenças, tanto climáticas como de ecossistemas e culturas. O padrão de desenvolvimento e crescimento econômico alavancado pela globalização transfronteiriça linearizou culturas e experiências.

Tudo exposto como se êxito fosse o que está definido na lógica do sucesso econômico. E para tal, tudo e o todo devem ser mais rápido, maior e melhor, isto é, melhorado industrialmente e artificialmente. Essa lógica induziu a alguns limites que não estavam na leitura padrão das promessas da modernidade.

Assim, para Edgar Morin há perspectivas, paradoxos e contradições com o mesmo significado, sem apresentar significados falsos como os conceitos de conservador, revolucionário e transformador, elevando-se a uma cidadania planetária. As construções necessárias para a compreensão da complexa rede social contemporânea são ministradas com muita clareza, o que leva a defesa da era planetária e, conseqüentemente, a cidadania planetária.

Assim, entre a crise de percepção versus reformulação de pensamento, a humanidade pode mudar e com ela tudo e todo também mudam. Nesse discurso, elenca Edgar Morin, o capitalismo econômico, o consumismo e soluções politizadas como fatores que dificultam a humanização.

As cidades, o capitalismo, o Estado-nação, depois a indústria e a técnica, ganham um impulso que nenhuma civilização conheceu ainda. Através de guerras entre si, não apenas em território europeu, mas também na América e na Ásia, a Espanha, Portugal, a França, os Países-Baixos e, sobretudo a partir do século XVIII, a Inglaterra desenvolvem um formidável poderio econômico, marítimo, militar que irá cobrir o Globo. (1995, p.23)

Para discorrer sobre a necessidade de se refletir sobre uma era planetária, Edgar Morin salienta a ocidentalização do mundo, a mundialização das ideias e da guerra como fatores determinantes.

A era planetária se inaugura e se desenvolve na e através da violência, da destruição, da escravidão,

da exploração feroz das Américas e da África. É a idade de ferro planetária, na qual estamos ainda. A mundialidade do mercado é uma mundialidade de concorrências e de conflitos. Está ligada à expansão mundial do capitalismo e da técnica, à mundialização dos conflitos entre imperialismos, à mundialização da política, à difusão mundial do modelo do Estado-nação, forjado na Europa, e que irá se tornar um instrumento de libertação face aos dominadores europeus, um meio de salvaguardar as identidades ameaçadas pela modernidade ocidental, ao mesmo tempo em que um meio de se apropriar das armas e dos meios dessa modernidade. Os múltiplos processos de mundialização (demográficos, econômicos, técnicos, ideológicos, etc.) são interferentes, tumultuosos, conflituosos. (1995, p.24)

Os problemas fragilizados com a mundialização econômica contribuem numa dialógica tornada mundial entre as forças de integração e de desintegração culturais, civilizacionais, psíquicas, sociais, políticas, a própria economia se mundializou cada vez mais e se fragilizou cada vez mais; assim, a crise econômica e a economia mundial são cada vez mais um todo interdependente: cada uma de suas partes tornou-se dependente do todo, e, reciprocamente, o todo sofre as perturbações e vicissitudes que afetam as partes (MORIN, 1995, p.34).

Considerando o meio que a humanidade vive, Edgar Morin enfatiza que o conhecimento contextualizado produz a ignorância especializada, a qual se chama de ciência, e apresenta o holograma como construção do universo.

Não apenas cada parte do mundo faz cada vez mais parte do mundo, mas o mundo enquanto todo está cada vez mais presente em cada uma de suas partes. Isso se verifica não só para as nações e os povos, mas também para os indivíduos. Da mesma forma que cada ponto de um holograma contém a informação do todo de que faz parte, doravante cada indivíduo também recebe ou consome as informações e as substâncias vindas de todo o universo. (1995, p.35)

Assim, delineadas o início de uma era planetária, Edgar Morin traça esboços sobre uma consciência denominada planetária a despeito de todas as regressões e inconsciências na segunda metade do século XX, dentre essas a formação de uma consciência ecológica planetária, onde a biosfera se apresenta como o objeto da ciência.

O objeto da ciência ecológica é cada vez mais a biosfera em seu conjunto, e isso em função da multiplicação das degradações e poluições em todos os continentes e da detecção, desde os anos 1980, de uma ameaça global à vida do planeta. Onde uma tomada de consciência progressiva, que encontrou sua manifestação no Rio de Janeiro em 1992, da necessidade vital, para a humanidade inteira, de salvaguardar a integridade da Terra. (1995, p.37)

Nessa linha, a incerteza e a hominização são ideias, perturbações, impulsos apresentadas que poderão movimentar e emergir associações coletivas locais, transnacionais, a exemplo da União Europeia, e, dessa forma, se volta para a unidade antropológica. As ideias do passado sobre universo e natureza que pareciam certas são subvertidas a partir dos progressos revolucionários, o que permite uma nova consciência planetária visualizando a biosfera como cientificidade.

Sobre a identidade terrestre, sabe-se que o homem aprendeu a separar, compartimentar, isolar, e não a ligar os conhecimentos, e, portanto, conceber a humanidade de forma insular, fora do cosmos que cerca e da matéria física que fora constituídos, Edgar Morin constrói outra identidade, o homem é o cosmos.

Assim, sabemos sem querer saber que nos originamos deste mundo, que todas as nossas partículas foram formadas há 15 bilhões de anos, que nossos átomos de carbono se constituíram num sol anterior ao nosso, que nossas moléculas nasceram na Terra e talvez tenham aqui chegado às vezes por meteoritos. Sabemos sem querer saber que somos filhos desse cosmos, que carrega em si nosso nascimento, nosso devir, nossa morte. É por isso que não sabemos ainda nos situar dentro dele, ligar nossas interrogações sobre este mundo e as interrogações sobre nós mesmos. Ainda não somos instigados a refletir sobre nosso

destino físico e terrestre. Ainda não tiramos as consequências da situação marginal, periférica de nosso planeta perdido e de nossa situação nesse planeta.

No entanto, é no cosmos que devemos situar nosso planeta e nosso destino, nossas meditações, nossas ideias, nossas aspirações, nossos temores, nossas vontades. (1995, p.48)

Através da desconstrução das ideias marxistas apresentadas anteriormente, chega-se à conclusão que se houver a reforma de pensamento, o homem passa a integrar o todo. Tal posição não se mostra antropocêntrica, mais que isso, é pensar no macro e no micro cosmos, mistério da rede, porque o ser humano precisa encontrar sua identidade humana no cosmos, ele é cartesiano por excelência. Na medida em que Edgar Morin exige que se tome uma posição, ele próprio destrói esta posição sem dizer o que está errado.

A tomada de consciência de nossas raízes terrestres e de nosso destino planetário é uma condição necessária para realizar a humanidade e civilizar a Terra.

Neste sentido, o reenraizamento terrestre é em si mesmo uma finalidade. Tudo está ligado: a elaboração de nossas finalidades terrestres necessita o conhecimento e o reconhecimento de nosso da-sein cósmico, de nossa identidade terrena, de nossa condição antropológica, da idade de ferro planetária. (1995, p.105)

É necessário refletir sobre as relações com a natureza, mas também analisar as relações entre nós mesmos. Pois seres humanos, seres vivos, planeta, tudo está interligado, incluso em uma participação ativa. Dentro de nossas finalidades terrestres a democracia, vista por Edgar Morin como civilizadora, ou seja, além de apenas ser o exercício de soberania de um povo, é complexa e como tal necessita de condições complexa.

A democracia supõe e alimenta a diversidade dos interesses e grupos sociais assim como a diversidade das ideias, o que significa que ela deve, não impor a ditadura da maioria, mas reconhecer o direito à existência e à expressão das

minorias e dos que protestam, e permitir a expressão das ideias heréticas e*desviantes. Ela tem necessidade de consenso quanto ao respeito das instituições e regras democráticas, e ao mesmo tempo tem necessidade de conflitos de ideias e de opiniões que lhe dão sua vitalidade e sua produtividade. Mas a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem ocorrer na obediência à regra democrática, que regula os antagonismos ao substituir as batalhas físicas por batalhas de ideias, e determina, através de debates e eleições, seu vencedor provisório.

Assim, a democracia, que exige simultaneamente consenso e conflitualidade, é muito mais que o exercício da soberania do povo. É um sistema complexo de organização e de civilização que alimenta (ao alimentar-se dela) a autonomia de espírito dos indivíduos, sua liberdade de opinião e de expressão, e o ideal trinitário Liberdade, Igualdade, Fraternidade. .(1995, p.119)

Ilusório? Talvez se quisesse a humanidade seguir no ritmo de uma sociedade construída em um dogma de desenvolvimento para atingir a felicidade momentânea ou redefinir seus pontos para não haver um colapso, algo diferente, uma ideia irrefutável. Para Edgar Morin (1995, p.27), a era planetária é também uma aspiração, nesse início do século XX, à unidade pacífica e fraterna da humanidade e sua continuação no século XXI.

Agora, vislumbrar a cidadania planetária é viver a vida como processo, como fluxo permanente de energia, de condições, de um decorrer relativamente imprevisível, é concretizar o direito de ter direitos.

Nada obstante, a nível nacional, tem-se consciência que, no Brasil, existem formas de participação política desde o início da transição democrática. Os mecanismos institucionais criam ações políticas tradicionais, que se enfraquecem e perdem terreno lenta e gradualmente para as participativas que se fortalecem. Nessa mesma linha, cita-se mesmo que brevemente propostas para o desenvolvimento da integração ambiental, que se encontram pautadas em propostas educacionais as quais refletem os conflitos globais, sendo que nesta esteira encontra-se a sugestão de uma educação para cidadania planetária.

Vale citar estudiosos que indicam que educar para cidadania planetária significa discutir questões como meio ambiente, desigualdade social, alerta atômico, contudo, buscando uma compreensão global dos conflitos, vendo os fatos como interdependentes, percebendo o conflito do seu país relacionado a outros conflitos, de outros países, sejam eles próximos ou longínquos. Moacir Gadotti (2000, p. 142), em relação à educação para a cidadania planetária, explica que educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de seus princípios. A educação planetária implica uma revisão de nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo não numa comunidade local, mas numa comunidade que é local e global ao mesmo tempo. O autor vai ainda mais longe, afirmando que não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados. Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e organiza-se em multidões. (GADOTTI, 2013).

Em síntese, a cidadania começa nas bases educacionais, pois mudanças emergem de um povo que pensa, reflete novos problemas com novas soluções. O Brasil é uma nação que apresenta extremas desigualdades. Os contrastes, as diferenças aumentam a situação de ricos e pobres que parecem migrar para extremos opostos, onde na escala de aprofundamento das injustiças sociais, essas ganham proporções dentro do mundo globalizado.

Dentro desta perspectiva, sustenta Liszt Vieira (2001,p.32) que a globalização desafia os princípios do consenso e da legitimidade, do poder político, da base político-territorial do processo político, da responsabilidade das decisões políticas, a forma e o alcance da participação política e até o próprio papel do Estado como garantia dos direitos e deveres dos cidadãos, desafiando os princípios de Vestfália. A globalização é, para o autor, responsável pelo declínio na qualidade e significação da cidadania devido à mudança do papel do Estado.

Sem olvidar dos avanços, a globalização carrega consigo a degradação socioambiental, e, assim, impôs a diversas disciplinas científicas a necessidade de internalizar valores e princípios ecológicos que asseguram a sustentabilidade do processo de desenvolvimento. Nesse contexto, surgiram novos enfoques metodológicos para apreender a multicausalidade e o potencial de um conjunto de processos de ordem física, biológica, tecnológica e social. Em sua articulação, esses processos conformam sistemas complexos que reembasam a capacidade

de compreensão e ação a partir dos paradigmas unidisciplinares de conhecimento.

O ambiente emerge, impulsionado pelas diferentes ordens do real que foram externalizadas e dos saberes subjugado pelo desenvolvimento das ciências modernas, o ambiente está integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza super explorada e a degradação socioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e a dissolução de suas identidades étnicas (LEFF, 2006, p.159).

Nesta totalidade, existem princípios que ajustam todas as aplicações de Direito Ambiental, como o princípio do desenvolvimento sustentável, que constitui um desenvolvimento econômico e social adequado na conservação do meio ambiente para todas as gerações, de tal forma que se configure em um meio ambiente sadio, ou o princípio da cooperação internacional, como também o princípio da solidariedade, entre outros, que serão objetos deste estudo.

A preocupação ecologicamente com a coletividade defronta-se em uma série de problemas globais que danificam a biosfera e a vida humana de uma forma preocupante. São problemas sistêmicos, assim significa que estão todos interligados e, ao mesmo tempo, interdependentes. Compreende-se que a deterioração ambiental acelerou nos últimos tempos e, para tal, alguns cientistas se manifestaram pela utilização de novos paradigmas no uso e manejo das reservas disponíveis, assim como, a adoção de procedimentos sustentáveis de administração e aproveitamento de rejeitos industriais e domésticos.

Com domínio, Fritjof Capra (1996, p.23) defende que esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo super povoado e globalmente interligado.

Deste modo, no sentido de melhor conjecturar este inédito contexto, pode-se articular que a cidadania global está repousada na ideia de sustentabilidade, constituída na fraternidade, na diversidade, na participação, na democracia, em escala planetária, com raízes locais e consciência global. Por isso, importam garantir esta cidadania mundial no sentido de construir uma esfera transnacional repleta de valores da democracia, capazes de garantir os direitos globais dos cidadãos.

Tal importância deve ser abarcada por todo o Estado, no sentido de condicionar, coordenar, implementar e concretizar a cidadania, sejam respeitando os seus enfoques locais, sejam os enfoques globais, no sentido de atribuir, através de seus meios, concretização aos novos direitos que advêm desta cidadania planetária.

Vive-se um momento complexo. Vive-se em um processo contínuo de transformações históricas, políticas e culturais em que os direitos apresentam concepções que permeiam a discussão sobre a proteção ao meio ambiente sustentável. Nesta construção, o meio ambiente apresenta-se como um campo vasto e poderá ser um instrumento potencializador sobre o surgimento de um novo marco teórico denominado de Cidadania Planetária, onde os sujeitos sejam cidadãos e os seus direitos equiparem-se aos deveres para com as atuais e futuras gerações de seres vivos. A ideia, a priori, é inovadora, pois busca através de iniciativas pioneiras e, consideravelmente, simples a solução de problemas complexos no dia a dia. Contudo, ainda há fronteiras, nas quais o caminho é árduo, conservador, autoritário e consumista para se ultrapassar.

Tendo em mente a proposta desse trabalho, as abordagens realizadas podem parecer restritas ao campo sociológico, entretanto, ao campo jurídico trará contribuições significativas na solução de lides em torno do Direito Ambiental, pois segundo Milton Santos (1987, p.79) a eficácia plena da cidadania é obtida quando do seu reconhecimento no campo jurídico.

O que se alvitra, a partir desta nova construção de cidadania, é uma revisão nas concepções da sociedade globalizada quanto ao meio ambiente e sua proteção, onde o direito poderá se mostrar mais comunicativo a nível global, legitimamente Planetário, onde fatores se apresentam como uma necessidade de evolução do ser humano. Construir o desenvolvimento de um cidadão com aptidão de estabelecer novos conhecimentos, novos valores, requer práticas novas de conhecimento e de saberes.

E para que esta prática torne-se realidade são necessários aprofundamentos científicos nesta pesquisa que apenas inicia-se, de maneira relevante e instigadora em face de sua importância e fundamentação e de sua compreensão para o exercício de uma nova cidadania ainda em construção.

Constata-se, que a sociedade em relação ao meio ambiente dentro de sua complexidade elevada, é competente para emergir de conceitos antigos, para ideias inovadoras como a cidadania planetária, que se propõe a revisão de estratégias e a reflexão de novos rumos de um

futuro comum, servindo como um instrumento internacional para avançar em razão de manter o meio ambiente no plano de desenvolvimento sustentável, complexo e integrado a todos os cidadãos, superando as dificuldades e a emergência de proteção global do Meio Ambiente.

A originalidade da tese encontra-se na investigação e questionamento sobre a emergência de respostas sociais, políticas e jurídicas frente à degradação e à crise ambiental, pautada na necessidade de reconhecimento de uma nova dimensão ecológica, denominada neste trabalho de cidadania planetária. Este novo modelo leva com autoridade a fraternidade como elemento essencial e aglutinador, prestigiando a atuação do Judiciário como forma legítima de intervenção nos conflitos ambientais e indutor dessa nova visão de mundo.

Busca valorizar o pensamento sistêmico na área Ambiental, que comporta um gerenciamento da incerteza científica em condições de suportar a complexidade e a ambiguidade próprias da dinâmica homem-matureza.

As posições adotadas pelo Estado e pela sociedade não abrigam as transformações da humanidade e suas ambições ilimitadas frente à natureza. Assim, o tema inclui confluência com assuntos igualmente inovadores e questionadores como a fraternidade, a biodemocracia, a complexidade, a receptividade da proteção ambiental pelo STJ como efetiva pluralidade normativa diante de seus posicionamentos.

Como também propõe na inserção da democracia deliberativa o traço dos conflitos ambientais, simbolizada pela metáfora “Ágora”, que pode até ser na atualidade entendido como um espaço de debates das audiências públicas ou a mediação.

Todos percorridos neste trabalho, o qual se constrói esta tese, cujo desígnio é fundar as bases para construção de alguns subsídios como a fraternidade vista juridicamente, a fim de proporcionar aos atores de direito a busca de compreender a cidadania planetária não somente como um alopático conjugado de ideias propedêuticas, mas como a construção e contribuição complexa e profunda de uma ágora que possa consolidar maior proteção ao meio ambiente, através de peculiaridades defendidas pelo STJ, quando profere suas decisões visando como bem maior a natureza e a cidadania.

Para tal, a fraternidade é apresentada como elemento fundante e constitutivo da Cidadania Planetária, não somente como o amálgama, pois é a partir dessa ideia, que se pode verdadeiramente pensar na união de esforços em torno de um bem comum, o que normalmente aflora diante de crises. Ou seja, funda-se como meio norteador na interpretação

do Direito de forma legítima, transdisciplinar e sustentável para operacionalidade no Estado Democrático de Direito. Ainda, visualiza-se seu papel relevante nos instrumentos de democracia participativa nominada nesta tese.

Dessa forma, cabe destacar que tal proposta de avanço quanto à proteção planetária ao meio ambiente, necessita de suportes sociais, jurídicos e políticos, o que se desenvolverá nos próximos capítulos, inicialmente pela análise da sociedade e seus desdobramentos na questão ambiental.

2. SOCIEDADE CIVIL: POSICIONAMENTO NA QUESTÃO AMBIENTAL

2.1 SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA FRENTE À SUA COMPLEXIDADE

O estudo assinala a necessidade de debater a posição da sociedade quanto à proteção ao meio ambiente e suas responsabilidades, tendo como fio condutor a complexidade, o que confere incursões quanto ao sentido de sociedade a partir de uma visão sociológica.

Dessa maneira, se toma a sociologia como instrumento para interdisciplinarmente buscar melhor compreensão sobre as relações estabelecidas. Nesse meio, destacam-se clássicos da sociologia que apresentam conceitos interessantes, que não são largamente abordados pelo ordenamento jurídico.

Inicialmente, o exemplo de Émile Durkheim que vislumbra a sociedade pensada essencialmente a partir do conceito de fato social, na defesa da teoria do funcionalismo da sociedade, onde todos têm sua função e com a realização das funções individuais de cada componente o todo era concretizado. Sua concepção positivista confia que o indivíduo é subordinado à sociedade, sendo ele agente passivo da maneira de vida imposta pela mesma. É a sociedade, como coletividade, que organiza, condiciona e controla as ações individuais. As pessoas aprendem a seguir normas e regras que não foram criadas por elas, no entanto, restringem sua ação e preceituam punições para quem não obedecer aos limites sociais. Para ele, os homens permanecem em sociedade, as quais lutavam por ameaças de desintegração, mantendo-se uma consciência coletiva.

A consciência moral da sociedade não é encontrada o inteiro em todos os indivíduos e com suficiente vitalidade para impedir qualquer ato que o ofendesse, fosse essa uma falar puramente moral ou propriamente um crime... uma uniformidade tão universal e tão absoluta é radicalmente impossível... Assim, então uma vez que não pode existir sociedade em que os indivíduos não diverjam mais ou menos do tipo coletivo, é inevitável também que, entre essas divergências existam algumas que apresentem caráter criminoso. (1974, p.60)

Émile Durkheim é visto como um dos maiores pensadores que contribuiu para consolidação da Sociologia, pois indicou um método que consiste no conjunto de regras que o pesquisador deve seguir para realizar, de maneira correta, suas pesquisas. Este método enfatiza a posição de neutralidade e objetividade que o pesquisador deve ter em relação à sociedade: ele deve descrever a realidade social, sem deixar que suas ideias e opiniões interfiram na observação dos fatos sociais.

Ganha repercussão também as ideologias de Karl Marx, ao definir a natureza e suas necessidades, tem como premissa a essência de seres humanos que, por meio da interação com a natureza e com outros indivíduos, procuram preencher suas carências e, nessa atividade, recriam a si próprios e reproduzem sua espécie numa ação que é sempre transformada por contínuas gerações.

Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história, a saber, (é) que os homens devem estar em condições de poder viver a fim de “fazer a história”. Mas, para viver, é necessário, antes de mais, beber, comer, ter um teto onde se abrigar, vestir-se, etc. O primeiro fato histórico é, pois, a produção dos meios que permitem satisfazer suas necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico; de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos. (1976, p.33)

Sua análise compreende a participação dos homens na história a partir das lutas de classes, explicando as relações sociais a partir do fator econômico. As forças produtivas compõem as condições materiais de produção: máquinas, ferramentas, por outro lado, as relações de produção se definiriam como a forma em que a sociedade está organizada, bem como a maneira em que a produção está gerenciada e dividida.

Destacam-se dentre os clássicos da sociologia as noções de Max Weber, que são diferenciadas, por se opor aos demais clássicos, este se apropria de uma visão sobre o funcionamento da sociedade e, de modo consequente, os métodos que ele propõe para que se observe este funcionamento, provocam em definir a relação entre indivíduo e sociedade de uma maneira em que a existência do indivíduo antecede a

existência da sociedade, a partir da sociedade em movimento, a qual denomina teoria da ação social.

Ao oposto do pensamento Positivista, Max Weber (1979, p.105) ressalta o método compreensivo, como ainda baseia sua teoria por meio deste método. Para se compreender uma ação é preciso encontrar e analisar o processo histórico de formação e constituição de determinada sociedade para descobrir os significados vividos e objetivamente criados pelo indivíduo para praticar tal ato. A ação humana tem uma característica especial, que demanda procedimentos mais abrangentes se comparados àqueles comumente utilizados pelas ciências da natureza, isto é, a ação humana é dotada de sentido e cabe ao cientista social metodizar a compreensão por meio da elaboração e do estabelecimento de conexões causais (esquemas), que possibilitem a decifração do sentido imaginado e subjetivo do sujeito da ação.

Adotando esse entendimento, Max Weber afirma que a ação social não é idêntica a uma ação homogênea de muitos indivíduos. Como também afirma que a ação social não é idêntica a uma ação influenciada, que ocorre muito repetidamente nos chamados fenômenos de massa. Quando há uma grande aglomeração, quando se reúnem muitos indivíduos por alguma razão, estes agem influenciados por comportamentos grupais, isto é, fazem determinadas coisas porque todos estão fazendo. A ação se orienta segundo Max Weber em um grau considerável, segundo a interpretação compreensiva.

Não são outra coisa que desenvolvimentos e entrelaçamentos de ações específicas de pessoas individuais, já que apenas elas podem ser sujeitos de uma ação orientada pelo seu sentido. Apesar disto, a Sociologia não pode ignorar, mesmo para seus próprios fins, aquelas estruturas sociais da natureza coletiva que são instrumentos de outras maneiras de colocar-se diante da realidade... Para a Sociologia, a realidade “estado” não se compõe necessariamente de seus elementos jurídicos, ou mais, precisamente não deriva deles.. (1984, p.12)

Percebe-se que é nas ações das pessoas que o sentido lhes confere, portanto as consciências individuais podem ser capazes de dar sentido à ação social, podendo ser partilhado por uma multiplicidade de pessoas.

Contrariamente a Emile Durkeim, para Max Weber, as normas, os costumes e as regras sociais não são algo externo ao indivíduo,

entretanto estão intenalizadas, e, como base no que traz dentro de si, o indivíduo escolhe condutas e comportamentos, dependendo das situações que se lhe apresentam. Portanto, as relações sociais incidem na probabilidade que se aja socialmente com determinado sentido, sempre numa perspectiva de reciprocidade por parte dos outros.

Assim, a visão weberiana contribui para este trabalho no sentido que há probabilidade de entender a estrutura social como adjacente de múltiplas lógicas, a qual apresenta expectativas de análise para sociedades cada vez mais complexas.

A partir dessa concepção crítica, na propositura de rever autores clássicos da sociologia, dentro da teoria da complexidade, busca-se explicar um caminho que ampare a necessidade de refletir a sociedade na sua totalidade. E ao tratar de totalidade e complexidade, assinala-se Edgar Morin ao promover a teoria de sistemas, define que as reflexões e entendimentos profundos, que se mostram acessíveis e compreensíveis, são necessários para a elaboração de um novo olhar em relação às ciências e interação.

A caminhada consiste, ao contrário, em fazer um ir e vir incessante entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável. Do mesmo modo, utilizamos a lógica clássica e os princípios de identidade, de não-contradição, de dedução, de indução, mas conhecemos seus limites, sabemos que em certos casos é preciso transgredi-los. Não se trata, portanto de abandonar os princípios da ciência clássica – ordem, separabilidade e lógica -, mas de integrá-los num esquema que é, ao mesmo tempo, largo e mais rico. Não se trata de opor um holismo global e vazio a um reducionismo sistemático; trata-se de ligar o concreto das partes à totalidade. É preciso articular os princípios da ordem e da desordem, da separação e da junção, da autonomia e da dependência, que estão em dialógica (complementares, concorrentes e antagônicos), no seio do universo. Em síntese, o pensamento complexo não é o contrário do pensamento simplificador, ele integra este último – como diria Hegel, ele opera a união da simplicidade e da complexidade, e até no metassistema que ele constitui ele faz com que a sua própria simplicidade apareça. O paradigma da

complexidade pode ser enunciado não menos simplesmente do que o da simplificação: este último impõe disjuntar e reduzir; o paradigma da complexidade ordena juntar tudo e distinguir. (2000, p. 205)

A partir da interdisciplinariedade, em especial entre Max Weber e Edgar Morin que refutam o individualismo, parte-se da ideia de interação dos sistemas político, econômico e social. Assim, o acontecimento social pode ser entendido, nesse contexto, como um meio redutivo da complexidade, embora inter-relacionados.

Dentro da realidade dos sistemas, a sociedade civil contemporânea caracteriza-se exatamente por conceber o espaço de deliberação entre agentes sociais, e ao lado do Estado concentra sua atenção para pontos estratégicos da própria sociedade. Nessa concepção, a sociedade busca sustentar-se na inclusão participativa e democrática, ao propiciar espaços para discussão, onde deve se pautar as relações sem disputa de poder.

Com enfoque maior ao trabalho, a participação da sociedade na esfera ambiental sobre o prisma jurídico parte da Constituição Federal de 1988, a exemplo da participação da sociedade na reivindicação de políticas públicas e na tomada de decisões se mostra pertinente, embora o assunto do meio ambiente seja distante, a apreensão com o mesmo ainda se mostra presente, bem como a conscientização da sociedade.

No estado brasileiro, as últimas décadas têm sido marcadas por uma transição democrática, como instrumentos democráticos para maior participação da sociedade, tanto que a Carta Maior expressa que qualquer cidadão tem legitimidade para propor ação popular em defesa do meio ambiente. A preocupação dos constituintes pode-se dizer é honrosa quanto ao meio ambiente, porém não se pode afirmar o mesmo quanto sua praticidade no mundo real. Neste sentido, Cristiane Derani (2008, p.102) menciona sobre a necessidade de participação direta da sociedade através de instrumentos que possibilitem a consecução de um bem estar social calcado no conceito de comunidade.

O século XX trouxe avanços em todas as áreas, também trouxe consigo várias mutações e conceitos que passaram a ser relativizados, com a cidadania não foi diferente, conforme demonstrada até este momento, passou por transformações e, conseqüentemente, a sociedade está inserida nesse contexto. Retorna-se ao tema de cidadania, por remeter a participação social, como já visto recente na história brasileira,

embora os movimentos da sociedade voltados ao meio ambiente já despontassem, mesmo antes da democracia de 1988.

Novas experiências surgem com o século XXI, e no campo ambiental a sociedade organiza-se denotadamente em movimentos sociais, mais voltados para educação do que para o meio ambiente, mas dando força ao fomento deste último às discussões e debates. Destacam-se, assim, a formação de ONGs a partir da realização do Rio-92, de iniciativas nascidas no seio da sociedade civil, com cunho ambientalista de caráter social com o objetivo de garantir condições e preservação ao meio ambiente, dando o alerta de perigo de danos contra o meio ambiente, o qual expõe a própria sociedade. Boaventura de Sousa Santos (2000, p.47) pronunciou que as sociedades refletem uma imagem do que têm em si vistas no espelho que constroem para reproduzir as identificações dominantes num dado momento históricos. Sendo os espelhos seguradores das práticas, das rotinas e da identidade que sustentam a vida em sociedade.

Como a sociedade é dinâmica e o direito deve acompanhar esse movimento, por certo o arcabouço jurídico que diz respeito ao ambiente deverá, gradativamente, acompanhar essa dinâmica, em que pese às resistências e aos obstáculos de toda ordem. Entretanto, convém, ainda, criar e sustentar mecanismos outros que não jurídicos mais duradouros e seguros, para fazer o homem perceber, desde dentro de si mesmo, que ele é o ambiente e o ambiente faz parte dele.

Neste sentido, François Ost (1995, p.352) assinalou que para responder a tão grande número de desafios, a ciência do direito não dispõe de soluções miraculosas, de regimes ou de estatutos, de que bastasse destacar as regras e aplicá-las mecanicamente às questões ecológicas. Em sua concepção, é necessário um esforço mais intenso da imaginação jurídica que, bem entendido, procurará apoiar-se em dados contidos na tradição.

Surge um novo despertar ambiental, uma cosmovisão. O reconhecimento interior do homem, ou seja, o autorreconhecimento de valores intrínsecos à moral será muito mais duradouro e seguro para a humanidade do que a garantia jurídica que pode, eventualmente, ser relativizada em detrimento de força econômica ou política.

Nessa linha de raciocínio, Frijot Capra (1982, p.19) diz que as últimas décadas do século XX vêm registrando um estado de profunda crise mundial, é uma crise complexa, multidimensional, cujas facetas afetam todos os aspectos de nossa vida – a saúde e modo de vida, a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia tecnológica e política. É uma crise de dimensões intelectuais, morais e

espirituais; uma crise de escala e premência sem precedentes em toda história da humanidade. Pela primeira vez, há necessidade de se defrontar com a real ameaça da existência da raça humana e de toda a vida no planeta. Contextualizando na era do século XXI, esta tendência somente fez aumentar.

É importante mencionar que as concepções de cunho sociológico apresentadas guardam fidelidade ao marco teórico escolhido, considerando ser esta uma composição de referenciais onde se possa debater o tema proposto e os desafios postos à sociedade contemporânea, bem como possíveis respostas.

2.2 OS DESAFIOS AMBIENTAIS POSTOS À SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E POSSÍVEIS RESPOSTAS

A destruição do meio ambiente tem instigado o Estado a dividir responsabilidades com o setor privado e a sociedade civil. Dessa maneira, compartilhando ainda mais com os cidadãos o conceito de proteção ao meio ambiente.

Não restam dúvidas de que as ações por parte da sociedade em relação ao meio ambiente devem ser responsáveis e inteligentes, observando os princípios de conduta pró-ativa em favor do equilíbrio, da preservação, da mitigação, da economia e do interesse coletivo.

Apesar de muitas cidades organizarem-se nos centros da indústria e do comércio, muitas delas mostram a extrema pobreza humana e degradação ambiental acirrada. Estes problemas normalmente estão vinculados a falhas de operacionalização nas políticas de saneamento básico e nas dinâmicas de controles sociais e das políticas dos governos locais.

O consumo de matérias-primas que se destinam a atender e a suprimir a demanda de sustentação da sociedade no Brasil conduzem a alterações significativas do meio ambiente, visto que consomem volumes consideráveis de bens naturais e o manejo de materiais que requerem restrição de uso, principalmente, levando-se em conta a observância do Princípio da Precaução que visa a minimizar a poluição e o desperdício.

Ante o exposto, ainda sem negar a existência de impactos da ação humana sobre o meio ambiente desde os primórdios da história, considera-se, aqui, que uma análise da crise ecológica atual implica uma investigação acerca do conjunto de valores que aliciaram a modernidade, o período contemporâneo da História.

A exploração acirrada dos recursos naturais¹³ e o agravamento da questão ambiental brasileira têm seu desenvolver desde os primórdios do descobrimento. A título de conhecimento, sem entrar no processo histórico, este procedimento exploratório começou com uma das notícias mais prometedoras transmitidas pela expedição de Pedro Álvares Cabral após a descoberta, que foi a de ter encontrado uma planta com madeira vermelha que produzia um valioso corante vermelho. Com esse anúncio, passou-se a exploração incontrolada deste vegetal.

Não resta dúvida que durante a evolução histórica, a era industrial é um marco significativo da exploração dos recursos naturais, especialmente nas comunidades europeias mais desenvolvidas, onde as descobertas científicas eram adaptadas para o mundo industrial, sem maiores preocupações com as consequências ambientais.

No Brasil, quase nada contemplava alguma proteção ao meio ambiente frente ao desenvolvimento da era industrial capitalista, juridicamente o Código Civil de 1916 praticamente nem abrangia o assunto. Somente com a Declaração de Estocolmo em 1972, o meio ambiente ganhou valor relevante no ponto de vista econômico e social, originando as teorias sistêmicas já debatidas. Contudo, o sistema de ideias capitalista não acompanhou essa relevância, implicando em certa resistência na ordem econômica à proteção ao meio ambiente.

Desde então, embora a popularização da questão ambiental tenha ocorrido na década de 1980, o movimento ecológico, enquanto movimento social global, surgiu na década de 1960 (BRÜGGER, 1994, p.32).

No Brasil, o processo de regulação pública sobre os recursos naturais teve origem a partir da união de forças políticas entre industrialistas, classes médias e também do operariado urbano que acabou originando a Revolução de 30 e o modelo de integração nacional e societário.

No início da década de 1990, havia, no Brasil, uma conformidade de que a pobreza estava fortemente vinculada à degradação ambiental, todavia, no transcorrer daquela década, esta foi questionada e saiu da retórica para um plano de discussão empírica, almejando quais as reais

¹³Recurso natural pode ser entendido como qualquer elemento ou aspecto da natureza que esteja em demanda, seja passível de uso ou esteja sendo usado pelo Homem, direta ou indiretamente, como forma de satisfação de suas necessidades físicas e culturais em determinado tempo e espaço.

relações de causalidade entre o processo gerador de pobreza e o processo de degradação ambiental que assolava aquela época.

É notória a transferência de responsabilidades, alegações infundadas atreladas à pobreza e à degradação ambiental, sendo que os maiores destruidores de recursos naturais são os detentores do poder econômico. O modelo de exploração dos recursos naturais instituído pelo capitalismo industrial carrega, ao longo do tempo, a confiança de que os bens ambientais são finitos, e que a forma originária de exploração não pode mais subsistir.

Contudo, uma coisa é certa, os recursos naturais da Terra estão sendo empregados imediatamente mais rápido do que o planeta consegue renová-los, diz estudo publicado na revista da Academia Nacional de Ciências americana. Cientistas e pesquisadores realizaram um estudo com enfoque nas diversas áreas da atividade humana: agropecuária, exploração das florestas, pesca marinha, uso de terrenos para a construção de edificações e utilização de energia a partir de combustíveis fósseis, constatando que, há cerca de vinte anos, já havia iniciado aproximadamente essa demanda. Nessa perspectiva, o avanço no consumo de energia consiste em um dos maiores fatores para a dilapidação dos recursos e concluíram, ainda, que há quarenta anos, a humanidade utilizou 70% da capacidade da biosfera da Terra. Desde 1999, a economia está absorvendo 120% da capacidade produtiva do planeta (2002).

Assinalam-se tais estatísticas, na razão, que a grande maior parte das nações que integram o planeta, reconhece a situação crítica em relação aos problemas ambientais como alterações climáticas, desertificação, poluição atmosférica e perda da biodiversidade, sendo necessário soluções para essas questões, conforme suas concernentes especificidades ou a tendência de superexploração dos recursos do planeta que vai intensificar-se.

A sociedade do apontado primeiro mundo, emana considerações a seus governos no intuito de buscar alternativas para tentar reverter os danos causados ao meio ambiente. No entanto, a maioria dessas nações conserva suas antigas formas de explorar a natureza, como padrão de consumo e estilo de desenvolvimento, contribuindo de tal modo para o agravamento de problemas sociais de nações menos favorecidas, na mesma cotidianidade rumo a um planeta insustentável e ameaçador.

É nesse contexto, que o Brasil tem sua cota na dilapidação de seus recursos naturais e na desagregação de seu meio ambiente. Grandes capitais brasileiras apresentam problemas ambientais sérios, como o ar comprometido pela poluição, o que provoca doenças graves, letíferas. O

desmatamento das florestas brasileiras sem qualquer controle, em nome de um projeto de desenvolvimento questionável, com prejuízos para o meio ambiente.

Vale ressaltar que o Estado, possuindo a responsabilidade de administrar, deve ter igualmente a articulação necessária para manter a integridade de áreas ambientais sob condições restritivas de usos, pois, frequentemente, os aglomerados populacionais tornam as cidades imensas consumidoras de recursos naturais, exigindo estoques e volume muito grande de água, de energia, de alimentos e de outras matérias-primas que geram processos de poluição extremamente agressivos e nocivos à qualidade de vida, ampliando-se ainda mais naquelas de menor renda.

Resta evidenciado que a crise ecológica revela um dualismo entre a perda do vínculo homem e natureza, ao mesmo tempo em que promove a ilimitabilidade do homem (OST, 1995, p.18). Diante dos grandes desafios postos pela sociedade, para a sociedade, o maior é criar formas de possíveis soluções, sem continuar agredindo o meio ambiente, pois se acredita ser imprescindível o cuidado com os recursos naturais essenciais para o futuro do planeta.

Na tentativa de possíveis respostas, Enrique Leff (2001) ao realizar um cotejo das ideias de Edgar Morin sobre a teoria da complexidade e a teoria geral dos sistemas de Ludwig Von Bertalanff, no lugar de um paradigma emergente, complexo, incerto e nunca completo, que se contrapõe a um paradigma disjuntor-redutor (segundo a terminologia de EdgarMorin), propõe o conceito de saber ambiental. Sua proposta consiste em:

As emergências da questão ambiental no campo do desenvolvimento e da interdisciplinaridade no campo do conhecimento surgem como duas problemáticas contemporâneas em resposta a uma crise da racionalidade econômica e teórica da modernidade. O desenvolvimento adquire uma complexidade que ultrapassa as possibilidades de compreensão e resolução a partir de uma perspectiva disciplinar e setorial. Surge daí a consciência sobre a fragmentação do conhecimento que nos legou a ciência moderna, exigindo um enfoque sistêmico e um conhecimento holístico, capazes de reunificar uma realidade escondida pela destruição ecológica e pela desigualdade social. Entretanto, a interdis-

ciplinaridade adquiriu um caráter técnico na refuncionalização dos saberes existentes, levados por uma política de ajustes do conhecimento para reordenar a realidade existente. (2001, p.168)

Para o autor, as emergências da questão ambiental no campo do desenvolvimento e da interdisciplinaridade no campo do conhecimento aparecem, embora citado como problemáticas contemporâneas, como possível resposta a uma crise da racionalidade econômica e teórica da modernidade.

A partir de uma diversidade de culturas, da destruição do meio ambiente fragilizado, dentro de um sistema complexo, as resoluções postas estão defasadas. Sob esta ótica há necessidade de um novo enfoque ao qual Enrique Leff chama de saber ambiental:

O saber ambiental propõe a questão da diversidade cultural no conhecimento da realidade, mas também o problema da apropriação de conhecimentos e saberes dentro de diferentes ordens culturais e identidades étnicas. O saber ambiental não apenas gera um conhecimento científico mais objetivo e abrangente, mas também produz novas significações sociais, novas formas de subjetividade e de posicionamento ante o mundo. Trata-se de um saber que não escapa à questão do poder e à produção de sentidos civilizatórios. (2001, p.169)

Na visão de Enrique Leff (2001, p.169), o meio ambiente como categoria da sustentabilidade, precisa assimilar-se a diversos paradigmas teóricos para internalizar os custos ecológicos do crescimento econômico, a eficiência energética dos processos produtivos, a racionalidade ecológica das sociedades tradicionais e os valores conservacionistas do comportamento humano. Desta forma, o saber ambiental problematiza, igualmente, o conhecimento para refuncionalizar os métodos econômicos e tecnológicos, assentando-os aos objetivos do equilíbrio ecológico, à justiça social e à diversidade cultural. Nesse sentido, o saber ambiental surge como um processo de revalorização das identidades culturais, das práticas tradicionais e dos processos produtivos das populações urbanas, camponesas e indígenas; oferece novas perspectivas para a reapropriação subjetiva da realidade;

abre um diálogo entre conhecimento e saber no encontro do tradicional e do moderno.

Defende, ainda que o saber ambiental pode impulsionar novas aproximações holísticas e a busca de métodos interdisciplinares adequados de integrar a percepção fragmentada da realidade que a ciência moderna instituiu. Mas, a interdisciplinaridade indicada pelo saber ambiental sugere a integração de processos naturais e sociais de diferentes ordens de materialidade e esferas de racionalidade. A especificidade desses processos está sujeito tanto às condições epistemológicas, que baseiam sua apreensão cognitiva, como das condições políticas que alteram a sua expressão na ordem do real. Para Enrique Leff (2001, p.168) é, pois, uma questão de poder que atravessa as ciências e os saberes. Isso implica a formulação de novas estratégias conceituais para a construção de uma nova ordem teórica e um novo paradigma produtivo, bem como novas relações de poder, que questionam a racionalidade econômica e instrumental que legitimou a hegemonia homogeneizante da modernidade.

Em necessidade harmônica da sociedade com a realidade, o próprio saber ambiental seria impossível caso a modernidade e a globalização fossem tão-somente processos homogeneizadores e unidimensionais. Porém, essa proposta de Enrique Leff como possível resposta aos desafios contemporâneos relacionados ao meio ambiente, comporta incluir a complexidade do saber ambiental, uma vez que o presente trabalho está calcado na teoria da complexidade Edgar Morin.

É evidente que os desafios da sociedade contemporânea relacionados ao meio ambiente, ultrapassam os limites do social, pois os Estados situam-se sobre os limites de um atual modelo de desenvolvimento econômico e político assentado na produção e consumo, o qual não funciona há um bom tempo. O planeta vincula os seres vivos e os problemas ambientais, o planeta é finito e seus recursos naturais consequentemente também o são.

Além disso, a globalidade traz consigo a diversidade das culturas, variedade de sociedade, problemas sociais comuns, porém vive-se um momento histórico, onde se difunde a participação, o diálogo de diferentes racionalidades, com o objetivo de alcançar uma sociedade sustentável.

2.3 SOCIEDADE SUSTENTÁVEL

A preocupação ecologicamente com a coletividade defronta-se em uma série de problemas globais que danificam a biosfera e a vida

humana de uma forma preocupante. São problemas sistêmicos, assim significa que estão todos interligados e ao mesmo tempo interdependentes.

Percebe-se que a deterioração ambiental acelerou nos últimos tempos e, para tal, alguns cientistas manifestaram-se pela utilização de novos paradigmas no uso e manejo das reservas disponíveis, bem como adoção de procedimentos sustentáveis de administração e aproveitamento de rejeitos industriais e domésticos. A destruição e a escassez dos recursos naturais são vistas a nível planetário, emergindo do modo degradador do ser humano frente à natureza. Para José Rubens Morato Leite (2011, p.21), a tomada da crise ambiental é deflagrada, principalmente, a partir da constatação de que as condições tecnológicas, industriais e formas de organização e gestões econômicas da sociedade estão em conflito com a qualidade de vida.

Sob esta ótica, por sua vez o avanço tecnológico, como suas consequências, são conflitantes com a qualidade de vida. As tecnologias e a economia têm avançado consideravelmente, no entanto esse avanço não tem sido dentro de um conjunto que garanta qualidade de vida a todos.

Com propriedade, Frijot Capra (1996, p.23) defende que esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria dos seres humanos e, em especial, as grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidar com o mundo superpovoado e globalmente interligado.

É pertinente mencionar que a economia e o meio ambiente têm habitado o planeta sob articulações conflitantes. Neste cenário, a sociedade difunde o consumismo como fator determinante para a qualidade de vida e o bem-estar, os poderes políticos interessados economicamente atrela o avanço tecnológico de maneira irresponsável com o uso dos meios naturais de forma ilimitada, ocasionando depredação ao meio ambiente, dando contornos injusta e insustentavelmente para as gerações presentes e futuras. Na visão de José Rubens Morato Leite (2011, p.23), não são contabilizados os recursos naturais em seus sistemas econômicos sendo, dessa forma, o crescimento econômico e a defesa do meio ambiente, vistos como inconciliáveis e como excludentes.

Fica evidenciada a necessidade de uma modificação de concepções e ideias sobre uma percepção ecológica diferenciada, onde se inclua Sociedade como sujeito atuante. O novo paradigma proposto

por Frijot Capra sugere que se faça uma distinção entre holísmo e ecológico, quando se quer usar os recursos naturais para suprirem as necessidades capitalistas do homem contemporâneo.

Nesse aspecto, segundo Enrique Leff (2001, p.176), a concepção linear sobre a problemática ambiental ultrapassou o campo dos paradigmas científicas do conhecimento disciplinar. Dessa maneira, abriu-se um debate pela democratização do conhecimento e o direito ao conhecimento, que permite uma participação informada da sociedade sobre os efeitos sociais da ciência, ao mesmo tempo em que a globalização econômica incrementa o processo de privatização e monopolização da ciência e da tecnologia, gerando uma sociedade do desconhecimento. Todavia, a democratização do conhecimento não deve ser confundida com o anarquismo e o relativismo epistemológico, no sentido em que "vale tudo", que qualquer opinião ou argumento é tão válido e legítimo.

A real perda de biodiversidade desencadeou um processo de difusão social muito amplo tanto internacionalmente como dentro do território brasileiro, unindo a opinião pública sobre as mazelas desta questão e o conhecimento científico produzido neste contexto. Assim, associados ao saber jurídico e à educação da sociedade brasileira atual, estes têm mostrado resultados positivos se cotejados a outras épocas ocorridas.

Seria esse debate, essa associação o diálogo de saberes proposto por Enrique Leff, que propõe a confrontação de verdades arraigadas em identidades e tradições, o encontro das verdades legitimadas por sua história de constituição e domínio, com verdades subjugadas, a verdade do que foi e assentado no real e na realidade, e a *verdade como potência*, processo que se valida na confrontação do pensamento com o real, em que a "objetividade" nunca tem a última palavra, porque é na justiça que se desempenha a transcendência do mundo e o sentido da vida (2001, p.181).

Convém ressaltar, ainda, que para Enrique Leff (2001, p.185), o diálogo de saberes convoca a complexidade ambiental de forma a vislumbrar que não é um relaxamento do regime disciplinar na ordem do conhecimento para dar lugar à aliança de lógicas antinômicas, a abertura a um jogo indiferenciado de linguagens; à produção democrática ou ao consumo massificado de conhecimentos; ou a uma personalização subjetiva e individualizada do conhecimento, capazes de coabitar com suas contradições, a saber ambiental, forja-se no encontro (enfrentamento, entrecruzamento, hibridação, complementação e antagonismo) de saberes diferenciados por matrizes de racionalidade-

identidade-sentido que respondem a estratégias de poder pela apropriação do mundo e da natureza.

Pois, sob sua análise o diálogo de saberes na gestão ambiental, dentro de um regime democrático, implica a participação das pessoas no processo de produção de suas condições de existência. Por isso, é o encontro entre a vida e o conhecimento, a confluência de identidades e saberes. A encruzilhada pela sustentabilidade é uma disputa pela natureza e uma controvérsia pelos sentidos alternativos do desenvolvimento sustentável. Isso faz com que a sustentabilidade tenha como condição iniludível a participação de atores locais, de sociedades rurais e comunidades indígenas, a partir de suas culturas, seus saberes e suas identidades (2001, p.183).

Essa visão sobre a sustentabilidade pode parecer reducionista, a priori, mas interessa as exigências de uma ordem planetária para que seja trabalhada a partir do debate, do diálogo, do conhecimento à percepção de sociedade sustentável.

Esta abordagem sobre sociedade sustentável vem ressaltada por Francisco Gutiérrez que discorre ser a viabilidade do desenvolvimento sustentável possível e factível somente dentro de um profundo respeito de diferentes etnias e culturas. Cada cultura e cada povo deveria buscar seu próprio confronto, a fim de para resolver um desenvolvimento ecologicamente sustentável (2008, p.33).

Para fundamentação ecológica e compreensão clara de mudanças profundas que o indivíduo necessita ultrapassar, faz-se necessário ressaltar que o modelo de sociedade existente onde se encontram inseridos, é aquele que adere o estilo da civilização dos países nórdicos, mas que não é extensivo a toda humanidade, não é universal.

Nesse viés, entender culturas diferentes, povos diferentes para uma compreensão coletiva em prol a coletividade significa destacar o diálogo, a alteridade e a interculturalidade para que não se repita falhas como historicamente o domínio das culturas europeias sobre as demais. Assim, uma das características é a solidariedade, a alteridade, o pensar no outro, a visão do todo.

Ao tratar de evolução teórica, mais especificamente latino americana quanto à institucionalização formal do Direito, as constituições políticas consagraram, de forma abstrata, igualdade formal diante da lei, da independência de poderes, da soberania popular, da garantia liberal de direitos, da cidadania culturalmente homogênea e da condição idealizada de um Estado de Direito universal. De fato, a maioria dos textos organizados na América Latina denota a expressão da vontade e do interesse das elites hegemônicas, constituídas e

influenciadas pela cultura europeia ou anglo-americana. São poucos os documentos legais como as constituições liberais e a doutrina clássica do constitucionalismo político que refletiram as necessidades de seus segmentos sociais como as nações indígenas, as populações afro-americanas, os camponeses agrários e os múltiplos movimentos urbanos.

Nesse aspecto, coincidem os recursos naturais que dentro da holística da tradição individualista não vislumbraram contemplados os direitos comuns do ser humano em harmonia com a natureza. Segundo Antônio Carlos Wolkmer, este panorama periférico e continental tem passado por transformações com a inclusão de uma nova cosmovisão causada pela valorização do mundo indígena.

Assim, os movimentos políticos insurgentes ocorridos recentemente em países sul-americanos (Venezuela, Equador e Bolívia) tentam romper com a lógica liberal-individualista das constituições políticas tradicionalmente operadas, reinventando o espaço público a partir dos interesses e necessidades das maiorias aliadas historicamente dos processos decisórios. Assim, as novas constituições surgidas no âmbito da América Latina são do ponto de vista da filosofia política e jurídica, uma quebra ou ruptura com a antiga matriz eurocêntrica de pensar o Direito e o Estado para o continente, voltando-se, agora, para refundação das instituições, a transformação das ideias e dos instrumentos jurídicos em favor dos interesses e das culturas encobertas e violentamente apagadas da sua própria história. (2011)

Nessa linha de raciocínio, vem despontando majoritariamente nos países andinos uma nova visão sobre as normas jurídicas, em especial no estudo do Direito Constitucional, definindo modificações nas esferas do poder político e na ordem do Estado de Direito. As inovações abrangem diversos aspectos, dentre estes, elementar os novos direitos aos bens como patrimônio comum, em que se cogita a questão ao direito do bem viver e o direito da natureza.

Rompe-se com a sociedade estereotipada hegemônica, e o Estado equatoriano ganha notoriedade, estrategicamente, ao lado dos povos originários, na defesa do patrimônio natural e na elevação de um modelo de desenvolvimento que reconhece as raízes milenares, celebrara

natureza, a Pachamama¹⁴, da qual todos fazem parte e que é vital para toda existência. Para Fernando Huanacuni Mamani (2010, p.15), o princípio jurídico ordenador do Direito passa a ser a sabedoria ancestral, projetando um horizonte de bem viver centrado na preservação do meio ambiente em todas as suas dimensões.

Observa-se que o bem viver é o paradigma que fundamenta os processos de mudanças em alguns países latino americanos, pautado na solidariedade, na compreensão da comunidade em harmonia, respeito e equilíbrio com todas as formas de vida. Logo, valendo-se das palavras de Marco Aparicio Wilhelm (2008, p.144), trata-se de conceber a natureza não como uma coisa ou objeto, mas como um *espacio* de vida.

A natureza e o meio ambiente pertencem a todos, dessa maneira o benefício do meio ambiente ecologicamente equilibrado caráter de uso comum do povo, social, embora juridicamente em algumas situações seja de caráter individual, sem nenhuma prerrogativa privada. Deste modo pode ser legal se apropriar de recursos naturais para uso individual, desde que possam conservar-se à disposição da sociedade, a exemplo das águas de um rio que podem estar dentro de uma propriedade particular, mas que todos podem dela utilizar.

No que diz respeito à proteção do meio ambiente e as responsabilidades de uma sociedade sustentável, a solidariedade é cogente. Como bem pontua José Rubens Morato Leite sobre as ações conjuntas:

Não há como negar que a conscientização global da crise ambiental exige uma cidadania participativa, que compreende uma ação conjunta do Estado e da coletividade na proteção ambiental. Não se pode adotar uma visão individualista sobre a proteção ambiental, sem

¹⁴É o princípio explicativo fundamental na visão de mundo dos povos indígenas dos Andes na América do Sul. Pachamama ou pacha (pacha quíchua e aimará: terra e também "mundo", "cosmos"; mãe: mãe está dizendo "Mãe terra") é o núcleo do sistema de crenças e o tipo de ação entre os povos indígenas dos Andes Central da América do Sul. A divindade de Pachamama que concebe a terra não somente na sua forma geológica, nem apenas a natureza, mas a sua totalidade. É uma divindade que age diretamente e dialoga de maneira constante, convocando sustento ou desculpando-se por uma ofensa que cometeu contra a terra e tudo. Não exerce somente uma função protetora mas criativa, permitindo a vida e a fertilidade. (MERLINO Y RABEY 1993).

solidariedade e desprovida de responsabilidades difusas globais. (2011, p.33)

Frente à lógica de uma sociedade solidária, fraterna, há de se falar no Princípio Responsabilidade, que além de importar em uma força normativa, deve ser entendido como forma de compartilhamento entre Estado e cidadãos, sob uma luz projetada ao futuro.

O pesquisador e pensador contemporâneo Hans Jonas (2006, p.18) ao tratar sobre o Princípio Responsabilidade propõe um pensamento sobre uma nova ética, apontando para a existência de uma interação entre pesquisa e o poder. Sua reflexão inicia-se sobre uma nova perspectiva quanto aos seres futuros deprecarem eticamente compromisso daqueles que os gerarão, mesmo que ainda não tenham sido gerados.

Assevera Hans Jonas (2006, p.48), portanto, uma questão antes em aberto, qual seja: “não haveríamos de nos preocupar com quem realmente ainda não existia e quiçá poderia nem vir a existir”. Contudo, não é bem assim, pois o futuro não pode ficar refém de atos irresponsáveis para aqueles que eventualmente venham a nascer tornando-o inviável para esses futuros (eventuais) seres.

Em *O Princípio Responsabilidade* o autor procura demonstrar, a partir de teorias de Kant, Hegel e Marx, como as concepções clássicas de sistemas éticos não conseguem lidar com a possibilidade ou com o futuro, mas apenas com a proximidade e com o presente. A partir dessa impossibilidade, propõe sua tese de como se deve desviar o risco da vida humana e do planeta no futuro, diante dos avanços inevitáveis da tecnologia. Hans Jonas completa que não se deve, embora se tenha o poder tecnológico e a arrogância política, porque não se tem o direito de estabelecer o fim da vida humana e planetária como um princípio ético válido, justificável (2006, p.352).

A partir desses preceitos, uma reflexão oportuna e cuidadosa cada vez mais é necessária para a sobrevivência da sociedade e a do planeta. O princípio da responsabilidade acende uma esperança de diálogo crítico em uma época onde as relações tecnológicas e políticas prevalecem. E a responsabilidade ambiental desponta com uma renovação dos princípios de solidariedade.

Nessa linha, Frijot Capra (2006, p.29) concebe que a própria teia da vida se relaciona com a solidariedade, a partir da qual a sociedade passa a perceber que faz parte de uma rede inter-relacionada, formando a consciência de que a proteção à natureza viva resulta em uma proteção aos próprios seres humanos.

Diante disso, indaga-se se o panorama natural e cultural da pluralidade pode ser transformado pela insurgência e criatividade enquanto simbiose planetária da vida humana e do ecossistema. A possível resposta, quem sabe, pode ser descoberta nos horizontes da complexidade e da solidariedade. O saber se prolonga ao propósito de uma cosmovisão assinalada pela solidariedade, pela fraternidade das coletividades, na acepção de preservar, não somente, os recursos comuns naturais, mas de dialogar e deliberar os problemas sociais e culturais comuns a todos no futuro.

Na sociedade que se propõe o direito, a economia, a política, a sociologia e a filosofia cursam em linhas paralelas, objetivando ordenar uma nova ordem comunitária. Há de se considerar que, para efetivar a sociedade sustentável, far-se-á necessário uma união da política e da economia com os direitos do homem, sem que esse pluralismo comprometa o meio ambiente ecologicamente equilibrado. O exemplo da Bolívia, Equador e Venezuela, existe a possibilidade de construção de um espaço dialógico com objetivo de criar esse espaço comunitário.

Abandonar o paradigma de que as possibilidades de desenvolvimento são universais, projetadas pelo discurso hegemônico é o ponto de partida para visualizar cada região, cada cultura e reconhecer as sociedades de maneira planetária, requer mudanças, lutas pelo reconhecimento, pois a diversidade é ocultada pelo padrão que opera de forma hegemônica fixando sua cultura e encobrendo costumes locais e tradicionais. Tal proposição do novo, do não realizado, remete a princípios, concepções e resgates de interesses comuns muitas vezes taxados de utópicos. Quando o assunto trata sobre ecologia, meio ambiente, biosfera, saber ambiental, se corre o risco de projetar e promover processos que transcendam a ordem jurídica, e é preciso esquecer o discurso universal e “científico”. Sendo assim, ensina Eduardo Galeano que:

Utopia está en el horizonte. Me acerco dos pasos, ella se aleja dos pasos. Camino diez pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. Por mucho que yo camine, nunca la alcanzaré. Para que sirve la utopia? Para eso sirve: para caminar. (1994, p.310)

Dessa passagem, é possível entender que caminhar significa analisar aspectos que possam contribuir para que a sociedade alcance de forma coletiva os interesses comuns, além de uma compartilhada

preocupação, entender os fios que se entrelaçam a formação e a construção de uma sociedade sustentável.

Nessa perspectiva, os desafios da sociedade contemporânea são muitos, em especial, à proteção ao meio ambiente é criar formas de convivência planetária, redefinir relações com a natureza, revalorizar a consciência e elevar a planetariedade como categoria social e jurídica para participação democrática no cenário mundial. Todavia, todo esse empenho criativo, de diálogo é salutar para dar conta da complexidade contemporânea flexível, progressiva, interdependente, solidária e complexa.

3. O PAPEL DO ESTADO EM QUESTÃO

3.1 OS MODELOS DE ESTADO GERENTE E ESTADO NAÇÃO

Com ideias políticas e sociais, François Châtelet, juntamente com outros autores franceses no início dos anos 80, antes da queda do muro de Berlim, registra, em sua obra, os conceitos da filosofia política clássica e que ainda permanecem consistentes.

Caracteriza o autor a história das ideias políticas a partir de várias teorias do Estado, como os estados teocráticos da antiguidade, o estado dos principados da Renascença, o Estado-nação dos nacionalismos românticos iluministas, o Estado-sociedade dos socialistas utópicos, o Estado-partido dos comunistas etc., até mesmo, o Estado colocado em questão a partir das rebeliões e contraculturas dos anos 60 que será o ponto fundamental a ser analisado neste capítulo.

Destaca-se, inicialmente o estado-nação, que por sua vez, exerce a soberania sobre um território delimitado por fronteiras, guardadas por Forças Armadas e com limites determinados; tem uma burocracia administrativa e é organizado em três esferas de poder. No Brasil, denominam-se essas três esferas de União, Estados e Municípios – ou esfera federal, estadual e municipal.

Embora, vulgarmente, “país” seja usado como sinônimo de “Estado”, essas duas palavras não possuem o mesmo significado. O primeiro possui uma conotação física; o segundo, política. O país é uma porção da superfície terrestre e, quando essa, no decorrer da história, passou a ser controlada por um Estado, que exerce a soberania sobre ela, então, transformou-se em território, ou seja, o conjunto formado pelas paisagens naturais e culturais sob o controle do Estado.

A terminologia nação, em sentido antropológico, é sinônimo de povo ou etnia. Em sua acepção política, com a constituição do Estado-nação a partir da independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa, passou a ser usada como sinônimo de “Estado”.

O estado-nação que como sua adequada denominação indica, tem o estado como seu elemento constituinte principal. No plano econômico, deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros e o desenvolvimento econômico decorrente da acumulação de capital combinada com o progresso. No plano social, surgem as três novas classes sociais: a burguesia, os trabalhadores assalariados e, em uma segunda fase, a classe profissional. No plano político, além do Estado,

surgem a nação e a sociedade civil e, definem-se, sucessivamente, os grandes objetivos políticos e as respectivas ideologias: a liberdade e o liberalismo, a autonomia nacional e o nacionalismo, o desenvolvimento econômico e a racionalidade instrumental ou efficientismo, a justiça social e o socialismo, e a proteção da natureza e o ambientalismo.

Por sua abrangência, os debates são exaltados, principalmente, quando referem-se à globalização, no ponto da diminuição ou enfraquecimento do papel do Estado-nação. Nesta conjunção preponderada por ideologias neoliberal¹⁵, existe uma transformação e reformulação de paradigmas em consideração às questões sociais como soberania, cidadania, hegemonia, entre outras, diante ao novel Estado-nação, denominado também por alguns autores de Estado fraco ou mínimo.

Percebe-se que as relações econômicas do planeta são tanto ajustadas como reguladas pelo mercado comum sem fronteiras, de revoluções tecnológicas, o que afeta direta e indiretamente de tal maneira as formas de produção, gestão e organização, quanto à própria natureza do Estado e a seu papel enquanto instituição reguladora e promotora do bem estar social e econômico.

Diante da implantação desta nova ordem global de liberação econômica, privatizações e revoluções tecnológicas, verifica-se muitos avanços, entretanto, por outro lado, acarretou prejuízos significativos nas áreas sociais, econômicas, trabalhistas e humanas para a maioria da sociedade que não são beneficiadas pelos impactos tecnológicos e não possui meios alternativos para a situação em que se encontram, ou seja, excluídas deste processo de globalização.

Há de se concordar com o pensamento de Edgar Morin (1995, p.65) que a revolução nas concepções do mundo, da Terra, do homem, que se operou no século XV ocidental não foi senão uma pequena crise ministerial em comparação com as formidáveis transformações trazidas pelas conquistas científicas do século XX.

Assim, a contemporaneidade oferece evoluções superpotencializadas na capacidade das máquinas, inteligência robótica, informações rápidas e eficientes aos detentores do poder econômico,

¹⁵O Neoliberalismo é a terminologia empregada pela doutrina econômica com origem nos anos 30 do século XX, anterior a Segunda Guerra Mundial, que tem por finalidade aprimorar a doutrina liberal, para responder aos questionamentos por parte dos socialistas e dos que advogavam pela maior intervenção do Estado na economia. Entendem que as economias de planejamento centrais socialistas se encontram fracassadas.

ampliando demasiadamente uma visão complexa do planeta, a qual se universaliza e padroniza. Consequentemente, o processo supre o trabalho humano, aumenta e transcende informações e culturas de forma paradoxal.

Indiscutivelmente, vive-se um momento de uma revolução tecnológica, por isso a discussão sobre a importância da intervenção do Estado na promoção do interesse público, a forma de conciliar a responsabilidade ou dever de conduzir uma economia de mercado estabilizada perante o sistema financeiro internacional, com os problemas sociais urgentes de uma sociedade necessitada, que ainda precisam ser resolvidos, principalmente nos países periféricos.

O século XX foi marcado pela estratégia de um estado que, desde os anos 70, emanava baixas taxas de crescimento econômico e uma intensa estagnação dos monopólios dos países centrais, o qual sobrevieram a precisar de novos mercados e da internacionalização da produção. Dessa forma, sob o ponto de vista global e econômico, fez-se necessário reduzir as fronteiras de Estados nacionais, aumentar o consumo de produtos industriais e fontes de matéria-prima, além de mão de obra barata, o que aconteceu especialmente nos países menos desenvolvidos.

Com a queda do muro de Berlim em 1989, o processo de globalização ganhou ímpeto, uma vez que não havia mais o perigo da guerra fria e com os Estados sob influência de organismos internacionais como FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio. E para solidificação deste processo, o Consenso de Washington, elaborado em meados da década de oitenta pelos Estados hegemônicos do sistema mundial estabeleceu, desde o futuro da economia mundial, as políticas de desenvolvimento e especificamente o papel do Estado na economia. Neste cenário, Boaventura de Sousa Santos destaca que:

Os principais traços desta nova economia mundial que são: economia dominada pelo sistema financeiro e pelo investimento à escala global, processos de produção flexíveis e multilocais, revolução nas tecnologias de informação e comunicação, desregulação das economias nacionais, preeminências das agências financeiras multilaterais. Ele também resume as implicações destas transformações para as políticas econômicas nacionais que são traduzidas pelas seguintes exigências: as economias nacionais

devem abrir-se ao mercado mundial e os preços domésticos devem adequar-se aos preços internacionais; deve ser dada prioridade à economia de exportação; as políticas monetárias e fiscais devem ser orientadas para a redução de inflação e da dívida pública; o setor empresarial do Estado deve ser privatizado; a tomada de decisão privada, apoiada por preços estáveis, deve ditar os padrões nacionais de especialização; a mobilidade de recursos, de investimentos e dos lucros; a regulação estatal deve ser mínima; deve reduzir-se o peso das políticas sociais no orçamento do Estado, reduzindo o montante das transferências sociais, eliminando sua universalidade. (2002, p.28)

Deste modo, o sistema econômico mundial impõe exigências e ajustes estruturais, principalmente aos países periféricos, como condição para liberação do capital global. A partir de uma lógica totalizante essa pressão política diretamente sobre os governos do mundo inteiro tem o foco de implantar a unificação de todas as economias sob regras homogêneas, para que o capital, os bens e os serviços pudessem fluir para dentro e para fora, conforme os critérios de mercado.

De qualquer forma, desde início do processo da globalização os Estados nacionais, que apresentavam a promoção do bem estar social e econômico da nação como um dos seus preceitos basilares objetivos, enfraquece-se à medida que avança o processo de globalização ou de transnacionalização. Pode-se afirmar que existe um excesso de interesses privados dentro do Estado, desfigurando suas finalidades de interesse comum. Nesse sentido, Boaventura de Sousa Santos (2002, p.34) reitera que as intensificações de interações que atravessam as fronteiras e as práticas transnacionais corroem a capacidade do Estado-nação para conduzir ou controlar fluxos de pessoas, bens, capital ou ideias, como o fez no passado.

Ao mencionar a transnacionalização, Boaventura de Sousa Santos (2002, p.35) observa que este fator na política atual passa por dificuldades em suas assimetrias entre o centro e a periferia do sistema mundial, entre o Norte e o Sul, uma vez que a soberania dos Estados mais fracos está agora diretamente ameaçada, não tanto pelos Estados mais poderosos, como costumava ocorrer, no entanto, sobretudo por agências financeiras internacionais e outros atores transnacionais privados, tais como as empresas multinacionais. Percebe-se uma pressão

apoiada por uma coligação transnacional relativamente coesa, utilizando recursos poderosos e mundiais.

Boaventura de Sousa Santos (2002, p.34) enfatiza que o Estado-nação parece ter perdido a sua centralidade tradicional enquanto unidade privilegiada de iniciativa econômica, social e política.

Ao nível mundial, a economia movimenta com os Estados, e nessa conjuntura, os países periféricos são os mais atingidos, quanto ao seu patrimônio público, suas reservas cambiais, estabilidade e, principalmente, o desemprego que atinge patamares intoleráveis. Com isso, a diferença entre os países pobres e ricos aumenta, é a globalização da pobreza, afirma Boaventura de Sousa Santos (2002, p.33), e ela também resulta do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial.

O processo da globalização de maneira hegemônica traz consigo inúmeras características num processo de reciprocidade. Como designa Boaventura de Sousa Santos:

Aí é possível identificar uma série de características que parecem estar presentes globalmente: a prevalência do princípio do mercado sobre o princípio do Estado; a financeirização da economia mundial; a total subordinação dos interesses do trabalho aos interesses do capital; o protagonismo incondicional das empresas multinacionais; a recomposição territorial das economias e a consequente perda de peso dos espaços nacionais e das instituições que antes os configuravam, nomeadamente, os Estados nacionais; uma nova articulação entre a política e a economia em que os compromissos nacionais (sobretudo os que estabelecem as formas e os níveis de solidariedade) são eliminados e substituídos por compromissos com atores globais e com atores nacionais globalizados. (2002, p.72)

Do velho Estado esta política em conjunto com as características elencadas acima, no entanto, não se aplica de maneira homogênea em todo o planeta, em virtude das diferentes condições da cada nação, de seus conflitos peculiares, de seu desenvolvimento político, econômico e cultural. Nesse sentido, efetivamente Boaventura de Sousa Santos contesta:

Pelo contrário, articulam-se de modo diferenciado com diferentes condições nacionais e locais, sejam elas a trajetória histórica do capitalismo nacional; a estrutura de classes, o nível de desenvolvimento tecnológico; o grau de institucionalização dos conflitos sociais e, sobretudo, dos conflitos capital/trabalho; os sistemas de formação e qualificação da força de trabalho; as redes de instituições públicas que asseguram um tipo concreto de articulação entre a política e a economia. (2002, p.73)

A partir dessas peculiaridades neoliberais não contempladas de maneira uniforme a todas as nações, a crise é perceptível diante das trincas na globalização econômica e social hegemônica que vem se aprofundando nos últimos anos. Para ilustrar esses rompimentos na hegemonia contemporânea, servem de exemplo as contínuas articulações entre o Banco Mundial e o FMI, ou os países asiáticos e da Rússia, que demonstram estar volúveis ao sistema financeiro e sua fragilidade, o qual forçou a repensar as receitas do ajuste estrutural. Todavia, é na esfera da proteção social que se identifica os piores desgastes como o problema dos imigrantes na Europa atualmente ou rompimento da barragem de Mariana, Brasil. Igualmente, a proteção social é um dos meios fundamentais ao funcionamento dos sistemas sociais e econômicos de maneira eficiente, não podendo ser desconsiderado sob pena de colocar a própria sustentabilidade desses mesmos sistemas em risco. Nas trilhas de Boaventura de Sousa Santos observam-se alternativas:

As clivagens entre o capitalismo mercantil e o capitalismo social democrático ou estatal, entre o modelo neoliberal de segurança social e o modelo social europeu ou ainda dentro do modelo neoliberal, como acabei de referir, ao mesmo tempo que revelam as fraturas no interior da globalização hegemônica criam o impulso para a formulação de novas sínteses entre as clivagens e com elas para a reconstituição da hegemonia. É assim que deve ser entendida a "terceira via" teorizada por Giddens. (2002, p.82)

Ressalta-se que no alcance em que os Estados nacionais não se mostram ser unicamente o suporte dos sistemas econômicos, estes se mostram vulneráveis, dominados pelo movimento do mercado global, e, diante disto, é cogente reavaliar a situação. Pois as demandas sociais como a inclusão de pessoas, a saúde, a educação, os empregos e o meio ambiente, que se encontram a serviço da vontade do mercado devem ser defendidas em prol da coletividade.

O momento é de transição mundial, com características oportunas e modernas que assinalam outras realidades, onde se objetiva um novo modelo de desenvolvimento social, e a natureza está no núcleo das discussões contemporâneas sobre o modo das transformações em movimento nas sociedades capitalistas em todo o planeta. Como bem assenta Boaventura de Sousa Santos;

O sistema mundial em transição é muito complexo porque constituído por três grandes constelações de práticas — práticas interestatais, práticas capitalistas globais e práticas sociais e culturais transnacionais — profundamente entrelaçadas segundo dinâmicas indeterminadas. Trata-se, pois, de um período de grande abertura e indefinição, um período de bifurcação cujas transformações futuras são imperscrutáveis. A própria natureza do sistema mundial em transição é problemática e a ordem possível é a ordem da desordem. (2002, p.86)

De uma perspectiva diferente embora convergente, Carlos André Sousa Birnfeld (1997, p.98) defende que o fim dos históricos poderes do Estado-nação sobre seu território parece significar uma solução intermediária. Segundo ele, oportunamente intermediária, principalmente para os que pretendem usufruir livremente de sua potencialidade tecnológica em qualquer parte do globo, enriquecendo a custa dos recursos comuns da humanidade, inclusive com a inédita possibilidade de fazê-lo sem carregar sobre os ombros o recém-desmascarado ônus da degradação ambiental.

Assim, o Estado-nação e sua real dimensão do enfraquecimento das funções regulatórias é, atualmente, uma das tratativas nucleares da sociologia, da economia, da política e porque não do mundo jurídico. Boaventura de Sousa Santos (2002, p.88) diz ser inquestionável apenas o facto de que tais funções mudaram (ou estão a mudar) dramaticamente

e de uma forma que questiona o dualismo tradicional entre regulação nacional e internacional.

Considerando o cenário e que o Estado dispõe de variáveis políticas, econômicas, culturais, entre outras, vale buscar alternativas que permitam reverter o papel do Estado desempenhado do modo que vem se arrastando ao longo das últimas décadas, para mais a frente construir uma nação sem tolerar a punição dos mercados mundiais.

Neste sentido, é indispensável a defesa do fortalecimento dos blocos periféricos, para solidaria e democraticamente almejar maior igualdade ou se contrapor aos blocos hegemônicos nas esferas econômicas globais. Há de valer-se do desenvolvimento tecnológico, bem como das variações da globalização, conciliando positivamente a margem de decisão que o Estado monta para transformar o papel do Estado-nação, de forma a proporcionar uma sociedade mais livre, constante e cidadã.

Todavia, pode-se determinar o Estado não pelo que ele é, mas pelo que faz. Nessa perspectiva, o Estado é a instituição compreensiva que a nação usa para promover seus objetivos políticos ou, em outras palavras, é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação ou da sociedade civil. O Estado-nação ainda é a unidade político-territorial própria do capitalismo.

Antes de aprofundar sobre o Estado Gerente, vale mencionar que o Estado foi concebido pelo contratualismo a partir da criação livre e a consciência consciente da vontade dos indivíduos que o associam. Remontando à Revolução Francesa (1789), contudo considera-se primário Estado jurídico, na salvaguarda das liberdades individuais. Por esse motivo, institui-se o Estado liberal, modelo arrazoadado pela burguesia, que através da Revolução ergueu nos textos constitucionais o cunho do liberalismo. Segundo Paulo Bonavides (1972, p.09), tal modelo percebeu na teoria da separação dos poderes a matriz de sua constituição, estruturando a salvaguarda das liberdades na alteração da soberania numa pluralidade de poderes, o que apenas foi possível a partir do contributo de Locke e Montesquieu em contraposição ao apotegma de Maquiavel, que se baseava na concentração do exercício do poder.

Das contribuições de John Locke, este propunha um tipo de governo limitado, que seria exercido mediante um contrato entre a sociedade e o governante, desviando-se o caos e permitindo a emergência do governo constitucional. Assim, a preocupação deste era manter o poder, mas interligando a organização dos poderes e povo. A teoria tripartida dos poderes erigia a casa onde se protegeriam os

direitos de liberdade individual, formando base a um Estado Constitucional que se organizaria nos poderes executivo, legislativo e judiciário, que, apesar de cindidos, interligar-se-iam no controle do poder. Paulo Bonavides (1972, p. 94) expressa a preocupação central de Locke, na centralidade do poder que se encontrava no estado de natureza, estava em cada indivíduo. A partir do consenso dos homens, passaria ao governo civil, organizadamente estruturado a partir da divisão dos poderes. Acreditava John Locke que o poder legislativo seria superior em qualquer comunidade, distinguindo esta, como aquela que conservaria o poder de salvaguardar dos desígnios e atentados de quem quer que fosse, continuamente que se ordenassem planos maldosos contra as liberdades dos indivíduos que compunham a sociedade, enquanto o executivo se submeteria a este.

Diferentemente, não somente no plano teórico como John Locke, Charles de Montesquieu colaborou com a formulação da teoria da separação dos poderes em 1748, tal qual é admitida presentemente. Charles de Montesquieu (1987, p.165) considerou que todo aquele que se encontra no poder tende a dele abusar. Neste sentido doutrina que estaria tudo perdido se um mesmo homem, ou um mesmo corpo de principais ou de nobres, ou do Povo, exercesse estes três poderes: o de fazer as leis; o de executar as resoluções públicas; e o de julgar os crimes ou as demandas dos particulares.

Da breve passagem histórica, concebe-se que o Estado liberal foi campo de uma subordinação do poder de controle do Estado ao direito, ordenando que a atuação estatal conservasse rigidamente sua restrição à lei, o que propiciou o positivismo, que desempenhou o papel de limitador da vontade do governante e ao mesmo tempo garantidor do conjunto de direitos e garantias individuais, os quais não poderiam ser excedidos por nenhum dos poderes e nem mesmo pelo Estado.

Disso se depreende a expressão designada por François Châtelet (1983, p.16) do Estado Gerente que destaca a figura estatal como a concepção da potência soberana como gerente da coletividade territorial da qual é potência, O Estado-Gerente, segundo ele é o avatar do Estado clássico, vale-se do humanismo e apoia de bom grado os “direitos do homem”.

Essa ocorrência pode ser explicada quando o Estado necessita ter uma administração mais eficiente e racionalizar de forma favorável seus recursos públicos para fomentar os programas sociais em que se envolve, surge como instrumento promovedor forma eficiente e equilibrada entre a normatividade e a realidade financeira, o Estado Gerente. Segundo François Châtelet (1983, p.112), a gerência remete a

uma dupla ideia: o governo da sociedade é tão necessário quanto é necessariamente separado.

A concepção sobre o governo de a sociedade ser necessário pauta-se na tradição, pois, essa segundo o autor (1983, p.113), fundamenta-se em autores de reflexão política como de Georg W.F.Hegel, no início do XIX (partidário de uma monarquia constitucional estritamente centralizada, organizada e hierarquizada) e John Locke, no final do século XVIII que definiu em 1690 um poder difuso, agrupado em torno do que se pode chamar, simplificando, de classe burguesa (cuja composição social é bastante complexa). Nesses textos, encontram-se numerosas legitimações que, a partir de então, o liberalismo recebeu. Por isso, é indispensável insistir sobre os princípios que eles desenvolvem. A afirmação de François Châtelet pode ser percebida quando ele traça considerações sobre as duas teorias, enfatizando que nenhuma se opõe, mas se sobrepõe:

A raiz lockiana e a raiz hegeliana — dando-se por suposto o esquematismo que pode haver nessa genealogia — não se opõem de modo algum: se superpõem. Mais precisamente: o liberalismo político, fundado sobre a igualdade e a liberdade de cada um e de todos e sobre a propriedade como direito natural, sobre os “direitos do homem”, é a aparência que o regime liberal mantém e defende como princípio de sua existência; a intervenção estatal é a essência que, por sua vez, está no princípio de seu funcionamento. É esse o aspecto que a análise hegeliana põe em evidência. Ela permite afastar um primeiro erro comumente difundido, mas construído de modos diferentes, segundo o qual o liberalismo seria antiestatista, opondo-se nesse aspecto ao socialismo. (1983, p.117)

A teoria de John Locke enaltece o homem como anterior à sociedade e a liberdade e a igualdade fazem parte de seu Estado de natureza. Sua aceção comum indicava respectivamente a vida, a liberdade e os bens como direitos naturais do ser humano. No estado natural do homem ele possuiria direitos naturais que não dependeriam de sua vontade (um estado de perfeita liberdade e igualdade). Locke afirma que a propriedade é uma instituição anterior à sociedade civil (criada junto com o Estado) e, por isso, seria um direito natural ao

indivíduo, que o Estado não poderia retirar. Nas palavras de François Chatelet (1900, p.60) é possível afirmar que John Locke apresentou a fórmula Liberal do Estado moderno, potência soberana e legisladora e unidade de uma multiplicidade de súditos francos.

Enquanto o Estado para Georg W.F. Hegel é um completo ético organizado, porquanto é a unidade da vontade universal. É, como entende o referido autor, o direito estatal externo assentar-se sobre relações entre Estados autônomos. O Estado é o que é em si e para si e, logo, tem a efetividade de sua universalidade plena. Assim, o indivíduo tem uma relação jurídica para com o Estado, isto é, tem um tribunal acima de si que realiza o direito enquanto liberdade. Daí que, não havendo nada acima do Estado, a relação entre os Estados se dá na forma do contrato e do respeito mútuo. Um Estado precisa ser reconhecido por outro para que tenha sua legitimidade absoluta.

François Châtelet destaca a partir dessas duas análises que a herança do Estado-Gerente ainda se perpetua pelo século XX quanto a sua forma e meio:

o Estado-Gerente é um quadro herdado, e a herança é voluntariamente assumida pelo conjunto dos seus sustentadores. Mas o século XX reforçou e confirmou a herança quanto a esse ponto: forma e meio, o Estado impôs-se como o quadro político por excelência, decorrente de uma construção intelectual própria do liberalismo, tanto em suas origens quanto em seus desenvolvimentos posteriores. Pode-se dizer, num enunciado simplificador, mas exato, que — por maior que seja a máscara que coloca ou a ilusão que acalenta (os dois aspectos não são de modo algum excludentes) — esse pensamento dos e nos Estados burgueses é ele mesmo radicalmente burguês, no amplo sentido que dão a essa palavra tanto Hegel e Tocqueville quanto Marx e Proudhon. Trata-se para ele, de conservar (desenvolvendo-o, adaptando-o, garantindo seu progresso na continuidade) o status quo ante: ou seja, politicamente, os regimes republicanos e as monarquia*» constitucionais (constituídas de jure ou de jacto); e, economicamente, o modo de produção capitalista tal como se afirmou no decorrer do século XIX. (1983, p.118)

Subsequentemente, o século XX preserva a essência do Estado existente, adaptando-se às transformações históricas, tornando a sociedade avançada. Nesse sentido, o autor lança novamente que o governo da sociedade é necessário: é preciso ainda determinar que tipo de acordo pode-se esboçar em torno da natureza desse governo (1983, p.123).

Porém, François Châtelet afirma que o governo também é necessariamente separado da sociedade e nessa visão as sociedades funcionam sobre a base de um pluralismo político, que ao mesmo tempo simboliza e divide socialmente.

O Poder é um lugar que se trata de ocupar. A ocupação é legal e legítima quando é resultado de uma competição livre entre as forças plurais reconhecidas, surgidas da sociedade. Pluralismo político, já que se trata de ocupar um Poder-lugar que representa a sociedade, mas não a encarna. A ideia não é nova: desde suas origens, ela é portadora da reivindicação democrática. Essa ideia de pluralismo é evocada de modo pobre, mas constante e diferenciado, em todas as literaturas políticas nacionais do Estado-Gerente. (1983, p.125)

Isso leva o referido autor fundar seu pensamento, ainda sobre a lógica democrática, liberalismo e a má consciência do Estado-Gerente sobre a teoria política. Tece sobre a crise de representação, sendo esta o sinal de declínio da democracia ocidental. Da soberania popular a própria soberania divina. A divisão de partidos, supressão de direitos do povo, o desaparecimento de governos parlamentares, ou seja, o Estado Gerente sofre constantemente. Para sua conservação, o Estado se faz reformista.

O reformismo é complementar ao pluralismo e caracteriza tanto as certezas quanto as ambivalências do Estado-Gerente. A ideia do pluralismo, quaisquer que sejam seus aspectos reais e simbólicos, expressa uma certa separação entre a sociedade e o Estado: o poder estatal, separado, adquire uma exterioridade essencial, que lhe proíbe pretender identificar-se com o Todo social. Nesse sentido, o pluralismo simboliza a vontade de derrotar o projeto

totalitário. Muito bem. Mas não se pode identificar exterioridade e inação. Embora a exterioridade seja encarregada de garantir a liberdade na sociedade, ela legitima também a ação sobre a sociedade. (1983, p.143)

O autor busca responder suas próprias indagações: como, até onde e quais princípios para tal reforma. Visualiza sobre o reformismo que lhes é comum supõe a aceitação da separação entre a sociedade e o Estado, com todas suas consequências ambivalentes: estamos no seio mesmo do Estado-Gerente (1983, p.145).

Com efeito, torna-se oportuno mencionar que o desígnio “gerência” é atribuído aos elementos doutrinários do Estado Liberal, na sua gênese e no seu desenvolvimento, mas também do Estado Social, na especificidade de sua atuação. A gerência do Estado também implica uma renúncia de uma concepção do liberalismo inteiramente contida na ideologia de uma classe dominante em prol de um programa socioeconômico, sem que isso signifique a extinção da propriedade privada. Aliás, concebe-se o “livre-mercado” como uma instituição social e procura-se eliminar com a dialética entre a economia e a política (PISIER, 2004, p. 146).

O Estado Gerente produziu uma espécie de osmose, pois a segurança e a estabilidade são também condições da liberdade, e a competição adapta-se à previsão de planejamento social (social planning). Além disso, a exigência de gastos mínimos em diversos setores, como saúde e educação, revela intervencionismo programado do Estado em diversas áreas da sociedade. Não se renuncia ao individualismo, apenas racionalize-se (PISIER, 2004 p. 146).

Vale ressaltar que o Estado de Direito, onde a soberania estatal é subordinada à lei, possui, em sua constituição central, a divisão de poderes para limitar o poder e a preocupação nas garantias dos direitos individuais. A relação entre ambos é flagrante, porquanto a teoria da divisão dos poderes servia como uma espécie de escudo aos direitos da liberdade, inobstante ter conduzido ao enfraquecimento do Estado ante ao enfraquecimento da soberania (BONAVIDES, 1972, p.47).

É direta a relação do qualitativo humanista ao Estado-Gerente, aliando-se no valor procedente das premissas do pluralismo político, e dessa forma não evitando que cada governo se envolva no sentido de eternizar sua gerência e de se designar como o bom representante da coletividade, o que garante a independência da sociedade com relação às instâncias estatais. Com efeito aduz François Châtelet:

Revela-se assim uma outra face do liberalismo moderno sem que sejam atingidos os princípios da liberdade e da igualdade, do direito de propriedade e de seu livre uso, o Estado (e sua encarnação histórica) — ao deixar de ser um simples garantidor e um modesto gerente dos negócios comuns — torna-se administrador do interesse geral da comunidade. (1983, p.117)

Logo, o liberalismo do Estado-Gerente irá se esforçar segundo François Châtelet (1983, p.122) por “navegar o mais perto possível” entre os dois pilares de sua ordem declarada, não sem se chocar algumas vezes contra a obrigação com que se encontra de “salvar as aparências”, o que levará a um querer coletivo, baseado na ordem através de uma violência constante e silenciosa.

Nesse contexto, ao Poder Judiciário cabe tão somente reproduzir os ditames ditados pelo Poder Legislativo, fiscalização do cumprimento das determinações legais. As questões sociais, consequentemente, se afastam da apreciação judicial, permanecendo na mão dos governantes.

A questão está que o Estado-Gerente, logo, sofre de uma constante crise de representação segundo François Châtelet (1983, p.130), porém essa crise, que sob formas diversas lhe é inerente, ameaça-o menos do que diversas tentativas doutrinárias que pretendem resolvê-la e se inscrevem no coração de uma longa “reforma do Estado”. Tanto prêmio da disputa quanto fruto dos seus efeitos, a representação é sempre aproximativa, seletiva e injusta.

Assim, a partir das concepções sobre o fundamento desse tipo de Estado, qualquer um domina a busca de liberdade dos indivíduos, seja o liberalismo, como também o reformismo que busca assegurar o progresso na ordem, todavia requer a intervenção do Estado-Governo. Como suscita François Châtelet (1983, p.172) paradoxo a forma-Estado como se tornou: garantidor de uma universalidade que assegura o direito das pessoas à liberdade à igualdade capaz de abrir a possibilidade de uma luta incessante, para realizar sempre melhor essas últimas, essa forma-Estado.

François Châtelet (1983, p.134) sustenta que o denominador comum ao conjunto do discurso que apoia o Estado-Gerente é a aceitação da lógica democrática até a sanção do sufrágio universal. E a conservação do Estado-Gerente no século XX procede do fato de que os

principais adversários na competição acolhem a regra do seu jogo político.

Nessa contingência consagra o Estado como forma e poder sua ordem por todo o planeta em nome de sua soberania, grandeza e submissões que serão levantadas no Estado em questão.

3.2 O ESTADO EM QUESTÃO A PARTIR DA ANÁLISE DE FRANÇOIS CHÂTELET

O Estado como forma distinta da autoridade soberana e da administração nos países industrializados e modelo para o mundo inteiro, apresenta-se e organiza-se como estruturalismo total da sociedade dominada pelo capitalismo. François Châtelet (1983, p.561) sintetiza a fusão proposta por Georg W.F. Hegel, entre os três níveis constitutivos das coletividades: o domínio privado, a atividade econômica e a ordem estatal. Essa fusão se realizaria mediante o aumento da sujeição dos indivíduos e dos grupos e de um enquadramento mais rigoroso da existência social. Discorre o autor que é fácil perceber nele o seguinte fato fundamental: a dominação política instaurada no Estado, e pouco importam aqui se ela foi produzida por ações históricas que transformaram o estatuto da propriedade e do mercado de trabalho, penetra a realidade até o ponto de constituí-la. Fortalecida por seu aparelho científico-técnico e industrial, ela impõe seu poder ao fabricar o tempo e o espaço e ao construir a seu modo o céu e a terra.

Tal afirmação remonta, inicialmente, as ideias de Thomas Hobbes (1999) sobre seu conceito de Estado ideal baseado no contrato, em o *Leviatã*, onde o Estado é detentor de todo poder. Para se atrelar a proposta hobessiana, cotejando-a com a atual conjuntura histórica, com ênfase ao Estado em questão, é necessário situar alguns assuntos inicialmente pontuados pelo próprio François Châtelet (1983, p.561/563).

Primeiro, o conceito de sociedade industrial não permite explicar com amplitude e precisão suficientes essa situação. A diferença entre capitalismo e socialismo se daria no alto desenvolvimento tecnológico e suas consequências econômicas que engendrariam normalmente um fortalecimento do poder estatal, na qual esse fortalecimento inelutável em si mesmo sofreria inflexões ligadas ao contexto ideológico-político e, desse modo, deparar-se-ia ora com obstáculos que abrandariam seus efeitos nefastos, ora com um aval que lhe permitiria continuar a se manter. Diferença esta que tenderia a se amenizar, contanto que fossem

controlados os riscos de guerra e as febres ideológicas. No caso do regime capitalista, uma organização política e um pensamento moral contrabalançariam, por meio do pluralismo das instâncias de decisão.

Em segundo, para conservar essa metáfora filosófica, pode-se dizer que o Estado é a substância, a não ser na ideia abstrata dos que mandam, mas dos que querem mandar ou acreditam mandar e constitui o fundo e a determinação última daquilo que existe. Insistiu-se no atributo “político”, empregando-se frequentemente o termo “dominação” noção de *exploração*, que se refere classicamente ao atributo “economia política”.

E, por último, ao citar o Estado-Cientista, do corpo do capital, trata-se não de entidades, todavia de características abstratas, de categorias no sentido kantiano, ou seja, de conceitos graças aos quais é possível levantar juízos de fato geradores de inteligibilidade. Nessa visão, permanecem apenas homens de carne e arranjos materiais dados ou fabricados. Sendo assim, o objeto real que o autor analisa consiste em dominação exercida pelo poder estatal e de funcionamento do capital, atividades ligadas, projetadas e realizadas por indivíduos agrupados, que dispõem de forças materiais e ideais que lhes permitem ordenar e exigir obediência.

Após essas pontuações, o autor adentra a definir as retóricas e a essência do fenômeno totalitário, travando discussões sobre a questão da história e sua importância no imaginário social, para depois apresentar as tentativas de compreender as instituições de poder e seu funcionamento na ordem estatal e, finalmente, as concepções que recusam a redução e conservam a questão do Estado como constitutiva da investigação política atual. Nesse sentido, pelo objeto do estudo acolhe-se a questão do poder, o que François Châtelet principia:

...há pesquisas contemporâneas que se empenham em compreender, a partir da experiência política, a natureza, o exercício e o mecanismo dos poderes e, em particular, do poder de Estado. No curso dos dois últimos anos, essa questão substituiu a do sentido da História — e isso com a preocupação de se pôr o mais próximo possível da realidade política. A fim de introduzir alguma clareza no estudo dessas concepções, frequentemente muito afastadas umas das outras quanto aos seus pressupostos, escolhemos agrupá-las em duas rubricas. A primeira analisa as que tomam como ponto de partida as práticas de poder tais como

aparecem empiricamente (ou historicamente) e consideram o fato do Estado como uma resultante. A segunda — que constitui a última parte desse capítulo — estuda as que tomam a questão do Estado como a questão de “primeiro nível”, pelo menos nos dias de hoje. (1983, p.653)

Essa observação leva tratar diretamente a questão do Estado não na forma como é atribuída, ao modelo que pertence e cujas insuficiências são relacionadas à conjuntura, aos erros do passado, ou à existência de dois campos, à falta de formação dos governantes, ou à ausência de maturidade dos governados, ou, ainda, a outras causas e razões que os dirigentes não têm a menor dificuldade em inventar. Diferentemente das teorias hobbesianas ou hegelianas, François Châtelet propõe refletir o Estado à própria natureza do Estado tal como se manifesta hoje:

Por que as sociedades que se dizem educadas segundo as luzes da Razão, bem como os homens que as constituem, aceitam que de seu seio se destaquem outros homens, que se instituem como dominantes, que decidem e que fabricam os meios de perenizar sua dominação e de realizar suas decisões? O que é que faz que “alguém” obedeça a um dado tanto mais surpreendente quando “alguém” quer dizer uma coletividade algumas vezes bastante extensa? Por que existem relações tão íntimas entre dominantes e dominados, mas, de repente, entre esses últimos, surgem indivíduos ou grupos que deixam de obedecer? Qualquer que seja o diferente modo de formular essa pergunta, ela se esforça por esclarecer — quer se considere o Esta-do-Cientista, ou qualquer outra forma de Estado, como um princípio ou como uma resultante — a relação enigmática e complexa entre poder/submissão/revolta. (1983, p.654)

Suas indagações quanto à revolução e às revoltas constatarem consequências como questionamentos ao marxismo autoritário e que a força da Revolução foi gravemente comprometida. Porém, provoca reflexão sobre o poder e sobre o Estado, sobre as desordens e mal estares. Nesse aspecto, o ponto essencial é a crítica realista ao Estado contemporâneo:

Temos aqui, sem nenhuma dúvida, a segunda razão que provoca as investigações atuais sobre o poder e sobre o Estado. A reflexão incide sobre as desordens e mal-estares, sobre o significado das múltiplas revoltas individuais ou coletivas, que perturbam a paz das potências (e as suas guerras); sobre o funcionamento econômico e político das grandes, médias e pequenas nações; sobre seu nacionalismo e seu imperialismo. Essa reflexão — ligada à recordação ainda bastante viva do fascismo italiano e do nacional-socialismo alemão, à existência de regimes atuais que neles se inspiram abertamente — induz a uma aproximação entre o Estado “racional”, que revela ser — volens nolens — Estado total, e o totalitarismo. Pois o essencial está neste ponto: a crítica realista do Estado contemporâneo não se efetua em nome dos ideais abstratos do Melhor dos mundos. Ela é política no sentido de que descobre, no exercício atual dos poderes, a retomada — oculta ou não, com meios diversos ou com os mesmos meios — do programa de dominação total, política, social, mundial, implementado pelo totalitarismo alemão. Ela introduz, por isso mesmo, uma legítima suspeição no que se refere às justificações discursivas que as instituições existentes apresentam de si mesmas. Eia põe, por isso mesmo, a questão da natureza do poder, de todo poder. E o faz, precisamente, em nome daquilo que o totalitarismo hitleriano e stalinista pisoteou: em nome das liberdades. (1983, p.657)

Em sua visão revoltas não podem ser compreendidas como violência gratuita, e todas têm objetivos diferentes à sua base social, formas de ação, mas comum o fato de afirmarem a vida autônoma de grupos fora da regulamentação estatal. Em outras palavras:

[...]essas revoltas colocam praticamente em questão o exercício dos poderes em seus aspectos mais diversos. O fato de que o projeto “revolucionário” de instalação de uma outra ordem social universal através da implantação de

um “programa de transição” seja colocado entre parênteses em proveito de lutas de objetivo próximo, esse fato tem uma importante consequência teórica. Não há mais por que perguntar “qual é o bom Estado (ou o bom governo)”, mas sim “por que o Estado?”. Essa última indagação tem, ela mesma, duas faces: uma face empírica positiva — com que (quais) tipo (tipos) de poder estamos lidando? quais são seus mecanismos? que somos capazes de opor a tal coerção? — e uma face teórica — de que natureza é essa necessidade para a qual se exige nossa obediência? qual é esse Estado e de que se vale para impor sua onipotência? —. A indagação sobre as virtualidades do Estado-Cientista e sobre as possibilidades da liberdade — subjacente às discussões que acabamos de evocar — se radicaliza. Torna-se mais concreta, no sentido de que — em tomo da questão da obediência e da desobediência — definem-se as modalidades das condutas de resistência à tirania do novo Príncipe. (1983, p.662)

O fato da questão da obediência, portanto é notório que de qualquer modo, para combater a autoridade exorbitante dos poderes sociais que se valem da soberania estatal, as rebeliões cederam frequentemente à ideia de se constituírem em contrapor ou de formarem contra-sociedades. A regulamentação controla todos os espaços sociais, definindo a gestão política, numa totalidade quase ditatorial.

Ao buscar a teoria da consciência excedente de Rudolf Bahro, François Châtelet mostra que apesar da consciência da lógica de opressão que o poder militar-industrial implica, esse pareceu desconhecer a habilidade desse poder em multiplicar os controles e os enquadramentos e em favorecer as tendências à inércia, assim como o monstruoso cinismo de que sabe dar provas quando as ameaças se tornam precisas.

O programa político de Bahro propunha extinguir a antiga divisão Vertical do trabalho e proceder a uma constante permuta das tarefas; dissociar a educação das pretensas exigências da produção; dar aos indivíduos o controle da gestão do trabalho, a fim de aumentar a produtividade sem

necessariamente aumentar à produção; expropriar os burocratas dos saberes que possuem, colocando as informações ao alcance de todos favorecer todas as formas de associação que visem a tomar nas próprias mãos os diversos setores da realidade social. Assim, tal política julga não apenas a redução do Estado, mas a destruição, a partir de dentro, do Partido sob sua forma atual, e a supressão da pirâmide burocrática, que seria substituída por associações diferenciadas de empresas e de comunas. Então, a ideia do comunismo reencontraria sua força. (1983, p.667-668)

Em verdade a teoria de Rudolf Bahro utilizada por François Châtelet acaba por reforçar o que se busca combater, o consumismo. Assim, ainda François Châtelet (1983, p.668) cita a teoria de Antonio Negri fundada sobre os comportamentos coletivos considerados aberrantes pelas instituições governamentais (ou pelas oposicionistas que inscrevem suas políticas nas normas estritas da racionalidade industrial). Com efeito, suas referências básicas são as chamadas ações marginais, realizadas particularmente na Europa Ocidental, pela classe operária, pela juventude, pelos grupos locais ou circunstanciais: greves selvagens, lutas ecológicas, feministas. O objetivo dele foi denunciar a coalizão deliberada ou involuntária dos pretensos contra os poderes oficializados com os poderes em função, com o objetivo de tornar perene a sociedade de dominação.

O autor pretende mostrar através das teorizações que os movimentos de reivindicação como a libertação do trabalho, a subversão da sociedade e a destruição do Estado, somente pode ser abrangida em referência à vontade de superar, na prática e no pensamento, as oposições clássicas como revolução e reforma, utopia e realidade desde o século passado.

Todavia, assevera ele, que as revoltas procuram por estabelecer uma teoria geral dos poderes, e, partir disso, passa analisar o exercício desses poderes enquanto organizadores da materialidade social e indutores de saberes positivos sob o pensamento de Michel Foucault. Para cotejar utiliza-se ainda de Gilles Deleuze e Felix Guattari, chegando a seguinte constatação sobre o poder:

Michel Foucault tem razão quando considera que a concepção do poder central como instância jurídica arbitrai e gestionária, assim como a

retificação desse poder realizada pela propriedade da classe economicamente dominante, são abstratas; e que, se apenas elas forem consideradas, negligenciam-se as redes de poder que enervam o tecido social... A existência social é uma escravidão que só cessa para quem tem a coragem de quebrar o espelho: de reconhecer que não somente não produz nada, mas também que aquilo que se troca equivale a nada.

Essa ontologia “niilista” dissolve a problemática do poder. Mantém inteiramente a questão da dominação. Qualquer que seja a ilusão de que se alimentam padrões, governantes e burocratas de todos os tipos, um quadro e um princípio pesam com todo o seu peso: permitem a divisão dominantes/dominados e constituem o modelo das múltiplas sujeições efetivadas pelas instituições públicas e privadas. Muitas páginas de *A economia libidinal* e de *A troca simbólica* são como que atravessadas pela insistência de uma forma que, a despeito de sua irre realidade, organiza — segundo sua lógica e sua verdade — o jogo flutuante dos desejos e dos signos. É essa, certamente, a forma que Gilles Deleuze e Félix Guattari designam quando, em *O Anti-Édipo*, fazem do Urstaat uma potência que surge do mais longínquo, que permanece agora como tentação e ameaça no seio de toda sociedade. (1983, p.705-706)

Do cotejamento desenvolvido pelo autor percebe-se que independentemente de como seja valorado essa hipótese, ela indica pelo menos para compreender o fato da dominação, é conciso retomar a questão do Estado.

Tal retomada, segundo o autor, não implica, de nenhum modo, um retorno às discussões sobre a natureza do Estado legítimo e do bom governo. Seu posicionamento é que tais discussões continuam ainda hoje no quadro dos conflitos que opõem os partidos políticos em busca de sufrágios ou de aderentes. As tomadas de posição são doutrinariamente antagônicas, evitam pôr a questão do Estado enquanto princípio de organização da sociedade em geral, avaliando esse princípio inerente a toda sociedade ou, pelo menos, a toda sociedade civilizada; e, por isso, limitam a investigação política ao problema do bom governo,

identificado com o problema do bom Estado. Segundo o autor tal atitude é particularmente sensível nos teóricos marxistas que se empenham em remediar a ausência de teoria positiva do Estado e a evidente debilidade das pesquisas ortodoxas no que se refere ao direito público, sem investigar a essência do Estado, para se proclamar socialista ou liberal, e por confundirem constantemente Estado e governo, chegam ou a constatações de grande banalidade, ou a imaginar arranjos de poder sócio-políticos que tenham como função garantir um justo exercício da democracia na base.

É incontestável que *a reflexão sobre o totalitarismo*, em suas duas modalidades (fascista-nazista, por um lado, stalinista, por outro), está na origem da indagação contemporânea sobre o significado do Estado enquanto forma específica de submissão política. Ela radicaliza e atualiza os questionamentos anarquistas do século passado e as denúncias nictzschianas; reempresta sentido e alcance aos textos esparsos que, desde a Antiguidade, manifestam inquietação diante da potência exorbitante que, em nome da coletividade, desapossa o indivíduo de si mesmo. Com efeito, o movimento é duplo: por um lado, o terror exercido pelos Estados totalitários — qualquer que seja seu regime econômico — e as ameaças que o desenvolvimento da racionalidade técnica a serviço da ordem governamental faz pesar sobre as liberdades exigem que se ponha a questão da natureza singular desse tipo de poder político central, cujo princípio parece ser a dominação sem limites; e que ela seja posta isoladamente, e não tratada como aspecto particular ou como resultante de uma problemática geral *dos* poderes, histórica ou psicossociológica; mas, por outro lado, embora se deva estudar à parte essa questão política, não se pode deixar de constatar que esse tipo de dominação tem força de modelo e contamina o exercício dos “micropoderes” sociais: por conseguinte, efetuar sua análise já é mensurar a marca deixada pelo Estado na sociedade. (1983, p.709)

A questão política é colocada à prova, pois há uma constatação da dominação e que esta acaba sempre contaminando os micropoderes sociais, ou seja, a herança do Estado na sociedade. Essa questão é travada por François Châtelet a partir das análises de Pierre Clastres, a qual refuta e de Claude Lefort sobre o *Discours de La Boétie* onde põe em termos claros o problema da natureza da dominação política.

A abordagem, segundo François Châtelet (1983, p.712) se dá a partir do fato da soberania estatal. Ambas as análises persistem na ideia de que, por mais poderoso que seja, esse tipo de dominação é não-necessário: pode-se conceber (e foi realizado) um tipo de organização política que não implique a cisão entre dominantes e dominados. O Estado não é historicamente inelutável. O desejo de liberdade é primário com relação ao desejo de servidão. O Estado não está naturalmente inscrito no ser do homem e não é politicamente irremediável. Contudo, conserva-se a ilusão de sua necessidade.

Ao buscar a teologia para explicar esse paradoxo François Châtelet (1983, p.717) analisa a primeira tese, onde demonstra que a sociedade possui uma dupla ordem entre a relação e a regra laica a seu modelo religioso e, como age religiosamente, para conservar a sociedade civil, que possui dois fiadores: o Estado, senhor de toda polícia (de toda regulamentação), e o Pai de família, senhor de outro absolutismo. Aos dois níveis assim identificados, correspondem as nomenclaturas dogmáticas do Direito Público e do Direito Privado. A peça fundamental dessa organização opressiva é a Administração gigantemente automatizada. Essa administração cumpre, antes de tudo, o papel de mãe provedora, generosa e perseguidora, tal como a mãe Igreja no passado, que tinha por função produzir postos, proteger por meio da submissão.

Já a tese de Pierre Clastres, desenvolvida em *A sociedade contra o Estado* adota, segundo François Châtelet (1983, p.719), desde o início, um ponto de vista mais amplo. Tem como finalidade volver possível a constituição de uma antropologia política como ciência rigorosa. Ela constata, com efeito, que as sociedades primitivas são sociedades sem Estado, sendo privado de algo, o Estado que como para qualquer outra sociedade lhes é necessário. Portanto, essas sociedades são incompletas. Não são em termos precisas verdadeiras sociedades, não são policiadas, subsistem com a experiência dolorosa de uma carência, o Estado.

Esse caráter tem significado para a história, uma vez que o aparecimento do Estado operou revolução neolítica e a revolução industrial do século passado. Com certeza, a passagem do paleolítico para o neolítico trouxe alterações consideráveis na existência material

dos povos, mas não afetou fundamentalmente o ser das sociedades. Pierre Clastres fornece múltiplos exemplos que atestam que, “no que se refere às sociedades primitivas”, a mudança ao nível do que o marxismo chama de infraestrutura econômica não determina inteiramente seu reflexo correlato, a supra-estrutura política. François Châtelet evidencia:

Assim, não é o Estado “que cria a exterioridade do fundamento pelo qual justifica sua separação. Ele não faz mais do que explorar um reconhecimento já há muito constituído: o de que a lei das coisas está subtraída ao domínio dos homens. Ele transforma de cabo a rabo o modo pelo qual a sociedade vive seu distanciamento em relação à raiz de sua razão de ser e de seus princípios reguladores [...]. Ele introduz na sociedade uma separação entre os representantes exclusivos do poder e do saber e a massa dos que têm por destino se submeter”^{B04}. O dualismo de Clastres é decisivo. Mas, por não ter analisado o fundamento da religião primitiva, ele não vê que as sociedades sem Estado resolvem o mesmo problema que as sociedades que instituem o Estado; que, no fundo, elas o resolvem de um modo mais complicado, mais sutil do que as segundas, que confirmam empiricamente a separação, fazendo-a existir no interior da sociedade. (1983, p.729)

Não é por sortilégio que o sentido de democracia passa a ser analisado por François Chatelet no Estado em questão. Ao criticar Karl Marx, e citando Claude Lefort assevera que este não percebeu essa verdade da democracia, não certamente porque a confundisse inteiramente com a democracia burguesa, mas porque a denúncia dessas enquanto democracia formal mobilizou sua crítica a ponto de levá-lo a desconhecer o que, nela mesma, ia além dos limites de suas instituições. Mas continua verdade o fato de que não foi a classe burguesa que inventou a democracia, e que ela não é a Senhora nem do sistema nem do processo: seu poder de fato se exerce na democracia e “tende a se afirmar em cada espaço institucional”, mas a lógica da democracia faz com que o Poder, a Lei e o Saber não possam se inserir no plano de uma organização social de fato, erigida em modelo universal, nem se articular simultaneamente na forma do Estado totalitário (1983, p.736).

Dessa forma, passa o autor a indagar quais são as perspectivas atuais dessa lógica da democracia? Claude Lefort e Paul Thibaud respondem em sua visão que hoje, a vontade de fortalecer a lógica da democracia contra a lógica da dominação deve fazer face, nas nações liberais, a uma situação duplamente equívoca. Por um lado, se observa a sociedade, pode-se ver o crescimento constante de uma diferenciação que faz da democracia moderna um regime (mais que um regime: um tipo de sociedade) de uma heterogeneidade sem precedentes históricos no que se refere aos modos de existência, aos comportamentos, às crenças, às opiniões, e ao mesmo tempo e contraditoriamente, pode-se assistir a um processo de homogeneização (1983, p.737)

As décadas finais do século XX testemunharam um contexto de crise do capitalismo. O Estado deixou de responder as demandas do cidadão por todos os aspectos até aqui apresentados entre outros. Parafraseando François Chatelet:

O Estado em questão? Jamais o Estado esteve mais presente e os Estados foram mais poderosos. Disso resulta uma dupla tentação: a do compromisso, a da negação. A acreditar que é doravante impossível libertar-se de sua inelutabilidade, As concepções políticas do século XX partem do fato “Estado”: como garantia das liberdades, como esperança de emancipação universal, como expressão autêntica da Nação, como lugar de acumulação do Saber e de suas técnicas. Alimentam todas as ilusões acerca de sua necessidade, a partir do momento em que só argumentam sobre suas finalidades e esquecem de pôr em questão o seu princípio.(1983, p.742)

Como pode ser visto François Châtelet indaga, a partir de diversas leituras do fenômeno totalitário, adequado ao nosso século, o uso que se fez do sentido da história para procurar contornar a dialética dos conflitos contemporâneos de maneira inteligível, com descrições além de sociológicas e politicistas, investigativas, instigadoras no anseio por evidenciar o mecanismo e por desvendar a origem da potência do poder e do Estado. Certo que sua compilação não aponta uma conclusão, entretanto adota ideias, concepções políticas, não em um conjunto independente, mas como originadas, integradas ao movimento do pensamento em face dos conflitos que atravessam as sociedades,

abordando a questão política e o problema do Estado de modo direto sob o ponto de colocá-lo em questão.

O que efetivamente faz este estudo apontar possibilidades de outro tipo de representação. Essa percepção é justificada na tese defendida por Immanuel Kant, favorável total do “estado de Direito” e contrário a todas as formas de alteração da vida constitucional e jurídica com base em procedimentos violentos ou revolucionários. Pode-se considerá-lo um reformista aberto no que tange aos sucessos da dignidade humana, contudo incomodado com os regimes de exceção, seja qual a forma que se apresente.

Filósofo contemporâneo Cláudio de Cicco faz alusão ao posicionamento Kantiano pela sua crítica histórica em a *Doutrina do Direito*, pela imparcialidade e os acontecimentos da época:

A serenidade de Kant, sua confiança no regime do império da lei e não ao capricho do governante, “no governo das leis e não no governo dos homens”, como frisaria Norberto Bobbio, um dos melhores intérpretes de Kant, são ótima diretriz para juristas e filósofos do Direito a braços com propostas de solução nem sempre prudentes, chamados a dizer sua opinião em assembleias em que são debatidos magnos problemas. (2013, p.7)

No espírito crítico, Immanuel Kant assiste que cada um dos poderes possui uma função que parte a comportar o silogismo jurídico, sendo o Poder Legislativo aquele que determina a lei, premissa máxima do conglomerado raciocínio jurídico, já o Poder Executivo é o que conduz na ordem concreta dos fatos, premissa mínima do raciocínio, e, por último, o Poder Judiciário que conclui a sentença. A executividade dos poderes unidos acontece organicamente, e não há como se sobrepor um ao outro sem implicação direta na função dos outros dois. Como prescreve:

Cada cidade encerra em si três poderes, isto é, a vontade universalmente conjunta numa pessoa tripla (trias políticas): o poder soberano (soberania) na pessoa do legislador, o poder executivo (segundo a lei) na pessoa do governo e o poder judicial (como reconhecimento de o meu de cada qual segundo a lei) na pessoa do juiz (potestas legislatória, rectoria et judiciaria). Isto

corresponde às três proposições de um raciocínio prático: à maior, ou princípios, que contém a Lei de uma vontade; à menor, que contém o preceito de conduta em consequência da lei, isto é, o princípio da subordinação à lei; e, enfim, à conclusão que contém a sentença, ou o que é de direito nos diferentes casos. (2013, p.154)

A tripartição dos poderes é, por conseguinte, entre si um complemento do outro para a organização completa da constituição do Estado, são ainda subordinados entre si, de modo que um não pode, ao mesmo tempo, apossar-se da função do outro e o direito de cada sujeito lhe é resultante da reunião da coordenação e da subordinação dos poderes. Nesse viés, coloca Immanuel Kant:

É preciso dizer desses três poderes, considerados em sua dignidade, que a vontade do legislador (legislatoris) com respeito ao que concerne ao meu e o teu exterior é irrepreensível; que o poder executivo do governo (summi rectoris) é irresistível e que a sentença do juiz supremo (supremi iudicis) é sem apelação. (2013, p.158)

Nessa trindade dos poderes, observa a realizabilidade de um governo democrático e ao mesmo tempo ponderado, com liberdade e segurança.

Para Immanuel Kant (2013, p.159), aquele que manda e aquele que governa não podem avaliar, mas tão somente instituir juizes como magistrados. Em sua concepção o povo julga a si mesmo por aqueles seus concidadãos que são livremente eleitos e que são como seus representantes, mas apenas em cada ato particular para que constituíram nomeados, pois a sentença é um ato particular da justiça pública (*justitiae distributivae*) por um administrador público (juiz ou tribunal) relativamente a um sujeito, isto é, a um indivíduo que forme parte do povo.

Ao procurar explicitar a noção desses efeitos jurídicos que deriva, a natureza da associação civil, destaca o poder supremo do chefe de Estado, que age como dono legítimo de seu território. Porém, o povo, que é representado por seus deputados (no Parlamento), possui nestes guardiões de sua liberdade e de seus direitos homens que estão vivamente interessados neles e em suas famílias (cuja carreira nas armas, na marinha e nos empregos civis depende do ministro), e que, em

lugar de resistir aos empreendimentos do governo (resistência sobre a qual a opinião pública, para manifestar-se, exige já por parte do povo uma resolução unânime, a qual não pode existir em tempo de paz), estão sempre mais dispostos a apoiar o governo (KANT, 2013, p.162).

Ao lado dessa posição no que tange as formas de governo, a visão kantiana (2013, p.186) consiste que é tão somente a carta (*littera*) da legislação primitiva no estado civil. Podem, pois, durar tanto tempo quanto formam parte do mecanismo da constituição civil a favor de um antigo costume (por conseguinte, de uma maneira completamente subjetiva). Entretanto, o espírito desse pacto original (*anima pacti originari*) abrange a obrigação em que se depara o poder constituinte de adaptar a essa ideia o modo de governo; e assim, no caso em que a coisa não possa ser feita de uma vez, modificar-se insensivelmente e sem cessar, de tal maneira que se ponha em harmonia em seu modo de ação com a única constituição justa, a saber: uma república, as quais convinhem tão somente para obter a submissão do povo.

Essa afirmativa leva a outra mais categoricamente aceita por Immanuel Kant:

Toda verdadeira república é e não pode ser mais que um sistema representativo do povo instituído em nome deste para proteger seus direitos por deputados de sua escolha. Porém, enquanto o soberano se faz representar em pessoa (seja rei, ordem dos nobres ou todo o povo, a união democrática), neste caso o povo reunido representa não somente o príncipe, como também ele próprio o é igualmente; porque nele reside originariamente o soberano, poder do qual devem emanar todos os direitos dos particulares como simples súditos (em todo caso como funcionários públicos); e a república, uma vez estabelecida, já não está na necessidade de soltar as rédeas do governo para entregá-las aos que haviam governado anteriormente e que agora poderiam destruir novamente todas as leis novas com sua vontade absoluta. (2013, p187)

Logo, eis o motivo para entender que o direito da legislação suprema no Estado não consiste num direito alienável, mas sim em um direito inteiramente pessoal. O contrato idealizado tem como fundamento a liberdade universal do povo.

Como defensor da soberania popular, Immanuel Kant (2013, p.139) na segunda secção de sua obra *Paz Perpétua*, delibera artigos apreciáveis para governabilidade favorável a paz a serem seguidas pelos Estados. Percebe no postulado do republicanismo um parlamento livre, consistindo este elemento importante do problema de igualdade entre os homens, porém em momentos cruciais como a guerra, não seriam suficientes somente as decisões tomadas pelo parlamento, mas de todo o povo. A República para Immanuel Kant continha o antídoto para travar os belicosos monarcas formados para evidenciar seu poder e superioridade de povos contra povos, já se denota a concepção de Immanuel Kant quanto à paz nas relações internacionais. Esse tratamento pode ser empregado na tentativa de repensar outros tipos de representação para as lacunas do estado em questão.

Não menos importante dada à consecução histórica, compreende-se que a partir do estado colocado em questão, inicialmente, de igual modo, outra possibilidade que pode ser o resgate do coletivo personalizando o povo para assembleias globais, nacionais e regionais, devolvendo os bens coletivos aos sujeitos coletivos e, bem assim, inaugurar a nova Ágora: a praça virtual da democracia participativa direta como acode José Isaac Pilati (2008, p.14), cumpre colocar o coletivo, política e juridicamente, em tempo real.

Ao resguardar uma mensagem crítica, o autor passa ao mesmo tempo esperança no futuro da cidadania e das políticas públicas, a propósito da globalização da economia:

É chegada a hora de despertar e construir a cidadania transnacional, biocêntrica e de justiça social. É chegada hora de a Sociedade global criar e acorrer a sua Ágora virtual, de tempo real, para construir uma nova ordem política, e uma nova ordem jurídica, à altura do desafio econômico da globalização. (2008, p.15)

O desafio proposto de uma nova ordem social vai ao encontro deste trabalho, pois se vive um processo marcado pela hegemonia europeia capitalista, como já referida em outros momentos. José Isaac Pilati vislumbra o diferente:

A sociedade estatal, costurada com fronteiras - mas de centro e periferia; baseada numa democracia representativa formal - mas de abissais diferenças sociais; voltada à acumulação

a qualquer custo - mas às custas do planeta e da sobrevivência da espécie - essa sociedade diabética, que tudo adoça com dinheiro e minimiza com insulinas estatais paliativas - está chegando ao seu próprio limite de esgotamento. É um modelo que está sendo atropelado por aquilo que se conhece por globalização: uma nova lex mercatoria, que não conhece limites jurídicos, desconhece fronteiras, promete liberdade e desenvolvimento, mas acelera o processo de concentração de renda, com empobrecimento e desigualdade. Qual é o rumo? Qual é a resposta de quem se preocupa com cidadania ativa e democratização das políticas públicas na nova ordem? (2008, p.15)

Da seguinte passagem tal indagação leva á reflexões sobre como romper com esse paradigma sob a civilização com a natureza e quaisquer outros modelos que não seja esse, de apropriação, de lucro e de acumulação. A base do que se vive é o antropocentrismo que a primeira vista desqualifica todos os demais seres - reputados simples meios ou coisas - objetos inferiores, à disposição do rei da criação.

Como resultado, surge paradoxalmente segundo José Isaac Pilati (2008, p.15) o fundamentalismo econômico que desqualifica o próprio homem, que se avilta na pobreza, em mazelas sociais e risco de extinção como espécie, pelo esgotamento acelerado do planeta. Deixa evidenciado:

O homem - expressou Kant no seu personalismo ético - é o único ser que constitui um fim em si mesmo, que não admite um equivalente, que tem, enfim, dignidade. Ora, isso não quer dizer que o resto, um rio, o mar, uma floresta, sejam simples res nullius, objeto de exploração e de apropriação, sem qualquer consideração, inclusive, do próprio semelhante. (2008, p.15)

No ínterim da globalização, a crise econômica ganha sua força, em face de organização e sistema imposto pelo Estado nas relações sociais e políticas, como bem explicitado por François Châtelet já sem condições de interceder o processo econômico e ditar suas próprias regras. José Isaac Pilati, manifesta sobre este momento:

Nesse quadro, vivenciando um novo figurino do Direito e das políticas públicas, em face de uma dimensão transnacional que decreta a falência da democracia representativa e das formas jurídicas que os plasmaram e sustentam. É um novo momento da economia transnacional, que amplia dramaticamente a apropriação dos recursos naturais, e suga o patrimônio social dos povos; que reduz à pobreza e ao caos populações inteiras - impondo o desafio, a crise, que não é só jurídica, mas antes de tudo política e acima de tudo, estrutural. Esse é o ponto, e a retomada do equilíbrio não se fará sem a presença efetiva da cidadania global e a construção de uma nova Ágora. (2008, p16)

De tais constatações, no mundo capitalista avançado, o autor propõe uma retomada, busca pelo equilíbrio e a construção de uma nova ágora. Para tal, seus argumentos vão pautar-se nas políticas públicas, uma vez que considera esta abordagem não mais sociológica, mas de estrito realismo jurídico e político.

Com tenacidade, José Isaac Pilati (2008, p.16) inicia seus fundamentos traçando o perfil da república romana⁴, para recuperar o ponto de partida, ou o elo perdido pelas codificações do século XIX, que segundo ele:

Ao tempo da república, Roma era a soma dos cidadãos, e o Estado eram eles próprios, reunidos como povo. Os bens coletivos não eram do Estado, que tinha lá os seus bens, mas dos romanos, que deles só poderiam dispor coletivamente. As decisões eram tomadas em assembleias e o interesse público era tutelado por ações populares, na alçada de qualquer cidadão. Os romanos trabalhavam com a figura da corporação, tanto no espaço público, como no privado. O sistema era incompatível com a figura moderna da pessoa jurídica. (2008, p.16)

Denota-se a incompatibilidade do sistema contemporâneo com as origens do Direito Romano, ou seja, com a evolução histórica do sistema estatal perdeu-se no caminho uma qualidade relevante ao

ordenamento jurídico, político e social, as deliberações populares. No entanto, o sistema engessou o aparelho de forma neutralizar o coletivo.

O Direito, na sua ontogênese, distribuído em ramos compartimentalizados, cumpre o papel de dar forma jurídica ao modelo. Divide os bens em públicos e privados, sonegando a dimensão coletiva; restringe o conceito de propriedade aos bens corpóreos, deixando livre a propriedade intelectual e o capital financeiro frente à função social; e deixa a cargo do direito público as limitações, e do magnânimo poder de polícia do Estado, a tutela do interesse geral. A construção ou disposição departamentalizada desse Direito - em ramos, dicotomias e subsistemas de regras e princípios - funciona, então, como aparelho de resolução individualista dos conflitos, e também, no plano colateral, serve para levantar uma cortina de fumaça científica, que contribui para escamotear a visão do todo e neutralizar institutos de cunho coletivo, como o da Função Social. (2008, p.17)

Tal pretensão não significa apenas criticar o sistema, pois logo após trata de comparações e soluções, para sua nova proposta, apontando que os instrumentos políticos e jurídicos para fazer frente a esse modelo existem, contudo, não são utilizados. As instituições contra-hegemônicas de função social¹⁶ de república participativa de plebiscito, de referendun, de iniciativa popular, se encontram à disposição, mas continuam encontrando extrema dificuldade de afirmação, cooptadas que são pelo vórtice do paradigma voluntarista, que apenas temperam, e com o qual contemporizam. Continua corroborando que o sistema obtém neutralizar e manter a função social nos limites de um mero apelo por solidariedade social, por justiça social, num discurso ético pouco mais do que ineficaz e pouco menos do que trágico, muitas vezes.

¹⁶ COCA PAYERAS, Miguel. Tanteo y retracto, función social de la propiedad y competencia autonómica, p. 164 et seq. Cita uma plêiade de autores, que na virada do século XIX para o XX defendiam, em relação à propriedade, a existência de deveres, limites e função social, como Otto Von Gierke, Antón Menger, Leon Duguít, Giuseppe d'Aguanno, Enrico Cimbali e outros

Partindo-se então da lição acima, é possível ultimar que as ferramentas constitucionais de participação, como o referendo e o plebiscito, conforme mencionado não são utilizadas, e quando o são, não se dirigem aos verdadeiros problemas da coletividade brasileira, das políticas públicas e das decisões estratégicas da nação, sendo quase inviabilizados pelo próprio sistema que dispõe, a exemplo da Lei 9709/98 (regulamenta o art. 14 e incisos da CRFB) o que depende, então, de aprovação de um terço do Congresso Nacional, e uma série de formas burocráticas.

Nesse talante, José Isaac Pilati (2008, p.23) traz à tona que a república dos romanos é o modelo de contraponto, que mostra ser isso possível perante os recursos tecnológicos de que dispomos hoje. No plano jurídico, cumpre devolver à coletividade, ao povo, os bens coletivos, tais como o ambiente e os recursos naturais, que não são do Estado e do particular, mas de todos os brasileiros e de todos os seres vivos da terra. Quanto ao Estado, este compete restabelecer a Ágora do povo: a Ágora global, a do povo de cada Estado e de cada Município, discutindo e aprovando as melhores propostas e eliminando as que não servem. E a sociedade cabe decidir sobre os seus recursos naturais e aplicação dos recursos deles decorrentes, sem intermediários; diretamente com as empresas nacionais e estrangeiras, em tempo real, quem vai dizer que isso não é possível, remonta o autor.

O Estado analisado a partir da filosofia das ciências sociais foi colocado em questão por François Châtelet e, atualmente se mantém, pois suas atribuições deixaram de responder à sociedade e suas necessidades pelos motivos já expostos, sendo assim a participação direta do coletivo, proposta por José Isaac Pilati, o diálogo e a fraternidade podem ser variáveis, que compreendam todos os seres vivos no planeta, na biosfera e ao longo da vida ser condição imprescindível à universalização da cidadania que caracterizará o século XXI, cidadania planetária. Para tal é cogente verificar como está figurando a questão do estado brasileiro entre as políticas públicas e a realidade na aplicação da legislação para a proteção do meio ambiente.

3.3 A QUESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO, ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E A REALIDADE NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Inicialmente cumpre salientar que a terminologia políticas públicas carece de um conceito fechado, por haver divergências e discussões quanto ao tema. Dado o alcance deste trabalho projetam-se

algumas considerações que se consideram relevantes para o meio acadêmico e jurídico.

Vale ressaltar que um marco significativo para a origem das políticas públicas foi o período pós-guerra, a partir das políticas assistencialistas que acarretaram melhorias, contudo não se materializaram devido à afirmação de um Estado capitalista. Com a evolução histórica constitucional e de garantias, tais benefícios assistenciais principiam como direitos da cidadania. Eros Grau prelecionou sobre o assunto:

No transcurso do século XX, entretanto, inúmeras crises desse sistema fundado na dicotomia Estado de um lado e mercado, de outro, surgiram. Desde crise econômica de 1929, passando pela segunda grande guerra, os momentos de anormalidade fizeram com que as relações do mercado com o Estado se alterassem profundamente. De maneira gradativa, passou-se a admitir que o mercado dependeria profunda e diretamente da intervenção estatal.(2002,p.167)

Todavia, a política pública ganhou força na Ciência Política entre os anos 1960 e 1970, como assevera Paul A.Sabatier (1995, p.11) que menciona Daniel Lerner e Harold Lasswell como sendo os precursores no assunto. Já Celina Souza (2006) refere além desses, Charles Lindblom e David Easton. Dessa maneira, os conceitos e enfoques foram variáveis, opta-se por uma distinção de Leonardo Secchi.

Diante dessa investida, duas concepções ganham debates: a abordagem estatista sublinha o termo política em emprego do decisor e a abordagem multicêntrica sublinha em emprego do objetivo da política. Leonardo Secchi (2011, p. 02) em sua obra didática sobre políticas públicas faz uma comparação e define que a concepção estatista (state-centered policy-making) considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais. Conforme esta concepção, o que determina se uma política é ou não “pública” é a personalidade jurídica do formulador. Enquanto a concepção multicêntrica aprecia organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas (policy networks), juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Diante desse breve panorama sobre conceituação de políticas públicas, se volta para a necessidade de uma nação em obter determinados serviços, ao poder estatal cabe intermediar e assegurar

motivados direitos a todos indiscriminadamente. Nesse sentido, se referencia os direitos fundamentais sociais como saúde, educação, segurança pública e meio ambiente entre outros. Assim, o Estado através do Poder Executivo não exclusivamente executa as leis, como origina suas políticas e programas necessários à realização de tais ordenamentos legais.

O objetivo da criação desses programas é planejar de acordo com o interesse público, colocando-as no orçamento estatal. Vale ressaltar que esta não se trata de eleição somente de prioridades governamentais, mas deconsolidação do que já foi definido pelo legislador. Ou seja, tais metas necessitam de um trabalho em conjunto de Legislativo e executivo, de forma a ressaltar os desígnios de igualdade e justiça social, que constituem a base da Ordem Social Constitucional Brasileira. O constitucionalista brasileiro Eduardo Appio considera que:

As políticas públicas consistem em instrumentos estatais de intervenção na economia e na vida privada, consoante limitações e imposições previstas na própria Constituição, visando assegurar as medidas necessárias para a consecução de seus objetivos, o que demanda uma combinação de vontade política e conhecimento técnico. (2005, p.143)

É possível entender Políticas Públicas como mecanismos utilizados pelo meio estatal, que viabilizam a execução dos direitos garantidos a todos constitucionalmente, de maneira a intervir nas esferas econômicas, políticas e sociais no alcance de condições satisfatórias de vida aos seus cidadãos, de modo a implementá-las sem separar sua legalidade. Um dos desafios estatais sempre foi apresentar soluções para as demandas sociais, na contemporaneidade a cobrança ainda é maior, não somente pelo acréscimo do déficit econômico, como ainda pela democracia, fundamental para a consolidação do processo democrático no país.

Como destaca Eros Grau (2000, p.21) a expressão política pública designa atuação do Estado, desde a pressuposição de um bem demarcada separação entre Estado e sociedade [...]. A expressão políticas públicas designa todas as atuações do Estado, cobrindo todas as formas de intervenção do poder público na vida social.

A realidade, mais especificamente a brasileira, é contraditória entre as políticas públicas, e sua concretização diante dos preceitos

constitucionais constituídos pelas diretrizes político-administrativas e da participação da sociedade civil organizada no controle e na formulação das políticas setoriais.

Economicamente, nas últimas décadas do século XX, a maioria nas nações sofreu um intenso ajuste, especialmente nos países em desenvolvimento, o que desencadeou um agravamento de ordem social. No Brasil, não fora diferente, pois a crise entre o final da década de 70 e o início da década de 80, derivada do esgotamento do “milagre econômico”, comportou um conjunto considerável para o aparecimento do movimento da sociedade civil em direção à redemocratização e, conseqüentemente, uma nova relação com as instituições públicas, procedendo na instalação da Assembléia Nacional Constituinte com a experiência da declaração de uma nova ordem social, através da promulgação de uma nova Constituição democrática, que garantisse aos direitos sociais serem protegidos e inseridos como deveres do Estado, transversalmente por políticas públicas. Esse período ficou conhecido como a década reformista, em que se dirigia a uma grande modificação nacional, com a inserção na Constituição de metas e objetivos que poderiam se reestruturar.

Assim, princípios e diretrizes para as políticas públicas realizadas pelo Estado brasileiro foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que determinou parâmetros concisos ao processo de elaboração e fiscalização das diferentes políticas. Mesmo assim, em pleno século XXI ainda é comum se deparar com situações ou mecanismos que se distanciam da efetividade propriamente dita.

Dentro do sistema instituído, cogitar sobre as políticas públicas emana a precisão de compreensão complexa histórica que essas políticas apresentam em sua constituição, diante de cada realidade social em que emergem.

A constituição política de cada nação reflete diretamente na contextualização das políticas públicas, haja vista que resultam de forças históricas contraditórias. Desta maneira, a peculiaridade comum nas políticas sociais, livre do país que são legisladas, é que surge na essência de um conflito ou de lutas econômico-político e social, por se intensificarem as diferenças a ponto de gerar uma transformação na estratégia adotada pelos Estados para manter o seu poder. Promover o desenvolvimento humano, proteger o cidadão e estimular as atividades econômicas precisam ser as basilares imputações do Estado.

Destarte que instituições sociais convêm não apenas a satisfazer necessidades humanas e para a estruturação de interações sociais, no entanto, concomitantemente, definem as posições de poder, são padrões

pautados de interação, admitidos, com práxis e geralmente aceitos pelos atores sociais. Apostar nas possibilidades de escolha estratégica a partir de um panorama diferenciado significa de forma decisiva definir estruturas político-institucionais, inclusive a capacidade dos atores políticos de modificar essas estruturas de acordo com suas estratégias.

Avaliativamente, caso realizada uma análise mais profunda sobre os sistemas políticos em transformação e com instituições não consolidadas, como acontece nos países latinos, ou países em desenvolvimento, acresce o impulso de cominar ao fator instituições estáveis ou frágeis, a autoridade para direcionar o êxito ou o fracasso das políticas adotadas.

Diante dessa perspectiva, vale destacar para entender a proposta de um Estado Social, François Châtelet (1983, p. 449) que alude sobre as sociedades avançadas do século XIX e passam a pensar em si mesmas como um conjunto empírico complexo e tentam prever suas crises, suas dificuldades. Acreditou-se, segundo o autor, que a ciência era capaz de fornecer à política um instrumento verificável e eficaz, podendo chegar a substituir as teorias aleatórias e subjetivas.

Enfatiza, ainda, que após a Primeira Guerra Mundial, a relação que se estabelece entre as ciências da natureza e a indústria passam a se institucionalizar. Os imperativos militares desempenham um grande papel: com pesquisa científica, a ciência passa a fazer parte diretamente das forças produtivas e, com isto, constitui-se como elemento da política. Estratégia (guerra e diplomacia), imperialismo industrial, desenvolvimento científico e técnico tornam-se indissociáveis (CHÂTELET; PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 457)

Na visão de François Chatelet (1983, p.458) a transformação progressiva do Estado em “Estado Cientista”, se dá, também, por outra via: o Estado passa a preocupar-se cada vez mais com a segurança e o bem estar dos cidadãos. Isto o obriga a aceitar como de sua responsabilidade um número cada vez maior de problemas e a encontrar soluções para os mesmos. Assim, deve o estado evitar as crises por meio de técnicas apropriadas. O desenvolvimento da ciência e suas implicações na indústria geram um dinamismo social que, apesar de artificial, é uma espécie de estimulação constante, graças às quais as contradições mais profundas podem ser resolvidas ou mascaradas. A intensa expansão industrial gera uma imagem singular de felicidade, uma ideia de igualdade de oportunidades.

Que o bem estar da coletividade seria o melhor não se põe dúvidas, mas o fato é que formalmente o modelo do Estado brasileiro é Gerencial, mas materialmente, ainda é um Estado “pós colonialista”,

refém dos mercados e marcado por uma corrupção institucionalizada, além de um constante servilismo. Em razão disso, observa-se imensa responsabilidade na gestão dos recursos públicos. Contudo, as necessidades sociais vêm se acumulando a cada dia e torna-se imperioso realizar uma efetiva e duradoura política de transformação social em nome da Democracia ou até como forma de constatar a eficiência do Estado-Gerente. Diante disso, mostra-se salutar haver um controle jurisdicional da execução da lei orçamentária, a fim de que programas sociais e de infraestrutura ganhem efetividade. Nesta figura, o Estado não é proprietário do poder, mas o exerce, de fato e de direito, sendo responsável pelo bem-estar da sociedade.

O Estado inspirado no liberalismo político considera que a atividade política governamental aplica-se a uma realidade dada, já constituída, mas que precisa ser instituída e garantida, função do Estado-Gerente. Este, de forma primordial, deve labutar para garantir os direitos de liberdade, para, então, assegurar a independência e a segurança da nação, zelando, finalmente, pelo bom andamento das questões comuns a todos os cidadãos, fazendo deste modelo o gerente da sociedade (CHÂTELET, 1983, p.80)

É, por isso, que o Estado-Gerente é um ser duplo: vinculado à obrigação do serviço para o qual foi designado e levado a valer-se do poder de que é investido, constituindo-se de uma parcela humanista, no sentido de reconhecer uma essência comum a todos os homens (donde decorrem os direitos fundamentais). Nessa perspectiva, o Estado-Gerente “aproveita o legado do cristianismo, das escolas do direito natural, da ideologia iluminista, que colocaram o homem como valor supremo e fim em si mesmo”. (CHÂTELET, 1983, p.83)

Consequentemente, o Estado-Gerente tem a missão de garantir, sob autoridade, a liberdade, hipostasiada como princípio imprescritível, devendo ser garantida ante a complexidade das sociedades e dos imperativos de organização e de produtividade exigidos pela indústria, o que o fará com o exército e a polícia, colocados sob seu comando. A influência liberal levará ainda a um querer coletivo do progresso da produção, do consumo, baseando-se numa ordem que mantém os interesses do Estado-Gerente, através de uma violência constante e silenciosa (CHÂTELET, 1983, p.122).

Ao cotejar a responsabilidade elencada pelo Estado-Gerente, e o ideal do bem estar social, diante das políticas públicas e a realidade brasileira ainda há de se afirmar que os anseios não foram e não são plenamente atendidos, especialmente, no que toca a proteção ao meio ambiente.

Houve uma preocupação do legislador brasileiro ao trato das questões ambientais. O acordo de preservar o ambiente deve dar-se entre toda a coletividade e o Estado, portanto, o cuidado de responsabilidade é compartilhado. José Rubens Morato Leite (2007, p.142) diz que, no regime constitucional brasileiro, fica claro que o ambiente é tratado como bem de interesse comum da coletividade, sendo sua proteção dependente de responsabilidade compartilhada entre o Estado e a coletividade. Tal estatuição não se resume a um jargão de ordem ética, nem a uma norma de cunho programático que tenha efeitos dependentes de efetivações infraconstitucionais. Na realidade, o ambiente, considerado como bem de interesse comum da coletividade, carece de necessária ponderação hermenêutica, em decisões judiciais que envolvam o exercício de direitos de ordem individual e o ambiente saudável como necessidade da coletividade. Nesse contexto, merece especial atenção o direito individual de propriedade, pois seu exercício suscita grandes conflitos com a necessidade de proteção do ambiente.

A Constituição brasileira proporcionou um avanço significativo quanto ao antropocentrismo alargado, quando, no inciso VII do art. 225, comprovou uma inquietação do legislador no sentido de não só abrigar os animais em benefício de sua função ecológica ou de seu proveito econômico, mas em virtude da importância perante a vida humana ou não humana. Além da proteção à capacidade de aproveitamento do meio ambiente, ocorreu também um dispositivo constitucional visando à tutela destes, mantendo o equilíbrio ecológico e a sua capacidade funcional, como proteção exclusiva e autônoma, livre do amparo direto que advenha ao homem.

Assevera-se que a quietude paradigmática ocorreu com o estabelecimento do termo Cidadania ambiental Global, criado pela Unep, órgão das Nações Unidas para área do meio ambiente, e que consiste num programa de divulgação e implantação do conceito de cidadania ambiental, que envolve um reconhecimento amplo dos direitos e responsabilidades de todos em relação à saúde, bem-estar e dignidade. O programa procura a participação de vários grupos de influência e associação em nível internacional, entre elas, as entidades ligadas à transmissão e à divulgação de valores éticos.

Está-se num ambiente onde são verificadas alterações no Planeta cuja origem evidencia-se tanto físicas naturais como sobrevindas da própria ação humana, por vezes potencialmente degradadoras. E a cada momento que passa se acelera o desequilíbrio ecológico, o que se torna muito inquietante, pois estão em xeque todas as formas de vida, inclusive na biosfera. Paradoxalmente, então o momento traduz o

homem com desejos contínuos e ilimitados buscando satisfazê-los e, para tanto, se usa dos bens oferecidos pela natureza que, por sua vez, são limitados e esgotáveis. A decorrência disso é a desprezível deterioração das condições ambientais. Nesse cenário, o que se evidencia é um novo modelo de Estado voltado para proteção ao meio ambiente. Esse será o ponto central do próximo capítulo consubstanciado ao direito ambiental, entre o modelo adotado na modernidade e a complexidade do direito.

4. NORMAS DE PROTEÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL: A MATRIZ DISCIPLINAR ADOTADA E A COMPLEXIDADE DO DIREITO

4.1 PANORAMA INICIAL SOBRE MEIO AMBIENTE

O direito ao meio ambiente equilibrado apresenta registros de uma história assinalada por descon sideração, tanto no plano do social, quanto no campo normativo. A tentativa de superação desse estado apresenta-se apenas no final do último século, consolidando um esforço normativo pontuado por alguns poucos avanços e vários retrocessos em matéria legislativa. Dessa forma, toda a mudança que produz rupturas nas estruturas sociais, políticas e culturais colocadas reclama certo tempo para ser aceita e incorporada nos modos de vida das sociedades. Com a questão ambiental não foi diferente em relação à doutrina da proteção ao meio ambiente, que, em muitas ocasiões, produziu uma lacuna entre o que está previsto em lei e a maneira como faticamente os atores posicionam-se na esfera social. Essa falha exacerba-se ainda mais se avaliados os riscos revelados em face da crescente globalização. Esse panorama reflete-se em nível local e global, surgindo uma infinidade de possibilidades que exerce especial atenção por parte de toda sociedade. Neste sentido, afirma Carlos Frederico Loureiro que:

A questão ambiental constitui uma das mais importantes dimensões de atenção e análise por parte dos múltiplos segmentos, grupos e classes sociais que compõem a sociedade contemporânea. Isto pode ser observado no aumento expressivo, tanto qualitativo quanto quantitativo, de debates, produção teórica e manifestações sociais abordando a problemática, desde a década de setenta. Por diferentes motivações e necessidades, praticamente todo sujeito individual e coletivo menciona e reconhece o ambiente como dimensão indissociável da vida humana e base para a manutenção e perpetuação da vida na Terra. (2006, p.11)

O direito ambiental ao longo do tempo foi mudando de forma, inicialmente, abordou temas relacionados a questões financeiras, para, num segundo momento, tratar como um bem da humanidade que deve ser preservado e respeitado, sob a ótica da proteção dos recursos e o zelo

à dignidade da vida. Como processo histórico, a exploração pertinaz dos recursos naturais e a gravidade da questão ambiental brasileira têm seu desenvolver desde os primórdios do descobrimento. Brevemente para ilustrar, o foco do trabalho se dá em outro argumento, este processo exploratório teve início com uma das notícias mais auspiciosas transmitidas pela expedição de Pedro Álvares Cabral, após a descoberta, que foi a de ter encontrado uma planta com madeira vermelha que produzia um valioso corante vermelho. Com esse anúncio, passou-se a exploração incontrolada desta planta. Sobre a relativa importância econômica dessa madeira, o historiador Hilário Franco comenta:

Se o valor daquele produto (o pau-brasil) era bem inferior ao das especiarias – já se calculou que uma nau de 120 toneladas carregada de especiarias valia sete vezes um igual carregamento de pau-brasil – não era, no entanto, desprezível. De fato, não se justificariam tantos cuidados do governo, se tratasse de produto inferior na escala dos lucros auferidos. O próprio interesse estrangeiro em particular deste comércio, com navios franceses, e em menor escala, ingleses e espanhóis, procurando romper o monopólio lusitano, indica nesse sentido. (1980, p.180)

Nota-se do registro que o interesse econômico desde o início da nossa colonização prevalece sem levar em conta as condições do meio ambiente. Ao longo da história, mais precisamente no início da década de 1990, existia no Brasil uma consonância de que a pobreza estava intrinsecamente vinculada à degradação ambiental, todavia ao mesmo tempo isto fora questionado e aos poucos se afastou da retórica para ser discutido de forma empírica. A temática ambiental e a consequente degradação do meio ambiente consolidaram-se definitivamente com a Agenda 21, por ser a mais extensa e detalhada cartilha consensual que a Comunidade Internacional conseguiu acordar em face ao dilema da relação entre a espécie humana e a natureza, bem como discutir amplamente, com a comunidade planetária, o paradoxo moral da coexistência futurista do progresso técnico com a mais anacrônica miséria.

O momento histórico é marcado pelo preâmbulo da Agenda 21, o qual chama a atenção para as preocupações do desenvolvimento sustentável, ressaltando que é importante adotar-se uma abordagem equilibrada e integrada sobre meio ambiente e desenvolvimento. Pela

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Agenda 21 destaca:

a humanidade encontra-se em um momento de definição histórica. Defrontamo-nos com a perpetuação das disparidades existentes entre as nações e no interior delas, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende nosso bem estar. Não obstante, caso se integrem as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento e a elas se dedique mais atenção, será possível satisfazer às necessidades básicas, elevar o nível da vida de todos, obter ecossistemas melhor protegidos e gerenciados e construir um futuro mais próspero e seguro. São metas que nação alguma pode atingir sozinha; juntos, porém, podemos - em uma associação mundial em prol do desenvolvimento sustentável. (1996, p.9)

Analisar criteriosamente os impactos ambientais provocados pelo ser humano é fundamental, pois a historicidade dos fatos apresenta a previsibilidade de alterações positivas ou negativas nas atividades depredatórias. As mudanças oriundas do progresso originado com as descobertas do final do século XX e início do XXI apresentam alterações e apontam para um conjunto de problemas ambientais urbanos que são comuns nas cidades grandes e de médio porte no Brasil, pressionando a base de recursos naturais e afetando basicamente o desenvolvimento sustentável. Os aspectos econômicos são de alguma maneira, responsáveis pela transformação e pressão sobre o acesso a terra, ao uso e ocupação do solo, ao saneamento ambiental, ao transporte urbano e a inúmeras outras atividades econômicas.

Os problemas urbanos são percorridos amplamente pela Agenda 21 demonstrando que a controvérsia da dinâmica demográfica e o desenvolvimento sustentável ainda são fatores que exigem políticas nacionais integradas para o meio ambiente, visto que eles apresentam uma relação sinérgica. A Conferência das Nações Unidas ao discutir as condições que o planeta terra tem de sustentar a vida nos padrões atuais ressalta que:

O crescimento da população mundial e da produção, associado a padrões não-sustentáveis de consumo, aplica pressão cada vez mais intensa sobre as condições que tem nosso planeta de sustentar a vida. Esses processos interativos afetam o uso da terra, a água, o ar, a energia e outros recursos. As cidades em rápido crescimento, caso mal administradas, deparam-se com problemas ambientais gravíssimos. O aumento do número e da dimensão das cidades exige maior atenção para questões de Governo local e gerenciamento municipal. Os fatores humanos são elementos fundamentais a considerar nesse intrincado conjunto de vínculos; eles devem ser adequadamente levados em consideração na formulação de políticas abrangentes para o desenvolvimento sustentável. Tais políticas devem atentar para os elos existentes entre as tendências e os fatores demográficos, a utilização de recursos, a difusão de tecnologias adequadas e o desenvolvimento. As políticas de controle demográfico também devem reconhecer o papel desempenhado pelos seres humanos sobre o meio ambiente e o desenvolvimento. É necessário acentuar a percepção dessa questão entre as pessoas em posição de tomar decisões em todos os níveis e oferecer, de um lado, melhores informações sobre as quais apoiar as políticas nacionais e internacionais e, de outro, uma estrutura conceitual para a interpretação dessas informações. (1996, p.47-48)

Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, ao estudar a questão da pobreza, degradação ambiental e desenvolvimento sustentável, diagnosticou que tais relações sucedem de forma indireta, pelo meio de outras variáveis intervenientes. Entre elas, destacam-se os padrões de desigualdade que caracterizam o estilo de desenvolvimento atual, com suas sequelas de marginalização e desintegração social; a fragmentação institucional da sociedade contemporânea, assim como as imperfeições estruturais de mercado e, ainda, da função reguladora do Estado (1996, p.22).

A noção de exploração dos recursos naturais e de desenvolvimento que se tinha após o descobrimento do Brasil foi

paulatinamente contraindo novos aspectos e, com a escassez de alguns bens não renováveis, este aviso alertou a sociedade brasileira de que o modelo de exploração precisa ser reavaliado.

A Constituição Brasileira de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, estabeleceu o marco definitivo da importância do meio ambiente para a Sociedade brasileira, criando um capítulo específico para tratar do tema - Capítulo VI do Meio Ambiente.

Inclusive, sem perder o foco do presente estudo, mas de fundamental importância, em nível educacional, com a inserção da temática ambiental na grade curricular do ensino fundamental e médio no Brasil, a educação ambiental ampliou-se no sistema de ensino, nos meios de comunicação de massa, e conquistou espaço nos programas de capacitação pessoal das universidades e centros de pesquisa. A Lei complementar nº 140 de 8 de dezembro de 2011 reforça a preocupação com este tema nas quatro esferas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência, atribuindo a todos, e, em especial, ao município, a promoção e a orientação da educação ambiental em todos os níveis de ensino, bem como a conscientização pública para a proteção do meio ambiente.

Mais especificamente o marco do protecionismo ambiental a nível brasileiro é datado em 1605, quando foi criado o Regimento sobre o Pau-Brasil – o qual proibia, entre outras coisas, o corte do mesmo, sem expressa licença real, aplicando penas severas aos infratores e realizando investigações nos solicitantes das licenças.

Com o tempo, surgem novos tipos de tutelas ambientais e leis específicas, tutelando o meio ambiente e introduzem-se, na legislação, novos tipos de crimes ambientais, como no primeiro Código Penal, promulgado em 1830, que já continha dispositivos que castigavam o corte ilegal de árvores e o dano ao patrimônio cultural, seguido, em 1850, pela Lei 601 ("Lei das Terras"), que estabelecia sanções administrativas e penais, no seu art. 2º, para o dano causado pela derrubada das matas e queimadas. O Código Civil de 1917 concedeu aos bens ambientais um tratamento sob a ótica dos interesses privados. Encontra-se, também, essa proteção em nível administrativo no Dec. 4.421/1921, que veio a criar o Serviço Florestal do Brasil, objetivando a conservação dos recursos florestais, já vistos como bens de interesse público. Em 1934, surge o primeiro Código Florestal (Dec. 23.793/1934), que vem tutelar juridicamente o meio ambiente, tipificar as ofensas cometidas na utilização das florestas, classificando-as como crimes e contravenções penais. Surge, assim, a nova Constituição

Federal, contendo alguns dispositivos ambientalistas, o Código de Águas (Dec. 24.643/1934) e o Código de Caça (Dec. 24.645/1934).

A Primeira Guerra Mundial marcou o início do Século XX e o cenário brasileiro, igualmente, sobreveio por momentos internos de acertos políticos, com ápice em 1932, dados a Revolução Constitucionalista, a partir do Estado de São Paulo. Também em 1934, foram editadas legislações relativas ao meio ambiente natural, como o Código de Caça e Pesca, o Código Florestal, o Código de Águas e a Lei de Proteção dos Animais. Aludidas legislações foram inovadoras, pois se criaram institutos que estabeleciam restrições ao exercício da pesca; consideração dos animais e vegetais aquáticos como sendo de domínio público; proibições para exercício da caça; responsabilidade civil pelo dano de caça ou pesca; estabelecimento de responsabilidade penal para atos contra a fauna silvestre e ictiológica; entre outros.

Em 1940, do mesmo modo se explanou sobre a tutela penal ambiental na Lei de Contravenções Penais. Mais tarde, na década de 60, uma nova reformulação foi feita no que tange à tutela penal ambiental, surgindo um novo Código Florestal (Lei 4.771/1965). Dessa forma, se preocupou com a proteção à fauna (Lei 5.1971/967), a pesca (Dec.-lei 221/1967) e com a poluição das águas (Dec. 50.877/1961, alargado pelo Dec.-lei 303/1967), que, além das águas tuteladas pelo primeiro, passaram também ao âmbito de proteção o ar e o solo.

Ainda que com todas as leis protecionistas existentes, na legislação brasileira, somente a partir de 1970, ocorreu o princípio de uma efetiva proteção ao meio ambiente, pela imperatividade de combater a poluição das áreas industrializadas que estavam vitimando a população pela degradação ambiental em virtude da quantidade de fumaça liberada pelas indústrias, diminuindo significativamente a qualidade do ar, chegando a um nível crítico que conduziu a população a lutar pelo seu bem-estar e segurança social.

Nesse contexto, uma questão se tornou desafiadora aos estudiosos jurídicos, ambientais ou sociais, a definição de meio ambiente, pelo qual seu alcance faz referência ao objeto de estudo do Direito Ambiental. O debate alavancou devido à utilização pelo direito brasileiro e internacional da expressão “meio ambiente”, que foi adotada, segundo doutrinadores de forma redundante, ou seja, repetida desnecessariamente, uma vez que “meio” e “ambiente” são unívocos, pois ambos constituem aquilo que envolve o entorno onde se vive.

Dessa forma, em 1980, com objetivo de proteção ambiental, foi editada, em âmbito federal, a Lei nº 6.803/80, dispondo sobre diretrizes básicas para o Zoneamento Industrial nas áreas críticas de poluição. No

ano de 1988, ao objetivar a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida e visando a assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, foi editada a Lei nº 6.938/1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Esse diploma legal trouxe em seu art. 3º, inciso I, os conceitos de meio ambiente, poluição e degradação do meio ambiente, além de estabelecer diretrizes destinadas a orientar a ação dos Governos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios quanto à preservação da qualidade ambiental e manutenção do equilíbrio ecológico. Por meio dessa Lei, foi instituído também o SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

Por conseguinte, a Constituição Federal de 1988 abordou a questão ambiental em diversos momentos, tendo como essência o art. 225, porque evoca a “sadia qualidade de vida”. Segundo Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.104),_o conceito de meio ambiente dado pelo art. 3º, da lei que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, foi recepcionado pela Carta Magna, na medida em que o constituinte originário teria buscado tutelar uma visão ampla e sistêmica do meio ambiente.

Sobre o conceito de meio ambiente o posicionamento majoritário da doutrina brasileira sustenta que este demanda amplitude na proteção jurídica, não sendo restrito apenas ao natural, mas abrangendo a natureza como um, para a doutrina, a definição legal não é apropriada uma vez que não contempla largamente todos os bens jurídicos protegidos. Sobre isso, diz José Afonso da Silva:

O conceito de meio ambiente há de ser, pois, globalizante, abrangente de toda Natureza original e artificial, bem como os bens culturais correlatos, compreendendo, portanto, o solo, a água, o ar, a flora, as belezas naturais, o patrimônio histórico, artístico, turístico, paisagístico e arqueológico. (2000, p. 20)

É justamente a partir de considerações como esta que se ampara o conceito jurídico inserido pelo artigo 225, caput, da Magna Carta ter idealização indeterminado, designando lacuna de incidência da norma. Trata-se de uma ferramenta disposta, que necessita de ampliação da

tutela jurisdicional ambiental para tornar possível a proteção do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e reconhecido como essencial à sadia qualidade de vida como elencado no referido artigo da Constituição Brasileira. Deste modo, procede desta visão globalizante, o antropocentrismo ampliado, não mais concentrado no ser humano, a distinção tripartida entre meio ambiente natural ou físico; meio ambiente artificial ou humano, meio ambiente cultural e do trabalho.

A partir da influencia da doutrina italiana, no ordenamento jurídico brasileiro o conceito de meio ambiente foi fortalecido por José Afonso da Silva que se referiu ao meio ambiente natural ou físico como aquele tal como originalmente criado pela natureza, constituído pelos recursos naturais, como a água, o solo, o ar atmosférico, a fauna, a flora, etc. Isso porque o aspecto artificial ou humano de meio ambiente seria aquele modificado pelo homem, com intuito de atender aos seus propósitos e confortos, que seria composto pelo espaço urbano construído, consubstanciado no conjunto de edificações e dos equipamentos públicos (ruas, praças, áreas verdes, espaços livres em geral: espaço urbano aberto (2000, p.21)). A expansão do meio ambiente artificial se dá para melhorar a qualidade de vida a partir de uma estrutura proporcionada pela construção urbana.

A definição proposta tem relevância, mas vale observar, conforme Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.104) destaca que as primeiras normas ambientais produziram um enfoque utilitarista da natureza, na medida em que era considerada como um bem inesgotável. Nunca um dia o homem teria imaginado que a água, as plantas, o ar, enfim, os bens naturais poderiam se tornar escassos.

Quanto ao meio ambiente do trabalho, este é o local onde se desempenha as atividades laborais e, por conseguinte, permanece o trabalhador, boa parte de sua vida, com estreita relação a este ambiente. Segundo José Afonso da Silva (2003, p.05), é um ambiente que se insere no artificial, que corresponde ao complexo de bens imóveis e móveis de uma empresa e de uma sociedade, objeto de direitos subjetivos privados, e de direitos invioláveis da saúde e da integridade física dos trabalhadores que o frequentam.

De igual modo, Júlio Cesar De Sá Da Rocha (2002, p.30) apoiando-se em seus semelhantes menciona que o meio ambiente do trabalho caracteriza-se como a ambiência na qual se desenvolvem as atividades do trabalho humano. Diante das modificações por que passa o trabalho, o meio ambiente laboral não se restringe ao espaço interno da

fábrica ou da empresa, mas se estende ao próprio local de moradia ou ao ambiente urbano.

Pelo que se constata das definições mencionadas, o conceito de meio ambiente do trabalho pode ser considerado um ramo autônomo, sendo o seu objeto a preservação do homem no seu ambiente de trabalho contra as formas de degradação da sua sadia qualidade de vida, conseqüentemente deve ser respeitado nos campos doutrinário, legal e constitucional.

Encerrando a classificação, José Afonso da Silva (2000, p.21) compreende o meio ambiente cultural aquele composto pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora artificial, em regra, como obra do Homem, difere do anterior pelo sentido de valor especial que adquiriu ou de que se impregnou. O bem cultural manifesta a história de um povo, a sua formação, a cultura, os hábitos e as crenças, que contribuem ou exprimem suas posições dentro do meio ambiente.

Assim, na visão globalizante o meio ambiente conglera o homem e a natureza com todos os seus elementos, justificando-se por atender à coletividade humana e por se tratar de um bem difuso, ou mesmo sob a justificativa de que o ponto indica não tão só um objeto específico, como a natureza, o espaço natural ou uma paisagem, contudo uma relação de interdependência pela relação homem-natureza.

Esse tratamento, enfim, adotou a ideia de ecossistema, ciência que estuda a relação entre os seres vivos e o seu ambiente, de modo que cada recurso ambiental sobreveio a ser considerado como significando parte de um todo indivisível, com o qual interage firmemente e do qual é diretamente dependente. Ideia essa que setornou difundida pelo físico Fritjof Capra, o qual tem como proposta uma visão sistêmica que encontra abrigo em ramos da ciência moderna, a exemplo da física quântica, segundo a qual o universo, como tudo que o compõe, é composto de uma teia de relações em que todas as partes estão interconectadas.

a nova visão da realidade que haveria enfim de substituir em diversas disciplinas a visão de mundo mecanicista e cartesiana ainda não estava, de maneira alguma, plenamente desenvolvida e estruturada. Dei à sua formulação científica o nome de "visão sistêmica da vida", numa referência à tradição intelectual da teoria dos sistemas; e defendi também a ideia de que a

escola filosófica da "ecologia profunda", que não separa os seres humanos da natureza e reconhece o valor intrínseco de todos os seres vivos, poderia fornecer uma base filosófica, e até mesmo espiritual, para o novo paradigma científico. Hoje em dia, vinte anos depois, ainda esposo a mesma opinião. (2005, p.15)

Em defesa da concepção globalizante se pode afirmar também que, a própria realidade social evoluiu de maneira complexa, por isso, é sensato que a abrangência dos fenômenos sociais seja fundamentada numa concepção unificada da evolução da vida e da consciência.

No decorrer do século XX, anteriormente a Constituição brasileira de 1988 não mencionava especificamente sobre a proteção do meio ambiente natural, assim esta deu um tratamento especial à problemática ambiental ao destinar um capítulo inteiro à questão, firmando o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e impondo ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar a natureza para presentes e futuras gerações. Do mesmo modo, o direito a um meio ambiente saudável passou a ser considerado direito fundamental, ou seja, direito de titularidade coletiva e difusa. A esse tipo de direito, agrega-se um poder que se atribui abrangentemente à coletividade, não ao indivíduo singular, pois se considera parte essencial à manutenção das condições de existência humana.

A Constituição Federal brasileira de 1988 contemplou um capítulo inteiro dedicado ao Meio Ambiente com inclusão de artigos referentes ao tema. O crescimento das atividades de exploração, produção e consumo da sociedade contemporânea acarreta um aumento significativo de lançamentos de resíduos no ambiente natural, alterando o equilíbrio e ocasionando os processos de poluição. O art. 23 da Constituição Federal de 1988 garante que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VI – proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII – preservar as florestas, a fauna e a flora.

Tal evolução permite observar que o tratamento dispensado ao meio ambiente e sua preservação concebeu um processo evolutivo significativo, pois além de reconhecer as necessidades de proteção do meio ambiente, a Constituição brasileira busca compatibilizar crescimento econômico com a exigência de desenvolvimento sustentável. Desse modo, atualmente, a legislação ambiental vigente no

Brasil, além do previsto em capítulo específico da Constituição Federal, compreende uma série de diplomas legais difundidos como o Código de Águas, Código Florestal, Código de Mineração e outros.

Todavia, mesmo com os avanços constitucionais e legais da tutela ambiental brasileira, a realidade ainda permeia na seara da ineficácia face da prevalência dos interesses econômicos sobre os interesses difusos abarcando uma sociedade capitalista.

Os procedimentos relacionados à natureza têm motivado diversas políticas de controle ambiental. Os gestores das administrações públicas e privadas não têm poupado esforços para encontrarem alternativas factíveis. A meta do crescimento sustentável e a natureza indissociável dos desafios impostos pelo meio ambiente constituem um problema para as instituições e os empreendedores que precisam adaptar-se às normas de defesa e proteção legais.

Nas políticas de controle ambiental e alternativas, uma que se apresentou descolada ocorreu na década dos anos 90 e foi a do mercado de Licenças de Poluição. Sérgio Margulis (1990), no seu artigo Economia do Meio Ambiente, afirma que existe um leilão de licenças de poluição e que a quantidade de poluição é proporcional à quantidade de licenças compradas. Outra ação de fiscalização dos órgãos ambientais resulta em multas administrativas e normalmente acaba em defesa dos autuados e recursos jurídicos tempestivos. O planejamento ambiental é essencial nas atividades sociais onde ocorre a intervenção humana, seja esta por necessidade de acomodação territorial ou mesmo por adequação de obras de infraestrutura social individual ou coletiva.

No sistema físico e biológico em que vivem o homem e outros organismos vivos interagindo, permanentemente, resultam impactos sociais negativos, ocasionando a degradação ambiental causada por poluentes produzidos pela atividade humana. As particularidades como a dimensão e a concentração espacial/temporal de muitos investimentos podem provocar desastres ambientais, fazendo dos Grandes Projetos de Investimentos os responsáveis pelos manejos inadequados ou não previstos previamente irradiadores de cadeias de acontecimentos capazes de gerar sérios desequilíbrios ecológicos, responsáveis por rápidas e profundas modificações nos meios e modos de vida das populações das áreas direta ou indiretamente afetadas. O planejamento e as políticas governamentais vão, a princípio, ao encontro da busca incansável pelo progresso, que é anseio de toda a população. O desenvolvimento social e econômico supõe uma transformação da economia, do meio ambiente natural e da sociedade que almejam padrões de crescimento e a diminuição das diferenças sociais atendendo

às necessidades humanas e assegurando a todos as mesmas oportunidades de prosperidade.

No Brasil, a natureza jurídica da legitimação é um dos entraves da teoria das ações coletivas, em verdade, a razão pela qual se trata intensamente o tema, pois se encontra ligada o imperativo de preservar dogmaticamente a autonomia privada. Somente ao titular do direito caberia sua defesa em juízo, as raras exceções devem estar expressas em lei e se justificarem face ao direito material tutelado.

A tendência jurisprudencial e doutrinária no ordenamento jurídico brasileiro reconhece como principal a teoria da legitimação extraordinária por substituição processual como a melhor forma de garantir uma efetiva e adequada tutela dos direitos coletivos *lato sensu*¹⁷.

Assim, não há de perder-se de vista que, primeiramente, são três as teorias que procuram explicar a natureza jurídica da legitimidade ativa nas ações coletivas: legitimidade ordinária, legitimidade extraordinária e legitimidade autônoma para a condução do processo. Desse modo, a primeira corrente acode tratar-se de legitimidade ordinária das formações sociais para a defesa dos direitos coletivos e os entes que representam essas formações sociais estariam em juízo a defender direito que efetivamente titularizam. Elpidio Donizetti e Marcelo Malheiros Cerqueira, explicam que:

É questão em aberto, no direito pátrio, a natureza da legitimidade do Ministério Público, e a fortiori, das associações civis e dos partidos políticos, tratando-se de interesses difusos e coletivos [...]. Parece mais consentâneo à realidade qualificar a legitimidade de ordinária nessas situações. [...] a transmigração do individual para o coletivo, a qual alude Dinamarco, [...] implica uma transformação mais profunda e intensa do que a simples substituição, outorgando a titularidade do direito coletivo e do difuso a uma pessoa diferente dos titulares da situação individual incluída no conjunto... E tal legitimação se revela ordinária. (2010, p. 134)

¹⁷O Supremo Tribunal Federal ratificou esse entendimento com relação aos sindicatos, conferindo-lhes a mais ampla representatividade dos direitos dos trabalhadores: Conforme noticiado no Boletim Informativo do STF n. 431 (RE-214668).

No Código de Processo Civil brasileiro, no artigo 6º, prevalece a regra da legitimação ordinária, visto que o interesse em sua elaboração é a defesa do interesse privado individual. Com efeito, o direito ao meio ambiente é um direito de todos, ou seja, coletivo, não sendo possível sua individualização.

Por conta dessa limitação processual, houve necessidade de legitimar terceiro pleitear, em nome próprio, o direito de todos. Esta é a segunda corrente, legitimidade extraordinária, já presente na Ação Popular pela Lei 4717/1965, que se aprimorou com a Lei 7347/1985, da Ação Civil Pública.

Há que ser dito sobre a segunda corrente, majoritária na doutrina brasileira, defende que o autor coletivo entra em juízo em nome próprio, ao defender direito de outrem, ou seja, defender o direito meta individual que é titularizado pela coletividade, caso em que atua como verdadeiro substituto processual, ao qual aludem a essa teoria autores como Fredie Didier (2010, p. 134). Imperioso mencionar que tal legitimidade decorre não só da expressa disposição da lei, mas, também, quando autorizada pelo sistema. Fora dessas hipóteses, não existe substituição processual.

A legitimação extraordinária por substituição processual tem como particularidades a autonomia, a exclusividade, ser concorrente e disjuntiva. No plano da autonomia, há autorização a conduzir o processo independentemente do titular do direito litigioso, ou seja, independente da autorização da coletividade titular do direito metaindividual. Já, é exclusiva, pois somente o legitimado extraordinário encontrar-se autorizado a propor a ação coletiva na defesa dos direitos coletivos *lato sensu*. Por conta de ser concorrente, porque há mais de um legitimado extraordinário à propositura da ação coletiva e qualquer um deles, sem ordem de preferência, pode propor a ação coletiva. E, por fim, é disjuntiva, onde mesmo concorrente cada um dos legitimados age independentemente da vontade e da autorização dos demais co-legitimados.

Também é preciso citar a terceira corrente guiada pelo direito alemão, que combate pela renúncia da tradicional divisão em legitimação ordinária e extraordinária, pois se trataria de avaliação insuficiente para esclarecer o fenômeno da legitimidade no processo coletivo. Teoria esta defendida por Nelson Nery (2003) que menciona quanto os entes legitimados à propositura da ação coletiva seriam dotados, pela lei, de uma legitimação autônoma para a condução do processo.

Para o rito processual, são elencados, nos artigos 5º da Lei de Ação Civil Pública e art. 82 do CDC (Código de Defesa do Consumidor), como legitimados coletivos ativos para propor ação principal e cautelar, além dos artigos 127 e 129 da Constituição Federal. Logo, percebe-se que o processo coletivo brasileiro distanciou-se do sistema norte-americano, no qual a legitimidade do autor coletivo é realizada caso a caso, denominada *adequacy of representation* ou representação adequada e adotou um regime de legitimidade extraordinária, em que os substitutos processuais são indicados prévia e abstratamente pela lei, daí a dizer-se que se trata de uma legitimidade *ope legis*.

Porém, na prática das ações coletivas no Brasil, têm a jurisprudência e a doutrina declarados que não têm aplicado o sistema de legitimidade ativa *ope legis* automaticamente, mas, sim, determinado que entre o substituto processual e matéria discutida em juízo possua uma conexão, uma vinculação, especialmente com as finalidades institucionais do Autor da ação coletiva, até mesmo em função da própria LACP (Lei da Ação Civil Pública), que pontua em seu artigo 5º., V, “b”, quando trata da legitimidade das associações, exige que esteja incluído, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Doutrinariamente a essa vinculação entre as finalidades institucionais do legitimado extraordinário e a matéria discutida na ação coletiva ofereceu-se a designação de pertinência temática. Neste aspecto, observam Fredie Didier e Zaneti Jr.:

A legitimidade ativa no processo coletivo brasileiro deve ser aferida em duas etapas: primeiro, se deve verificar se há autorização legal para que determinado ente possa ajuizar a ação coletiva, o que é feito mediante análise da “pertinência temática”, a fim de aferir, à luz das peculiaridades do caso concreto, se o autor coletivo é ou não um representante adequado. (2010, p. 213)

Conforme os autores, a certificação citada é aquela cujo juiz, em decisão fundamentada, reconhece a existência dos requisitos exigidos para a subsunção da situação fática em uma das hipóteses previstas em lei, ou seja, o magistrado examinaria se os entes envolvidos na demanda

e se o instrumento processual utilizados são corretos e aptos a permitirem o prosseguimento da ação.

Tem-se, logo, que o processo coletivo brasileiro é no mínimo curioso, pois, na prática, toma para si um sistema híbrido de aferição de legitimidade, porquanto, afora da prévia autorização legal para a propositura da ação coletiva (legitimação *ope legis*), necessita ainda o autor evidenciar a pertinência temática da sua atuação, de maneira a ser considerado, no caso concreto, um representante adequado.

Outra abordagem são as competências ambientais em território brasileiro. O contexto geopolítico brasileiro, em sua configuração territorial, ocupa posição singular tanto no plano interno como externo. Externamente, associa-se à visão do país como reserva de recursos naturais, além da contemporaneidade também reconhecer como detentor da biodiversidade de maior floresta equatorial do Planeta. Internamente, à incorporação técnica, econômica e política do território exigida pela expansão de força produtiva nacional. Essas características contingenciaram na proteção ao meio ambiente e, para tal, há necessidade de direcionar para as competências ambientais.

A Constituição Federal, em seu artigo 18, instituiu a República Federativa organizada de forma política administrativa, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, todos autônomos. Segundo Helene S.Ferreira (2007, p.204), tal sistematização foi feita através da enumeração dos poderes da União, com poderes remanescentes para os Estados, e poderes definidos indicativamente para os Municípios, além disso, com previsão comum aos entes federativos, como também prerrogativas concorrentes à União, Estados e Distrito Federal, e, por fim, competências suplementares.

Cabe frisar que a Constituição brasileira procura manter um comedimento entre os entes federativos por meio da repartição de competências, associada aos princípios constitucionais, sem referir especificidade própria no que tange à repartição de competência em matéria ambiental, mesmo ao tratar-se de tema tão complexo. Nessa concepção, Paulo Affonso Leme Machado observa:

Repartir competências entre os entes federados foi tarefa que a Constituição da República tomou para si. Essa divisão de poderes está presente no título III da Constituição, que trata da Organização do Estado. A legislação infraconstitucional não tem a função de criar competências ou inovar nessa matéria, a que menos que a própria Constituição

lhe dê essa possibilidade. Duas possibilidades, somente, foram previstas: no art. 22, parágrafo único e no art. 23, parágrafo único da Constituição. Nas duas hipóteses, o instrumento que poderá inovar o já disposto na Constituição é a lei complementar, que deve ser aprovada por maioria absoluta (art. 69 CF).

Não se menosprezam as leis ordinárias, os decretos e as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente. Evidentemente, cada um desses diplomas tem a função devida. Mas são inócuos e impróprios para repartir as competências dos entes federados. Não podem conceder competência, retirar competência e nem limitá-la. Contudo, têm acontecido essas impropriedades, que mesmo antes de serem declaradas inconstitucionais, merecem ser marginalizadas pelos que têm consciência do valor de um texto constitucional na vida de uma nação. (2003)

Dessa forma, Assim, é que a classificação das competências ambientais brasileira é cometida sob duas alusões, quanto sua relação à sua natureza e outra à sua extensão. No intuito de comentar tal classificação, cabe dizer que quanto à natureza, estas ainda se dividem em executivas, administrativas ou legislativas. No plano das executivas, esta competência reserva a certa esfera do poder constituir diretrizes, estratégias ou políticas pertinentes ao meio ambiente. No campo da competência de natureza administrativa, por sua vez, incidem sobre o poder inerente à Administração Pública, ao Poder de Polícia, que trata da implementação e fiscalização das medidas protetivas e preventivas ao meio ambiente. E, por meio da competência de natureza legislativa, alude-se a capacidade outorgada a um ente federativo para legislar sobre questões ambientais.

Dessa forma, ainda se tem a divisão da competência quanto à sua extensão, que podem ser exclusivas, privativas, comuns, concorrentes ou suplementares. A própria expressão exclusiva já contribui para indicar somente um ente, ao que se excluem os demais. A concepção de privativa remete a delegação ou suplementariedade, embora do mesmo modo possua caráter exclusivo. Por conseguinte, a competência comum, classificada, ainda, como cumulativa ou paralela, é difundida de forma igualitária por todos os entes federativos. Já a competência quanto à extensão concorrente é quando diferentes entes podem definir de

diversas formas a atuação quanto a um procedimento, sem deixar de lado a primazia da União quanto à definição de normas gerais, e assim, ser respeitada pelos demais entes federativos. E, ao final, a competência quanto à extensão suplementar reconhece a possibilidade de edição de normas que pormenorizem normas gerais ou supram sua omissão.

Helaine S.Ferreira (2007, p.207) ressalta sobre o debate por parte da doutrina quanto à inexistência de distinção entre competência privativa e exclusiva, sendo somente uma alteração terminológica. Em verdade, nem todos os entes federativos encontram-se permitidos a delegar competências, e logo, tal distinção ultrapassa mera questão terminológica.

De maneira contundente, podem-se apresentar também os conceitos de competências enumeradas e remanescentes. As enumeradas encontram-se explícitas no texto constitucional, enquanto as denominadas remanescentes são aquelas que, de forma implícita, restam a outro ente federativo de forma residual.

A partir dessa classificação, a repartição das competências ambientais entre os entes federativos constitui o padrão inicial pela União, que possui competência executiva exclusiva expressa no artigo 21, incisos IX, XVIII, XIX, XX e XXIII, que a partir do interesse público nacional poderá desempenhar algumas atividades, por sua natureza própria do Poder Executivo.

Além da competência legislativa privativa elencada no artigo 22 da Constituição, o qual motiva que a União deve legislar sobre águas e energia; jazidas, minas e outros recursos minerais; e atividades nucleares de qualquer natureza. No entanto, admite uma autorização, por delegação, aos Estados por meio de lei complementar para que esses legislem sobre questões específicas, onde prepondere o aspecto regional, uma vez que se pode afirmar que mesmo a União tendo o dever da União de zelar pelo meio ambiente, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, como entes públicos, do mesmo modo devem fazê-lo.

Quanto à competência dos Estados, a Constituição Federal reservou as que não lhe fossem constitucionalmente vedada, denominadas de competência legislativa exclusiva. Contudo, a Magna Carta omite sobre competência executiva exclusiva aos Estados, ao elencar somente as competências da União e dos Municípios, o que significa ser de forma residual.

A Constituição também institui aos Estados poderes para explorar diretamente, por meio de concessão, os serviços de gás canalizado e instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamento de Municípios limítrofes, para integrar a

organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

As imputações ambientais aos Municípios tangenciam para competência executiva exclusiva de maneira ínfima como de promover o adequado ordenamento territorial, o que deve ser feito mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano. Essa competência realiza-se conjuntamente com a da União, como observa o disposto nos artigos 21, IX e 30, IX da Constituição.

Sobre a competência legislativa exclusiva fica estabelecida, no artigo 30, inciso I da Constituição, a competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local. E, de acordo com a redação constitucional, artigo 30, II, a competência legislativa suplementar aos Municípios é conferida para o preenchimento de lacunas às normas estaduais ou federais no que couber. Com relação à suplementação, verifica-se que esta apresenta, ainda, o próprio caráter supletivo e complementar. O primeiro ocupa lacunas existentes na lei federal ou estadual e o segundo atem-se a detalhar as normas existentes. Assim, de qualquer forma, a norma municipal deve preceder de norma federal ou estadual.

Autores como Toshio Mukai (2002, p. 67), ao discorrer a propósito da autonomia municipal e a legislação sobre meio ambiente, garante que a competência do Município é sempre concorrente com a União e a dos Estados membros, podendo legislar sobre todos os aspectos do meio ambiente, de acordo com a autonomia local, quando, então, sua legislação deve prevalecer sobre qualquer outra, desde que inferida da predominância do interesse local, o que não ocorre nas hipóteses em que a emissão da lei decorra de competências privativas subsistindo a do Município, entretanto, observando-as. Em estado como Rio Grande do Sul há posicionamentos quanto à inadmissibilidade do município legislar sobre meio ambiente¹⁸.

Já o artigo 24 funda a competência concorrente entre a União e os Estados e o Distrito Federal, incumbindo àquela as normas gerais, e, na falta delas, a competência plena dos Estados para atender as suas

¹⁸ Processo n. 70062059274. 22ª. Turma Cível, TJRS. APELAÇÃO. DIREITO AMBIENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. LEI MUNICIPAL Nº 388/2002, DO MUNICÍPIO DE TUPANCI DO SUL. USO DE HERBICIDAS DERIVADOS OU QUE CONTENHAM O PRODUTO 2.4-D. COMPETÊNCIA CONCORRENTE DA UNIÃO, DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. AUSÊNCIA DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR SOBRE A MATÉRIA. SEGURANÇA CONCEDIDA

peculiaridades. Ressalta-se em caso de superveniência de lei federal sobre normas gerais, suspendendo a lei estadual no que lhe for contrária. A competência concorrente augura a possibilidade de disposição sobre verificada matéria por mais de um ente federativo, valendo-se das normas gerais que precisam constituir princípios fundamentais, dotados de abstração e generalidade, que não se encontrem no poder de atuação do Estado e Distrito Federal.

No que diz respeito ao meio ambiente, a competência concorrente da União e Estados e Distrito Federal indicada pelo artigo 24, é: a) direito urbanístico (inciso I); b) florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (inciso VI); c) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico (inciso VII); d) responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (inciso VIII).

A competência administrativa comum vem estabelecida no artigo 23 da Constituição, sendo dever da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de forma cooperativa, fixadas por Lei Complementar: proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural; proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; preservar as florestas, a fauna e a flora; e, por fim, registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos híbridos e minerais em seus territórios.

Ressalta-se que as iniciativas de qualquer uma das esferas de poder público necessitam somar aos demais atos dos outros entes da Federação que apresentem, por intuito comum, a busca ou a preservação dos valores arrolados no artigo 23 da CF/88, e prevalecer uma ou outra legislação unicamente quando uma dessas for mais protetiva do que as demais.

Caso ausente Lei Complementar, esta não justifica ocasional omissão do Poder Público nessas matérias. Mesmo na falta daquela, todos os poderes públicos devem agir para alcançar os objetivos propostos no referido dispositivo constitucional. Nessa perspectiva Toshio Mukai (1998, p.19) apresenta: “A exigência da lei complementar não impede que cada ente político exerça, autonomamente, sua competência, em regime de não cooperação com os demais”.

Do enfoque, pode-se afirmar que o artigo 23 da Constituição Federal brasileira é uma das pilastras de sustentação de nosso ordenamento jurídico-constitucional, pois assegura os fundamentos para os atos de execução e diplomas em matéria ambiental.

Como indicado inicialmente neste capítulo a Política Nacional do Meio Ambiente a partir da década de 1970, intensificou-se o processo de industrialização, a economia com resquícios coloniais agrários volta-se à nova realidade, a indústria. Nesse contexto histórico, o crescimento econômico industrial traz consigo graves distorções ambientais poluidoras do Planeta.

Tal fato repercute em nível mundial, como resposta acerca dos graves danos ambientais, ocorre uma série de diplomas legais de Direito Ambiental, entre eles, a Política Nacional de Meio Ambiente, Lei nº 6.938/81, representando um balizador legal para todas as políticas públicas de meio ambiente a serem desenvolvidas pelos entes federativos e, até hoje, considerado como um dos mais importantes.

Com este marco, começa uma relação mais harmônica das políticas ambientais entre os entes federativos, que visam objetivos e diretrizes estabelecidas na referida lei pela União, culminado com a promulgação da Constituição Federal em 1988. Conceitos básicos para o direito Ambiental como meio ambiente, degradação de qualidade ambiental, poluição, poluidor, entre outros, foram estabelecidos no artigo 3º. da Lei, com relevância à criação do Sistema Nacional do Meio Ambiente, com vista a coordenação de políticas públicas de meio ambiente nas três esferas da federação voltada à efetividade da Política Nacional do Meio Ambiente. Com base no assunto, Luís Paulo Sirvinskaskas (2005, p.59) assevera que a lei em questão definiu conceitos básicos como o de meio ambiente, de degradação e de poluição e determinou os objetivos, diretrizes e instrumentos, além de ter adotado a teoria da responsabilidade.

Da análise, o conjunto de trabalho pela Política Nacional do Meio Ambiente abrange diretrizes gerais instituídas por lei que trazem como objetivo harmonização e integração das políticas públicas de meio ambiente entre os entes federativos, em procura da efetividade.

A Lei trouxe, em seu bojo, princípios elencados no artigo 2º. Insc. I a X, os quais constituem uma série de ações que mais condizem com a característica de metas do que princípios propriamente ditos (MILARÉ, 2001, p.292). Assim, o artigo 2º da Lei pauta o que chama de princípios que orientam a atuação da Administração Pública.

Um ponto relevante, defendido por Edis Milaré (2004, p. 385/386), é sobre a enunciação de princípios, normalmente construída

em forma de oração, em que o verbo indica a natureza e o rumo das ações ao passo que as metas são substantivas. E que os princípios da Política Nacional do Meio Ambiente não coincidem exatamente com os princípios do Direito Ambiental, embora todos guardem coerência entre si e tenham a mesma finalidade, visto que por razões de estilo e metodologia a Ciência Jurídica e um texto legal expressam-se de maneira diferente. A respeito, é certo que a aplicabilidade dos princípios do Direito Ambiental é mais complexa que a dos princípios da Política Nacional do Meio Ambiente, posto que o segundo é decorrente do primeiro. Outro aspecto são os objetivos, sendo o primeiro e geral previsto no *caput* do art. 2º da Lei nº 6.938/81:

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.

Compatibilizar desenvolvimento socioeconômico com preservação e equilíbrio ambiental é uma das maiores dificuldades do nosso Planeta, a Lei isolada não resolve o problema, contudo aponta caminhos e discussões para alcançar as ferramentas necessárias na construção de soluções.

Para contribuir com a abordagem, Luís Paulo Sirvinskaskas (2005, p.91) avaliza que a Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo tornar efetivo o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, princípio matriz contido no *caput* do art. 225 da Constituição Federal. E por meio ambiente ecologicamente equilibrado entende-se a qualidade ambiental propícia à vida das presentes e das futuras gerações.

O principal objetivo geral da Política Nacional do Meio Ambiente está dividido em preservação, melhoramento e recuperação do meio ambiente. Preservar é procurar manter o estado natural dos recursos naturais impedindo a intervenção dos seres humanos (SIRVINSKAS, 2005, p.60).

Por certo é um dos maiores objetivos em conjunto a outros especificamente expressos na Lei em questão de uma forma vasta em seu artigo 4º que expressa a compatibilização do desenvolvimento

econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico entre outros.

Em tão alto grau, o objetivo geral quanto os objetivos específicos regem a percepção de que a Política Nacional do Meio Ambiente convergem na harmonização da defesa do meio ambiente.

Com guarida no artigo 225 da Constituição, parágrafo 1º, a Lei 6938/81 elenca, no artigo 9º, os instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, que têm por finalidade atingir os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente.

A alternativa de trazer expressos os instrumentos leva aos padrões de qualidade, que são as normas estabelecidas pela legislação ambiental e pelos órgãos administrativos de meio ambiente no que se refere aos níveis permitidos de poluição do ar, da água, do solo e dos ruídos. Paulo Affonso Leme Machado (2001, p.187) destaca que os padrões de qualidade ambiental fornecem os valores máximos de lançamento de poluentes permitidos.

Nesse sentido, José Afonso da Silva (2003, p.216), legitimamente, aponta que esses instrumentos estão colocados em três grupos caracterizados. O primeiro é o dos instrumentos de intervenção ambiental, que são os mecanismos condicionadores das condutas e atividades relacionadas ao meio ambiente (incisos I, II, III, IV e VI do art. 9º da citada Lei). O segundo refere-se aos instrumentos de controle ambiental, que são as medidas tomadas pelo Poder Público no sentido de examinar se pessoas públicas ou particulares ajustaram-se às normas e padrões de qualidade ambiental, e que podem ser anteriores, simultâneas ou posteriores à ação em questão (incisos VII, VIII, X e IV do art. 9º da lei citada). Para culminar, o terceiro é o dos instrumentos de controle repressivo, que são as medidas sancionatórias aplicáveis à pessoa física ou jurídica (inciso IX da Lei citada).

A Lei requer mudanças, para tal traça seus objetivos, princípios e instrumentos, dentro deles alguns de necessidade urgentes como o estabelecimento de zoneamento urbanístico ou ambiental, em geral realizado por meio do Plano Diretor ou de Códigos Urbanísticos Municipais, mesmo que os Estados e a União, do mesmo modo, apresentem competência para tal. O zoneamento é uma delimitação de áreas, onde o espaço territorial é dividido em zonas por características comuns e formadas as áreas previstas nos projetos de expansão econômica ou urbana.

Outro instrumento necessário é a avaliação de impacto ambiental composta por um conjunto de procedimentos técnicos e administrativos que dispõem à realização da análise sistemática dos impactos ambientais

da instalação ou operação de uma atividade e suas diversas opções, com a finalidade de alicerçar as decisões em razão do licenciamento.

Ademais, o licenciamento ambiental na sua complexidade, de imediato, por ser um processo administrativo que tramita e tem por responsável a administração Pública na gestão ambiental, seja na esfera federal, estadual ou municipal, com vista a garantir a qualidade de vida da população por meio de um controle prévio e de um continuado acompanhamento das atividades humanas capazes de gerar impactos sobre o meio ambiente.

Não resta dúvida que os instrumentos possuem grandes argumentos reais e de grande impacto na proteção ao meio ambiente, mas vale frisar que o rol não é exaustivo, outras normas como as leis estaduais e municipais podem conter também indicações de instrumentos para a implementação da Política Nacional do Meio Ambiente, com as necessárias adaptações à realidade de cada ente administrativo.

A Lei 6.938/81, em seu artigo 6º, instituiu o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão colegiado dotado de poderes normativo para estabelecer padrões ambientais, como também criou o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.

Sendo assim, o tema passa a ser debatido pela doutrina José Afonso da Silva (2003, p.224) assinalando que o Sisnama é o conjunto articulado de órgãos, entidades, normas e práticas da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios e de fundações instituídas pelo Poder Público, sob a coordenação do Conama. Enquanto Vladimir Passos de Freitas (2003, p.56) aponta que o Sisnama está situado no âmbito do Poder Executivo, da mesma maneira que os demais sistemas administrativos, como o Sistema Nacional de Educação, o Sistema Nacional de Segurança e o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A consideração de um sistema envolve um caráter de todo e neste reconhecimento podem auxiliar a: a) identificação de relação entre as partes componentes, b) a localização de um padrão que rege as conexões encontradas e c) encarando-se o todo com a percepção de uma finalidade determinada.

A estrutura do Sistema Nacional do Meio Ambiente é constituída, no artigo 3º, da referida Lei, por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e pelas fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Vladimir Passos de Freitas (2003, p.54) entende que se encontram fora da estrutura do Sisnama as pessoas jurídicas que

não pertencem à administração pública, a exemplo das associações e das fundações particulares previstas no art. 20 e 24 do Código Civil.

Levante, o modelo discorrido foi recepcionado pela Constituição Federal como exemplo pioneiro na área ambiental do denominado federalismo cooperativo, previsto no parágrafo único do artigo 23, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar em âmbito nacional.

Diante disso é necessário um Planejamento e Políticas Governamentais desenvolvidos sustentavelmente. Um aspecto importante a considerar nesse processo dos últimos anos é o ponto de consolidação que a conservação ambiental e o desenvolvimento podem e necessitam andar juntos, de modo a redimir a carência de políticas ambientais do passado e sanar as dívidas socioeconômicas do Brasil de maneira sustentável. Tal argumento é verdadeiro, pois existe uma fiel luta do Ministério do Meio Ambiente na acepção de implantar a dimensão ambiental nas decisões de políticas públicas brasileiras, onde se observam alguns resultados.

Dentro dessa perspectiva, o primeiro resultado que despontou foi o Protocolo Verde, mostrando-se como um adjacente de diretrizes mínimas para a conservação ambiental por meio dos quais se restringe o crédito oficial e os benefícios fiscais a atividades prejudiciais ao meio ambiente.

O segundo resultado justifica-se no envolvimento do setor produtivo e demais atores da sociedade civil no empenho de conservação ambiental pelo meio da negociação e do diálogo dirigido para a prática do uso sustentável dos recursos naturais.

Como apontado, a Administração Pública estimula a adoção de uma política de corresponsabilidade e parceria, através da conscientização da sociedade para a prática de uma gestão otimizada de seus recursos naturais. Como um esquema adicional desta postura citase, em 1997, a criação do Conselho Empresarial de Desenvolvimento Sustentável, a participação do Brasil nos debates sobre as pautas da ISO 14.000 e sua adoção gradual por parte da indústria no Brasil.

Ao provocar um exercício de articulação e concertamento de diferentes políticas públicas, planos e programas, na esfera do planejamento, o Ministério do Meio Ambiente opta pela descentralização de suas ações, com objetivo de delegar o planejamento e a execução de políticas ambientais a Estados, Municípios, organizações não governamentais e outras entidades públicas e privadas. Além disso, fomenta os projetos financiados pelo Fundo Nacional do

Meio Ambiente (FNMA), executados de forma inteiramente descentralizada.

Isso significa, também, o aprofundamento por parte do Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA) no significado da parceria entre Governo Federal, Estados e Municípios, por meio de Projetos de Execução Descentralizada (PED). Os Estados nomeiam, dentre os projetos apresentados pelos Municípios, aqueles que se ajustam aos parâmetros de desenvolvimento sustentável, onde oferecem financiamento por parte do Ministério do Meio Ambiente.

Por outro lado, a questão referente aos recursos hídricos, a Administração Pública, em 1997, sancionou uma nova Lei das Águas que deliberou sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos e instituiu o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Com relação a essa etapa, a água é considerada um recurso limitado dotado de valor econômico, cuja gestão deve ser descentralizada e combinada com a gestão ambiental. Nesse contexto, a Secretaria de Recursos Hídricos tem gerido o processo de criação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e da Agência Nacional de Água (ANA). Esta última ficará responsável pela execução da Política Nacional de Recursos Hídricos. No intuito de agregar às estratégias descritas, a Lei de Crimes Ambientais, instituída em 1998, enfrenta as condutas lesivas ao meio ambiente e estabelece as sanções penais e administrativas na busca pela efetividade de proteção ao meio ambiente.

A participação do Poder Público é de fundamental importância no que tange ao desenvolvimento de Programas na Área de Meio Ambiente como o Programa de Avaliação do Potencial Sustentável dos Recursos Vivos da Zona Econômica Exclusiva - Programa REVIZEE, com objetivo de realizar o inventário dos recursos vivos marinhos e das características de seus ambientes, bem como determinar suas biomassas e estabelecer os potenciais de captura sustentável; o Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – GERCO, que fita pela gestão ambiental da zona costeira do Brasil, de forma integrada, descentralizada e participativa, com vistas a seu desenvolvimento sustentável; o Programa Nacional de Biodiversidade – PRONABIO, que considera a implantação do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade (PROBIO), bem como a implantação do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), entre outros. Em destaque, porém, o Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA), já analisado anteriormente, que fortalece institucionalmente as estruturas responsáveis pelas ações referentes ao meio ambiente em nível estadual e local; e o Programa Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por ser

propulsor em ampliar os fundamentos da Educação Ambiental para os diversos setores da sociedade.

Através do Plano Plurianual 2000-2003, o Governo alavancou a estratégia nacional, com o desígnio de adotar uma nova sistemática de planejamento e desenvolvimento brasileiro. O cenário atual mostra-se como um instrumento promissor para prática de políticas ambientais brasileiras, mas também se deve reconhecer que surpresas podem tornar ensejos para aprender, ao invés de visualizar como falhas a corrigir. Nota-se no território brasileiro que existe um processo de gestão adaptativa, e essa reestruturação, prática e investimentos em políticas ambientais devem encontrar-se sintonizados com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Para tanto, situou um panorama inicial onde foram apresentados os principais aspectos da doutrina da proteção ao meio ambiente que se relacionam com a abordagem que se desenvolverá nos próximos capítulos. Essa pré-compreensão inicial do conceito jurídico de meio ambiente e proteção jurídica é relevante para introduzir o estudo Direito Ambiental, permitindo um panorama geral do bem e do objeto jurídico ambiental na legislação brasileira. As reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa proporcionarão, mais adiante, no último capítulo, uma retomada do tema e análise mais profunda, a partir do referencial da complexidade. Em face do exposto, após a colocação do processo evolutivo do meio ambiente, da legislação e estratégias nacionais vigentes, faz-se necessário tratar da proteção ao meio ambiente a nível internacional, apresentando a visão teórica sobre Direitos Humanos ou Fundamentais como mecanismos de estímulo e incentivo às práticas de preservação ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o que se propõe a seguir.

4.2 DIREITOS HUMANOS: MECANISMOS DE ESTÍMULO E INCENTIVOS ÀS PRÁTICAS DE PRESERVAÇÃO AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO

Os bens jurídicos tutelados podem adquirir autoridade não apenas na ordem Estatal interna, como a nível global ou planetário. Todavia, considerando que o meio ambiente e sua qualidade tem natureza difusa e coletiva, torna-se impossível o limite de proteção e estudo a nível local, por isso recebem amparo do Direito Internacional em relação à Proteção Internacional dos Direitos Humanos, assim como na forma de Direitos Fundamentais, quando recepcionados no ordenamento de cada país através das suas próprias Constituições.

Ao que toca o uso das expressões Direitos Humanos ou Direitos Fundamentais, Ingo Wolfgang Sarlet, explica:

Em que pese sejam ambos os termos ('direitos humanos' e 'direitos fundamentais') comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo 'direitos fundamentais' se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão 'direitos humanos' guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).(2006, p.36)

Assim, Direitos Humanos detêm um alcance mais amplo, enquanto os Direitos Fundamentais necessitam de uma recepção por parte de seus Estados, e tal afirmativa por parte do autor acima citado é proeminente para esta pesquisa, uma vez que revela a importância da solidariedade, defendida aqui por fraternidade para o implemento da cidadania na complexidade jurídica e suas variáveis.

Porém, o importante considerado nesta pesquisa é conforme menciona Geralda Magella F.Rossetto(2010, p.53) Direitos Humanos e Direitos Fundamentais detêm identidade e igualdade de concepções e fundamentos, embora historicamente distintos, sendo considerados também complementares.

Apesar de que existam debates acerca do tema, assenta elucidar que esta pesquisa elege a expressão Direitos Humanos por crer que esta advém da expressão contida na Declaração Universal dos Direitos Humanos (2016), e nessa acepção desempenham a adequada tarefa de proteção à existência do homem em sociedade, na ordem internacional destinada a todos os seres vivos, a qual deve ser considerado pelo Estado e oferecido a todos independente de sua declaração em constituições, leis e tratados internacionais, pois encontra-se diante de reivindicações de respeito à dignidade humana.

Por vez, é necessária uma breve contextualização sobre a utilização da base em Norberto Bobbio, que embora criticado pela utilização da terminologia “gerações”¹⁹, não se pode abandoná-lo, pois sua classificação na evolução histórica merece destaque para os questionamentos e debates contemporâneos referentes aos Direitos Humanos.

Pelo meio de pactos e protocolos internacionais, a quantidade de direitos se desenvolveu a partir de três tendências: universalização, multiplicação e diversificação. Este processo deu origem a novas dimensões de direitos que adentram a questão dos variados aspetos dos direitos humanos, não tratando meramente de direitos no sentido estritamente jurídico, mas de um combinado de valores que implicam várias dimensões²⁰.

Dessa forma, são quatro dimensões dos Direitos humanos, os de Primeira dimensão são aqueles conquistados na Revolução Francesa, estampados na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Aqueles de Segunda dimensão que surgem com a Revolução Industrial, intervindo o Estado para assegurar direitos ao trabalho, à educação, à saúde, entre outros. São os direitos sociais, civis e políticos. E os Direitos Humanos de Terceira Dimensão que implicam nos direitos de solidariedade, a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, com a intenção de reprimir os danos ambientais, e assegurar uma vida digna, para as gerações presentes e futuras. É os direitos difusos a qual se insere o meio ambiente. Ainda, em caráter complementar Norberto Bobbio (2004, p.06) já afirmava que viria ainda o advento da quarta geração de direitos humanos.

A Quarta Dimensão de Direitos Humanos e que aparece no cenário internacional, encontrando-se no centro de discussões em razão dos efeitos da revolução da biotecnologia na vida humana, como a biociência, alimentos transgênicos, clonagem, inseminação artificial e outros.

¹⁹Na visão de Antônio Augusto Trindade a teoria de Norberto Bobbio é ultrapassada em razão de que este não formulou tese das gerações de direito esim Karel Vasak inspirado na tríade da bandeira francesa. Mesmo assim, não mercê prosperar na media que geração remete a ideia de sucessão no tempo, enquanto dimensão defendida pelo primeiro, os direitos se ampliam.http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cancadotrindade/cancado_bob.htm. Acesso em 29.05.2016.

²⁰Opta-se pela terminologia, a partir da crítica à expressão “gerações”, porém nas citações de Norberto Bobbio mantém-se sua originalidade.

Sobre o tema, Norberto Bobbio (2004, p.78), ao tratar de direitos humanos, impulsiona que entre eles, o de mais importância é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído. Da passagem percebe-se que passam a existir bens que fazem jus a tutela pelo Direito, cuja titularidade não concerne a um indivíduo de forma isolada ou a um grupo de pessoas determinado, titulados de transindividuais, ligados ao princípio da solidariedade, ou seja, atendem a todos em caráter coletivo, titulados doutrinariamente de direitos de terceira dimensão, vinculando o meio ambiente ecologicamente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, progresso, autodeterminação dos povos e outros direitos difusos.

Na busca de proteção aos direitos, dada às exigências de solidariedade, destaca-se o estudo realizado por Mauro Cappelletti (2002) que, a partir do movimento de aprimoramento do acesso à justiça, denominou de “ondas renovatórias”, pois conforme as mudanças da sociedade e sua evolução há necessidade de novos direitos, novas leituras e novos posicionamentos jurídicos.

Verifica-se a preocupação com a real dimensão dos problemas, tanto na teoria de Mauro Cappelletti (2002, p.67) em especial aos direitos da terceira onda, que encoraja a exploração de uma ampla variedade de reformas, incluindo alterações nas formas de procedimento, mudanças na estrutura dos tribunais ou a criação de novos tribunais, o qual não receia inovações radicais e compreensivas, que vão muito além da esfera de representação judicial para defesa dos direitos em prol de todos os direitos, como para Norberto Bobbio (2004, p.43) que afirma ser o problema fundamental em relação aos direitos do homem hoje, não tanto justificá-los, mas o de protegê-los, por tratar-se de um problema político e não filosófico. Além da efetivação da maior proteção dos direitos do homem estar ligada ao desenvolvimento global da civilização humana, que ao mesmo tempo não pode ser tratada de forma isolada, sob pena de nem sequer compreender o problema em sua real dimensão.

Denota-se, a partir de concepções expostas, que tais classificações não são autônomas, nem são independentes de si, devem sim comungar dos mesmos preceitos e realizar a construção em conjunta na proteção dos direitos humanos. Nas palavras de Geralda Magella F.Rossetto (2010, p.62), todos em seu conjunto e individualmente são adequadas à interpretação, à construção e à sistematização, realçando, pois, a compreensão de interdependência das gerações ou dimensões de direito.

Deste modo, retomando os direitos transindividuais, estes são os que transcendem o individual e o coletivo, ao quais os interesses individuais ou privados se subordinam a interesses da medida em prol do bem-estar social. Por conter sua titularidade coletiva, por vezes indefinida ou indeterminável, são objetos das ações coletivas que estão tuteladas em diversos diplomas.

Lamentavelmente as questões ambientais, às vezes, têm proteções incertas (especialmente advindas das mais diversas formas de exploração econômica), a polêmica deverá ser resolvida em prol do ambiente e, por consequência, da sociedade. Daí o valor na normatização jurídica de responsabilização pelo risco ambiental, com todas as suas partes. E, neste sentido, busca-se, no cenário internacional, a tutela maior do meio ambiente.

A partir das palavras de Marcelo Dias Varella (2004, p.22), o direito internacional ambiental é derivado de um processo de expansão do direito internacional moderno, que não trata apenas de fronteiras, como o direito internacional clássico, mas também de problemas comuns, processo típico de um período de globalização jurídica.

Nesse particular, mostra-se nítido o surgimento desse ramo do direito encontrar-se ligado à manifestação dos problemas no planeta como as mudanças climáticas, aquecimento global, desertificação de florestas, entre vários outros. A solidificação do Direito Internacional Ambiental ocorreu com a realização da primeira Conferência Internacional sobre Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia em 1972. Naquele mesmo ano, a Organização das Nações Unidas realizou a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, ocorrida em Estocolmo na Suécia, em 1972, alertando para a necessidade de formularem-se critérios e princípios visando à preservação e melhoria do meio ambiente humano. Principia, assim, a expansão de uma consciência ambiental e a consequente consolidação de normas e princípios aplicados na ordem jurídica internacional. Surge, naquele momento, uma forte proteção dos mares, mudanças climáticas, emissão de gases poluentes, proteção da fauna e da flora.

Dez anos depois aconteceu, em Nairóbi, um encontro para a formação de uma Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, tendo como objetivo fazer uma avaliação dos dez anos da Conferência de Estocolmo, apresentando os resultados, no ano de 1987, no chamado Relatório Nosso Futuro Comum. O relatório teve como uma das principais recomendações a realização de uma Conferência Mundial que abordasse os assuntos ali levantados (SILVA, 1995, p.30).

A Comissão apontou três grandes grupos, os principais problemas ambientais: 1) poluição ambiental, emissões de carbono e mudanças climáticas, poluição da atmosfera, poluição da água, dos efeitos nocivos dos produtos químicos e dos rejeitos nocivos, dos rejeitos radioativos e a poluição das águas interiores e costeiras. 2) diminuição dos recursos naturais, como a diminuição de florestas, perdas de recursos genéticos, perda de pasto, erosão do solo e desertificação, mau uso de energia, uso deficiente das águas de superfície, diminuição e degradação das águas freáticas, diminuição dos recursos vivos do mar. 3) problemas de natureza social tais como: uso da terra e sua ocupação, abrigo, suprimento de água, serviços sanitários, sociais e educativos e a administração do crescimento urbano acelerado. O documento trouxe, pela primeira vez, a ideia de “desenvolvimento sustentável”, como sendo o desenvolvimento que atende as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das futuras gerações de terem suas próprias necessidades atendidas.

Em 1992, foi realizada, na cidade do Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Cúpula da Terra, que possibilitou um diálogo multilateral, colocando os interesses globais como principal preocupação. Foram produzidos alguns documentos importantes tais como: a Agenda 21, a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre Florestas, a Convenção sobre Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas. Documentos que definiram as políticas essenciais para o modelo de desenvolvimento sustentável, reconhecendo limites e satisfazendo as necessidades globais. Surgiu, então, um conjunto de princípios inovadores, como o do “poluidor pagador” e de “padrões sustentáveis de produção e consumo”.

Estabeleceram-se, na convenção, objetivos de sustentabilidade em diversas áreas, ressaltando a necessidade de buscarem recursos financeiros novos e adicionais para a complementação global do desenvolvimento sustentável. Participaram também Organizações Não governamentais que desempenharam um papel fiscalizador e de pressão dos Estados para o cumprimento da Agenda 21.

Em 1997, foi realizada, em Nova York, a 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, conhecida como Rio + 5, com objetivo de avaliar os cinco primeiros anos da implementação da Agenda 21. Procurou identificar as principais dificuldades relacionadas à implementação do documento, dedicando-se também à definição de prioridades de ação para os anos seguintes. Outro marco importante em matéria ambiental internacional foi o Protocolo de Kyoto, do ano de

1997, posto que, pela primeira vez, na história pôs limites às emissões de gases pelos Estados. A intenção era a de avaliar os primeiros cinco anos de implementação da Agenda 21. Informa Sidney Guerra que além de ter procurado identificar as principais dificuldades relacionadas à implementação daquele documento, o encontro dedicou-se à definição de prioridades de ação para os anos seguintes e a conferir impulso político relacionado às negociações ambientais em curso (2006, p.106).

Em 2002, na África do Sul, a Conferência de Johannesburgo procurou adotar medidas e metas para pôr em ação de forma concreta a Agenda 21, com as metas do milênio, deixando clara a necessidade de aproximar o estudo dos direitos humanos com o meio ambiente, sem deixar de abordar também a questão do desenvolvimento, estando a proteção do meio ambiente conectada com a proteção da pessoa humana, na medida em que o exercício dos direitos humanos não existe sem um ambiente equilibrado, com qualidade, propiciando o bem-estar e desenvolvimento pleno para todos.

Registre-se que o Brasil faz parte da assinatura de vários documentos internacionais ao meio ambiente, tendo ratificados muitos deles, como, por exemplo, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 1, de 03.02.1994, e promulgada pelo Decreto nº 2.652, de 01.07.1998; o Protocolo de Quioto, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 144, de 20.06.2002, e ratificado em 23.08.2002; a Convenção sobre Diversidade Biológica, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 2, de 03.02.1994, e promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16.03.1998.

A partir da própria Constituição Brasileira, as inovações constitucionais rumaram para a necessidade do país em reorganizar sua agenda internacional de modo conexo com as transformações democráticas da época. Segundo Flávia Piovesan (2010, p.296), esse esforço conjuga com o objetivo de compor uma imagem mais positiva do Estado brasileiro no contexto internacional, como país respeitador e garantidor dos direitos humanos, além de que tal decisão simboliza o aceite para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos, acrescentando a universalização.

No tocante a universalização dos Direitos Humanos, Mireille Delmas-Marty destaca:

Parece ser factível estruturar um Direito universalizado quando duas questões são interpeladas: os Direitos Humanos e a pressão econômica da globalização dos mercados

financeiros que coagem no sentido da uniformização dos ordenamentos jurídicos. Antes disso, destaca-se a distinção dos sinônimos: mundialização, universalização e globalização: “A mundialização remete à difusão espacial de um produto, de uma técnica ou de uma idéia. A universalidade implica um compartilhar de sentidos (...) Do lado da Economia, e mais precisamente do Direito Econômico, trata-se, com efeito, de globalização, caso seja entendida como difusão espacial da escala global. (2003, p.8/9)

A autora apoia-se no direito internacional, mais especificamente o Direito Humano, para buscar reflexão de um direito único, no ponto de vista deste trabalha talvez Planetário. Os Direitos Humanos procuram a universalidade, conservando as particularidades de cada cultura, enquanto essas se adaptem em seus preceitos.

Justamente nesse ponto que Boaventura de Sousa Santos (1989, p.32) traz que, nas ciências sociais, a ruptura epistemológica obedece aos princípios da não consciência e o primado das relações sociais e, nesse sentido, há necessidade de reencontrar o senso comum, ou seja, uma nova ciência. Com esta transformação, nova configuração do saber aproxima-se, e, dessa maneira, para ele, a interpretação sobre a universalização dos direitos Humanos entra em outro viés, pois, em sua concepção, a complexidade dos direitos humanos reside em que estes podem ser concebidos e praticados, quer como forma de localismo globalizado, quer como forma de cosmopolita subalterno, ou seja, por globalização hegemônica ou contra hegemônica. Tem por tese que enquanto forem os direitos humanos universais em abstrato tenderão a operar com o localismo globalizado, hegemônico, pois não são universais em sua aplicação (2010, p.441).

O autor ainda lança a ideia que a universalidade nega a universalidade do que se questiona independentemente da resposta que lhe for dada. Assim, defende identificar uma transformação dos direitos humanos, conforme escreve:

A concepção intercultural dos direitos humanos que tenho vindo a defender (2006b, p.433-70, 2014) visa fortalecer tanto a legitimidade das políticas de direitos humanos em diferentes partes do mundo como radicalizar as lutas que podem ser travadas em seu nome, A noção de

interculturalidade destina-se a tornar inteligível a ideia de que o propósito dos intercâmbios interculturais é a interpretação, produção e partilha de significado. Como já sugeri, esse significado não implica necessariamente me linguagem conceitual, e narrar e contar histórias podem mesmo ser os instrumentos mais poderosos para tornar mutuamente acessíveis, inteligíveis e relevantes experiências sociais separadas pelo tempo, espaço e cultura. (2014, p.136)

O próprio autor propõe uma concepção contra hegemônica aos direitos humanos, de forma mais ampla, abrangendo a natureza como parte integrante da humanidade. A partir do enfoque das perspectivas políticas diferenciadas e da institucionalização de conflitos internacionais, e tendo como centro de seu debate a religião, levanta a questão da discussão entre esfera pública e privada e seus limites nas dimensões da vida e problemas coletivos.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2014, p.104), esses novos aspectos são responsáveis pela fragilidade discursiva e prática dos direitos humanos. Quanto mais fortes são as perguntas que suscitam, mais visivelmente aparece a fraqueza da resposta dada pelos direitos humanos. Ele vai além, ao enfatizar que isto não significa descartar os direitos humanos, mas reconhecer as debilidades reais dos direitos humanos e, a partir deles, construir práticas fortes de resistência para permitir que se tornem instrumento de luta.

Traz novamente a discussão sobre a injustiça socioeconômica, ao criticar o sistema globalizado e, por conseguinte, como resultado a injustiça histórica aos povos, culturas e sociabilidades que reivindicam para si um futuro sem constrangimento do passado. Por esse motivo, a seu ver, a contradição de ver as relações entre todo o globo, insondáveis violações aos direitos humanos (SANTOS, 2014, p.106).

Nesse ponto, percebem-se claramente as posições de Mireille Delmas-Marty, de um lado, e Boaventura de Sousa Santos, de outro, com efeito, os teóricos não aceitam os determinismos positivistas e buscam proposições sedimentadas em diferentes padrões culturais, com o mesmo objetivo humanista.

A contenda efetiva para tal encontra-se no mecanismo de controle estabelecido por convenção regional para defenderos Direitos Humanos. Em cotejo, Mireille Delmas-Marty aponta as diferenças constitutivas desse controle de forma mais política do que jurídica:

É verdade que a Convenção de Viena (1969) sobre o direito dos tratados admite muito amplamente o princípio das reservas que limitam o engajamento do Estado signatário sobre tal ou qual ponto, mas ela se aplica principalmente aos tratados clássicos, internacionais no sentido próprio em que eles comportam o engajamento recíproco dos Estados. Os tratados relativos aos direitos do homem são diferentes, vez que são baseados no princípio da reciprocidade entre os Estados, sendo os destinatários, na verdade, os indivíduos situados sob a jurisdição de um Estado contratante. (2003, p.34)

Ao relativizar a soberania, para tratar de uma possível unificação do direito, deve-se lembrar de que de regra será concretizada pelo Direito Internacional, através de convenções que alteram as normas estatais. Apesar da soberania dos Estados permanecerem balizando as relações internacionais, verifica-se a superioridade do exercício do Executivo no domínio dessas relações. Os órgãos internacionais conservam representantes de cada país signatário, para que, por meio da ONU ou de outros órgãos com igual desígnio, discuta-se, decida-se e acatem-se as determinações dos respectivos órgãos.

Para essa visão, Mireille Delmas-Marty (2003, p.162) utiliza-se de Hans Kelsen, que a partir do momento em que for possível retirar dos estados interessados as prerrogativas concernentes à resolução de conflitos jurídicos, e de transferi-las de modo permanente e universal a uma autoridade imparcial, todas as outras etapas para o caminho da paz no mundo serão excluídas.

Pensar na mundialização é gerar uma possível redução ou delegação na soberania dos Estados, e compete ao Direito instituir a divisão de competências entre os entes, sem prejuízo ao outro, mas formar afinidades integradas nas relações estabelecidas com o fim de indicar e ordenar o funcionamento da sociedade civil mundial. Segundo Mireille Delmas-Marty:

Vez que a democracia, em nível mundial, se conquista, com efeito, tanto pelo método pluralista e construtivista, como pelo voluntarismo político do 'não' que os juristas devem ajudar a orquestrar. Ela se alimenta de tolerância, mas também de resistência ao intolerável. E a própria ideia de

humanidade compreende essas duas dimensões indissociáveis. (2003, p.192)

Perfaz-se o entrelaçamento das ideias da autora com a vontade de grande parte da sociedade civil mundial e o foco da presente pesquisa, pois estas não procuram a substituição da cidadania regional, mas a harmonização, a complementariedade no viés da mundialização do Direito, para alcançar uma escala planetária.

Todavia, mesmo valendo-se de discursos tão desafiadores, dentro do ordenamento jurídico, vale destacar que o Brasil é um dos países que assinaram a Declaração de 1948, outros países não assinaram, mas os que o fizeram procuram introduzir o texto de acordo com suas realidades, para resguardar suas culturas e soberania. Assim, uma das características marcantes com a reinserção do Brasil na proteção aos direitos humanos internacionais, é a nova dimensão sobre a abrangência da terminologia cidadania, onde os indivíduos passam a ser titulares de direitos internacionais. Na estrutura oferecida, como aponta Flávia Piovesan (2010, p.298), os indivíduos passam a ter direitos adicionais e defensáveis no âmbito internacional, ou seja, os direitos fundamentais elencados na Carta Magna expandem-se e completam-se a partir da conjunção dos sistemas nacional e internacional de proteção dos direitos humanos.

Sobre a nova forma de interação, Cançado Trindade (1993, p.29) expressa que, dessa maneira, assumem-se, como componentes do sistema integrado de proteção, ficando estabelecida uma reciprocidade funcional entre as duas esferas jurídicas, Direito Internacional e Direito Interno. Dessa forma, garante o autor, a crescente influência é recíproca entre direito internacional e direito interno em seu processo de interação do sistema de proteção dos Direitos Humanos. Somado a isso o fato de que a Constituição brasileira de 1988 dedicou o conteúdo de instrumentos internacionais de proteção de Direitos Humanos, o que, de algum modo, reflete uma tendência das mais recentes constituições democráticas latino-americanas (1993, p.46).

Dada à continuidade, Cançado Trindade (1993, p.31) aponta a realidade normativa constitucional existente no Brasil, bem como em vários outros países, confirmando a existência de um consenso mundial relativo à internacionalização da proteção dos Direitos Humanos, enquanto “manifestação cultural de nossos tempos”.

De suas referências, depreende-se que a abordagem do problema da interação no sistema de proteção dos Direitos Humanos não pode somente deter-se no próprio sistema e sua interação normativa. Seria

uma postura reducionista e positivista, mesmo que austera e cogente, é insuficiente. Há uma combinação de agentes que acabam omitidos.

Como se percebe da posição da doutrina, o próprio Estado regulamenta a proteção dos direitos do cidadão através dos Direitos Fundamentais, mas, na prática, tais garantias podem tornar-se ineficazes por partirem da iniciativa do poder público. Além disso, o cidadão é legítimo na proteção dos seus direitos individuais, e incumbe ao Estado o papel primário de garantia e secundário de promoção desses direitos de primeira geração. Nesse viés, as interseções de Cançado Trindade podem ser parcialmente admitidas como válidas, conquanto desprezem esses outros componentes que acabam, na prática, influenciando no processo de interação entre os direitos internacional e constitucional.

A dinamicidade da situação torna-a mais complexa quanto ao papel do Estado em relação aos direitos de segunda e terceira dimensão. Em decorrência, os direitos sociais, econômicos e culturais, também de titularidade individual, demandam políticas fomentadoras de condições objetivas para seu exercício pleno. Daí o surgimento de problemas para interação entre um quadro normativo internacional e o direito interno de cada Estado, incorporar as normas internacionais de acordo com seus interesses.

Essa trajetória leva aos Direitos Humanos de terceira dimensão, e faticamente à argumentação usual de soberania nacional eleva-se a um grau máximo devido à titularidade coletiva de tais direitos, o que denota intento de controle, por parte da comunidade internacional, dos assuntos internos de cada país. Nesse cenário, as diretrizes instituídas são comumente aquelas determinadas hegemonicamente.

Dentro dessa hegemonia instituída, o Estado brasileiro ainda convive com desigualdades sociais acentuadas, o que leva prontamente ao desrespeito permanente aos Direitos Humanos, inclusive com a participação do próprio Estado. Em sua análise, Cançado Trindade não discute as problemáticas estruturais de interação do sistema de proteção dos Direitos Humanos.

Em que pese identificar o exposto, vale ressaltar novamente Norberto Bobbio (2004, p.27) o qual menciona que os direitos humanos não nascem todos de uma vez, nem de uma vez por todas. Ao contrário, eles sofreram muitas mudanças ao longo dos séculos. No estudo da história dos direitos humanos, são relatadas diversas transformações, muito significativas, que vão da negação até o reconhecimento pleno de um sistema internacional protetivo dos direitos dos indivíduos.

Seguindo esta linha argumentativa, os Direitos Humanos sob sua classificação atribuem como de Terceira Dimensão os direitos de

solidariedade, a proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental, com a intenção de reprimir os danos ambientais, e assegurar uma vida digna para as gerações presentes e futuras. Em matéria relativa a direitos humanos e direitos ambientais, este como sucedâneo daquele, depende do meio ambiente sadio e equilibrado para continuar se manifestando no planeta, levando, por conseguinte, a derrubar fronteiras. Assim, portanto, dentro da linha dos direitos humanos se poderão buscar mecanismos ou instrumentos que estimulem e forneçam maior proteção ao meio ambiente sustentável e equilibrado.

Nessa linha de raciocínio, por entender a principiologia como fundamental para os fundamentos epistemológicos do Direito Ambiental se passa a uma reflexão dos princípios específicos e estruturantes do Direito Ambiental, de maneira constituidora dessa inserção dos conhecimentos conectados até o momento, que determinará o objeto compreendido, adequado na satisfação dos direitos sociais e apontando uma possível raiz condutora da pesquisa. Disso, se depreende um cotejo sobre os princípios específicos que alicerçam o Direito Ambiental.

4.3 PRINCIPIOLOGIA DO DIREITO AMBIENTAL

A sociedade está vinculada pela opção que fez de desenvolvimento econômico, a partir do capitalismo industrial e a consequente exploração da natureza e concentração de lucro, bem como pela escolha do estilo de vida, ao comprometimento planetário e até a impossibilidade de sobrevivência.

Notadamente, após a descoberta científica nuclear e a consciência de que o armamento atômico acumulado poderia destruir milhares de vezes toda a humanidade, bem como os sinais naturais de mudanças climáticas e esgotamento de recursos naturais, fez com que, nos últimos quarenta anos, a sociedade mundial iniciasse uma “operação de salvamento” da Terra, sem adesão de todos. Evidentemente, até hoje, por incrível que pareça se reconhece que a questão ambiental é séria, bem como a consciência do risco em potencial da viabilidade de vida humana no planeta.

A doutrina muito se esforça em razão de que o meio ambiente não tem uma valoração dentro do mercado globalizado, entretanto, dentro do ordenamento jurídico, regem princípios para proteger o meio ambiente. Ora, o meio ambiente global poderia ser valorado visto os avanços científicos ou não. Branca Martins Cruz assinala que qualquer avaliação econômica deverá partir da valoração ético-social de que o

bem afetado é passível, numa dada comunidade, quer para as gerações contemporâneas do dano, quer para as gerações vindouras (2004, p.348).

Visto a preocupação em relação à proteção ambiental, como os mecanismos de cunho moral e ético são de difícil adesão, pelos mais variados motivos, principalmente, pelo egocentrismo potencializado e domesticado pela ordem econômica (acumulação e exploração), restam como uma das últimas alternativas, e a mais democrática possível, a imposição, através de mecanismos legais, produtos do esforço, do exercício democrático num Estado de Direito.

A relação entre sistema jurídico e as outras áreas de conhecimento precisam ser realocada interdisciplinarmente, visto a influencia por outros sistemas, à luz de que envolvem interpretação, e o objeto do Direito não se resume apenas a norma jurídica.

Assim, os mecanismos jurídicos e valorativos do Direito Ambiental, um novo e necessário direito, lança mão de alicerces principiológicos (prevenção e precaução) que vão exercer uma inflexão determinante na tomada de decisão jurídica quando se apresentar questão ambiental duvidosa. A atenção ao risco futuro da humanidade deverá prevalecer em relação a outro qualquer.

Nessa linguagem, o estudo sobre os princípios jurídicos despontam, dentre os quais princípios do Direito Ambiental avocam um caráter estruturante no paradigma da complexidade. Sobre o assunto Germana Parente Neiva Belchior menciona:

Se o Direito continuar com essa visão e aplicação restritas, será uma ciência vazia, um minifúndio formado por pessoas que se intitulam “operadores do Direito”. É muita ousadia (para não falar ignorância) imaginar que o Direito é capaz de resolver todos os problemas que surgirem. Na verdade, melhor expressão não há para representar a forma do pensamento jurídico ainda vigente: “opera-se o Direito”, ao invés de “reflete-se”, “critica-se”, “investiga-se”. (2015, p.130)

Está-se falar de verdades conteudísticas, circunscritas, entendidas como base do Direito, o que, a partir da consciência reflexiva e crítica proposta pela doutrina e por esta pesquisa, se possa transformar. Pois, até este ponto se desenvolveu conhecimentos sobre a sociedade, o Estado, tratando de cunho histórico, social, político e jurídico, noções introdutórias ao estudo do Direito Ambiental e das questões suscitadas o paradigma complexo, conforme apresentado na segunda seção.

Neste ponto que segue se realiza inicialmente um cotejamento sobre princípios e regras sob a análise de Ronald Dworkin e Robert Alexy, para posteriormente realizar uma abordagem da relação complexa do direito ambiental e as relações jurídicas estabelecidas, principalmente no ordenamento jurídico brasileiro.

4.3.1 Preliminares sobre princípios e regras

Inicialmente o vocábulo princípio é derivado do latim “*princirium*”, que denota origem, início de alguma coisa. Adentrando no sentido jurídico princípios significam as normas elementares ou os requisitos primordiais instituídos como base, constituindo o alicerce do ordenamento jurídico angulares do Sistema do Direito Positivado.

Ressalta-se que os princípios, durante longo tempo, foram apreciados somente como instrumentos auxiliares de interpretação e integração do Direito, sem status de norma jurídica. Para se alcançar a concepção contemporânea, os princípios sofreram uma variação desde as correntes jusnaturalistas, positivistas até o pós-positivismo. O pós-positivismo, segundo Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.132), ganhou tal titulação por ocorrer a superação dialética da antítese entre positivismo e jusnaturalismo, com a distinção das normas jurídicas em regras e princípios, tendo como conteúdo os valores. Além da normatividade alcançada pelos princípios, percebe-se que os valores fazem parte das ciências sociais e, por consequência, do Direito, amadurecendo a tridimensionalidade de Miguel Reale. Em análise, é possível extrair que os princípios jurídicos pós-positivismo são acolhidos no ordenamento jurídico de forma a refletir os anseios de uma sociedade que objetiva equilibrar sistema e valores.

Com base na positivação se dimensiona a relevância que assume uma visão principiológica do ordenamento jurídico, onde se pode afirmar que os princípios jurídicos são basilares, diretrizes que norteiam os elementos vitais do direito, ou seja, regras que funcionam como parâmetros para a interpretação das demais normas jurídicas.

Nesta perspectiva, a doutrina majoritária se manifesta na acepção de que os princípios podem se mostrar mais relevante do que da própria norma jurídica. Genericamente, as normas são norteadas de forma implícita ou explícita por algum princípio que servem de fundamentação, sem impor uma conduta. José Afonso da Silva faz uma distinção entre normas e princípios, no qual explana da seguinte forma:

As normas são preceitos que tutelam situações subjetivas de vantagem ou de vínculo, ou seja, reconhecem, por um lado, a pessoas ou entidades a faculdade de realizar certos interesses por ato próprio ou exigindo ação ou abstenção de outrem, e, por outro lado, vinculam pessoas ou entidades à obrigação de submeter-se às exigências de realizar uma prestação, ação ou abstenção em favor de outrem. Os princípios são ordenações que se irradiam e imantam os sistemas de normas, são (como observam Gomes Canotilho e Vital Moreira) 'núcleos de condensações' nos quais confluem valores e bens constitucionais'. Mas, como disseram os mesmos autores, 'os princípios, que começam por ser a base de normas jurídicas, podem estar positivamente incorporados, transformando-se em normas-princípio e constituindo preceitos básicos da organização constitucional. (2005, p.91)

A transcrição leva a compreender os princípios não como máximas doutrinárias ou simplesmente meras guias do pensamento jurídico, mas que podem adquirir o caráter de normas de Direito Positivo. Que os princípios são normas e as normas compreendem igualmente os princípios e as regras. Assim, se evidencia a necessidade de que esses princípios ao integrar o ordenamento jurídico-constitucional, possam ser mais bem observados quando da sua interpretação. Nesta mesma linha pode-se citar Miguel Reale que ressalta:

Os princípios são 'verdades fundantes' de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades de pesquisa e da práxis. (1980, p.299)

Com base na interpretação, os princípios apresentam, por vezes, recursos que o direito positivo não consegue realizar. Estabelece-se a aplicação desses princípios ante a lacuna da lei e mesmo do costume, por inexistir norma específica. Desta forma, não demonstram qualquer derrogação de norma positiva, porém apresentam a sua

complementaridade envolvida por juízos de valor, ideais de justiça, interdisciplinaridade e lógica no sistema normativo.

Nota-se a partir de doutrina exposta, principalmente, no que se refere aos princípios no âmbito do Direito e de sua aplicabilidade, a importância que os princípios contêm na proteção ao meio ambiente. Diante do valor dos princípios ao Direito, é necessário segundo o conteúdo das normas, cotejar de forma sucinta regras e princípios.

Neste sentido, se encontra a contribuição de Ronald Dworkin para a compreensão do ordenamento jurídico, especialmente quanto à importância dos princípios jurídicos, independentemente de seu trabalho estar inserido no âmbito dos países de origem anglo-americana, do *Common Law*, que o direito deve ser considerado como uma integridade, e para tanto necessita da interpretação e dos (2007, p. 35-63) em sua crítica ao modelo positivista, assinalando o início do período pós-positivista. Sua proposta baseava-se na distinção lógica entre regras e princípios, ambos às normas jurídicas com força vinculante e validade positiva. Os princípios têm uma dimensão de peso, sendo sua colisão definida conforme o peso de cada um deles no caso concreto. Antes disso, devem ser “levados a sério”, reaproximando, por conseguinte, o Direito da moral. Para Ronald Dworkin (2007, p.36), princípio é um padrão que deve ser observado, não porque vá promover ou assegurar uma situação econômica, política ou social considerada desejável, mas porque é uma exigência de justiça ou equidade ou alguma outra dimensão da moralidade.

Enquanto as regras, por sua vez, têm estrutura lógica distinta dos princípios, sendo aplicadas caso estejam presentes todos os seus pressupostos fáticos. Trata-se do que Ronald Dworkin (2007, p.39) intitula de “tudo ou nada” (*all or nothing*), ou seja, são aplicáveis, via de regra, de forma disjuntiva, presentes os pressupostos de fato previstos, então ou a regra é válida, e a resposta que ela fornece deve ser aceita, ou não é válida, e neste caso em nada contribui para a decisão; podem conter exceções, casos em que devem ser arroladas da forma mais completa, sob pena de ser inexata. Os princípios funcionam de outra forma, pois não apresentam consequências jurídicas que se seguem automaticamente quando as condições são dadas, possuem uma dimensão de peso ou importância (*dimension of weight*).

No intuito de aprofundar os estudos realizados por Ronald Dworkin, surge Robert Alexy uma teoria mista de direitos fundamentais, baseando que podem se distinguir por meio de regras ou princípios, mas que a diferença entre as suas espécies normativas não se trata de grau, porém uma diferença qualitativa. Os princípios relevantes para as

decisões que abarcam direitos fundamentais constituiriam aqueles que poderiam ser utilizados argumentativamente de forma substancial.

Robert Alexy (2007, p.60) tem como temática principal a questão dos direitos Fundamentais do homem, aspectos que enfatizam os problemas epistemológicos, substanciais, institucionais. A temática também evidencia a questão dos direitos do homem, entre eles os universais, morais, preferenciais, fundamentais e abstratos. Além da análise dos direitos fundamentais, enfatiza-se a importância da democracia e sua prática dentro da jurisdição constitucional. Expõe seu entendimento no sentido de que todos os direitos do homem merecem proteção jurídico-constitucional, mas alerta para o fato de que nem tudo que merece proteção jurídica constitucional deve ser tratado como um direito do homem. Nesse posicionamento, apresenta ainda com relação à segunda qualidade essencial para os direitos do homem que são os direitos morais. Sendo estes direitos simultaneamente jurídicos positivos, mas, porém, não pressupõe uma positivação.

A abordagem se desdobra sobre as questões dos direitos fundamentais, sua concretização, validade diante do Estado Democrático de Direito, além disso menciona que a chave para a resolução é a distinção entre a representação política e a argumentativa do cidadão, sendo que a representação argumentativa é positiva quando o tribunal constitucional é aceito como instância de reflexão do processo político e ainda quando os direitos fundamentais e democracia estão reconciliados, como está assegurado, como resultado, que o ideal, do qual fala a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Desta forma, a partir da leitura de Robert Alexy, se denota que a interpretação da constituição está inequivocadamente associada a um processo de democratização de hermenêutica constitucional e, nesta perspectiva, exige uma cidadania ativa que, por esta via, concretiza sua efetiva aplicação nas relações privadas. A Constituição possui como um de seus objetivos a realização dos valores que apontam para existi-lo da comunidade. Os representantes desse constitucionalismo democrático se contrapõem, portanto, à ideia de que a tarefa primordial da Constituição é a defesa da autonomia dos indivíduos e da sociedade sendo que o poder público inimigo, através de um sistema fechado de regalias privadas opõe-se à “Constituição aberta” que busca os valores do ambiente sociocultural da comunidade.

Há de se considerar que os direitos fundamentais, em primeiro lugar, são valores reconhecidos pela comunidade e, como tais, devem ingressar no texto constitucional e implicam, assim, uma estrutura normativa, abarcando um conjunto de valores a partir do momento em

que normas constitucionais positivas são consideradas direitos constitucionais, já os direitos positivados, são metas e objetivos a serem alcançados pelo Estado Democrático de Direito.

Os direitos fundamentais positivados constitucionalmente recebem uma espécie de validação comunitária, pois fazem parte da consciência ético-jurídica de uma determinada comunidade histórica, principalmente no que tange a comunidade brasileira. A expectativa depositada na Justiça de que ela possa funcionar como instância moral resolutiva de conflitos privados não se manifesta somente em pressuposições de cláusulas legais. Portanto, a justiça, para o autor, está como primeiro de todos os poderes do Estado, que devido ao papel do qual se utiliza na sociedade decide como serão aplicado e direcionado os recursos do Estado, através de suas decisões e de seus mecanismos.

O que deve também ficar esclarecido a partir deste momento, é a estrutura dos princípios que para Robert Alexy (2007, p.90) somente é possível alcançar este objetivo se utilizar diversas diferenciações teor ético estruturais, ou seja, a distinção entre regras e princípios. Tal distinção serve como a base da teoria da fundamentação no âmbito dos direitos fundamentais e um como ponto de partida para a solução de problemas centrais da dogmática dos direitos fundamentais. Deixa explícito que sem ela não pode existir qualquer teoria adequada sobre as restrições a direitos fundamentais, nem uma doutrina aceitável sobre colisões, nem uma teoria suficiente sobre o papel dos direitos fundamentais no sistema jurídico.

Ressalta-se que em sua concepção essa distinção constitui um elemento fundamental não somente da dogmática dos direitos de liberdade e de igualdade, mas também dos direitos à proteção e à organização, sendo o procedimento as prestações em sentido estrito. Problemas como os efeitos dos direitos fundamentais perante terceiros e a repartição de competências entre tribunal constitucional e parlamento podem ser mais bem esclarecidos através desta distinção.

Assim, se observa que tanto as normas e princípios são normas, por esse motivo o porquê de haver, em verdade, uma distinção entre dois tipos de normas. A diferença consiste no fato de que as regras são sempre satisfeitas ou não satisfeitas, ao passo que os princípios podem ser satisfeitos em graus variados e pelo fato de que a sua satisfação não depende somente das possibilidades fáticas, mas também das possibilidades jurídica. Cabe ressaltar que há uma gama de critérios para a distinção de ambos. No ensaio de Robert Alexy a respeito se observa que:

No caso de colisão de princípios e conflito de regras, verificam-se as diferenças entre ambos com maior clareza. Em comum, há o fato de que, em ambos os casos, no caso de as normas serem isoladamente aplicadas levaria a resultados que se mostrariam inconciliáveis entre si. “Conflitos entre regras ocorrem na dimensão da validade, enquanto as colisões entre princípios – visto que só princípios válidos podem colidir – ocorrem, para além dessa dimensão, na dimensão do peso.” (2006, p.94)

O autor trabalha as ideias referidas a partir de dois casos concretos, o caso da incapacidade para participar de audiência processual e a decisão do caso Lebach. Regras e princípios possuem caráter *prima facie* distintos. Destacadas três objeções: a conceituação dos princípios, quais sejam: havendo colisão, existiria a declaração de invalidade de um dos princípios, ou seja, haveria uma resolução semelhante àquela do conflito de regras; existem princípios absolutos, que nesta condição jamais poderão ser colocados numa relação de preferência em face de outros princípios, o que acarreta em um desconhecimento de limites jurídicos, havendo, assim, apenas limites fáticos, razão pela qual o teorema da colisão não teria aplicabilidade; por fim, em decorrência da amplitude do conceito de princípio, mostra-se, então, possível a inclusão de todo e qualquer interesse no processo de sopesamento de princípios. A teoria dos princípios possui estreita relação com a proporcionalidade.

O que se observa em relação ao contexto é que não faltam vestígios de que a distinção entre regras e princípios desempenha um papel no contexto dos direitos fundamentais. As normas de direitos fundamentais são geralmente caracterizadas como "princípios". Com mais frequência, o caráter principiológico das normas de direitos fundamentais é sublinhado de maneira menos direta. Na verdade, há uma ausência da distinção precisa entre regras e princípios e uma utilização sistemática dessa distinção.

Partindo desta perspectiva, denota-se que um princípio constitucional pode colidir com três tipos diferentes de regras. Pode colidir com uma regra que não se baseia num princípio constitucional, pode colidir com uma que se baseia num princípio constitucional ou pode colidir com uma regra constitucional. Para princípios infraconstitucionais, desde que baseado em princípio constitucional, o valor é o mesmo.

A solução da colisão entre regras e princípios depende do tipo da regra, com qual o princípio colide. Não existe previamente uma prevalência do princípio sobre a regra ou inversamente. Na colisão de um princípio com uma regra que não se baseia num princípio constitucional prevalece o princípio, a regra é considerada inconstitucional. Deste modo, num conflito entre um princípio constitucional e uma regra, que não tem como objetivo proteger outro princípio constitucional, o princípio prevalece. Segundo José Joaquim Canotilho (1995, p.191), uma vez que se prevalecesse à regra, significaria o desrespeito à Constituição, o que não só não pode ser admitido, por esta ser hierarquicamente superior, mas também porque, a interpretação conforme a Constituição é um princípio imanente da Constituição que deve ser considerado. Neste alcance, qualquer regra deve ser interpretada segundo a Constituição, logo, em caso de colisão de regra e princípio Constitucional a regra deve ser interpretada conforme a Constituição, e se não for possível, deve prevalecer o princípio, bem como se toda regra deve ser interpretada perante a Constituição, não pode então prevalecer sobre um princípio Constitucional.

De tal modo se nota que na colisão de um princípio com uma regra constitucional, prevalece à regra, na colisão de um princípio, com uma regra fundamentada em princípio constitucional deve ser ponderado no caso concreto, qual norma prevalece, conforme o método aplicado na colisão de princípios, na colisão de um princípio com uma regra não fundamentada em princípio constitucional, prevalece o princípio.

Ainda Robert Alexy (2001, 78) instrui que todos os princípios, a priori, têm o mesmo valor e peso. Caso dois ou mais princípios colidam, deve ser ponderado no caso concreto qual princípio deve prevalecer para fazer Justiça. Não se resolve o conflito eliminando um dos princípios do rol dos princípios, também não se estabelece uma regra geral, pela qual um princípio prevalece diante de outro, e tampouco se estabelece uma regra de exceção, pela qual em tese um princípio prevalece, mas que em certos casos pode prevalecer o outro. Assim, não existe uma preferência absoluta de um princípio diante de outro, mas uma preferência condicionada.

A colisão se define pela ponderação no caso concreto, mas a lei da colisão, elaborada por Robert Alexy (2001, p.80), diz, que se as condições em dois casos diferentes são iguais, deve prevalecer em ambos os casos o mesmo princípio, porém se as condições concretas são diferentes pode prevalecer no conflito dos mesmos princípios o outro princípio.

Portanto, a solução da colisão de princípios se dá no caso concreto mediante a ponderação. Como os princípios são "mandados de otimização" devem ser aplicados, para melhor atender a necessidade da sociedade. Para avaliar, qual princípio é no caso concreto ou mais justo, se utiliza o princípio da proporcionalidade, como critério da ponderação. Na colisão de princípios se pondera os princípios em colisão. No caso concreto será analisado, se a aplicação de ambos os princípios é adequada e necessária, e se realmente for, será analisada a proporcionalidade em sentido estrito.

Assim, a solução apontada gera essa colisão e consiste no estabelecimento de uma relação de precedência condicionada entre os princípios, com base nas circunstâncias do caso concreto. Mas se deve levar em consideração o caso concreto, o estabelecimento de relações de precedências condicionadas que consiste na fixação de condições sob as quais um princípio tem precedência em face do outro.

É admissível introduzir uma carga argumentativa a favor dos princípios do primeiro tipo e contra os princípios do segundo tipo, ou seja, uma carga argumentativa a favor de interesses individuais e contra interesses coletivos. Desta forma, é cogente que se pressuponha a existência de duas normas da dignidade humana: uma regra da dignidade humana e um princípio da dignidade humana. Entende-se que há uma conexão entre a teoria dos princípios e a máxima da proporcionalidade. Tal conexão estreita a natureza dos princípios e implica a máxima da proporcionalidade, e essa implica aquela. Significa que a proporcionalidade, com suas três máximas parciais¹³ da adequação, e para se chegar a uma decisão é necessário um sopesamento nos termos da lei necessidade e da proporcionalidade em sentido estrito (mandamento do sopesamento propriamente dito), decorre logicamente da natureza dos princípios, ou seja, que a proporcionalidade é deduzível dessa natureza.

Conclui o autor, que "para princípios, só será decisiva a dimensão do peso, e isso segundo as respectivas circunstâncias especiais de cada caso". Logo, em caso de colisão de princípios deve ser analisado cada caso concreto para ponderar qual princípio deve prevalecer. A questão é como ponderar, qual princípio deve prevalecer? O princípio da proporcionalidade naturalmente será aplicado, mas como o julgador pode decidir o que no caso concreto é proporcionalmente melhor para fazer justiça?

Para tal, Robert Alexy indica a lei da ponderação, que prescreve, que quanto maior o grau do não cumprimento de um princípio é, tanto maior tem que ser a importância de cumprimento do outro. Existem

critérios para avaliar, qual princípio é proporcionalmente mais adequado para o caso concreto?

Vale ressaltar, ainda, que Robert Alexy analisou também se existem princípios absolutos, que devem prevalecer sempre. Analisou o princípio da dignidade humana e chegou à conclusão de que nem ele é absoluto. Cita como exemplo, que o princípio da dignidade humana pode sucumbir ao interesse da sociedade, no caso de prisão perpétua de criminosos perigosos. Além disso, este princípio não pode servir de critério na ponderação porque o conceito é tão aberto, que pode ser facilmente interpretado pelo lado desejado. Como critério para avaliar qual princípio é mais adequado, invoca-se como primeiro referente à ética. Na precisão de fundamentação reside a garantia que o discurso seja apreciado devidamente.

O que se pode assegurar é que caso o doutrinador não concorde com uma norma ou interpretação injusta, este escreve um artigo, podendo ser lido por um juiz, se bem fundamentado, o juiz pode se convencer-se de que o doutrinador tem razão, e, consequentemente, num caso envolvendo a matéria, ele se lembrará do artigo, e este fará parte da matriz cultural do juiz, que influencia em seu julgamento, podendo servir de base para a fundamentação da sentença.

Embora não se possam estabelecer critérios materiais para a ponderação da colisão de princípios, podem-se apresentar argumentações a favor ou contra um princípio em caso de colisão. Destarte, pode-se discutir doutrinariamente, por exemplo, qual princípio deve prevalecer no caso de colisão do princípio de direito à informação e do direito à intimidade, nos casos da invasão de privacidade praticados pela imprensa. Não se pode definir antecipadamente que sempre deve prevalecer um princípio, porque pode haver exceções não previsíveis, visto que pelos previsíveis, poderia se formular uma regra de exceção. Também não se podem estabelecer critérios materiais pelos quais se pode resolver o caso. No entanto, o que se pode fazer é argumentar, porque um dos princípios deveria prevalecer, nos casos hipotéticos analisados.

Em que pese Robert Alexy distinguir bem regras e princípio, pode surgir, diante de uma norma real a insegurança quanto ela ser uma regra ou um princípio. Deste modo, podem ser analisadas diversas normas jurídicas para esclarecer o critério alexyano.

Embora se tenha divergência à teoria de descrita, doutrinadores que amparam sobre a dimensão de peso não ser exclusiva dos princípios, podendo ser atribuída às regras em determinado caso defendida por Eros Grau (2000, p. 178), ou como aqueles que protegem

uma maior importância para os princípios, vez que as regras jurídicas seriam originadas deles, no caso de Paulo Bonavides (1993, p. 701). A partir do exposto, percebe-se que o critério alexyano deve ser analisado sob a norma poder ser aplicada gradualmente ou, se, necessariamente, deve ser aplicada na totalidade. Para ser considerado princípio deve-se admitir um cumprimento gradual da norma, caso a norma exija um cumprimento total, será considerada regra.

Dentro deste contexto apresentado sobre a teoria de Robert Alexy em relação aos princípios, pode-se perceber que esta nova interpretação também pode se dar no direito ambiental, ou seja, haver colisão de princípios, e desta forma aplicar a ponderação de valores. Torna-se uma relevante contribuição nos desfechos de conflitos na esfera ambiental diferentemente do que tempos passados, pois atualmente se possui embasamento para maior aprofundamento da aplicabilidade destes princípios dentro do ordenamento jurídico brasileiro, ao quais se passa a pontuar.

4.3.2 Princípios estruturantes do direito ambiental

Como já discorrido os princípios assumem força normativa, com a finalidade de ajustar a possibilidade de introduzir seus postulados. A partir dessa premissa, Joaquim José Gomes Canotilho (1999, p.122) sustenta que os princípios desempenham um papel mediato, ao servirem como critério de interpretação e de integração do sistema jurídico, e um papel imediato ao serem aplicados diretamente a uma relação jurídica. Para o autor, as três funções principais dos princípios são impedir o surgimento de regras que lhes sejam contrárias, compatibilizar a interpretação das regras e dirimir diretamente o caso concreto frente à ausência de outras regras.

Reconhece-se, dessa forma, no Direito Ambiental a necessidade de preenchimento das normas ambientais por meio de valores constitucionalmente assegurados, tal como a força normativa dos princípios.

Nesse sentido, no Direito Ambiental emerge a necessidade dos princípios estruturantes que afirmam valores, compõem direitos no ordenamento jurídico, que servem de diretrizes básicas para compreender a forma pela qual a proteção do meio ambiente é vista na sociedade, admitem abranger a autonomia do Direito Ambiental em face dos outros ramos do Direito, assim como direcionam a base de uma disciplina jurídica, norteando outros sistemas.

A Declaração Universal sobre o Meio Ambiente introduziu os princípios de Direito Ambiental, que na maior parte foram aplicados explícita ou implicitamente pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação ambiental de uma forma geral. A partir desse raciocínio, como alguns dos princípios mais relevantes do Direito Ambiental se pode citar o da Precaução e Prevenção, *o in dubio pro natura*, o Princípio da solidariedade, o Princípio da cooperação internacional, o Princípio da proporcionalidade, Princípio da responsabilidade, Princípio do mínimo existencial ecológico, Princípio da vedação ao retrocesso e Princípio da educação ambiental, entre outros que serão relacionados no capítulo V com as relacionadas jurisprudências.

Diante dessa complexidade que é a proteção ambiental e as relações jurídicas, passa-se a discorrê-la.

4.4 PROTEÇÃO AO DIREITO AMBIENTAL: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

Percebe-se que a situação da Terra e dos seres vivos que se encontram nela está um caos, uma vez que, no século XXI, podem-se verificar maiores avanços nas áreas da ciência e da tecnologia, entretanto, ainda enfrentam-se problemas graves nos campos social e ambiental, como a fome, falta de acesso à educação, escassez de água, destruição do meio ambiente, pobreza, aumento exponencial da população, extinção de espécies animais e vegetais, que se apresentam apenas como alguns exemplos.

A análise desenvolvida até este momento está centrada no entendimento das transformações legais brasileiras adotadas em razão da complexidade e da dinâmica contemporânea, ligadas às esferas sociais, tecnológicas, culturais e ambientais, todas de forma interligadas. Ressalta-se que a modernidade não pode ser incluída como um fator de desagregação social, mas complexa, com a permanência de dificuldades e demandas sem respostas, embora que se avalie todo o avanço científico e tecnológico nas últimas décadas.

Segundo Anthony Giddens (2001, p. 23), a nova agenda da ciência social diz respeito a duas esferas de transformação, diretamente relacionadas. Cada uma delas corresponde a processos de mudança que, embora tenham tido suas origens no início do desenvolvimento da modernidade, tornaram-se particularmente intensos na época atual. Por um lado, há difusão extensiva das instituições de globalização, por outro, os processos de mudança internacional, que podem ser conectados à radicalização da modernidade.

Em verdade, pode-se afirmar que, atualmente, as ações cotidianas do indivíduo produzem efeitos globais, apontando para uma interdependência muito maior na sociedade que se vive, onde emerge complexidade e transição.

Na visão de Délton W. Carvalho (2008, p.11), a sociedade contemporânea apresenta-se em um momento de transição entre paradigmas. Da modernidade à pós-modernidade, da modernidade simples à modernidade reflexiva. A sociedade inserida nesse contexto de alta complexidade e na transição entre paradigmas demonstra um modelo multifacetado e pluralista. A sociedade contemporânea tem sido altamente adjetivada como sociedade globalizada, de risco, pós-moderna, pós-industrial, etc.

Para entender as consequências dessa modernidade, é necessário tornar ao conceito de sociedade de risco. A ideia da teoria permite a leitura de uma dimensão extraordinária e de elementos que legitimam o comprometimento com a qualidade de vida, a partir da existência em sociedade dentro de um processo de complexas modificações, onde os indivíduos corram riscos coletivos.

Esta transição traz consigo a crise contemporânea que angustia globalmente a economia, além de apresentar reflexos em todos os demais campos, e possui suas raízes na sociedade mundial de risco, cujo conceito é exposto pelo sociólogo alemão Ulrich Beck. Segundo Ulrich Beck (1998, p.30), a sociedade mundial de risco é a sociedade da insegurança e do medo, especialmente diante da invisibilidade dos perigos e da impossibilidade de conhecer-se a extensão dos riscos antes de, faticamente, deparar-se com eles.

O surgimento da sociedade de riscodesigna um estágio da modernidade no qual começam a tomar formato às ameaças produzidas até então pelo modelo econômico da sociedade industrial (BECK, 1998, p.6).

Nessa esteira, a sociedade está contida a experiências técnico-científicas, onde se desenvolvem perigos, mesmo com avanços significativos. Porém, é um momento de questionamentos, com o papel da ciência voltado na busca de respostas aos problemas enfrentados, bem como questionamentos frente aos próprios riscos como a biotecnologia, a informática, o aquecimento global, o que significa dificuldade em controlar ou precisar de forma concreta seus alcances. Assim, os riscos modernos não são mensuráveis e podem causar danos irreparáveis.

Enfatizando Ulrich Beck, Délton W. Carvalho (2008, p.13-14) afirma que a reflexividade do desenvolvimento capitalista moderno,

com a radicalização da modernização da modernidade (modernidade reflexiva), repercute na transição da sociedade industrial (sociedade de classes sociais) para a sociedade de Risco (sociedade de posições de riscos). Os "efeitos colaterais" da industrialização (produção industrial massificada) e da absorção econômica dos desenvolvimentos tecnocientíficos fomentam a produção e a distribuição de ameaças à própria sobrevivência da humanidade pela potencialização da economia capitalista. Assim, a sociedade atual posiciona-se em uma situação de autodestruição (self-endangered). As ameaças decorrentes da sociedade industrial são de natureza tecnológica, política e, acima de tudo, ecológica. Enquanto na sociedade industrial pode-se dizer que há certa previsibilidade das consequências negativas dos processos produtivos capitalistas, na sociedade de risco (que não deixa de tratar-se de uma sociedade industrial, porém potencializada pelo desenvolvimento tecnocientífico), há um incremento no grau de incerteza quanto às consequências das atividades e tecnologias empregadas nos processos econômicos. Dessa forma, essa nova estrutura social apresenta riscos transtemporais (efeitos ilimitados temporalmente), de alcance global e potencialidade catastrófica. Os riscos que marcam a formação de uma "segunda modernidade" são decorrentes do próprio sucesso obtido pelo modelo capitalista de industrialização, em que a superprodução industrial, o conhecimento e a ciência produzem e distribuem riscos de uma nova espécie e que perpassam, indiscriminadamente, todas as classes sociais.

Em síntese, a sociedade de risco distribui riscos abstratos ou invisíveis produzidos tecnocientificamente, em contraposição à modernidade clássica, que, por meio da sociedade industrial, gerava riscos concretos (passíveis de demonstrações causais) na busca de distribuição de riqueza (entre as classes sociais em combate à pobreza e escassez de recursos) (CARVALHO, 2008, p.15).

Ao verificar as posições doutrinárias, pode-se afirmar que a sociedade moderna formou um modelo de desenvolvimento tão difícil e avançado, que precisa elementos adequados para reprimir e disciplinar esse desenvolvimento. Nessa abordagem, o risco é uma das maiores dificuldades para proteção jurídica ambiental contemporânea. José Rubens Morato Leite assevera que:

O dano ambiental tem condições de projetar seus efeitos no tempo sem haver certeza e controle de seu grau de periculosidade. Podem-se citar como exemplos: os danos anônimos (impossibilidade de

conhecimento atual), os cumulativos, os invisíveis, o efeito estufa, a chuva ácida e muitos outros. (2007, p.133)

A partir das palavras expostas por José Rubens Morato Leite e Ulrich Beck, percebe-se que a sociedade moderna, diligente, somada à globalização, assume proporções globais de autodestruição a toda camada da população sem distinção.

A teoria da sociedade de risco, qualidade da fase seguinte ao período industrial clássico, importa a tomada de consciência da destruição do modelo de produção, sendo esta marcada pelo risco permanente de desastres e catástrofes (LEITE, 2007, p.131).

Denota-se que a sociedade de risco inflige o abandono de diferenciações de classe social determinadas pelas fronteiras geográficas, políticas, econômicas e administrativas, construindo riscos mais difusos. É um momento paradoxal entre a capacidade produtiva e a crise econômica. Nesse sentido, prevalece o alerta para o fato de que as sociedades ocidentais constituem-se em um paradoxo. Porquanto, de um lado, conservar-se a tradição de alguns valores, renovada pela modernidade, e, de outro, a criação de novas tradições que possuem papel de maior relevância na legitimação do poder e vida social (GIDDENS, 1993, p.63).

Eis a razão para que os riscos dimensionem fatores desfavoráveis para sujeitar uma série indefinida de sujeitos em grande escala global, sem escolher regiões geográficas ou territórios determinados, afetando, assim, a todos de maneira igualitária, inclusive gerações futuras. A sociedade encontra-se no momento de vivências de situações externas, ou seja, volta-se para as dificuldades de caráter individuais como para os assuntos coletivos. Há uma vulnerabilidade entre sistemas e instituições.

Apesar disso, é evidente a obrigação do Estado desenvolver o debate técnico de maneira participativa, democrática, na gestão e deliberação das dificuldades e dos conflitos oriundos da exploração imprudente dos recursos naturais em escala planetária, principalmente no que concerne às questões fundamentais à sobrevivência do Planeta.

Esse tipo de preocupação, segundo Morato Leite (2007, p.134), quanto à proliferação de causas ameaçadoras se expressa, agora, na forma de riscos inseguráveis, que são originados de processos de decisão desenvolvidos em espaços institucionais de acentuado déficit democrático, com poder de vitimizar gerações em uma escala espacial e temporal de difícil determinação pela ciência e pelos especialistas.

Certamente, como Ulrich Beck já direcionou (1998), a consciência da problemática ambiental em âmbito planetário tornou evidente, de forma decisiva, a constituição da sociedade de risco, a partir dos avanços técnico-científicos. O risco globalizante não respeita divisões sociais e geográficas e faz com que persista a necessidade de buscar a superação de uma mentalidade sitiada e excessivamente individualizada.

Anthony Giddens (2000, p.150) já assinala para uma ordem globalizante, onde o novo Estado democrático e a nação cosmopolita encontram-se intimamente ligados a uma arena política muito mais ampla, que já não pode ser mais tratada como meramente “externa”, mas operando numa escala de globalização para resolver os problemas que afetam o mundo.

Quando se tangencia para mundo globalizado, sabe-se das dificuldades territoriais e soberanas frente à globalização, pois ainda vivencia-se a maneira de regulamentação dos Estados sobre os padrões estabelecidos. Nessa linha, Zygmunt Bauman destaca:

Não admira que a legitimidade do espaço, sua transparência, tenha se transformado num dos maiores desafios da batalha do Estado Moderno pela soberania de seus poderes. Para obter controle legislativo e regulador sobre os padrões de interação e lealdades sociais, o Estado tinha que controlar a transparência do cenário no qual vários agentes envolvidos na interação são obrigados a atuar. O que estava em jogo na principal batalha dessa guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo. (1999, p.37)

Portanto, as dificuldades geográficas, de espaço ou território ainda são estabelecidas por normas jurídicas e políticas, mas essas diferentes abordagens servem apenas para orientar e fomentar a discussão, o que não se esgota neste momento sobre os enfoques na sociedade moderna de diferentes tipos de riscos, tais como: econômicos, geopolíticos, sociais, industriais, tecnológicos, riscos ambientais, motivo pelo qual se faz necessário direcionar para a concepção de Sociedade complexa e os desafios para a implementação dos Direitos Ambientais.

4.4.1 Relação jurídica ambiental brasileira

A partir da ordem jurídica estabelecida, sabe-se que quando um fato se torna relevante para o mundo jurídico, estabelece-se a relação jurídica como vínculo interligando pessoas e bens jurídicos. No Direito Ambiental, o bem ambiental é uma espécie de bem jurídico com características peculiares, sendo que o bem jurídico é o gênero, no qual o bem ambiental é a espécie.

Na visão individualista do Direito Clássico, embora os interesses referentes ao meio ambiente já existiram a muito, até porque inerentes à natureza humana, os mesmos incidiam despercebidos, exatamente por se diferenciarem pela inviabilidade de apropriação individual.

Vale mencionar que no ordenamento jurídico brasileiro a definição do Bem Ambiental nasceu na Constituição Federal de 1988, implantado dentro do Título da Ordem Social, através do artigo 225, sendo um bem difuso, que pertence por definição constitucional a todos, isto é, brasileiros e estrangeiros residentes no país, que organizam o povo brasileiro e que são os titulares deste bem afirmado através do princípio da soberania.

Doutrinariamente, quanto à natureza jurídica do bem ambiental, é definido bem imaterial ou incorpóreo, o qual incide no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ou bem ambiental cuja natureza jurídica é corpórea e material.

Ainda, no que se refere à relação jurídica ambiental, o ordenamento brasileiro segue a proteção ambiental em sentido amplo, conhecendo como vítimas, sujeitos do dano ambiental, além do próprio meio ambiente, que é um macro bem indisponível, indivisível e de titularidade difusa, igualmente o indivíduo ou um grupo de pessoas que estejam afetadas direta ou indiretamente pelo dano ambiental.

Como assinalado, se observa que materialmente a relação jurídica tem como sujeito ativo e passivo o *alter* (todos), segundo o artigo 225, da Constituição Federal de 1988, porquanto a comunidade é titular do direito e do dever de proteção do meio ambiente, o Poder Público e o indivíduo.

Não há dúvida, assim “todos” significam seres humanos, animais e a natureza de forma conectados no conceito de meio ambiente e por consequência, consistem em bem e objeto jurídico do Direito Ambiental. A conexão complexa entre seres vivos e natureza ainda está longe de ser entendida pelo Direito clássico, por isso é importante focalizar na responsabilidade do ser humano em inclusão a todas as formas de vida da atual geração, bem como das futuras.

Sob esta ótica o sistema jurídico segundo Luiz Henrique Cademartori (2009, p.198) embora seja cognoscitivamente aberto às mudanças externas, é normativamente fechado e circunscrito a um rígido código de regras, tendo como função reduzir a complexidade social advinda do externo. Porém, se nota que o mundo jurídico se estrutura direcionado ao todo, além das regras, portanto emerge um amadurecimento, principalmente nas questões ambientais.

Desse amadurecimento sobre o pensamento ambiental, pode-se mencionar François Ost (1995, p.354) que o patrimônio é um conceito transtemporal, e, simultaneamente, de hoje, de ontem e de amanhã, como uma herança do passado, transitando pelo presente, destina-se a dotar os hóspedes futuros do planeta.

Logo, todo tem direito de usufruir de um ambiente ecologicamente equilibrado, e para tal há necessidade de redimensionar o bem/ objeto jurídico do direito real, em harmonia com a proteção ambiental, que tem uma relação complexa com a propriedade.

Nesta complexidade jurídica, a questão epistemológica reside no enfrentamento entre o conceito de meio ambiente e suas consequências para o sistema jurídico. As relações estabelecidas dentro do sistema organizam-se numa ordem, numa organização para que gere segurança, o que não acontece na relação como meio ambiente.

Os novos tempos trazem consigo mudanças e problemas que se tornaram mais que globais: planetários. Com isso, conceitos ganham uma nova roupagem frente à relatividade. Neste sentido, o Direito que necessita de legitimidade para agir, obrigatoriamente terá que caminhar no mesmo passo dessas transformações, é necessário uma abertura ao novo. Desse modo, no Direito Ambiental especificamente isso requer audácia, prudência e responsabilidade daqueles que se engajam nessa área, pois o meio ambiente agrega todas as formas de vida existentes no planeta, sistemas e conexões.

A partir dessa concepção, passou-se a articular que se um interesse diz respeito a todos, não se vincula a ninguém, não podendo, por certo, ser objeto de tutela jurídica, neste íterim, os interesses transindividuais despontam, colocando o homem como centro de referência ao invocar a noção de direito natural, a exemplo dos interesses sucedidos da qualidade de vida e da proteção ecológica. Como já advertiu Immanuel Kant (1993, p. 68) o homem, e, duma maneira geral, todo o ser racional, existe como fim em si mesmo, não só como meio para o uso arbitrário desta ou daquela vontade.

O século XXI desponta com novas experiências na esfera ambiental, e a verdade é que há um processo de tomada de consciência

geral, no sentido que os interesses transindividuais importam em vontades profundas da sociedade por representar os mais altos valores humanos.

Mesmo assim, a indeterminação e mutabilidade do meio ambiente, bem como de suas influências endógenas e exógenas fazem com que o meio ambiente, enquanto objeto da relação jurídica, vincule-se aos sujeitos de forma continuada (BELCHIOR, 2015, p.213).

Nessa linha, o modelo jurídico-ambiental adotado, atualmente, não se mostra próprio e suficiente, o que justifica a reflexão aprofundada do conceito estabelecido de meio ambiente e do paradigma da complexidade, através da Epistemologia Jurídica no sentido de buscar soluções e formar novos contornos para as tensões e problemas enfrentados.

Compreende-se que a preservação do meio ambiente correlaciona-se com a dignidade da pessoa humana, na medida em que uma vida digna pressupõe uma vida saudável, donde pode advir um meio ambiente equilibrado. É certo tratar o meio ambiente sadio, como direito fundamental, por efeito das razões necessárias exibidas, as quais apontam para a sobrevivência do indivíduo, e da preservação de toda a espécie.

De tudo, os direitos ambientais mostram-se distintos em relação aos demais direitos, visto que, por suas características ontológicas, estão adstritos a toda coletividade.

Como diz Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.116) sobre o meio ambiente ao defendê-lo como ecologicamente equilibrado, que o dever ambiental efetivamente prestado gera o direito ao equilíbrio ambiental concretizado. Se a sociedade tomasse a real consciência da importância da natureza, refletindo sobre o descaso que lhe foi ofertado por tanto tempo, certamente diminuiriam os impactos negativos ecológicos.

4.4.2 Complexidade na pesquisa das normas ao direito ambiental

A partir do exposto sobre a sociedade de risco, bem como a legislação ambiental, fala-se em complexidade da sociedade, assim é necessário apresentar a ideia sobre o tema nada didático, pois este não requer simplificação quanto ao seu conceito, mas garantir ampliação de horizontes aos indivíduos que habitam o Planeta, de forma a potencializar a consciência e a comunicação, diminuindo talvez os riscos ambientais. Enrique Leff ao discorrer sobre a sociedade e sua

complexidade, deixa claro como o ser humano organiza-se dentro de um processo real:

Percebemos e vivemos no mundo a partir das condições mesmas de nossas "formas de ser", a partir de identidades próprias que se configuram no quadro das limitações e condições colocadas ao entendimento do nosso mundo no encontro com os fenômenos reais que buscamos compreender. O planeta e os astros não sabem nada sobre sua espacialidade e sua temporalidade. Os seres vivos vivem no tempo e se movimentam no espaço, mas suas formas de "entendimento" e "intuição" do tempo e do espaço diferem daquelas dos seres humanos. Somente a partir do limite de sua experiência e de seu entendimento, a partir de seu ser na diferença e na outridade, o ser humano elabora categorias para apreender o real; e neste processo cria seu mundo de vida e constrói uma realidade. Esse saber esteve sempre marcado pelo inacabamento do ser, pervertido pelo poder do saber e mobilizado pela relação com o outro. (2006, p.197)

Percebe-se que o conhecimento adquirido na história humana, sobre o mundo e sobre as coisas, mostra-se dependente da conjuntura geográfica, política, ecológica e cultural em que produz e reproduz-se a sociedade, dessa forma, idealizando o saber sobre os entes que fazem parte desta concepção e, por conseguinte, esta restringe o conhecimento do mundo.

Enrique Leff (2006, p.27) assenta para necessidade de diferenciar a articulação técnica de diversos ramos do conhecimento para a resolução dos problemas práticos do capital e seus efeitos no real histórico objeto do materialismo histórico, com sua articulação teórica com outras ciências para explicar o processo atual do capital perante os desafios da globalização e da sustentabilidade ecológica. O autor continua a propor que a problemática da articulação das ciências deve ser vista a partir de uma perspectiva teórica e não técnica, para ver se esta constitui um problema concreto que surge das condições da ciência moderna (2006, p.31).

Cabe antes de seguir, reconhecer talvez que a concepção de ideia global de forma conceitual sobre padrões e valores é imaginária.

Octavio Ianni (2007, p.119) destaca que tal ideia pode ser vista como uma teoria da cultura mundial, entendida como cultura de massa, mercado de bens culturais, universo de signos e símbolos, linguagens e significados que povoam o modo pelo qual uns e outros se situam no mundo, ou pensam, imaginam, sentem e agem.

Por certo, quer dizer que, em decorrências de vários fatores como a exemplo dos meios de comunicação e alta tecnologia em massa, estas rompem as barreiras fronteiriças tanto na esfera cultural, socioeconômica, entre outras, e difunde produções regionais em escala mundial. Tal difusão leva a mercantilização, seja qual for a realidade ou a ideia, transfigura-se em um texto complexo, numa rede complexa, compreendendo relações, processos e estruturas dentro da sociedade mundial. Compete, portanto, refletir sobre a globalização e a complexidade dentro do Planeta Terra em busca de superar os desafios, para implementar os direitos ambientais, a sustentabilidade e o conhecimento dentro do Direito Ambiental.

Enfim, a questão ambiental domina o século XX e XXI, e a direção deve ser perpetrada rumo à universalidade, volvendo razoável a trajetória que se deve desempenhar no Planeta. No campo jurídico e sociológico permeiam discussões, mas poucas pessoas têm refletido e discutido a questão ambiental no sentido filosófico. Serge Moscovici traz, durante suas pesquisas entre 1970 e 2002, diferentes formas de debates, estudos no campo da ecologia política, onde propôs descompartilhar o olhar e, com ele, as ciências humanas, que possuem suas raízes no positivismo, pensando uma maneira de um “reencantamento do mundo”. Pelo que se assiste Serge Moscovici parece ter razão quando afirma:

que tudo leva a pensar a natureza existente em contraponto ao nosso *savoir-faire*, a partir do momento em que ela faz parte da nossa história, em suma, em que ela é uma natureza histórica, podemos ter dela uma ideia mais verossímil ao reconhecer que a natureza descrita ou explicada por nossas formas de conhecimento não é nos dada a priori ou como sendo exterior, tal que. Como consequência, nós meramente percebemos e observamos. Ao contrário, ela concebe sua realidade ao penetrar nos saberes humanos, uma vez que esses se relacionam com as forças materiais, associando-se a elas de maneira normal e estável. É somente no sentido que a natureza se

incrusta relação que ela se torna objeto da ciência, da técnica, da arte, e assim por diante. (2007, p. 195)

De tal modo, seja a partir da natureza como objeto, da sociologia, da política, da ética ou de relações jurídicas, vale lembrar que este é um processo evolutivo, progressivo, onde permeiam limites, insuficiências, carências, mas que em conjunto com o pensamento, o diálogo pode levar ao entendimento da complexidade como método. Edgar Morin investiu no assunto da complexidade a partir de vários estudos, produziu particular pensamento, apresentando textos sobre sua teoria, levando a todos a compreensão dos fundamentos do pensamento complexo, o que se passa a apreciação.

Inicialmente, Edgar Morin realiza uma análise minuciosa sobre o assunto, em sua obra *O método* (1977), com textos de investigação da antropologia, da política, da cultura, com temas sobre humanidade, ética, vida, ideias, conhecimento e, principalmente, a natureza. Nesse ponto, é possível perceber sua visão do mundo no pensar juntos, unir saberes disjuntos, não perder a noção das partes envolvidas, reconhecer o valor da heresia, da curiosidade, da investigação permanente. Toda essa análise com intuito de examinar duas hipóteses: a possibilidade e necessidade de um conhecimento polissêmico, multi, interdisciplinar. Para o autor, o método é uma forma, uma fonte que nutre, recebe e dissemina, um eterno recomeço como descrito:

A primeira base positiva do método está na primeira afirmação universal da complexidade, O problema é de agora em diante transformar a descoberta da complexidade em método da complexidade. A constituição de um campo novo de saber não se constitui abrindo as fronteiras como acreditam os ingênuos, ele se constitui transformando aquilo que gera as fronteira, ou seja, os princípios da organização do saber. E é na exploração, no reconhecimento, na reconstrução, neste nível principiante ou paradigmático que se situa verdadeiramente o meu esforço. (2013, p. 468)

Os argumentos desenvolvidos sobre pensar a complexidade do autor estendem-se até contemporaneidade em vários sentidos, mas quanto à natureza há uma especial preocupação, tanto que, em Terra

Pátria apresenta a reformulação do pensamento para a compreensão da crise planetária que vive a Terra.

A luta entre as forças de integração e as de desintegração não se situa apenas nas relações entre sociedades, nações, etnias, religiões, situa-se também no interior de cada sociedade, de cada indivíduo. Não é apenas uma luta entre impulsos civilizadores e impulsos bárbaros, é também uma luta entre esperança coletiva de sobrevivência e riscos de morte coletivos. Eis a luta deste século que finda, sem ser, no entanto necessariamente a luta final que nos faria sair da idade de ferro planetária. Todas as antigas imunidades que protegiam as culturas atuam hoje simultaneamente contra e a favor da humanidade. A favor significa a manutenção da diversidade. Contra, o impedimento da unidade. As imunidades nacionais se tornaram mais destruidoras que protetoras. Enquanto entidade planetária, a humanidade ainda não adquiriu nenhuma proteção imunitária contra os males internos que a devastam. A agonia planetária não é apenas a adição de conflitos tradicionais de todos contra todos, mais as crises de diferentes tipos, mais o surgimento de problemas novos sem solução, é um todo que se alimentá-los. (1995, p.102)

Ao descrever sobre a luta planetária em que se vive e a sua agonia, do cartão de identidade terrena, dos objetivos terrestres e de responsabilidade do ser humano na transformação da Terra Pátria que deve iniciar-se pela transformação do pensamento, enfatiza Edgar Morin (1995, p.170) que a reforma de pensamento é um problema antropológico e *histórico-chave*. Sendo que isso implica uma revolução mental ainda mais considerável que a revolução copernicana. Jamais na história da humanidade as responsabilidades do pensamento foram tão esmagadoras, pois, o núcleo da tragédia está também no pensamento.

Nessa lógica de raciocínio, descreve que as civilizações encontram-se perdidas no planeta e acham-se vivendo um momento de necessidade de interdependência em todos os aspectos. Neste momento, portanto, é preciso que se solidifique a fraternidade que surge com a conscientização da importância dessas inter-relações entre a comunidade humana e o cosmo. Na visão do autor:

O apelo da fraternidade não se encerra numa raça, numa classe, numa elite, numa nação. Procede daqueles que, onde estiverem, o ouvem dentro de si mesmos, e dirige-se a todos e a cada um. Em toda parte, em todas as classes, em todas as nações, há seres de "boa vontade" que veiculam essa mensagem. Talvez eles sejam mais numerosos entre os inquietos, os curiosos, os abertos, os ternos, os mestiços, os bastardos e outros intermediários. O apelo à fraternidade não deve apenas atravessar a viscosidade e a impermeabilidade da indiferença. (1995, p.175)

Essa postura não diz como realizar uma ação solidária ou fraterna individualizada ou coletiva, mas demonstra que todos independente de sua condição podem ocupar-se do mesmo caráter de conscientização. Assim, continua ao discorrer sobre a fraternidade como fonte de evitar a destruição da humanidade:

Mas se salvação significa evitar o pior, encontrar o melhor possível, então nossa salvação pessoal está na consciência, no amor e na fraternidade, nossa salvação coletiva é evitar o desastre de uma morte prematura da humanidade e fazer da Terra, perdida no cosmos, nosso "porto de salvação". (1995, p.182)

Pode-se questionar, a partir de suas ideias, que a globalização da nação, ao final do século 20, confere ao planeta uma característica de civilização e cultura comuns; ao mesmo tempo, porém, fragmenta-o ainda mais, e a soberania absoluta das nações cria obstáculos, justamente, ao surgimento da sociedade-mundo. Emancipadora e opressora, a nação torna extremamente difícil a criação de confederações que responderiam às necessidades vitais dos continentes e ainda mais difíceis o nascimento de uma confederação planetária. Nesse sentido, Edgar Morin fornece mais informações:

A superação do Estado-nação não é sua liquidação, mas sua integração em associações mais amplas, a limitação de seu poder absoluto de vida e de morte sobre as etnias e sobre os indivíduos - é neste sentido que se poderia

conceber um "direito de ingerência" -, mas com a manutenção de todas as competências para os problemas que ele pode regular em seu nível (princípio de subsidiariedade).

A superação do Estado-nação rumo a associações mais amplas só pode ser vívida, portanto efetiva, se os europeus reconhecerem uma qualidade matri-patriótica à Europa, os africanos à África, os latino-americanos à sua América etc., e se cada um e todos reconhecerem essa qualidade à Terra, ela própria mátria e pátria de todos os humanos.

De qualquer modo, a associação planetária é a exigência racional mínima para um mundo estreitado e interdependente. Cumpre inclusive já considerar, no seio dessa associação, a cidadania planetária, que daria e garantiria a todos direitos terrestres. Essa ideia, que parece hoje utópica, foi no entanto realizada pelo édito de Caracala (no ano 212), que concedeu a cidadania romana a todos os habitantes de um império que era então, a seus próprios olhos, o mundo mesmo. (1995, p.122/123)

Sob sua ótica, uma nova geopolítica deve surgir. A geopolítica do planeta seria não centrada nos interesses das nações e impérios, mas descentrada e subordinada aos imperativos associativos.

Do mesmo modo, se o planeta constitui um território que dispõe de um sistema de comunicação, uma economia, uma civilização e uma cultura, também é fato que lhe falta certo número de instrumentos essenciais, que são a governança, a cidadania, o controle dos poderes, sem falar na consciência comum de fazer parte da Terra-Pátria, o objetivo.

A contribuição do pensamento complexo de Edgar Morin à Educação Ambiental é evidenciada nas pesquisas analisadas quando as mesmas ressaltam a possibilidade de superação do pensamento fragmentado no processo educativo voltado à questão do meio ambiente. Há de ressaltar-se também seu aporte ao entendimento tanto dos problemas ambientais hoje vivenciados pela humanidade, quanto da relação entre os grupos sociais e a natureza.

O enfoque no pensar complexo²¹, defendido por Edgar Morin (2010, p.31), mostra-se através da reforma do pensamento. A grande questão salienta o autor, é combinar o simples e o complexo, pois, quando a simplicidade não funciona mais, é preciso passar o elo, a espiral, a outros princípios de pensamento. Assim, tem-se a revolução que diz respeito a um grande número de ciências e que substitui a incerteza pelo jogo do certo e incerto, do separável e inseparável. Para chegar a este pensamento, há caminhos que fluem.

A ausência e carência de compreensão sobre os fundamentos do pensamento complexo convergem para Edgar Morin realizar uma ampliação da teoria de maneira acessível. Segundo o autor (2011, p.46/48), o homem necessita amadurecer suas ideias, dialogar com presente, passado e futuro, sem fugir de reducionismos ou fechar-se em conceitos avassaladores.

O pensamento e a clareza das ideias devem trilhar na mesma direção, sem prejuízo do conteúdo nem da forma, através da coerência, da abertura epistemológica, mas, principalmente, da tomada de consciência. O próprio Edgar Morin escreve:

Creio que a tomada de consciência ainda mais importante pelo fato de que, até uma época bem recente, estivemos tomados pela ideia de que a história ia acabar que nossa ciência tinha conquistado o essencial de seus princípios e de seus resultados, que nossa razão estava enfim no ponto, que a sociedade industrial se punha nos trilhos, que os desenvolvidos não eram subdesenvolvidos; teve-se a ilusão eufórica dos fins dos tempos. Hoje, não se trata de mergulhar no apocalipse e no milenarismo; trata-se de ver que talvez estejamos no fim de um certo tempo e, nós esperamos, no começo de novos tempos. (2011, p.120)

Em que pese os esforços de Edgar Morin, os desafios para implementação dos direitos ambientais ainda se mostram críticos no cenário mundial e no ordenamento jurídico brasileiro. Com a velocidade de informações, além-fronteiras no mundo global, as questões e desafios que assumem importância são muitos no cenário internacional, como

²¹Conferência introdutória ao Colóquio “Reforme de la pensée et système éducatif” promovido pela Unesco, em setembro de 1994, na cidade de Paris.

poder, hegemonia, território e soberania, confirmando crises e a necessidade de opções alternativas. Surgem agora a apreensão, a dúvida e a tomada de consciência de que a máxima cartesiana formou e estruturou o ser humano de acordo com a vontade do Estado Poder, designando sofrimento.

A exposição reiterada do meio ambiente, a globalização dos problemas ambientais, acarreta desafios de caráter transnacional e, logo, a necessidade de modificações em muitas esferas como sociedade e Estado - o que se pormenorizará em outro tópico ao longo deste trabalho - o que provoca, também, mudanças no padrão da civilização contemporânea em relação ao meio ambiente.

As preocupações não encerram somente a necessidade de modificações, mas com a posição do Estado brasileiro na agenda ambiental internacional atual. A linha divisória para análise da questão ambiental brasileira transcende administrações específicas, pois um exemplo significativo é a política externa.

Aqui, diante da recusa do Estado poder e seus anseios, não há de se falar em desterritorialização, em horizontalidade de normas jurídicas internacionais, nem em delegação de soberania, mas na comunhão conjunta e prol do Planeta a partir da solidariedade, da cooperação e fraternidade entre os povos.

Nesse cenário, o país posiciona-se de forma ambígua, como agente de suporte às causas do Terceiro Mundo, de uma intensa obrigação com o Ocidente e de uma firme postura em impedir alinhamentos automáticos. Perpetua uma relação de princípios políticos, diretamente ligados a subordinação e poder.

Somado a esses fatores, a posição brasileira em questões ambientais ainda emite reflexos da década de 1970 e sua trajetória política baseada na tríade da priorização do crescimento econômico, a consideração da soberania e segurança nacional, além da compartimentalização da gestão ambiental no ordenamento brasileiro. Por mais estranho que possa parecer, a posição brasileira em Estocolmo sugere que argumentos ambientais deverão ser tratados de maneira superficial e abstrata nos aspectos técnicos das atividades do setor “meio ambiente”.

Entre as décadas que se passaram, em 2012 na Rio +20, com oportunidade de apontar o caminho para desenvolvimento sustentável, o Brasil não se manifesta veemente, parece ter abdicado sua liderança internacional, e fica comprovado que mudanças substanciais ainda não foram percebíveis na agenda ambiental internacional. O país mantém

uma participação tímida também nas conferências internacionais subsequentes na Índia, Qatar e Polônia.

O discurso brasileiro prossegue a apontar as dificuldades no estabelecimento de relações jurídicas diferenciadas, ou políticas efetivas em relação ao meio ambiente, tanto em termos socioeconômicos, como a exploração dos recursos naturais. As discussões mostram-se necessárias quanto à trajetória da posição brasileira na agenda internacional, para levar a conhecimento suas consequências, seus avanços, impasses e características que podem comprometer a urgência em avaliar adequada coordenação entre política externa e política nacional do meio ambiente.

A ciência jurídica ainda mantém-se na busca racional e ordenada da verdade, excluindo o que não se enquadre nela, dentro de um paradigma da simplicidade, o que estabelece a redução de procedimentos de forma a dominar, a controlar e a transformar a realidade. Como consequência desastrosa, o Planeta vivencia um estado violento, no qual as forças se enfrentam contrariamente do que se deveria fazer, pois, no contexto da globalização, o pensamento dentro da nova ciência busca eliminar este “certo”, através da reorganização da sociedade, da transmissão das culturas, de interações entre indivíduos, do respeito por toda forma de vida, pela justiça, liberdade, tolerância e solidariedade.

Pensar as relações jurídicas dentro da complexidade não constitui romper, rejeitar ou apagar as diversidades em prol de uma padronização artificial, modista ou casuística, mas a cooperação de diferentes competências, com uma linguagem comum, de forma a regulá-las a partir de uma democracia deliberativa, equilibrada, articulando o local, o regional e o global, a fim de conciliar e harmonizar os interesses e as necessidades vitais de todos os seres humanos ou de todos os seres vivos, a partir de uma metodologia sistêmica.

Tal método possibilita avaliar um problema como um todo, sem cortar as respectivas ligações, tornando cogente diminuir o nível de pormenor, isto é, de início um problema deve ser abordado de uma forma abstrata e depois se analisam os pormenores de nível inferior. O problema nos níveis inferiores deve ser avaliado de modo semelhante, isto é, deve ser visto como uma parte de um sistema maior e simultaneamente tendo em si muitas outras partes. A tarefa não é simples, pois identificar quais as amarrações relevantes pode dar ensejo às múltiplas tentativas de abordagem do problema. Porém, se deve persistir em articular a cooperação dos Estados em todas as instâncias,

com todas as áreas que possam contribuir para desenvolvimento e proteção de gerações futuras.

4.4.3 Justiça ambiental: emergência diante da complexidade

Dentro da visão sistêmica, impossível no que se trata à proteção das questões ambientais deixarem de lado a justiça ambiental. Frente a este assunto os debates dividem-se e agravam-se, emergindo a obrigação de uma discussão aprofundada sobre a constituição e implementação da justiça ambiental. Como o tema tem desdobramentos tanto no capô econômico, político e jurídico, opta-se pela perspectiva jurídica da justiça ambiental, diante da implementação pelo Judiciário, que já é eixo dos estudos na temática.

Por meio dos casos selecionados como método para este estudo, eles se tornam paradigmáticos e de relevante importância uma vez que identificam uma série de decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, as quais diferentemente de outras, que muitas vezes negam proteção ao direito ambiental, conservando situações fáticas de injustiça ambiental.

O próprio estudo já demonstrou o tratamento entre ser humano e natureza desde os primórdios da humanidade, porém somente após o marco histórico da Revolução Industrial que essa relação ganha adjacências destrutivas, devido ao crescimento econômico e interesses de novos padrões de consumo, os quais dão vazão à aceleração desenfreada para crise ambiental.

O direito ambiental surge como uma tentativa de controlar a crise, eclodindo na década de setenta, internacionalmente, e no final da década de oitenta, em âmbito nacional. Daquele período até hoje, no entanto, a crise ambiental apenas se agravou.

Esse levantamento histórico sobre a relação entre sociedade, estado e meio ambiente confirma que o direito ambiental tem sido ineficiente com as soluções para crise ambiental, perdendo espaço aos padrões econômicos de produção insustentáveis, e suas consequências socioambientais trágicas para superação dessa crise ambiental.

A persistência da crise ambiental mesmo após a promulgação de legislações ambientais extremamente avançadas, como é o caso da brasileira, demonstra que a mera elaboração legislativa não é suficiente para modificar a situação posta, sendo primordial que se questione o modo como ocorre a aplicação dessa legislação.

Dessa maneira, como já apresentado, busca-se uma prática de proteção maior pautada nos Direitos Humanos. Neste ponto, cabe, ainda,

destacar posição contemporânea, em especial preocupação de Joaquim Herrera Flores com a abstração que a teoria tradicional tem no que tange aos direitos humanos. Para ele, considerando que estes direitos são positivados com base em cidadãos hipotéticos e alienados de um mundo contextualizado. Porém, deixa claro que sua manifestação não é contra o universalismo, mas sua proposição de uma teoria relativista de direitos, que geraria um particularismo que seria incompatível com uma perspectiva global de direitos, refuta, então, o universalismo que se coloque sem contexto, assim define:

No se trata de subsumir las situaciones en la universalidad a priori de derechos humanos, sino de invertir la premisa, componer la potencia de las situaciones para llegar a aspectos comunes y generalizables en materia de derechos. Para lo cual, hace un paradigma sociopraxico de los derechos humanos, construido desde una reflexión inflexiva – es decir, que suponga un cambio de rumbo teórico y práctico real – de los mismos, donde el aporte de unas prácticas y unos conocimientos jurídicos críticos siguen siendo fundamentales. (2005b, p.22-23)

Fica evidente que sua posição quanto os Direitos Humanos e o relativismo não é proposição de e, em razão disso, defende que o do universalismo a posteriori, qual seja o de afirmar que os direitos humanos têm uma potencialidade universal, que devem atingir a todos os seres, porém desde que seja feito após uma contextualização (2009, p.164), e que a luta pela efetivação real dos direitos deve continuar, pois a cada dia reiteram-se as práticas que levam a sua violação.

Importa, contudo ressaltar que o direito clássico, positivado é de extrema importância, mas no que tange ao direito ambiental é imperioso o aprofundamento do estudo das causas de sua ineficiência, contrapondo a realidade fática e a responsabilidade das instituições ou órgãos estatais por sua aplicação.

Conjuntamente com os Direitos Humanos ainda se encontram nessa linha de maior proteção os princípios estruturantes do direito ambiental, que constituem o núcleo essencial do direito do ambiente, os quais são cuidadosamente examinados em cada caso selecionado no próximo capítulo, por conjugarem a construção de um Estado de Direito Ambiental, cooperando para a implementação da justiça ambiental. Nessa linha,

José Rubens Morato Leite (2011, p.159) assevera que dadas às exigências do Estado de justiça ambiental, não há como fugir de alicerçá-lo com base nos princípios de Direito Ambiental, indispensáveis à sua construção. Com o auxílio dos princípios estruturantes, procura-se revelar uma base comum e sistêmica à formação de uma justiça ambiental.

Por essas razões, tratar de questões atinentes ao direito ambiental, além da visão contetudística do Direito clássico, faz-se necessário elevar maiores objetivos, como a Justiça Ambiental. Essa concepção se trata de um parâmetro normativo cogente para uma devida implementação do direito positivo ambiental, de forma, a assegurar e resguardar que as leis ambientais possam ser concretizadas, senão sozinhas, com o auxílio e cooperação dos princípios estruturantes do direito ambiental.

Em acordo com a ideia, Fernanda de Salles Cavedon (2006, p.139) quando afirma que a característica da Justiça Ambiental é um tratamento equitativo no que se refere à distribuição de poder, riscos, custos e benefícios ambientais, atrelado à democratização dos processos decisórios.

Pode-se notar que esta noção sobre Justiça Ambiental é justa e fraterna, contudo na prática reiterada das decisões os contextos que se apresentam são de injustiça ambiental desproporcional por condições diversas levando os riscos e danos ambientais

A construção da Justiça Ambiental conglomerava para movimentos ambientalistas, inclusive a nível brasileiro, com a criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) em 2002, constituindo oportunidades de debates, discussões, potencializando novas estruturas ajustadas ao acesso dos processos decisórios, além de garantir a participação ativa (cidadania), o diálogo e os ajustes entre as partes, o que pode influenciar nas decisões ambientais.

A perspectiva científica aduz, com isso, a necessidade de novos parâmetros para suportar os desafios da questão ambiental e, principalmente, a realidade da crise ecológica, bem como o sistema jurídico ambiental. Nesse sentido, a justiça ambiental introduz-se como um componente adequado, no norte de evidenciar a vinculação existente entre a realidade e a legislação, bem como um parâmetro compreensivo indispensável para o desenvolvimento sustentável do direito ambiental.

Como se vê, a doutrina parte de um ângulo de teorias que oferece subsídios para pensar o que engendra a sociedade complexa e suas relações de forma interdisciplinar, como se tentasse desvelar os mistérios que se escondem por trás da humanidade. De suas análises, abstrai-se que ainda é possível tomar consciência, dialogar, educar nessa

transitoriedade rumo ao infinito do Planeta Terra, com concepções inovadoras, mas factíveis a todo ser humano.

O conjunto argumentativo exposto provoca quanto polarizado é a discussão em torno da complexidade sociológica e jurídica, do conhecimento da interação da sociedade e meio ambiente. A análise dos argumentos demanda, no entanto, que se dê um passo além em relação à abordagem complexa, que requer cooperação de diferentes competências, com uma linguagem comum, que ofereçam e permitam a maturação de projetos mais produtivos com pesquisas científicas em prol da complexidade e sua relação jurídica.

Pontuar neste capítulo a importância dos Direitos Humanos como instrumentos que estimulem e forneçam maior proteção ao meio ambiente sustentável e equilibrado, é realizar uma ligação entre o sistema jurídico e as outras áreas de conhecimento que precisam ser realocada transdisciplinarmente, visto a influencia por outros sistemas, à luz de que envolvem interpretação, e o objeto do Direito não se resume apenas a norma jurídica.

Assim, os mecanismos jurídicos e valorativos do Direito Ambiental, busca nos alicerces principiológicos um caráter estruturante no paradigma da complexidade. Isto não significa afirmar que estes estão em acordos para tudo e todo tempo, pois os princípios atingem sua relevância de forma sistêmica, dialogando com a jurisprudência.

Evidente que uma interpretação principiológica também pode acarretar dificuldade de implementação, principalmente no aspecto dos direitos ambientais, uma vez que permeia no cenário mundial e no ordenamento jurídico brasileiro questões e desafios transnacionais, como poder estatal, econômico, dominação hegemônica, território e soberania, admitindo crises e a necessidade de opções alternativas.

Nesse sentido, emerge a concepção de Justiça Ambiental que se atrela à ideia de Cidadania Planetária, quando resgata a conscientização, a compreensão, o diálogo que ainda não existe mutuamente na sociedade, mas que se almeja em prol da proteção ao meio ambiente equilibrado e sadio. Para melhor entendimento desses aspectos, passa-se a análise dos casos selecionados sistêmica e metodologicamente para cotejar a realidade contemporânea do século XXI e a atuação jurisdicional do STJ que se utiliza dos princípios na visão sistêmica, quando dialoga com alguns princípios e não os utiliza individualmente.

5. NOVOS POSICIONAMENTOS JURISDICIONAIS BRASILEIROS NO STJ QUANTO AO DIREITO AMBIENTAL: UM COTEJO ENTRE A REALIDADE E AS ATUAÇÕES JURISDICIONAIS DIFERENCIADAS

O Estado em sua evolução histórica política e social mostra-se um campo vasto para construção da codificação fortalecida pelo positivismo jurídico, onde a atividade jurisdicional aplica o direito segundo e unicamente os ditames implantados e delineados pelo Poder Legislativo.

A partir de uma nova construção, os direitos sociais, econômicos e culturais foram incorporados nos textos constitucionais, como maior garantia constitucional. O caráter protegido destes direitos está a demandar um tratamento jurisdicional diferenciado dos direitos civis e políticos, que ganham contorno individualista das ações constitucionais, concedendo espaço diante das exigências de regulamentação legislativa dos direitos constitucionalmente protegidos e, principalmente, perante o aspecto transindividual dos novos direitos fundamentais.

Nesse sentido, as questões ambientais tornaram-se um dos maiores desafios caracterizado do Poder Judiciário na sociedade contemporânea, uma vez que a proteção ao meio ambiente é inquestionável. Diante disso, ponto forte, é a arguição da legitimidade da intervenção jurisdicional frente à crescente judicialização destes litígios, além da aberta controvérsia que o assunto suscita.

Com isso, este capítulo apoia-se em posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça Brasileiro para demonstrar, o que considera a atuação jurisdicional diferenciada, que poderá fazer a diferença para implementação da proteção ao meio ambiente, almejando uma cidadania globalizada, quiça planetária. É neste contexto, que se apresenta uma concisa contextualização dos desafios Jurisdicionais diante do paradigma designado pelo poder estatal, para após analisar a questão jurisprudencial e os princípios que estruturam o Direito Ambiental, embora não elencando todos, mas aqueles de maior relevância para a pesquisa, e que dialogam com a jurisprudência.

5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DESAFIOS JURISDICIONAIS DIANTE DO PARADIGMA DESIGNADO PELO PODER ESTATAL

A leitura da contemporaneidade é marcada pelas intensas transformações sob suas perspectivas humanas como o ser, o pensar e o viver. Pautado na razão kantiana, na liberdade, na igualdade formal e na

ciência infalível, a relação Estado e Sociedade resultou em uma ampla desigualdade material, insegurança e incerteza quanto ao futuro.

Diante da sociedade e o poder estatal vigente, mesmo não sendo o desejo de todos, constata-se uma ameaça constante ao Planeta, decorrentes de vários fatores como o esgotamento dos recursos naturais não renováveis, da divisão equitativa dos bens ambientais, da conformação do crescimento exponencial da população, da pobreza, do surgimento das tecnologias excludentes mantidos pelo modelo capitalista, que são resultados da solidificação individualista, sem preocupação com as futuras gerações e seu desenvolvimento equitativo.

Como consequência desse modelo de consumo e produção, pode-se dizer que a sociedade atual é de risco, na qual a insegurança e a imprevisibilidade fortalecem a uma veracidade, as condutas humanas atuam diretamente na meio ambiente. O recorte proposto ganha nas palavras de Ulrich Beck (1998, p.25) a acepção sociológica de risco como a consequência do avanço da modernidade, pois a produção da riqueza vai acompanhada sistematicamente da produção de riscos. Pensar a organização social do Estado de Direito, baseado na produção e consumo, é um grande desafio, pois implica analisar um momento de transição de paradoxos, especialmente para atuação jurisdicional.

Nessa transição, Anthony Giddens (2002, p.19) denomina que, na alta sociedade, vão se revelar, de forma latente, os paradoxos e ambivalências produzidas pelo desenvolvimento posto em marcha na modernidade simples: a euforia da industrialização vai descortinando sua face oculta, mostrando que o progresso tecnocientífico também tem um preço a cobrar e que o mercado, além de ter mais poder do que se supôs, sempre repassará a conta para a população. O Estado vê sua área de atuação reduzida; as promessas de bem-estar e progresso da modernidade não são cumpridas e começa a questionar-se o poder da resposta estatal.

Destaca Anthony Giddens (2002, p.20-26), o dinamismo das instituições atuais provoca descontinuidades, pois tanto as mudanças são mais velozes; quanto se diferencia em amplitude e profundidade. Para o autor, três elementos explicam o caráter dinâmico da vida na modernidade tardia: o primeiro deles é a separação entre tempo e espaço, que divergem radicalmente das sociedades pré-modernas, onde tempo e espaço conectavam-se a partir de uma demarcação específica, de um lugar. Atualmente, há um processo de esvaziamento do tempo e do espaço, gerando o que o autor chama de mecanismos de desencaixe, considerados, por ele, como o segundo elemento caracterizador da vida moderna. Que por meio desses mecanismos de desencaixe, a exemplo

dos sistemas peritos (como a internet) é possível constatar o próprio desencaixe das instituições sociais, que escapam dos modelos tradicionais e do *modus operandi*, deslocando-se dos contextos locais para rearticularem-se em espaços globais. Por fim, o terceiro elemento é a reflexividade²² institucional, que se refere ao profundo processo de revisão das técnicas e ações, o que é feito à luz do novo conhecimento científico adquirido. A reflexividade atinge as ideias de certeza, cunhados pelo Iluminismo, introduzindo a dúvida e mostrando que todo o conhecimento está sempre sujeito à revisão.

Ulrich Beck (1998, p. 181-183), na mesma linha que Anthony Giddens, salienta o impacto que este período gera sobre as instituições, afirmando que, na segunda modernidade, entra em erosão o tecido institucional e administrativo do Estado. Ao lado dos Estados nacionais colocam-se vários atores, cuja atuação e poderio ultrapassam as fronteiras e sobrepõem-se ao comando estatal; levando-se ao questionamento (tanto interna, quanto externamente) do real papel desempenhado pelo Estado.

Com efeito, o Estado, que acreditava que a solução para os conflitos encontrava-se na ciência do Direito, caracterizada pela neutralidade e certeza, não tardou em perceber que a realidade estatal, na qual Direito e Estado constituem um só corpo (CHÂTELET e PISIER-KOUCHNER, 1983, p. 481), não cobria todos os aspectos desta nova sociedade, local e global – sociedade em rede – marcada pela interligação de informações e pelos fluxos intensos de comunicações e interações.

Das ideias fomentadas pelo autor, a alta modernidade, com seu ritmo e modos de vida característicos, também confronta as relações

²² Conceito defendido por Lash, a segunda fase da modernidade – a reflexiva – provoca uma individualização, libertando os indivíduos das estruturas de classe que até então se sobrepunham (como a família) e da crença incondicionada nas ciências. Esse processo permite uma reapropriação das narrativas de vida. Este autor divide a reflexividade, dessa forma: “Primeiro, há a reflexividade *estrutural*, em que a ação, libertada da estrutura social, reflete as ‘regras’ e os ‘recursos’ dessa estrutura; reflete-se nas condições sociais da existência. Segundo, há uma *auto-reflexividade* em que a ação reflete-se em si mesma. Na auto-reflexividade anterior, o controle heterônomo dos agentes é substituído pelo autocontrole. *Risk Society*, de Beck, e *As consequências da modernidade*, de Giddens, referem-se principalmente à reflexividade estrutural. Beck colocou em primeiro plano a reflexividade sobre as instituições da ciências, na estrutura da crítica ecológica, enquanto o foco de Giddens na reflexividade é mais geral e diz respeito às regras e aos recursos da sociedade (1999, p. 141).

sociais e se, de um lado, apresenta novas oportunidades, por outro, impõem novos desafios. Adicionado a este contexto, o desenvolvimento tecnológico em determinadas áreas imprime mudanças nos relacionamentos, a exemplo do que ocorre no meio ambiente frente as suas implicações.

Esse panorama deixa evidenciado mais uma vez a complexidade em torno da área ambiental, que sistematicamente dirige a vários questionamentos sobre o papel das instituições diante das novas formas de interação que ganham impulso neste início de século. Afinal, que sociedade é essa que as ideias de proteção ao meio ambiente ficam cada vez mais incorporadas no cotidiano, produzindo impactos nos segmentos econômicos, sociais e políticos, bem como modificando posicionamentos diferenciados por parte do poder jurisdicional?

Esse questionamento tem sido recursivo entre os teóricos que se desprendem sobre o momento atual. Para alguns, vive-se na sociedade em que se deve assegurar a cidadania e a dignidade da pessoa humana, com base nas mais diversas atividades, como afirma Cristiane Derani (2008. p.11).

Para outros, esta etapa, ainda que centrada na base do Estado com sua tutela positivada ter cedido espaço para outra, ainda mais vertiginosa, que coloca a proteção ao meio ambiente no centro de tudo. A isso se somam conceitos em largo uso, como sociedade dos riscos, princípios, cidadania planetária, entre outros, para servir de embasamento dos novos posicionamentos jurisdicionais diferenciados.

Embora muitos empreguem tais conceitos, o que se pretende é, a partir da apresentação da posição de alguns diferenciais, assentar as bases teóricas sobre as quais se erguerá a fase final desta pesquisa.

A provocação do tema é de relevante importância dentro do ordenamento jurídico brasileiro para observar-se qual o norte que a Jurisdição adotará nas próximas décadas, ou seja, o objetivo será verificar se a tutela jurisdicional poderá ser mais ativa, aproximando tanto as formalidades, quanto sua exegese do fim social, que deve ser alcançado pela aplicação do Direito efetivo, ou se manterá os dogmas que acabam por afastar a efetividade do Direito e suas consequências sociais, sem atender a ideia inserida de cidadania e participação social. Neste contexto, que se conjectura a importância da competência jurisdicional aplicando políticas públicas efetivas como instrumento do exercício da cidadania na proteção ao direito ambiental.

A Função Jurisdicional do Estado tem em seu histórico, desde a antiguidade, em que somente as contendas que envolviam a sociedade como um todo era submetido ao Estado. Os conflitos entre os indivíduos

resolviam-se pela própria sociedade. A fragilização das relações sociais entre os indivíduos fez com que estes não conseguissem mais solucionar seus conflitos pela arbitragem, alterando suas demandas ao poder do Estado. Conforme leciona Eugen Ehrlich (1986, p. 111), a administração estatal da justiça não é fenômeno jurídico, mas econômico, e constituiu-se em mais um serviço custeado e administrado pelos cofres públicos.

O direito não era tratado pelo Estado, mas pelo meio de manifestações de leis divinas, interpretadas por religiosidades diversificadas, dependendo de cada região ou cultura. Os meios de julgamento ou tribunais, como são conhecidos atualmente, emergiram da sociedade. O Estado apoderou-se da competência de julgar os conflitos, para proteção do próprio Estado e seus inimigos, apesar da sociedade manter alguns mecanismos de julgamento próprios, tais como a moral, a honra, o comportamento, a moda.

Existem teorias sobre jurisdição na doutrina que podem ser sintetizadas por Chiovenda, onde a jurisdição reside em aplicar a lei à conduta dos indivíduos, realizando o direito objetivo, ou Allorio que ensina o pensar de Calamandrei, Liebmann e Couture, defendendo que a jurisdição visa a criar a coisa julgada, ou seja, decretar a imutabilidade e a indiscutibilidade do fato, e Carnelutti afirma, ainda, que a jurisdição consiste na justa composição do litígio (SILVA, 1997, p.62-73).

Dentro dos papéis do Estado no processo de estatização da jurisdição, um deles foi a tomada de legitimidade as decisões, bem como autorizar o cumprimento forçado destas, quando imperioso. Nota-se esta afirmação nas palavras de Marcus Orione Correia (1998, p.79) “Ao buscar solução do conflito, delegou-se ao Estado a possibilidade, através de uma decisão com poder de comando, de fazer a sua vontade soberana substituir a vontade particular.”

Ainda com função relevante na estatização da prestação jurisdicional reside na busca da pacificação social, visto que, para esta ser viável, é preciso que haja, na sociedade, mecanismos efetivos de solução dos conflitos, conduzindo a um quadro de maior estabilidade social.

Pode-se afirmar que a atividade jurisdicional do Estado é um dever e um poder. Dever enquanto tarefa de oferecer aos sujeitos de direito a tutela, em qualquer situação de conflito. Poder, pois é mecanismo que dispõe o Estado para controlar estes sujeitos dentro da sociedade, inclusive legitimado para o uso da força física, cujo monopólio, pelo “contrato social”, foi entregue ao Estado Soberano. A atividade jurisdicional do Estado surgiu, pois, para regular as relações entre os indivíduos que compõem a organização social, tutelando os

direitos que cada um destes já não mais pode individualmente defender ou autotutelar.

Contudo, na contemporaneidade, os desafios da atuação jurisdicional se mostram um universo de probabilidades que admite compatibilizar suas decisões com os textos constitucionais, mesmo que se encontrem inseridos no paradigma do Estado Democrático de Direito, uma vez que se conecta com vários recursos hermenêuticos, e até mesmo epistemológicos atuando de forma mais aberta, para adequar uma tutela jurisdicional efetiva ao promover as questões sociais, e, por conseguinte, proporcionar a cidadania tão almejada, inclusive por se encontrar num contexto complexo, o que requer cooperação de competências e linguagem comum.

É a partir dessas constatações e premissas que se passa uma análise do papel jurisdicional no modelo Estado Gerente até o Estado Democrático de Direito.

5.1.1 Papel jurisdicional do modelo estado gerente ao estado social; a transição ao bem estar social

A abrangência da atividade jurisdicional, precisa de uma pré-compreensão, mesmo que de forma breve, da trajetória do Estado Moderno, bem como do conceito político de Estado, introduzido nos séculos XVII e XVIII, manifestado pela ideia de estado de natureza²³ por Thomas Hobbes, que o contrato social almejará superar.

Na obra *o Leviatã*, Thomas Hobbes considera essa relação de quase-identidade entre política e soberano, e seus métodos para a manutenção do Estado. No meio de um período que aparece em desordem e conflito, apresenta sua teoria como adequada para estabelecer a ordem ao caos social por meio da instituição de um tipo de organização pública duradoura, explicitando que é mais conveniente se direcionar ao soberano, detentor de força e técnicas, que ao povo, demasiadamente movido pelas paixões e por cálculos mal feitos.

²³ A ideia de Thomas Hobbes centra-se na razão, a qual se torna elemento central para a teoria política. Seu objetivo foi conferir à monarquia uma legitimidade estritamente racional. Diferente do que se denominava de poder em Maquiavel passa a ser considerado como poder legítimo em Hobbes. A preocupação com a questão do direito é ponto marcante no *Leviatã* e será um dos elementos constituintes da teoria política moderna, conferindo-lhe especificidade.

Com o intuito de ser o fundador da “ciência política”, indaga-se sobre o papel dessa ciência e argumenta em contrapartida a conservação do Estado, conduzindo para sua obra a missão de gerações futuras:

Adiar o fim do Estado depende, antes de tudo, do soberano; só ele pode conferir utilidade à obra: [“Quando atento ao fato de que”] nem Platão nem qualquer outro filósofo até agora ordenou e provou com suficiência ou probabilidade todos os teoremas da doutrina moral, que os homens podem aprender a partir daí não só a governar como a obedecer, fico novamente com alguma esperança de que essa minha obra venha um dia a cair nas mãos de um soberano que (...) pelo exercício da plena soberania, protegendo o ensino público dessa obra, transformará essa verdade especulativa na utilidade da prática. (1999; p.271.)

Da passagem, depreende-se um rompante à tradição religiosa, porém seu pensamento social do indivíduo assegura as relações humanas, as relações de justiça, através do consenso, do pacto social, para sua autopreservação.

Diante desse pacto, estabeleceu as leis da natureza “(1999, p.112), a qual ordenava primeiramente “que todo homem deve esforçar-se pela paz, na medida em que tenha esperança de consegui-la, e caso não a consiga pode procurar e usar todas as ajudas e vantagens da guerra”“.

A segunda parte dessa lei relaciona-se com o direito de natureza: “*por todos os meios que pudermos, defendermo-nos a nós mesmos*”, pois o *jus naturale* fundamental é a vida. Derivada da segunda, desdobra-se a “*regra de ouro*” (ou lei de todos os homens) de Hobbes (1999, p.113) “*Quod tibi fieri non vis, alteri ne feceris*”: Não faças aos outros, o que não queres que façam para ti. Na segunda lei existe uma transferência mútua de direitos e o homem deve contentar-se com a máxima liberdade possível, que não é absoluta, todavia ganha um bem em troca, a tranquilidade estabelecida pela paz contratual. A terceira lei descreve que uma vez celebrado o pacto não se pode mais voltar atrás, caso contrário ele seria feito em vão.

Para corroborar tal concepção, Norberto Bobbio (1991, p.134) credita ao autor a construção de um sistema político dedutivo, com seu postulado ético originário e as prescrições secundárias, o qual se apropriou do *jusnaturalismo* para fundamentar o positivismo.

Com tais considerações, nota-se efetivamente a grande contribuição hobbesiana em razão do contratualismo, premissa que se adaptará o constitucionalismo subsequente, embasamento dos sistemas positivos constitucionais.

Não menos relevante, John Locke não parte da mesma premissa, mas com a diferença entre estado de natureza e estado de guerra, onde o estado de natureza pode gerar uma insegurança, e os homens devem reunir-se numa obrigação par com a sociedade e seus fins:

A única maneira pela qual uma pessoa renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela. Qualquer número de homens pode fazê-lo, porque não prejudica a liberdade dos demais; ficam como estavam na liberdade do estado de natureza. Quando qualquer número de homens consentiu desse modo em constituir uma comunidade ou governo, ficam de fato, a ela incorporados e formam um corpo político no qual a maioria tem o direito de agir e resolver por todos. (1998, p.468)

Percebe-se, comparando, que a liberdade, a igualdade, a vida e todos os bens comuns dispostos na natureza são direitos naturais, intrínsecos ao homem, sua propriedade em sentido amplo, porquanto todos os homens deles dispõem igualmente. A ação de John Locke aos excessos da monarquia acabou promovendo a divisão dos poderes legislativo, executivo e judiciário, e contribuindo de forma latente ao constitucionalismo.

Montesquieu e Jean Jacques Rousseau também tiveram sua contribuição a partir do Contrato Social como já descrito em capítulo anterior, baseado no estado de natureza. Logo, a sociedade justificava a autoridade política do governo civil, com lealdade à figura estatal.

Em verdadeira crítica, a resposta ao Estado absolutista apresentada, foi o surgimento de um novo Estado constitucional. A referida afirmação, no entanto, não demonstra o rompimento com o novo modelo de organização social baseada na presença do Estado, mas

caminhar um pouco além, primeiro, conservar a segurança conquistada no absolutismo, e segundo, resguardar o indivíduo da natureza do poder político concentrado. A Constituição para o Estado significou a limitação do poder político, pois seu objetivo maior foi a separação dos poderes como forma de precaver o arbítrio pela delimitação constitucional de competências e atribuições.

Assim, por todo o século XIX, permeou o liberalismo, prolongando-se até a Primeira Guerra Mundial, e neste longo período revelou-se importante para a estabilização do modelo judicial moderno dentro de um conjunto onde, em razão da teoria da separação dos poderes, o Poder Legislativo adquire o papel de protagonista em relação aos demais, circunstância que neutraliza o Poder Judiciário do ponto de vista político (SANTOS et al, 2016).

Nessa conjuntura, a neutralização política do Poder Judiciário procede da rigorosa observância do princípio da legalidade, evitando que os tribunais deliberem em descompasso com o ordenamento jurídico posto. Desta forma, segundo Boaventura de Sousa Santos (2016) no âmbito do liberalismo, os tribunais atuaram dentro de um quadro jurídico-político pré-constituído, apenas lhes competindo garantir concretamente a sua vigência. Assim, o poder dos tribunais possui a característica da retroatividade, ou seja, atuam no sentido de reconstituir uma realidade normativa plenamente constituída.

O estado liberal foi palco nítido de subordinação, como descreve Tercio Sampaio Ferraz Junior:

Nesses quadros, a neutralização do Poder Judiciário transforma o sentido da aplicação do Direito. Antes se encarava o Direito como uma expectativa ética de padrão de comportamento, predeterminado por valores-fins, donde o juízo como um ato da razão e a jurisdição como uma atividade decorrente da virtude da justiça: agora, o Direito é visto como um programa funcional, hipotético e condicional donde certa automaticidade do julgamento, que se libera de complicados controles de finalidades de longo prazo e se reduz a controles diretos, caso a caso [...]. Só assim é possível lidar-se, no Judiciário do Estado de Direito burguês, com altos graus de insegurança concreta de uma forma suportável: a segurança abstrata, como valor jurídico, isto é, como certeza e isonomia é diferida no tempo pela

tipificação abstrata dos conteúdos normativos (generalidade da lei) e pela universalização dos destinatários (igualdade de todos perante a lei), aparecendo como condição ideologicamente suficiente para a superação das decepções concretas que as decisões judiciais trazem para as partes. (1994, p. 16)

Cumprе ressaltar, contudo, que o aspecto da atuação Jurisdicional passou por densas modificações com o surgimento do welfare State, após a Segunda Guerra Mundial, em que surge nos países centrais uma nova forma de Estado, o social.

Diante das exigências da coletividade não atendidas pelos séculos XVIII e XIX, o constitucionalismo do século XX acrescenta aos textos constitucionais as questões sociais, com a clara finalidade de proteger os direitos sociais, e nessa perspectiva passa a exigir do Estado uma maior interferência em relação à sociedade. Neste novo modelo há uma supremacia do Poder Executivo, passa a se utilizar de novos instrumentos jurídicos que se deparam em confronto com o âmbito judicial clássico, ocasionando uma mudança na adequação da teoria da separação dos poderes. Conforme Boaventura de Sousa Santos (2016), há sobrejuridificação da realidade social, que põe fim à coerência e à unidade do sistema jurídico. Surge um caos normativo, o qual torna problemática a vigência do princípio da legalidade e impossível a aplicação da subsunção lógica.

A fundamental distinção entre o modelo de Estado social e o modelo de Estado liberal é o forte elemento promocional do bem-estar existente no primeiro, com pressuposto marcante de uma disposição repressiva. Segundo Manuel Garcia-Pelayo (2009,p.09), uma das principais propriedades do Estado Liberal é a oposição entre Estado e sociedade, idealizados como sistemas de autonomia própria, ensejo pela qual tal realidade produzia uma inibição do Estado em relação aos problemas econômicos.

Se o modelo de Estado de direito dominante no século XIX, obedecia a uma concepção de Estado liberal, por se encontrar uma sociedade que principiava a se tornar industrializada e desprendida de hierarquias e tradições, por sua vez o modelo do Estado social de direito, consagrado no século XX, em razão das desigualdades oriundas do desenvolvimento da sociedade industrial, vai passar a ter como referência uma configuração de Estado de bem-estar social para deliberar os conflitos de classe. Entretanto, os dois modelos detêm como

pilares a ideia de um Estado-nação soberano, independente, regulador e capitalista.

O welfare State teve como predicado o intervencionismo, dessa maneira o Estado passa a atuar na consecução dos direitos positivos. Com a previsão dos direitos sociais, o Estado avoca a responsabilidade de conduzir os conflitos. Nesse sentido, Tercio Sampaio Ferraz Junior aponta o problema oriundo:

O Estado social trouxe o problema da liberdade positiva, participativa, que não é um princípio a ser defendido, mas a ser realizado. Com a liberdade positiva, o direito à igualdade se transforma num direito a tornar-se igual nas condições de acesso à plena cidadania. Correspondentemente, os Poderes Executivo e Legislativo sofrem uma enorme expansão, pois deles se cobra a realização da cidadania social e não apenas a sustentação do seu contorno jurídico-formal. (1994, p. 18)

Por corresponder à expansão dos poderes, a realização de uma cidadania requer a sustentação jurídica e formal. Assim, os direitos sociais, que se distinguem como produtos característicos do welfare State, não são apenas normativistas, na visão formal, todavia incluem um sentido promocional prospectivo, assentando-se como reivindicação de implementação. A função Jurisdicional, conseqüentemente, se altera, pois além de julgar legalmente, terá que examinar concretamente.

Diante da passagem estatal do aspecto liberal a social, o Estado para reparar as condições de vida exigidas pelas classes trabalhadoras, promoveu o assistencialismo. Nesse cenário, Karl Marx e Friederich Engels com sua crítica ao Estado liberal-burguês, representando o movimento socialista, impulsionam a complexização e sofisticação das políticas de mercado, construindo o marxismo sobre a crise instaurada que separa trabalho e capital. A partir dessa complexidade social, se leva ao Estado a necessidade de decisões jurídicas distinta, ou seja, evidenciando sua positividade. Desse modo, a função jurisdicional incide na obrigação de atender as multiplicações dos direitos sociais. Veja-se que se o Estado social agora tem o dever de garantir, a atuação jurisdicional passa a ser possibilidade para tanto.

Pode-se constatar que o Estado social de direito adquire uma função redistribuidora de bens, protegido na lógica da necessidade. De tal maneira, adota, em planos variáveis, uma forma de Estado de bem-

estar ou Estado providência. E como resume Manuel Garcia-Pelayo (2009, p.26), enquanto o Estado tradicional sustenta-se na justiça comutativa, o Estado social sustenta-se na justiça distributiva.

Presentemente, o período é marcado pela crise do Estado social, ocasião que apresenta oportunidade de uma nova abordagem a respeito da função Jurisdicional no âmbito da sociedade pós-moderna, para tal se impulsiona a análise do Estado Democrático de Direito e atuação jurisdicional diferenciada.

5.1.2 Estado democrático de direito e atuação jurisdicional diferenciada

Ao se mencionar sobre uma crise do Estado social de direito, este enfoque pode conter distintos significados, pois se pode pensar na crise do Estado nacional ou do Estado de bem-estar, produzindo causa à ineficácia do Estado social, ou a crise do Estado social de direito como modelo teórico para a compreensão do direito constitucional.

A base do Estado de bem-estar centralizada na produção em massa e a organização do capital e do trabalho assalariado, além do crescimento contínuo, conectam-se aos fins do Estado e em tese aparenta algo positivo. Ao final do século XX, esta concepção de crescimento positivo se transformou em razão de movimentos difusos, mas ligados com crescente preocupação da sociedade com os riscos tecnológicos.

Na perspectiva da sociedade contemporânea, a produção e crescimento vêm seguidos de riscos. Ulrich Beck (1998, p.19) argumenta se por um lado as necessidades materiais podem ser reduzidas através do desenvolvimento da produtividade tecnológica, esse mesmo desenvolvimento é capaz de liberar perigos e ameaças numa extensão nunca vista.

A questão socioambiental é uma das dificuldades que puseram o modelo do Estado social em dúvida, pois diante das dificuldades de efetividade de políticas aplicadas, implicam uma alteração na compreensão do conceito de segurança no Estado de direito, por encontrar-se este ligado ao risco. Para Ulrich Beck (1998, p.49), segurança é o contraprojeto normativo da sociedade de risco.

Diante dos riscos, o Estado de direito se defronta com outro desafio, garantir aos cidadãos segurança contra os perigos produzidos na sociedade pós-industrial. Além de suas funções, o Estado necessita suportar as implicações dos perigos gerados pela era globalizada e

tecnológica, e para tanto pauta-se na segurança jurídica do estado liberal clássica.

Ponto crucial para o Estado de direito, é a chamada regulação de risco, diante da necessidade, além de se preocupar com a regulação das relações civis, econômicas e políticas, revelando pelo meio de textos constitucionais, programas legislativos e administrativos, a proteção da saúde, do meio ambiente, do consumidor, das pessoas em situação de vulnerabilidade.

O Estado de direito contemporâneo procura, assim, explicar a complexidade social por meio da significação de risco. Sua justificação finalística sobrevém da justa distribuição da responsabilidade, dos custos bem como dos riscos na sociedade e do controle de riscos não benquistos pela sociedade. O Estado de risco se apresenta concomitantemente como Estado de justiça distributiva e de justiça retributiva.

Outra abordagem importante é a do risco, suscitada pelo Supremo Tribunal Federal - STF a propósito de vários assuntos²⁴ como a aposentadoria dos servidores públicos, a regulação do amianto e dos organismos geneticamente modificados, a pesquisa com células-tronco e até mesmo na responsabilidade criminal. Essa exemplificação não tem a intenção de demonstrar que o Estado desampare os direitos de liberdade ou sociais, contudo explicitar veementemente a necessidade de garantia aos cidadãos direitos ligados às liberdades de locomoção, de expressão, de imprensa e de trabalho, bem como os direitos necessários a uma existência condizente com a dignidade humana, dentre outros a alimentação, a educação, a moradia, a saúde, o trabalho e o meio ambiente.

Ao conectar tais ideias, essas não compõem estritamente o mesmo fenômeno, contudo se encontram conectadas entre os sistemas, com reflexos mútuos. A sociedade entrou em uma era complexa, e o Estado de direito trabalha com essa complexidade transversalmente a noção de risco pelo fato da globalização e tecnologias. Portanto, são várias as situações na vida das pessoas em sociedade que levam à

²⁴ A título indicativo das abordagens pelo STF, ADIn nº 3105/DF. Tribunal Pleno. Relator (a): Min. ELLEN GRACIE. Relator (a) p/ Acórdão: Min. CEZAR PELUSO. DJ 18.02.2005, p. 004. ADIn nº 2396/MS. Tribunal Pleno. Relator (a): Min. ELLEN GRACIE. DJ 01.08.2003, p. 0100, dentre outros. STF, ADIn-MC nº 3035/PR. Tribunal Pleno. Relator (a): Min. GILMAR MENDES. DJ 12.03.2004, p. 0036. ADIn nº 3510/DF. Tribunal Pleno. Relator (a): Min. CARLOS BRITTO.

necessidade do serviço jurisdicional, visto este como instrumento de aplicação da lei. Qualquer que seja a vontade, a prestação jurisdicional deve ser vista como um instrumento de acesso à ordem jurídica, eficaz, justa e apta a realizar as finalidades ou escopos desta prestação estatal. Os textos normativos e as decisões judiciais frequentemente abreviam aos atores do direito a percepção das transformações sociais.

A complexidade das relações de sujeitos na contemporaneidade, dentro de um Estado Democrático de Direito, aliada a outros fatores sociais e econômicos, gera aumento significativo na busca da prestação da tutela jurisdicional. Por outro lado, estas demandas reprimidas pela carência de atendimento trouxeram novos instrumentos de prestação jurisdicional. Demandas que anteriormente ficavam excluídas da apreciação em face de dificuldades econômicas, estimularam a busca de novas formas de aplicação de políticas públicas, encontradas como a mediação, a conciliação ou a arbitragem, já de longa data aplicada em relações internacionais.

Na composição de conflito, a aplicabilidade de meios que sejam capazes de garantir a harmonia social, desde que respeitada sempre a efetiva liberdade e autonomia do indivíduo em relação aos seus direitos fundamentais, caberá ao Estado o papel de regulamentar e fiscalizar, não pelo seu conteúdo, mas pela sua forma, enquanto regras a serem observadas pelas partes litigantes e que garantam efetiva igualdade de condições de participação social e cidadania.

Ao assumir a função jurisdicional e o poder de fazer valer suas decisões, o Estado também assumiu o dever de prestá-la, sendo, pois, correto falar que a jurisdição é um poder-dever do Estado, residindo no perfeito funcionamento deste requisito básico para garantir a democracia e a paz social.

A proposta de um Estado Democrático de Direito está inserida na ideia Constitucional, que se torna real quando a cidadania puder ser exercida em toda sua plenitude. As proteções das demais garantias constitucionais somente se tornam concretas mediante a existência de uma jurisdição capaz de combater o abuso, o arbítrio e a injustiça. Por conseguinte, a qualidade desta prestação jurisdicional é fator determinante para que ele, o processo judicial, exerça seu papel de instrumento de cidadania.

Nesse contexto jurídico-jurisdicional, a carência de mecanismos que tornem o processo judicial mais eficiente fica evidente. É necessário que o Estado Democrático de Direito integre da letra fria da lei para o cotidiano e realidade de nossa sociedade, garantindo ao cidadão, um processo compatível com as necessidades do nosso ordenamento, bem

como o acesso a um Poder Judiciário menos burocrático, mais ágil e socialmente comprometido com os efeitos de suas decisões, dessa forma a proteção justa para os direitos de exercer plenamente a nossa cidadania.

Para tal, embora tenha um caráter procedimentalista, encontra-se a concepção comunicativa que decorre da análise de Jünge Habermas, tendo em vista a linguagem e a razão. Portanto, o agir comunicativo que busca a cooperação entre os falantes, tende a uma relação reflexiva com o mundo, sendo que a pretensão de validade deve ser reconhecida intersubjetivamente.

Nesse aspecto, o falante depende da cooperação dos outros e tal ocorrência, ou entendimento, poderá ser aplicada de forma a garantir uma alternativa à crise jurisdicional e, mais especificamente, quanto a sua efetividade, através do entendimento e da facilidade em dirimir os conflitos das partes.

Assim, a comunicação pressupõe o acordo sobre pretensões de validade expostas durante os atos de fala. Para Jürgen Habermas (2003, pg.153), ser bom é importante e significa ter bons motivos, mostrar solicitude com os demais. Também significa preservar os relacionamentos mútuos, manter a confiança, a lealdade, o respeito e a gratidão. Para ele, as razões para fazer o que é direito são: ter necessidade de ser bons a seus próprios olhos e aos olhos dos outros, importar-se com os outros e porque, se a gente se pusesse no lugar do outro, a gente iria querer um bom comportamento de si próprio.

Os pressupostos pragmáticos da discussão mostram que ambos os requisitos podem ser satisfeitos simultaneamente. A discussão faculta, com efeito, duas condições²⁵: a primeira, que cada participante individual seja livre, no sentido de ser dotado da autoridade epistêmica da primeira pessoa para dizer “sim” ou “não”; a segunda, que essa autoridade epistêmica seja exercida de acordo com a busca de um acordo racional e que, portanto, só sejam escolhidas soluções que sejam

²⁵ Não se pode isolar a primeira condição, a da liberdade comunicativa, da segunda, tampouco se pode atribuir a ela uma prioridade sobre a segunda, que é a da busca de um consenso. Esta última condição reflete o sublime vínculo social: uma vez que encetamos uma práxis argumentativa, deixamo-nos enredar, por assim dizer, num vínculo social que se preserva entre os participantes, mesmo quando eles dividem-se na competição da busca do melhor argumento. (Para uma caracterização do paradigma mentalista, cf, J. Habermas, *Verite et justification*, pp. 127-9).

racionalmente aceitáveis para todos os envolvidos e afetados pelas decisões.

É esta a ideia que se espera esteja embutida dentro do processo de alcance da jurisdição participativa, como direito concreto da cidadania, uma vez concretizada através da cooperação e entendimento argumentativo de todos os sujeitos envolvidos.

Assim, busca-se uma amarração de construção de tramas que entrelaçam as ideias da teoria do agir comunicativo de Jünge Habermas, em uma perspectiva atualíssima, com os pressupostos deste estudo, quando trata da análise e discussão sobre a importância da cidadania para uma era planetária e a participação jurisdicional, na busca de critérios de aplicação de políticas públicas inseridas na ideia da formação de projetos com possibilidades de interação entre sistema e sociedade, na defesa e na proteção do meio ambiente frente aos riscos postos.

A conscientização de tais questões não surge naturalmente na sociedade egoísta, individualista e contratualista que vivemos. Daí a importância da Cidadania como um Direito Fundamental, está intrinsecamente ligada à condição de meio indispensável para efetivação do pleno desenvolvimento do indivíduo e sua concretude no meio ambiente saudável.

Parte-se, exatamente, do exame dos principais precedentes no ordenamento jurídico brasileiro para, com esteio na doutrina exposta, arrojar-se em estudos teóricos sobre os novos posicionamentos jurisdicionais de políticas públicas, buscando reconhecer, na atuação jurisdicional, a necessidade de uma interpretação comprometida com a implementação e/ou efetividade dos direitos que dependem de uma atividade promocional do Estado. O propósito é arrojado, diante do cenário que se vislumbra, mas a preocupação será participar do acesso crítico, motivacional e reflexivo, estimulando outros a dedicarem-se à temática, comprometida com a aplicação imediata dos direitos sociais, em especial o meio ambiente e seu reconhecimento como um dos valores supremos erigidos a nível magno.

5.2 POSICIONAMENTOS DO STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - RELACIONADOS À PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE COM BASE NOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Com o desígnio de evidenciar a proteção ao meio ambiente por meio dos princípios, foram qualitativamente selecionados sete grandes casos, englobando uma série de decisões. Para acesso aos julgados, foi

usado o sítio virtual de pesquisa jurisprudencial disponível no endereço eletrônico do STJ, mais especificamente a Revista Eletrônica do STJ – Superior Tribunal de Justiça, no. 237,238 e 239, por elencarem as principais decisões ambientais da Primeira Seção. A seleção dos casos deu-se em razão da importância que as temáticas proporcionam para o conjunto ecológico brasileiro, atinente a visão sistêmica do alcance à cidadania por meio do diálogo dos princípios. Não se trata de um estudo de caso relativo a tais questões, mas paradigmáticos.

Portanto, não incluirá um critério estatístico de amostragem, mas uma escolha subjetiva porquanto independe de estatísticas, e objetiva já que premiará a temática da Cidadania e Meio Ambiente. Porém, se pode dizer que a análise das decisões foi realizada de forma qualitativa quando se analisa com maior evidência algumas decisões consideradas de maior autoridade, seja pelos argumentos utilizados, seja por seu pioneirismo no trato da questão, que consagram uma nova fundamentação ou que transformam um posicionamento já solidificado ou, ainda, que apresentem argumentos construídos com base em uma interpretação bem fundamentada. A fim de demonstrar a evolução ou não de posicionamentos, as decisões foram analisadas cronologicamente entre 2000 a 2012 de acordo com os princípios elencados na pesquisa, e o perfil dos julgadores que se mostram inovadores diante do ordenamento jurídico brasileiro, motivados por vários fatores determinantes como a nova posição a partir de uma dimensão local, utilizando-se de princípios quando abrange uma visão sistêmica, dialogando entre estes e não os usando individualmente, o que impulsiona a pesquisa.

5.2.1 Análise das decisões relativas à proteção ao meio ambiente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ

Inicialmente, vale mencionar que já se conhecem decisões de tutela do meio ambiente com atendimento do princípio do desenvolvimento sustentável, por exemplo, bastante recente no Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, inclusive, sobre a responsabilidade de empresas em recuperar danos ambientais decorrentes de atividades praticadas no passado (cerca de vinte anos atrás, na década de oitenta), cujos efeitos nocivos ainda se manifestam e prejudicam as pessoas no presente, porém o destaque será as decisões do STJ Superior Tribunal de Justiça.

Conforme pesquisa realizada por Andrey De Bortoli (2015), a decisão jurisprudencial confere interpretação ampla ao termo meio

ambiente, ao qual se refere ao inciso VI do artigo 170, explica a ponderação de princípios quando houver antinomia imprópria de princípios e valores envolvendo direitos fundamentais, economia e meio ambiente, e observa a questão da subordinação da atividade econômica à defesa do meio ambiente e ao princípio do desenvolvimento sustentável, fazendo, ainda, a ressalva de que não se pode, nesse caso, esvaziar o conteúdo essencial do direito, a preservação do meio ambiente.

O princípio do desenvolvimento sustentável foi confirmado como constitucional pelo Supremo Tribunal Federal: a questão do desenvolvimento sustentável nacional (CF, art. 3º, II) e a necessidade de preservação da integridade do meio ambiente (CF, art. 225); o princípio do desenvolvimento sustentável como fator de obtenção do justo equilíbrio entre as exigências da economia e as da ecologia.

Foi ainda reafirmada pela decisão do Supremo Tribunal Federal a corresponsabilidade das empresas em inclusão ao desenvolvimento sustentável, que se exprime na necessidade de compatibilizarem o desenvolvimento econômico e financeiro com a gestão ambiental através da avaliação dos impactos ambientais do processo de produção, pois o desenvolvimento empresarial deve ser compreendido em relação à sociedade e ao meio ambiente, uma vez que a atividade desenvolve-se para atender as necessidades dessa sociedade e depende dos recursos retirados da natureza, e, portanto, a sobrevivência das empresas exige um equilíbrio desses fatores.

Contudo, mesmo admitindo a responsabilidade solidária da União²⁶ com as empresas mineradoras pela reparação do dano ambiental, ponderou-se que as empresas - responsáveis diretas por este - e que deveriam arcar integralmente com os custos da recuperação ambiental, por uma “questão de justiça”, já que elas é que se beneficiaram direta e imediatamente do evento danoso. As soluções para os passivos ambientais, que se vivencia, algumas vezes mostram-se frágeis e sem resultados concretos, por não gerarem eficácia Ambiental.

Vale mencionar que (in)felizmente o resultado de uma decisão depende da atuação jurisdicional, e esta a composição de qualquer jurisdição é constituída por uma pessoa, um ser humano, que pode ter em sua conduta profissional um olhar direcionado ao correto, ao melhor, como também ser falível, ou pior, em algumas situações. Apenas como

²⁶ Já existe mais de uma decisão admitindo a responsabilidade do Estado pela reparação de danos ambientais em caso de omissão, no sentido de que ele torna-se civilmente responsável em razão de ter negligenciado o policiamento de atividades poluentes: AgRg no Ag 822.764/MG, REsp 604.725/PR.

exemplo positivo do Ministro Carlos Ayres Britto quando nas suas atribuições defendia o constitucionalismo fraternal²⁷ em suas argumentações alavancando a ideia, ao aposentar-se o uso foi demasiadamente menor em sua turma.

Falar na atuação jurisdicional, ou seja, na pessoa do julgador, é relativamente delicado, pois faz reverência à interpretação do Direito aos casos concretos os quais incidem pela subjetividade do julgador. Não se pode visualizar o julgador como simples aplicador da lei, apenas para conferir a norma e sanar um conflito, todavia, sim, uma pessoa comum, que carrega consigo conceitos, emoções, experiências e concepções que podem refletir diretamente em suas decisões, mesmo existindo a imparcialidade judicial. Nesse aspecto, cada ser difere a propósito de todas as situações, o que pode afetar a interpretação do caso concreto, levando a subjetividade nas questões sociais e justiça. Por óbvio, não se retira o valor daqueles que usam e podem continuar usando o novo, onde todos querem alcançar o bem estar social.

Nessa perspectiva, encontram-se alguns julgadores no STJ que atuam de forma diferenciada, com um novo olhar para as questões sociais, em especial à ambiental. É notório que este protagonismo de forma positiva, direcionado na proteção e implementação da proteção ambiental desta Corte é relativizado, mas mesmo assim pode ser visto como elemento formador e inovador dentro da visão holística e complexa do sistema.

Nesta complexidade, os novos posicionamentos jurisdicionais do Poder Público envolvido, que dada à densidade de seu trabalho, elevam a expressividade em suas jurisprudências, originando precedentes ambientais no âmbito de sua competência, tanto no Direito Privado como no Direito Penal, respectivamente. Nessa linha, o STJ contribui com a coletânea de julgados dotados de articulação teórica original, o que segundo o Ministro Antônio Herman Benjamin (2015) põe o STJ na linha de frente da jurisprudência ambiental mais progressista, técnica e numerosa do mundo. Não apenas mera constatação numérica, contudo, tal resultado reflete a grande sensibilidade social e o amplo saber jurídico dos julgadores.

²⁷ O Min. Carlos Ayres Britto considerava em 2013 que a evolução histórica do Constitucionalismo, poderia ser facilmente tida como liberal, inicialmente, e depois social. E atualmente à etapa fraternal da sua existência. Desde que se entenda por Constitucionalismo Fraternal esta fase em que as Constituições incorporam às franquias liberais e sociais de cada povo soberano a dimensão da Fraternidade (2003. p, 216-217).

A partir dessa elaboração jurisprudencial de qualidade, pode se constatar que o STJ contemporaneamente é um dos mais influentes padrões do Direito Ambiental brasileiro, onde a atuação jurisdicional deu-se positivamente e que pode e deveria servir de paradigmas para outros conflitos, como se passa a analisar os casos selecionados cotejando com a doutrina principiológica posta.

O Recurso Especial n. 1.426.602/PR²⁸, ao dialogar com os princípios da prevenção e precaução basilar questões importantes, especialmente a respeito do controle jurisdicional da sustentabilidade das desapropriações por utilidade pública expressa por meio do Decreto n° 153/2010, interposta pelo Município de Ibiporã face à CESBE S/A Engenharia e Empreendimentos, proprietária do imóvel, visando a ampliação de distrito industrial, na forma do art. 5º, al. “i” do Decreto-Lei n. 3.365/41. O Juiz singular deferiu o pedido de imissão provisória

²⁸ ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. AMPLIAÇÃO DE DISTRITO INDUSTRIAL. ART. 5º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941. PROJETO. INEXISTÊNCIA. 1. No caso *sub oculi*, apesar de o Tribunal *a quo* afirmar, em determinado trecho do acórdão recorrido que a desapropriação em comento ainda “se encontra na primeira fase de declaração de utilidade pública do bem.”, em outro ponto do aresto afirma expressamente que “O município já efetuou o depósito do valor obtido após a avaliação efetuada por Avaliador Judicial da comarca (fls. 52-53), e foi deferido o pedido de imissão provisória na posse do bem (fl. 54).” (fl. 191, e-STJ).

2. Destarte, a desapropriação objeto do presente recurso não está apenas na fase inicial do processo, com a exteriorização da vontade do ente expropriante por meio do respectivo decreto expropriatório; no caso vertente, já houve a avaliação do imóvel e foi deferida a imissão provisória na posse.

3. A desapropriação por utilidade pública para fins de construção ou ampliação de distrito industrial deve ser precedida de prévia aprovação do respectivo projeto, nos termos do § 2º do art. 5º do Decreto-Lei n. 3.365/1941, o qual deve delimitar a infraestrutura urbanística necessária, contemplando a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), indispensáveis à criação da unidade industrial.

4. Destarte, não havendo prévio projeto, nulos são os atos subsequentes ao decreto expropriatório, como no caso vertente.

Recurso especial provido. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça “A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a).” Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2014 (data do julgamento). Ministro Humberto Martins, Relator

na posse, depois do depósito do valor correspondente à avaliação prévia. O expropriado, entretanto, intercalou, perante o Tribunal de Justiça do Paraná, agravo de instrumento, o qual restou desprovido ao fundamento de que o depósito e a imissão provisória na posse seriam medidas de caráter provisório e, por isso, a desapropriação ainda não fora efetivada. O STJ reformou o acórdão do Tribunal local²⁹, no sentido do seu entendimento, ser imprescindível a prévia aprovação do respectivo projeto de implantação como condicionante para a efetivação da desapropriação para fins de criação ou ampliação de distritos industriais, *ex vi* do art. 5º, § 2º do Decreto-Lei n. 3.365/41 considerando ainda: “delimitar a infraestrutura urbanística necessária, contemplando a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), conforme determina o art. 2º, inc. XII da Resolução n. 01/86 do CONAM, indispensáveis à criação da unidade industrial”.

Neste sentido, sob o olhar da sustentabilidade, o posicionamento do STJ, ao afirmar a invalidade do processo expropriatório na ausência de projeto de implantação de distrito industrial que observe a realização do EIA/RIMA, importou na consolidação de um desenvolvido controle jurisdicional da desapropriação, mostrando-se este precedente a maior

²⁹ ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO POR UTILIDADE PÚBLICA. AMPLIAÇÃO DE DISTRITO INDUSTRIAL. ART. 5º, § 2º, DO DECRETO-LEI N. 3.365/1941. PROJETO. INEXISTÊNCIA. 1. No caso *sub oculi*, apesar de o Tribunal *a quo* afirmar, em determinado trecho do acórdão recorrido que a desapropriação em comento ainda “se encontra na primeira fase de declaração de utilidade pública do bem.”, em outro ponto do aresto afirma expressamente que “O município já efetuou o depósito do valor obtido após a avaliação efetuada por Avaliador Judicial da comarca (fls. 52/53), e foi deferido o pedido de imissão provisória na posse do bem (fl. 54).” (fl. 191, e-STJ). 2. Destarte, a desapropriação objeto do presente recurso não está apenas na fase inicial do processo, com a exteriorização da vontade do ente expropriante por meio do respectivo decreto expropriatório; no caso vertente, já houve a avaliação do imóvel e foi deferida a imissão provisória na posse. 3. A desapropriação por utilidade pública para fins de construção ou ampliação de distrito industrial deve ser precedida de prévia aprovação do respectivo projeto, nos termos do § 2º do art. 5º do Decreto-Lei 3.365/41, o qual deve delimitar a infraestrutura urbanística necessária, contemplando a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA) e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), indispensáveis à criação da unidade industrial. 4. Destarte, não havendo prévio projeto, nulos são os atos subsequentes ao decreto expropriatório, como no caso vertente. Recurso especial provido (STJ, REsp 1426602/PR, Rel. Min. Humberto Martins, 2a T., j. 11/02/2014, DJe 21/02/2014).

relevância de interesse público, pois permite ao Poder Judiciário a tutela do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme expressa a Constituição Federal em seu artigo 225 e a fiscalização do respeito pelo procedimento de desapropriação ao princípio da sustentabilidade multidimensional.

O referido Projeto deveria acrescentar o Estudo de Impacto Ambiental e o relativo relatório, pois são ferramentas da Política Nacional do Meio Ambiente, Lei n. 6.938/81, art. 9º, inc. III, que direcionam para atos efetivos de controle da atuação estatal, de maneira que esta sustente e conserve os princípios da prevenção, da precaução e da sustentabilidade.

No caso em concreto, dada à complexidade do sistema jurídico e administrativo brasileiro, a decisão do STJ, perfilhou a imprescindibilidade do EIA/RIMA independentemente de previsão legal específica na Lei de Desapropriações, por força constitucional e da legislação ambiental, aplicando a obrigação de observância dos princípios da prevenção e precaução.

Nas palavras do magistrado Rafael Martins Costa Moreira (2015) é lícito reiterar que o acórdão proferido pelo STJ no REsp. 1.426.602/PR significou um importante passo em direção ao aprofundamento do controle judicial da sustentabilidade das decisões administrativas, em especial daquelas que culminam na desapropriação. Logo, o expropriado poderá suscitar na ação de desapropriação não apenas questões relacionadas com o preço oferecido ou vícios formais do processo, como também, terá legitimidade para hostilizar a licitude do procedimento expropriatório em função de totalidade dos princípios administrativos, inclusive da sustentabilidade. Acrescenta-se, que para o meio ambiente, tais considerações fazem a diferença.

É válido assentar que o princípio da prevenção está amplamente previsto no ordenamento jurídico brasileiro, desde a Declaração Universal sobre o Meio Ambiente de 1972 que elencou o princípio da prevenção ao estabelecer que se deva pôr fim à descarga de substâncias tóxicas ou de outros materiais e, ainda, à liberação de calor em quantidades ou concentrações tais que o meio ambiente não tenha condições para neutralizá-las, a fim de não se causar danos graves ou irreparáveis ao ecossistema. Deve-se, então, apoiar a justa luta dos povos de todos os países contra a contaminação.

A Constituição Federal em seu artigo 225 se baseia no princípio da prevenção, sendo que este gera a adoção de políticas públicas de defesa dos recursos ambientais como uma forma de cautela em relação à degradação ambiental, quando discursa sobre o dever do Poder Público

e da coletividade de proteger e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

A Política Nacional do Meio Ambiente instituída pela Lei nº 6.938/1981 igualmente aplica o princípio da prevenção ao dispor nos incisos III, IV e V do art. 4º, estabelecendo critérios e padrões da qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais, ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais e a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

O princípio da prevenção destaca-se na legislação ambiental e em todas as políticas públicas de meio ambiente, por se entender que o meio ambiente protegido é melhor que uma possível responsabilização pelo dano ambiental, pois este reflete a recuperação de uma lesão, que pode demandar tempo na maioria das vezes e sem muita efetividade.

As catástrofes ambientais como exemplo de Mariana, Minas Gerais em 2015, onde houve o rompimento das duas barragens acarretando prejuízos incalculáveis, mortes e desaparecimentos de pessoas e animais, além do corte de fornecimento de água potável para 250 mil pessoas, assim como impregnou cursos de água com um sedimento laranja denso que pode afetar o ecossistema por muitos anos, entre tantas não têm reparação total e seus efeitos acabam refletindo inclusive nas gerações futuras, ou o tsunami de 2011 que abalou o Japão provocando danos na usina nuclear de Fukushima, localizada na região nordeste da ilha. Vazamentos radioativos foram registrados e um urgente desastre nuclear movimentou a comunidade internacional o tsunami que se destaca o dever de prevenção para não lesar o meio ambiente.

O referido acórdão dialoga com a doutrina no sentido que o princípio da precaução se institui na principal guia das políticas ambientais, afora de ser o embasamento para a estruturação do direito ambiental, por estabelecer a vedação de intervenções no meio ambiente, salvo se houver a certeza que as alterações não causaram reações adversas, já que nem sempre a ciência pode oferecer à sociedade respostas conclusivas sobre a inocuidade de determinados procedimentos.

Na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o princípio da precaução ganhou relevância no âmbito internacional, emancipando-o em relação ao princípio da

prevenção, ao estabelecer que de modo a proteger o meio ambiente, este deve ser largamente notado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos sérios ou irreversíveis, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental.

Na complexidade de uma sociedade instituída pelo capitalismo, a crise ambiental despreza o desenvolvimento econômico sustentável, sem critérios na devastação do meio ambiente em escala ameaçadora. Nessa perspectiva, prevenir a degradação do meio ambiente incidiu em uma constante apreensão daqueles que procuram melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Doutrinariamente, alguns entendem este princípio ser sinônimo da prevenção, porém o princípio de precaução, por sua vez, é apontado, pelos que defendem seu status, de novo princípio jurídico-ambiental, como um desenvolvimento e, sobretudo, um reforço do princípio da prevenção. Seu fundamento seria, igualmente, a dificuldade ou impossibilidade de reparação da maioria dos danos ao meio ambiente, distinguindo-se do princípio da prevenção por aplicar-se especificamente às situações de incerteza científica (NOGUEIRA, 2004, p.199),

Assim, pode-se entender que a precaução se relaciona à ausência de certezas científicas, enquanto a prevenção precisa ser justaposta para o bloqueio de danos cuja ocorrência seja ou possa ser conhecida.

No tocante ao Princípio da função ecológica da propriedade, os Embargos de Divergência em RESP nº 901.319 - SC³⁰ apresentam como

³⁰ EMENTA: Administrativo. Limitação administrativa ou desapropriação indireta. Proibição do corte, da exploração e da supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica. Decreto Estadual n. 750/1993.1. A jurisprudência do STJ é unânime, sem divergências, de que as limitações administrativas à propriedade geral obrigam o não fazer ao proprietário, podendo ensejar direito à indenização, o que não se confunde com a desapropriação. 2.A desapropriação indireta exige, para a sua configuração, o desapossamento da propriedade, de forma direta pela perda da posse ou de forma indireta pelo esvaziamento econômico da propriedade.3.A proibição do corte, da exploração e da supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da mata atlântica (Decreto n. 750/1993) não significa esvaziar-se o conteúdo econômico.4.Discussão quanto aos institutos que se mostra imprescindível quando se discute o prazo prescricional.5.Na limitação administrativa a prescrição da pretensão

eixo principal do debate o meio ambiente e direito de propriedade, e por consequentes questões correlatas como a desapropriação indireta; proibição de corte, exploração e supressão de vegetação.

Em apertada síntese os embargantes afirmam que o Decreto Federal 750/93 inviabilizou a utilização econômica do imóvel, fato este que assinala para a desapropriação indireta e como consequência o dever de indenizar por parte da Administração Pública. A decisão do STJ pautou-se juridicamente neste julgado, sob o contexto de que o Decreto Federal 750/93 tão-somente proibiu o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, não sendo considerado como esvaziamento econômico do bem patrimonial, considerando assim: “a desapropriação indireta exige, para sua configuração o desapossamento da propriedade, de forma direta pela perda da posse ou de forma indireta pelo esvaziamento econômico da propriedade”.

A interpretação do direito de propriedade em face da proteção constitucional do meio ambiente, alavanca discussões jurídicas e posicionamentos controversos entre as medidas estatais que são avaliadas em decorrência do princípio da função social da propriedade. Dada à complexidade do assunto, as decisões são até contraditórias por sua carga valorativa³¹, sobre as quais recaem as obrigações sociais da propriedade que altera logo que a concepção de Estado e de direitos fundamentais é adotada.

O posicionamento do STJ referente ao assunto abordado se mostra da mesma forma, em permanente evolução, pois se primeiramente acudia a criação de unidades de conservação na Serra do Mar que ocasionava o desapossamento administrativo e a plena

indenizatória segue o disposto no art. 1º do Dec. n. 20.910/1932, enquanto a desapropriação indireta tem o prazo prescricional de vinte anos..

Embargos de divergência não providos. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conheceu dos embargos, mas lhes negou provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Brasília (DF), 24 de junho de 2009.

³¹ Cf. Superior Tribunal de Justiça. Embargos de Divergência em RESP nº 901.319 - SC. 1ª Seção. Unanimidade. Rel. Min. Eliana Calmon. Julgado em 24 jun. 2009. Publicado em 03 ago. 2009 e. Cf. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no RESP nº 1.361.025 - MG. 2ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Humberto Martins. Julgado em 18 abr. 2013. Publicado em 29 abr. 2013.

indenização da terra nua e de sua cobertura vegetal³², ao longo do tempo incide em fundar condicionantes à configuração do dever de indenizar, como a desconsideração das dificuldades de exploração econômica quando da avaliação do justo preço.

Nas últimas décadas, nota-se uma acentuada mudança de posicionamento por parte do STJ no que se alude à delimitação das hipóteses configuradoras do dever de indenizar em face das vinculações ambientais ao conteúdo do direito de propriedade, onde se constata a edificação desse critério ao vincular o cabimento da indenização à essência de um plano de manejo devidamente emitido pelo órgão ambiental, tanto para a Reserva Legal³³, como para os demais espaços e bens ambientais não abrangidos na categorização de proteção ambiental.

No caso específico, o STJ sobreveio a excluir o dever de indenizar em relação à cobertura vegetal, concretizando seu posicionamento pela improcedência das pretensões indenizatórias se no caso concreto não for comprovado que as limitações são mais extensas que àquelas estabelecidas pelas vinculações de caráter geral ao conteúdo do direito de propriedade, considerando que as vinculações ambientais ao conteúdo do direito de propriedade são resultados do princípio da função social da propriedade, portanto, não indenizáveis.

Com isso, promove parâmetros de interpretação adequados para uma saída mais afeiçoada com as deliberações realizadas pela Constituição Federal, tanto à definição do conteúdo do direito de propriedade como ao princípio da justa indenização, motivando maior

³² Cf. STJ. RESP 5.989. 1ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Garcia Vieira. Julgado em 13 mar. 1991. Publicado em 15 abr. 1991; STJ. RESP 28.239. 1ª Turma. Unanimidade. Rel. Humberto Gomes de Barros. Julgado em 13 out. 1993. Publicado em 22 nov. 1993; STJ. RESP 70.412. 2ª Turma. Maioria. Rel. Min. Ari Pargendler. Julgado em 05 maio 1998. Publicado em 24 ago. 1998.

³³ Exemplos dessa mudança se pode citar: RESP 139.096. 1ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Milton Luiz Pereira. Julgado em 07 jun. 2001. Publicado em 25 mar. 2002; RESP 905.410. 2ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Castro Meira. Julgado em 03 maio 2007. Publicado em 03 ago. 2007. RESP 905.783. 2ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Herman Benjamin. Julgado em 07 fev. 2008. RESP 905.783. 2ª Turma. Unanimidade. Rel. Min. Herman Benjamin. Julgado em 07 fev. 2008. Publicado em 27 maio 2008. Veja-se que esse acórdão se fundamenta, ainda que implicitamente, na ideia de que a exploração econômica deve ser compatível com a preservação dos recursos naturais. Nessa direção, ver o voto vencido do Min. Peçanha Martins. Cf. STJ. RESP 25.947. 2ª Turma. Maioria. Rel. Min. Adhemar Maciel. Julgado em

segurança jurídica aos entes públicos constitucionalmente encarregados de instituir espaços e bens ambientais.

Mais uma importante decisão proferida pelo STJ no REsp 1.240.122/PR)³⁴ que demarcou a aplicação do Código Florestal de 2012, no que tange à exigibilidade de sanções administrativas impostas aos casos de degradações ocorridas anteriormente a 22 de julho de 2008 teve seu eixo no Princípio da solidariedade e vedação de retrocessos.

No caso concreto, o autor requereu a extinção do processo alegando que a superveniência do Código Florestal de 2012, o que possibilita a suspensão da exigibilidade das multas ambientais lavradas acerca de fatos vinculados às Áreas de Preservação Permanente que tenham sido degradadas anteriormente a 22.7.2008, já que a norma federal lhe permite continuar usando tal espaço protegidos como áreas rurais consolidadas, arguindo também, que a Lei 12.651/2012 procedera à anistia dos infratores do Código Florestal de 1965, isentando-o “da punição que o afligia”, e que “seu ato não representa mais ilícito algum”.

Em 02 de outubro de /2012 houve a decisão por parte do STJ concluindo que, sobretudo nos processos judiciais em curso, a regra geral será a incidência da legislação florestal, de direito material, vigente à época dos fatos. Incidirá sobre a matéria, por conseguinte, o princípio do *tempus regit actum*, que governará os atos administrativo-ambientais perfeitos, confinada à aplicação do novo regime jurídico, ordinariamente

³⁴EMENTA: Processual Civil e Administrativo. Novo Código Florestal (Lei n. 12.651/2012). Requerimento. Pedido de reconsideração contra acórdão. Inviabilidade. Princípio da fungibilidade. Recebimento como embargos de declaração. Violação ao art. 535 do CPC não apontada. Auto de infração. Irretroatividade da lei nova. Ato jurídico perfeito. Direito adquirido. Art. 6º, *caput*, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro....

.2.Precedente do STJ que faz valer, no campo ambiental- urbanístico, a norma mais rigorosa vigente à época dos fatos, e não a contemporânea ao julgamento da causa, menos protetora da Natureza: O “direito material aplicável à espécie é o então vigente à época dos fatos. *In casu*, Lei n. 6.766/1979, art. 4º, III, que determinava, em sua redação original, a ‘faixa *non aedificandi* de 15 (quinze) metros de cada lado’ do arroio” (REsp n. 980.709-RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 2.12.2008)...

Pedido de reconsideração não conhecido. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: “A Turma, por unanimidade, não conheceu do pedido de reconsideração, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator, sem destaque e em bloco.Brasília (DF), 2 de outubro de 2012.

e no atacado, ao futuro, para frente; tanto mais se o *ius superveniens*, ao favorecer o interesse individual do particular, acabar por enfraquecer o regime jurídico de tutela do interesse público, dos bens coletivos e das gerações vindouras. Ou seja, se manifestou pela inaplicabilidade do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica ao réu, e sim a aplicabilidade da norma mais rigorosa vigente à época dos fatos, e não a contemporânea ao julgamento da causa em prol do interesse maior que é a proteção do meio ambiente, a natureza.

O Ministro Herman Benjamin em seu voto reconheceu a proteção das áreas de preservação permanente estabelecida como compreendida pela tarefa conferida ao poder público de proteger os processos ecológicos eficazes ao avultar o valor constitucional da proteção que o recorrente ambicionou subtrair.

O Ministro relator deixou evidente que o novo Código Florestal não pode retroagir para atingir o ato jurídico perfeito, direitos ambientais adquiridos e a coisa julgada, tampouco para reduzir de tal modo e sem as necessárias compensações ambientais o patamar de proteção de ecossistemas frágeis ou espécies ameaçadas de extinção, a ponto de transgredir o limite constitucional intocável e intransponível da obrigação do Estado de garantir a preservação e restauração dos processos ecológicos essenciais, o que embora não de forma explícita, também reconhece o princípio da vedação de retrocessos, este indispensável ao desenvolvimento sustentável, como garantia dos direitos das gerações futuras, como limite à retroatividade da lei benéfica, a proteção à integridade do patrimônio ambiental, além do princípio da função ambiental da propriedade.

Os argumentos então defendidos demonstram a preocupação ao analisar que as áreas protegidas pelo Código Florestal, especialmente as áreas de preservação permanente (objeto do recurso em exame), as áreas de Reserva Legal e áreas de uso restrito, constituem particular relevância no todo das alterações climáticas do Planeta.

Tal decisão do Superior Tribunal de Justiça mune os órgãos ambientais, superando a tese equívoca tese de que o Código Florestal de 2012 conteria invalidade aos autos de infração e multas lavradas sob a Lei 4.771/1965, que por sua vez devem assegurar a proteção na tutela jurídica ambiental, pautados no princípio da solidariedade às gerações presentes e futuras.

Vale ressaltar que o artigo 225 da Constituição Federal funda o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para

as presentes e futuras gerações. Tal norma versa propriamente na solidariedade entre as gerações futuras e presentes no sentido de preservar o meio ambiente, agindo de forma sustentável.

Este princípio é conhecido, ainda, como princípio da equidade ou princípio do acesso equitativo dos recursos naturais, por estar ligado com a ideia dos espaços protegidos, já que desponta como elo de responsabilidade da atual geração pela existência das futuras. Desta forma, na contemporaneidade a geração, ao instituir os espaços protegidos, deve utilizar o meio ambiente de maneira equilibrada permitindo e garantindo as presentes e futuras gerações o equilíbrio do meio-ambiente, mediante a manutenção da biodiversidade.

A teoria sobre os bens comuns é apontada pela doutrina de forma especial, pois são aqueles necessários ao alcance de todos como o ar, o clima, a água, as órbitas dos satélites, os recursos minerais, a biodiversidade e todos que integram o patrimônio ecológico da humanidade.

Trata-se de uma condição de vida em geral, manter o meio ambiente sadio. Essa formulação parece simples, mas para que sobrevenha o equilíbrio ecológico, é indispensável uma crescente tendência de esforços mútuos, de alteridade entre todas as esferas da sociedade e Estado, na busca de diminuir as lesões e os impactos ambientais.

Nesse viés, o Direito Ambiental adveio transversalmente, porque se mantém constante na procura de novos elementos interdisciplinarmente, não se fechando em si mesmo, e consequentemente aliando o princípio da solidariedade como estruturante do próprio Direito Ambiental. Alexandre de Moraes afirma que:

Protegem-se, constitucionalmente, com direitos de terceira os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam o direito a um meio ambiente equilibrado, uma saudável qualidade de vida, ao progresso, à paz, à autodeterminação dos povos e a outros direitos difusos, que são, no dizer de José Marcelo Vigelar, os interesses de grupos menos determinados de pessoas, sendo que entre elas não há vínculo jurídico ou fático muito preciso. (1998, p.37)

Da passagem, desdobra-se junto com o princípio da solidariedade, o princípio da fraternidade que é supracitado como

variável no primeiro capítulo deste trabalho, o que corrobora o uso como mecanismo de proteção ao meio ambiente. A fraternidade possui como base a alteridade e o auxílio prestado entre todos. Exercitar o princípio da fraternidade, em todas as esferas, e, sobretudo no Direito Ambiental é caminhar na direção de construir a sociedade preocupada em promover o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e sustentar o princípio da solidariedade que também fornece a sustentabilidade para todos.

Também nesta linha, o próprio Supremo Tribunal Federal vem comungando desse entendimento, e afirmando que o Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é a consagração constitucional de um típico direito de terceira geração (RTJ 155/206). Soma-se ao direito de terceira geração a consagração dos princípios fundamentais de fraternidade e de solidariedade, que são os responsáveis pelo suporte da aplicabilidade do Direito Ambiental.

Luigi Ferrajoli (2010, p. 47) demonstra sua preocupação na medida em que o homem não tem consciência que a afronta a um bem ecológico acarreta também em afronta a si próprio. A partir desta demonstração, o fato é que o ser humano mesmo com a evolução, ainda não abandona a ideia de que o meio ambiente é servil. Dessa maneira, o problema tende a se agravar e atingir proporções maiores que o imaginável, principalmente em Estados em desenvolvimento ou periféricos onde não há gestão preventiva e competente para suportar os impactos ao meio ambiente, tornando-se um problema de direito e justiça ambiental.

Nesse contexto, cabe a constatação de que o próprio Direito passou a tratar as concepções ambientais em outra dimensão, como alude Luigi Ferrajoli (2010, p. 51), uma nova dimensão do constitucionalismo e do garantismo, ou seja, um além de global, para além da lógica individualista dos direitos, da miopia e do estreito localismo da política das democracias nacionais. Cita o autor outros poderes, além do estatal, que devem ser limitados pelo direito: os poderes econômicos privados, de acordo com a tradição rotulados como liberdades; e os poderes extra ou supranacionais, políticos ou econômicos, que se ampliam fora das fronteiras estatais no mundo globalizado.

Diante de tal situação, indica Luigi Ferrajoli (2010, p.53) que para garantir a proteção e a efetividade dos bens comuns, é conciso a construção de um constitucionalismo de direito privado a partir de um sistema constitucional de regras, de limites, de vínculos e de controles,

que esteja supraordenado a tais poderes econômicos privados, além de sê-lo aos poderes políticos com o objetivo de disciplinar o seu exercício.

Nota-se, assim, que como o autor, pesquisadores da vertente nacional como Luiz Henrique Cademartori (2009, p.29) que defende o neoconstitucionalismo, pois baliza a existência de um desenvolvimento diferente da racionalidade e razoabilidade típica do positivismo jurídico baseado nas dimensões do Direito, Moral e Política e também Rogério S. Portanova (2005) ao suscitar a tendência sobre um constitucionalismo de direito privado, ao colocar como emergencial o desenvolvimento de um constitucionalismo de direito internacional, uma vez que as agressões aos bens comuns do meio ambiente já têm assumido um caráter planetário.

Deve-se atentar para a questão do caráter invocado pela doutrina acerca de um domínio público planetário. Este aspecto acarreta desdobramentos em elementos como soberania, território, povo e governo textualizados no terceiro capítulo deste trabalho, mas que incidem por um debate face dos problemas globais como a questão ecológica, o que encoraja a solidariedade entre todos os seres e do ser humano consigo mesmo.

Nesse sentido, vale mencionar a Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, que atenta para um novo paradigma, a aplicação do princípio da solidariedade na esfera planetária, incidindo nas relações entre todas as nações, povos, grupos humanos da mesma geração, bem como entre a geração atual e a futura. Tal entendimento procura romper com o juízo de que a racionalidade humana pode cometer determinados atos no sentido de dominar a natureza, com a finalidade de desconsiderar a superioridade do ser humano em relação à natureza.

Neste sentido, Frijot Capra (2006, p.25) argumenta que a ecologia profunda não afasta os seres humanos, ou qualquer outra coisa do meio ambiente natural, pois ela assiste o mundo como uma rede de fenômenos interconectados e são dessa maneira interdependentes. Salienta que deve ser entendida como o modo de consciência, com conexidade com o cosmos em um todo.

Assim, a solidariedade permeia num campo de amplos desafios à doutrina jurídica e social, uma vez que dada complexidade das relações do ser humano com o planeta, esta se torna de risco, no alcance em que pleiteia relacionamento entre as diversas gerações e todos os seres vivos.

Pode se conjecturar que o princípio da solidariedade verdadeiramente se constitui num marco jurídico-constitucional do Estado de Direito Ambiental, dado o novo viés teórico-normativo que

compõe o novo paradigma estatal, de tal modo como se estende pela ordem jurídica.

Ante a abordagem doutrinária e conceitual realizada, destaca-se que os princípios da fraternidade e da solidariedade comportam o equilíbrio dos valores e interesses antropocêntricos característicos do Direito Ambiental, ou seja, ultrapassa a questão da proteção, regulando a interação entre todos os seres e o próprio ambiente.

Não menos importante, dialogando também o princípio da vedação de retrocessos. Pressupõe este os direitos sociais e todos os direitos e garantias fundamentais, e não apenas ao Direito Ambiental. Conceitualmente algum doutrinador como Carlos Alberto Molinaro (2016) denomina-o como princípio da proibição da retrogradação ambiental.

Não se trata de um tema novo ao Direito no que tange vedação ao retrocesso, todavia a preservação do meio ambiente tem caráter irretroativo, sendo assim não pode aceitar o retorno para níveis de proteção inferiores aos antes aplicados, desde que as circunstâncias de fato sejam expressivamente modificadas. Tal abordagem visa fundar um nível mínimo de proteção ambiental, protegendo as futuras medidas normativas de tutela, conferindo limites a possíveis revisões casuísticas da legislação.

Luis Roberto Barroso (2008, p.379) esclarece que não se trata, é bem de observar, da substituição de uma forma de atingir o fim constitucional por outra, que se entende mais apropriada. A questão que se põe é da revogação pura e simples da norma infraconstitucional, pela qual o legislador esvazia o comando constitucional, exatamente como se dispusesse contra ele diretamente.

Nesse contexto, o princípio da vedação ao retrocesso aparece incontestavelmente voltado à proteção da coletividade, e a partir deste momento o Estado na figura do judiciário cumpre parcialmente suas tarefas, para atingir a proteção do bem estar das gerações futuras.

No Recurso Especial nº. 403.190-SP (2001/0125125-0) e Recurso Especial de nº 1.245.149-MS (2011/0038371-9) o Princípio da Responsabilidade e Proporcionalidade foi amplamente abordado ao tratar de questões jurídicas proeminentes como a extensão da responsabilidade pelo dano ambiental; a obrigação da reparação em espécie; a consolidação da situação fática e a prevalência do interesse público sobre o particular, Interposto inicialmente pelo primeiro proprietário de área que se tornou loteamento irregular às margens da Represa Billings e pelo Município de São Bernardo do Campo/SP, com

o escopo³⁵ de buscar a reparação de dano ambiental, pela ocupação de área próxima ao Reservatório Billings, o que acarretou a obstrução e destruição da Mata Atlântica. Em primeiro grau, foi prolatada decisão como improcedente sob o argumento da consolidação da situação fática em razão da grande quantidade de moradores do loteamento clandestino, a sentença foi reformada no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que determinou a reparação dos danos ambientais, com a desocupação da área e a sua restituição ao *status quo ante*.

No STJ a condenação foi mantida ao proprietário do imóvel que transformou o local em loteamento clandestino e do município de São Bernardo do Campo (SP), a retirar famílias de local próximo ao Reservatório Billings, que abastece água a grande parte da cidade de São Paulo. A construção de loteamento irregular gerou obstruções, além da destruição da Mata Atlântica.

³⁵ EMENTA: Ação civil pública. Proteção do meio ambiente. Obrigação de fazer. Mata Atlântica. Reservatório Billings. Loteamento clandestino. Assoreamento da represa. Reparação ambiental. A destruição ambiental verificada nos limites do Reservatório Billings - que serve de água grande parte da cidade de São Paulo —, provocando assoreamentos, somados à destruição da Mata Atlântica, impõe a condenação dos responsáveis, ainda que, para tanto, haja necessidade de se remover famílias instaladas no local de forma clandestina, em decorrência de loteamento irregular implementado na região. Não se trata tão-somente de restauração de matas em prejuízo de famílias carentes de recursos financeiros, que, provavelmente deixaram-se enganar pelos idealizadores de loteamentos irregulares na ânsia de obterem moradias mais dignas, mas de preservação de reservatório de abastecimento urbano, que beneficia um número muito maior de pessoas do que as residentes na área de preservação. No conflito entre o interesse público e o particular há de prevalecer aquele em detrimento deste quando impossível a conciliação de ambos. 3. Não fere as disposições do art. 515 do Código de Processo Civil acórdão que, reformando a sentença, julga procedente a ação nos exatos termos do pedido formulado na peça vestibular, desprezando pedido alternativo constante das razões da apelação. 4. Recursos especiais de Alberto Srur e do Município de São Bernardo do Campo parcialmente conhecidos e, nessa parte, improvidos. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator, conhecer parcialmente de ambos os recursos e, nessa parte, negar-lhes provimento. Os Srs. Ministros Castro Meira, Humberto Martins e Eliana Calmon votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro João Otávio de Noronha. Brasília (DF), 27 de junho de 2006.

Ao Município de São Bernardo do Campo foi reconhecida a responsabilidade objetiva por omissão em coibir o dano ambiental, e no entendimento do STJ o interesse público deve prevalecer sobre o interesse particular ou privado, abstraindo a tese da consolidação da situação fática, para definir a reparação dos danos ambientais. Assim, decidiu a reparação ambiental em espécie, com o retorno da área ao *status quo ante*.

O referido acórdão significa avanço frente ao Direito ambiental, pois alude diversos princípios, vez que ao dispensar de comprovação a culpa do agente degradador, em função do risco da atividade exercida, promove a responsabilização. A justificativa centra-se no princípio do poluidor-pagador, com o condão preventivo e reparador. Ainda, a responsabilidade objetiva ambiental fundamenta-se, nos princípios da prevenção e da precaução,

Diante desses, é irrefutável a aplicabilidade do princípio da reparabilidade integral do dano ambiental, ao responsabilizar o agente que provoca o dano ambiental, tendo este a obrigação de reparar o meio ambiente, de forma a restabelecer o meio lesado, ou seja, reconstituir o bem ambiental degradado.

Ao que toca a preferência da restauração ambiental *in natura*, o STJ inadmitindo a desafetação ou desclassificação jurídica tácita em razão do fato consumado, aplicou o sistema de ponderação de Robert Alexy, por entender que o interesse público (preservação de reservatório de abastecimento urbano) prevaleceu em relação aos loteamentos irregulares (direito à moradia), na medida em que proteção da área ambiental protege um número muito maior de pessoas do que aquelas residentes na área de preservação, ou seja, através do emprego do princípio da proporcionalidade, dos meios mais adequados, necessários e proporcionais em sentido estrito para a solução prevaleceu os interesses relevantes ao interesse público.

Pode-se afirmar que o referido acórdão passa a ser uma ferramenta favorável para a efetivação da proteção ao meio ambiente, ainda que diante de problemas próprios a questões complexas hermenêuticas, o intérprete necessita fundamentar suas decisões e com uma argumentação sólida e concreta conforme as obrigações frente a nova ordem constitucional ecológica contemporânea.

Outro Recurso Especial de nº 1.245.149-MS (2011/0038371-9), também se alicerçou sobre os princípios da razoabilidade e proporcionalidade para utilização da técnica hermenêutica do diálogo das fontes, ao tratar da consolidação da ocupação de terras ambientais.

Desse modo, vislumbra-se que os julgamentos das lides ambientais necessitam ser pautados, afora do princípio da legalidade uma concepção integrada do ambiente. Daí a autoridade dos magistrados e de suas convicções, alicerçados pela principiologia.

Insta lembrar que, com base no artigo 225, §3º, da Constituição Federal brasileira, tem-se como referência o princípio da Responsabilidade, que define o poluidor, pessoa física ou jurídica, como aquele que responde por suas ações ou omissões em prejuízo do meio ambiente, ficando sujeito concomitantemente a sanções nas esferas cíveis, penais ou administrativas.

Quanto à responsabilidade civil, o ordenamento jurídico ambiental brasileiro prevê no artigo. 225, §3º, da Constituição Federal, combinado com o §1º, art. 14, da Lei nº 6.938/81, a adoção da teoria da responsabilidade objetiva, à medida que se verificar o nexo de causalidade entre o dano e a ação do agente, este será responsabilizado independente de culpa.

Tem-se de forma enfática, a introdução de um conceito que a dispensa de comprovação de culpa do agente degradador, por conta do risco da atividade exercida, o que contribuiria para a responsabilização de maneira eficiente. Em que pese a boa vontade do legislador na proteção ao meio ambiente, ainda existem contingentes diferenças entre o dano tradicional e o ambiental.

Este instrumento responsabiliza o agente provocador de dano ao meio ambiente, baseado nos princípios da prevenção e da precaução, segundo Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.173) o papel do primeiro princípio é lidar com o risco certo e em potencial (modernidade / pensamento cartesiano), oriundo da certeza científica, enquanto o segundo princípio evita o desenvolvimento de atividades cujo risco não possui comprovação científica, sendo um dano hipotético (pós-modernidade / pensamento complexo).

De acordo com esta concepção, evidencia-se que não basta aplicar as regras da responsabilidade civil no âmbito do Direito Ambiental, tendo em vista a complexidade que compreende o dano ambiental. Assim, a reparação em dinheiro no instituto da responsabilidade ambiental pode ser concretizada dada a possibilidade ímpar, ou seja, somente na medida em que se revelar inatingível a reparação específica (*in natura*), em virtude de o meio ambiente ser um direito transindividual.

Dada à racionalidade jurídica ser complexa, a legislação brasileira compreende ainda um caráter global de bem ambiental, abrangendo, aspectos naturais, culturais, artificiais e do trabalho, o que

explica a responsabilidade ambiental ser empregada para aferir os elementos da responsabilidade civil que, por ser objetiva, prescinde da comprovação da culpa, contudo é preciso a existência dos elementos dano e nexo causal. Desdobra-se, assim, o que se entende por dano ambiental, que, conforme José Rubens Morato Leite e Patryck Ayala (2011), é uma alteração indesejável ao conjunto de elementos chamado meio ambiente, devendo este ser entendido em caráter global e complexo. Nesse contorno, há de frisar que o Brasil adotou um sistema que conjuga responsabilidade objetiva e reparação integral concomitantemente. Isso, em virtude do princípio da indisponibilidade do interesse público na proteção do meio ambiente, que evita a adoção de qualquer dispositivo propenso à predeterminação de limites à reparabilidade de danos ambientais.

Neste sentido, por adotar a teoria objetiva, sustenta-se que a proteção ambiental brasileira amplia seu domínio, conhecendo como vítimas do dano ambiental todos os macrobens indisponíveis, indivisíveis e de titularidades difusas, ou seja, toda a coletividade (dano ambiental puro), como a pessoa ou um determinado grupo de pessoas, fundada no risco, na equidade, na solidariedade, na precaução e na justiça ambiental.

Germana Parente Neiva Belchior (2015, p.182) direciona que a responsabilidade ambiental é sobremaneira de vital importância em todos os seus aspectos para a gestão ambiental, e o fato é que entender que apuração da responsabilidade é um conceito amplo, faz com que o trabalho do gestor tome contornos mais complexos do que possa se imaginar, e que a sua atuação seja de acordo com as necessidades exigidas caso a caso, sempre visando o equilíbrio necessário entre desenvolvimento e proteção ao meio ambiente. Ressalva-se que o estudo a cerca da responsabilidade ambiental e suas configurações são extensa e complexa do que delineado neste tópico, o que mereceria maiores desdobramentos, entretanto não se aprofundará o que não deixa de ser de fundamental importância para base estruturante do Direito Ambiental.

Dá-se ainda destaque conjuntamente a partir da premissa de Paulo Bonavides (1993,p.315), de que o princípio da proporcionalidade faz parte daqueles princípios cujo teor se é mais fácil compreender do que explicar, a mesma acontece quanto sua conceituação, pois é possível chamá-lo também de princípio da proibição do excesso ou princípio da razoabilidade.

A proporcionalidade é o uso coerente dos valores jurídicos, políticos e sociais na interpretação das normas, e essa a coerência

precisa coexistir nas decisões jurídicas e administrativas, de modo igualitário no Direito Ambiental, lugar esse que o posiciona como ferramenta de destaque no enfrentamento da complexidade dos desafios impostos.

Com efeito, utiliza-se o conceito sobre o princípio da proporcionalidade de José Joaquim Gomes Canotilho (1992, p.1038) que afirma que este pode ser localizado no conjunto de princípios jurídicos fundamentais, caracterizados como princípios historicamente objetivados e progressivamente introduzidos na consciência jurídica e que encontram uma recepção expressa ou implícita no texto constitucional.

Importante levar em consideração o surgimento desse princípio, o qual se deu na Alemanha diante da necessidade de se auxiliar as transformações que se apresentavam ao pós-guerra. Deste modo, foi efetivada a transposição citada entre a supremacia do princípio da legalidade para o princípio da constitucionalidade, que passou a se sobrepôr ao primeiro. Assim, no processo de interpretação há um desdobramento deste princípio em três elementos para sua formação, a adequação, a necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito.

A título de enriquecimento, também em Portugal, o princípio da proporcionalidade vem elencado na carta política em seu artigo 12, nº 02, dispondo que a lei só pode restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos na Constituição, devendo as restrições limitarem-se ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

Contrariamente a Constituição Federal Brasileira não traz expresso o princípio da proporcionalidade, embora tenha recepcionado de modo pleno o princípio em estudo, no art. 5º inciso LIV, a cláusula do *due process of law*, com a seguinte interpretação: "*Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal*" (BRASIL C. F., 2006, p. 18). Estudioso do tema, Castro preocupou-se em dar atenção ao tema, logo após a promulgação da Carta Magna de 1988.

Igualmente, no âmbito constitucional compreendem tal posição ao princípio da proporcionalidade, o princípio da cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana. Ainda, no artigo 5º. os institutos do habeas corpus, mandado de segurança, habeas data e o direito de petição que fundam elementos de proteção do cidadão face ao poder público. A partir destes argumentos, a tarefa é estabelecer a conexão do Direito Ambiental e o princípio da razoabilidade.

O elo entre o Direito Ambiental e a efetiva aplicação do princípio da proporcionalidade concentra-se no princípio da precaução, por este trazer expressamente a preocupação de se impedir a concretização de qualquer risco de perigo que possa causar danos ambientais. A manifestação também se explica diante da natureza de alguns abusos contra o meio ambiente, cujas implicações são irreparáveis ou de difícil reparação, em nada se justificando a aplicação de uma pena grave. Não há que se olvidar que a utilização do princípio da proporcionalidade pode deste modo operar como critério de verificação da arbitrariedade nas leis ambientais.

Considerando os escopos do Direito Ambiental, pode-se dizer que o princípio da proporcionalidade em sentido estrito, pode ser fomentado em qualquer ordenamento jurídico, manifestando-se como cogente a ser observado pelos atores jurídicos que manuseiam as leis. Em especial atenção aonde se impõe a restrição de direitos fundamentais em prol da conservação da natureza, e devido sua peculiaridade, realizar uma maior observância, uma vez que em nossa Constituição, a proteção do ambiente é realizada em prol da manutenção da vida humana presente e das futuras gerações conforme prelude o artigo 225, *caput*.

Evidentemente, tais questões fortalecem o princípio da proporcionalidade e sua aplicação na interpretação seca da lei, que mesmo com exame apurado por justiça, pode se mostrar escassa para regular e prever concretamente todos os desvios ou ilegalidades contra às liberdades individuais e coletivas.

Logo, o princípio da proporcionalidade encontra respaldo dentro do ordenamento jurídico e desponta como mecanismo de proteção ao meio ambiente quando ampara na juridicização da pós-modernidade através do intérprete que conseguir entender e considerar os níveis de complexidade da realidade concreta.

Na abordagem do Recurso Especial n. 910.647-RJ (2006/0275157-1) o Princípio do mínimo existencial ecológico evidenciou-se na medida em que a parte inconformada com acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª. região interpôs recurso especial³⁶

³⁶ EMENTA: Processual Civil. Administrativo. Recurso especial. Embargo de obra. Área de relevante interesse ecológico. Análise de eventual infringência a preceitos constitucionais. Impossibilidade. Violação do art. 535 do CPC. Não-ocorrência. Impacto ambiental de âmbito nacional. Necessidade de licenciamento expedido pelo IBAMA. Análise de suposta ofensa a dispositivo de resolução. Não- enquadramento no conceito de “lei federal”. Alegada ausência de motivação do ato impugnado. Matéria de prova. Súmula n. 7-

interposto com fundamento no art. 105, III, a, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O voto foi taxativo ao admitir a competência do IBAMA para licenciamento, fiscalização e embargo de obra ou atividade que cause significativo impacto de âmbito regional ou nacional, não se exaurindo na emissão de parecer, como sustentava a empresa recorrente, até porque a localização da obra era no entorno de unidade de conservação em região de Mata Atlântica, edificada o patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988.

Ressalta-se que no voto, um dos argumentos se deu no sentido de que não se deve confundir, deste modo, omissão com decisão contrária aos interesses da parte. Além, de o Estado ter como dever a proteção ambiental. Assim, o licenciamento ambiental, apesar não se encontrar expresso na Constituição Federal brasileira, está fixado na exigência de estudo prévio de impacto ambiental, que faz parte da análise no curso do procedimento licenciador.

No que tange a proteção efetiva do meio ambiente, o licenciamento ambiental, que carrega em conjunto a restrição ao uso de recursos, a gestão de riscos e o controle da degradação ambiental, por meio de instrumentos preventivos e precaucionais, se tornam mecanismos à disposição do Estado e da sociedade para implementar o maior valor constitucional maior que é a proteção de todas as formas de vida, com qualidade para as gerações presentes e futuras, baseado no direito de solidariedade e do mínimo existencial ecológico.

Destacaram-se nos argumentos do voto, os critérios técnicos, levados em consideração para a autorização do licenciamento, que serve de controle das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras e seu condicionamento à proteção ambiental. Nesse contexto, percebe-se que houve mais que uma simples fundamentação ou argumentação por parte dos atores jurisdicionais, houve uma interpretação privilegiadora do

STJ....4.além de constituir importante remanescente da Mata Atlântica, o que evidencia a existência de interesse nacional, capaz de justificar a atuação e fiscalização do IBAMA.7.Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça: A Turma, por unanimidade, conheceu parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negou-lhe provimento, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Francisco Falcão, Luiz Fux e Teori Albino Zavascki votaram com a Sra. Ministra Relatora.Brasília (DF), 7 de outubro de 2008;

maior número de atores na fiscalização das atividades ou obras degradadoras da qualidade ambiental.

Enfatiza-se que o referido acórdão em análise foi julgado aos 07 de outubro de 2008, ou seja, antes da promulgação da Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, que fixa as normas para cooperação entre os entes da federação sobre o licenciamento ambiental, modificando as regras de competência anteriormente estabelecidas pela Resolução nº 237/97, do CONAMA e da Lei nº 6.938/81. Além, da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que criou criado o ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, que exerce o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União, dentre outras competências. Dentro desse momento, deu-se a fixação da competência do IBAMA para fiscalizar a obra referida no acórdão, em função de sua localização estar no entorno de unidade de conservação em região de Mata Atlântica, que elencada como patrimônio nacional pela Constituição Federal de 1988.

Além disso, a própria Relatora ressalta que o julgamento do acórdão concreto, o artigo 27, do Decreto nº 99.274/90, que regulamentou a Lei nº 6.938/81, prevê que “nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota ficará subordinada às normas editadas pelo CONAMA”, cuja Resolução nº 13/90, reforça ainda mais o poder de fiscalização do IBAMA sobre as referidas áreas. Há de se observar ainda que a fiscalização pode ser exercida em comum pelos órgãos do meio ambiente das diversas esferas da federação, inclusive a Lei Federal n. 9.605/1998, artigo 76 antecipa a possibilidade de atuação concomitante dos integrantes do SISNAMA.

Assim, seguindo o entendimento, José Rubens Morato Leite (2015, p.654/655), se manifesta quanto discussões do tema, salientando que apesar da controvérsia acerca da regulamentação trazida pela Lei Complementar, esta é a interpretação que se coaduna com a Constituição federal, pois não é viável que se admitam opções que restrinjam a competência comum de proteção ao meio ambiente.

Nota-se que o referido acórdão em sua íntegra, desenvolve temas relevantes para o direito ambiental brasileiro e para garantir uma fiscalização e controle efetivos da qualidade ambiental, o qual avigora a autoridade da fiscalização de obras ou atividades ocasionadoras de impacto ambiental em espaços protegidos, especialmente quando toca em áreas de patrimônio nacional, como a Mata Atlântica, pautados na legalidade com vistas à proteção ambiental da área discutida, garantindo

e garantir uma maior proteção ao meio ambiente e do mínimo existencial ecológico.

Novamente o STJ - Superior Tribunal de Justiça desponta como fomentador e referência internacional em um campo complexo como o do Direito Ambiental. Fontes indicam que passa de três mil processos e para os quais tem proporcionado soluções inovadoras e sólidas o suficiente para progredir a proteção ao meio ambiente e se alterar paradigmas estabelecidos. É válido mencionar que o STJ mantém um Portal Judicial Ambiental que reúne legislações, jurisprudências e doutrinas jurídicas das cortes dos países que integram o Sistema Nações Unidas.

Sobre o viés individual para promoção das garantias constitucionais, postula-se o mínimo existencial, que se pauta na dignidade da pessoa humana, a qual se encontra diretamente incluída à questão ambiental. Dada as dimensões e características de proteção ao meio ambiente, a garantia institucionalizada ao núcleo normativo, esta determina que não existe patamar mínimo de bem-estar sem respeito ao direito fundamental do meio ambiente sadio.

No Brasil a Constituição Federal não trouxe expresse sobre o aludido princípio, entretanto sua previsão pode ser observada em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, conforme o art. 1º, III, da Magna Carta.

Para Clémerson Merlin Cléve a obrigação do mínimo existencial implica no respeito a uma dimensão mínima social, como aduz:

a obrigação do Estado consistente no respeito ao mínimo existencial (não há dignidade humana sem um mínimo necessário para a existência). Ou seja, as prestações do poder público decorrente do reconhecimento dos direitos fundamentais poderão ser progressivamente incrementadas. Todavia, o mínimo existencial implica, desde logo, o respeito a uma dimensão prestacional mínima dos direitos sociais. O definir esse mínimo não é tarefa fácil. (2006, p.194)

Disso se depreende que o Direito Ambiental necessita do princípio do mínimo existencial por este contornar uma nova dimensão ao pautar um mínimo de equilíbrio ambiental. Mesmo diante dos direitos já identificados pela doutrina como integrantes desse mínimo existencial como saneamento básico, moradia digna, educação, saúde

entre outros, deve-se compreender na mesma proporção a qualidade ambiental.

Esse princípio em sua concepção máxima não deve ser limitado apenas ao direito a simples sobrevivência na sua dimensão natural ou biológica, ao contrário, como acontece com o teor do mega princípio da dignidade humana, não encontram essas questões contidas somente ao direito à vida, ou uma definição restritiva, mas estabelecem positivamente uma análise aberta, eis que anseia precisamente a realização da vida em patamares dignos, e a incorporação da qualidade ambiental como novo conteúdo obtido por seu campo de proteção.

O conteúdo normativo debatido pelo direito ao mínimo existencial deve receber estrutura baseadas nas circunstâncias históricas e culturais concretas da comunidade estatal, sob a ótica evolutiva e cumulativa. Diante da reivindicação, é natural o surgimento de novos enfoques, decorrentes das relações sociais contemporâneas e das novas necessidades existenciais expostas, e que de modo gradual, tenham incorporados ao seu conteúdo a dignidade da pessoa humana, permanecendo imprescindível o comedimento e a segurança ambiental.

O pano de fundo para promover o ajustamento do conteúdo do princípio da dignidade da pessoa humana, é a ampliação do rol dos direitos fundamentais, os quais conservam repercussão com a concepção histórica dos direitos humanos, prevalecendo a garantia máxima de tutela e promoção da pessoa, tanto em uma órbita individual como em aspectos coletivos em relação às questões ambientais.

Ao que tange discurrir sobre Princípio da cooperação internacional, no Recurso Especial n. 588.022-SC (2003/0159754-5), embora a data de julgamento desse referido acórdão seja do ano de 2004, ele merece atenção por representar um marco na época por suas fundamentações e argumentações, no sentido que alavancaram o avanço da Ciência Jurídica Ambiental. O Recurso Especial³⁷, exposto pelo

³⁷ EMENTA: Administrativo e Ambiental. Ação civil pública. Desassoreamento do Rio Itajaí-Açu. Licenciamento. Competência do IBAMA. Interesse nacional. 1.Existem atividades e obras que terão importância ao mesmo tempo para a Nação e para os Estados e, nesse caso, pode até haver duplicidade de licenciamento.2.O confronto entre o direito ao desenvolvimento e os princípios do direito ambiental deve receber solução em prol do último, haja vista a finalidade que este tem de preservar a qualidade da vida humana na face da terra. O seu objetivo central é proteger patrimônio pertencente às presentes e futuras gerações. Não merece relevo a discussão sobre ser o Rio Itajaí-Açu estadual ou federal. A conservação do meio ambiente não se prende a situações geográficas ou referências históricas, extrapolando os limites impostos pelo

então Ministro José Augusto Delgado, do Superior Tribunal de Justiça - STJ, trouxe a lume discussões sobre a competência licenciatória, a requisição de Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental - EIARIMA e a visão holística do Direito Ambiental, ainda que outras demandas foram abordadas pontualmente.

Os recorrentes na época acodem que, mesmo na zona costeira e no mar territorial que a integra, a competência seria dos Estados Federados, como regra para o licenciamento ambiental de atividades com influência no meio ambiente, sendo apenas supletiva a intervenção do IBAMA.

Por sua vez, a Procuradoria da República, com o objetivo de buscar a competência Federal e obrigatoriedade do EIA/RIMA, interpelou ação civil pública em face da Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina - FATMA, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e da Superintendência do Porto de Itajaí - SPI, tendo em vista a dragagem/dessassoreamento do canal do Porto de Itajaí e da localidade Saco da Fazenda, bem como a recuperação do talude e plataforma da estrutura do Molhe Sul.

Em síntese, o objeto do acórdão foi mais diretamente a respeito da responsabilidade, competência pelo licenciamento ambiental e da relevância da citada avaliação de impactos ambientais. Contudo, a

homem. A natureza desconhece fronteiras políticas. *Os bens ambientais são transnacionais.* A preocupação que motiva a presente causa não é unicamente o rio, mas, principalmente, o mar territorial afetado. O impacto será considerável sobre o ecossistema marinho, o qual receberá milhões de toneladas de detritos. 3. Está diretamente afetada pelas obras de dragagem do Rio Itajaí-Açu toda a zona costeira e o mar territorial, impondo-se a participação do IBAMA e a necessidade de prévios EIA/RIMA. A atividade do órgão estadual, *in casu*, a FATMA, é supletiva. Somente o estudo e o acompanhamento aprofundado da questão, através dos órgãos ambientais públicos e privados, poderá aferir quais os contornos do impacto causado pelas dragagens no rio, pelo depósito dos detritos no mar, bem como, sobre as correntes marítimas, sobre a orla litorânea, sobre os mangues, sobre as praias, e, enfim, sobre o homem que vive e depende do rio, do mar e do mangue nessa região. Recursos especiais improvidos. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento aos recursos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luiz Fux, Teori Albino Zavascki e Denise Arruda votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 17 de fevereiro de 2004.

relevância deste julgado foram os posicionamentos inovadores sobre outras questões como o conceito de bem ambiental, a configuração do meio ambiente como direito fundamental da pessoa humana e da relação entre desenvolvimento e meio ambiente, servindo de bases jurídicas para a construção e evolução da proteção efetiva do meio ambiente, não somente nacional como internacional.

Arguindo a terceira dimensão de direitos fundamentais, o meio ambiente foi trazido ao lado do direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e do direito de comunicação, para uma análise principiológica, alargando horizontes e proporcionando se falar em direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental, com dimensões objetivas e subjetivas, ainda deliberou-se sobre a inexistência de limites para o exercício do direito fundamental ao meio ambiente quando a sua aplicação está dirigida diretamente a alcançar os seus objetivos, com destaque ao cotejo entre o direito ao desenvolvimento e os princípios do direito ambiental, haja vista a finalidade que este tem de preservar a qualidade da vida humana na face da terra, fortalecendo o objetivo central de proteção ao patrimônio que pertence à humanidade, enfatizando a filosofia de integração internacional com base na cooperação.

A partir dessas características expressas no acórdão e a busca de efetividade de proteção ao meio ambiente, o Poder Judiciário passou por uma intensa mudança sobre sua responsabilidade para que os desígnios do Direito Ambiental vigente sejam alcançados. Como defende José Rubens Morato Leite (2011, p.21/22), quando se trata de Direito Ambiental essa busca é ainda mais premente, tendo em vista que o seu objetivo é defender o meio ambiente e a qualidade de vida da coletividade dentro de um horizonte de crise ecológica, que se apresenta como o quadro de escassez dos recursos naturais e de desastres ecológicos de repercussão planetária causada pelas atividades humanas.

Logo, a partir da definição do meio ambiente ecologicamente equilibrado como essencial ao futuro da humanidade na Constituição Federal de 1988, e posicionamentos jurisdicionais como o referido acórdão fica evidente a missão dos atores jurisdicionais contemporâneos, com apoio na valorização dos princípios cultivados a esse ramo da ciência jurídica e a cooperação internacional alavancarem a concretização das regras de maneira a obter o que se almeja: a cidadania diante de um meio ambiente equilibrado em consonância com o necessário desenvolvimento econômico.

Para fundamentar o princípio da cooperação internacional, inicialmente remontam-se as particularidades da problemática ambiental, em especial, a relação de interdependência existente entre os diferentes elementos que compõem o meio ambiente e que, os sistemas ambientais por vezes não condizem corretamente nos limites territoriais pregados pelas fronteiras artificiais forjadas pelo homem entre as cidades e os Estados.

Com o enfrentamento dos problemas ocasionados pela degradação ambiental, este toma uma dimensão mais global, ou seja, uma possível degradação ambiental determinada no interior de um Estado pode indiretamente ou diretamente ocasionar lesões ou danos ao meio ambiente de Estados vizinhos ou ao planeta, como os acidentes com materiais radioativos e nucleares, efeito estufa, entre outros. A este fenômeno se ajustou titular de dimensão transfronteiriça e global das atividades degradadoras exercidas no âmbito das jurisdições nacionais.

Portanto, é cogente a emergência na união dos Estados a fim de evitar tal dimensionamento, evitando danos ao meio ambiente como meio de proteger as gerações futuras, o que se faz através do instituto da cooperação internacional, que se depara com várias possibilidades na esfera ambiental.

As variáveis originais da questão, no entanto, não implicam no abandono da soberania por parte dos Estados diante da necessidade de cooperação internacional para a proteção do meio ambiente, ao contrário a exemplo dos blocos comunitários há solidariedade e cooperação para maior integração. Mais especificamente o princípio nº 2 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992, reproduzindo o princípio nº 21 da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano de 1972, trouxe elencado a proteção e a manutenção da soberania dos Estados na exploração de seus recursos, conforme suas próprias políticas ambientais e de desenvolvimento, ao mesmo tempo, contudo, em que ressaltou a responsabilidade dos Estados de acautelar-se para que dentro de sua jurisdição não ocorram danos ao meio ambiente que possam repercutir em outros Estados ou a áreas situadas fora dos limites das jurisdições nacionais. Ficou assegurada a soberania orientada pela indispensável cooperação internacional.

A terminologia “cooperação” teve notoriedade internacional a partir da Carta das Nações Unidas, expressa no artigo 1º, § 3º, teve como propósito, resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

O Princípio 24 da Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), designadamente no que toca à cooperação para fins de proteção e do meio ambiente, montou que todos os países, grandes e pequenos, devem ocupar-se com espírito de cooperação e em pé de igualdade das questões internacionais relativas à proteção e melhoramento do meio ambiente.

Para efetivar o princípio da cooperação internacional as bases no Fórum de Siena (1990) prepararam-no para a Conferência do Rio de Janeiro de 1992, reforçando o dever de cooperação entre Estados para a preservação do meio ambiente.

Outro ato importante por parte do governo brasileiro também se deu em 1992, com a assinatura da Carta de Adesão à Convenção de Basileia, pelo Decreto Federal 875/1993, onde se adere o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seus Depósitos, prevendo a intensificação da cooperação internacional para a gestão adequada desses resíduos.

Em nível de Direito Comunitário, o Mercosul, em seu chamado Acordo Quadro sobre Meio Ambiente, realizado em Assunção no Paraguai, em 22 de junho de 2001, e ratificado pelo Brasil em 9 de outubro de 2003, observa o imperativo de cooperar para a proteção do meio ambiente e para a utilização sustentável dos recursos naturais, com vistas a alcançar a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A Constituição Federal de 1988 consagrou, no seu art. 4º, incs. II e IX, os princípios da prevalência dos direitos humanos e da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Como também a Lei brasileira nº 9.605/1998, em seus artigos 77 e 78, que regulamenta os Crimes Ambientais fazer obedecer, no seu Capítulo VII, a cooperação internacional para a preservação do meio ambiente. Também é importante mencionar que augurada em uma lei penal, a cooperação internacional é uma obrigação instrumental que procede transversalmente do Direito Internacional.

Em razão de todas as proteções legais ao meio ambiente, é válido notar que o Estado brasileiro é um dos ratificadores dos tratados internacionais de Direitos Humanos, dessa maneira, mesmo que não houvesse a previsão específica em lei, o comprometimento do Estado brasileiro de cooperar com outros países se faria presente.

Percebe-se que o crescente número de convenções internacionais sobre o meio ambiente sugere visivelmente que os Estados já despertaram para o risco de extinção da própria espécie no planeta. Entretanto, se não houver cooperação internacional mútua por parte de

todos Estados com a implementação de políticas planetárias, não haverá solução isolada que seja rápida e eficiente às dificuldades ambientais do nosso século XXI.

Todavia, a cooperação cogita algumas possibilidades de integração a promoção dos direitos humanos às ações de cooperação promovidas pelos Estados, respeitando as soberanias e sem usá-lo como arma política de cooperação internacional. Alinhada a esse, outra necessidade se destaca a garantia de mecanismos de participação, onde especialmente no caso do Brasil é reconhecidamente detentor de muito *know-how*, na produção de políticas e programas de cooperação, de forma a garantir que os receptores da cooperação signifiquem verdadeiramente parceiros e tomem decisões sobre seu próprio desenvolvimento, e asseverar que a sociedade civil brasileira consiga influenciar e fiscalizar as políticas de cooperação do governo brasileiro.

Daí a necessidade de diálogos, promoções de políticas das normativas ambientais internacionais e nacionais que previnam a atuação conjunta das nações como cogente à efetiva proteção do meio ambiente.

Inovador e polêmico o Princípio *in dubio pro natura* teve destaque no Recurso Especial n. 1.198.727-MG (2010/0111349-9)³⁸, onde foi pronunciado em razão de recursos especiais interpostos pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais contra decisão do tribunal de justiça daquela região que julgou procedente o pedido de reparação do dano ambiental, não provendo, contudo, o pedido indenizatório, ao abranger que o mesmo somente seria admissível caso inviável a recuperação da área degradada.

³⁸ Ementa: Administrativo. Ambiental. Ação civil pública. Desmatamento de vegetação nativa (Cerrado) sem autorização da autoridade ambiental. Danos causados à Biota. Interpretação dos arts. 4º, VII, e 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, e do art. 3º da Lei n. 7.347/1985. Princípios da *reparação integral*, do *poluidor-pagador* e do *usuário-pagador*. Possibilidade de cumulação de obrigação de fazer (reparação da área degradada) e de pagar quantia certa (indenização). *Reduction adpristinum statum*. Dano ambiental intermediário, residual e moral coletivo. Art. 5º da Lei de Introdução ao Código Civil. Interpretação *in dubio pro natura* da norma ambiental. Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça: “A Turma, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro-Relator, sem destaque e em bloco.” Os Srs. Ministros Mauro Campbell Marques, Cesar Asfor Rocha, Castro Meira e Humberto Martins votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 14 de agosto de 2012.

Trata-se de ação civil pública proposta com o intuito de responsabilizar o réu por danos ambientais causados pelo desmatamento de vegetação nativa, mais conhecida como Cerrado. Em sede de primeiro grau e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais condenaram pelo dano ambiental e sua reparação, restando improcedente o pedido indenizatório pelo dano ecológico pretérito e residual.

O STJ por sua vez se posicionou pela hermenêutica jurídica-ambiental rege-se pelo princípio *in dubio pro natura*, pois a legislação garante aos sujeitos vulneráveis, dos interesses difusos e coletivos a interpretação de modo que seja mais favorável e mais perfeito à viabilidade eficaz. Salientou ainda que, não se deve confundir prioridade da recuperação *in natura* do bem degradado com impossibilidade de cumulação simultânea dos deveres de repristinação natural (obrigação de fazer), compensação ambiental e indenização em dinheiro (obrigação de dar), e abstenção de uso e de nova lesão (obrigação de não fazer).

Ao mencionar a responsabilização, evidenciou a diferença entre a responsabilidade civil ao agente causador de degradação ambiental da responsabilidade administrativa ou penal, desconsiderando essas em caso de absolvição criminal ou Administrativa.

Justifica-se nas demandas ambientais, por força dos princípios do poluidor-pagador e da reparação *in integrum*, a condenação do réu, simultânea e agregadamente, em obrigação de fazer, não fazer e indenizar. Tal posicionamento considera que o dano ambiental é multifacetário, estendendo-se desde o indivíduo isolado à coletividade, às gerações futuras e aos próprios processos ecológicos em si mesmos considerados.

De uma primeira análise, se o bem ambiental lesado for imediata e completamente restaurado à condição original, ao *status quo*, não haveria indenização. Entretanto, vislumbrando a possibilidade técnica, no futuro, de restauração *in natura* esta sucessivamente não será satisfatória para reverter ou recompor integralmente, no terreno da responsabilidade civil, as várias extensões do dano ambiental.

O acórdão afirmou a força dos princípios do poluidor-pagador e da reparação integral, da cumulação entre as obrigações de fazer, de não fazer e de indenizar, afora considerar o princípio *in dubio pro natura*, que consentiriam na exigência do aplicador da norma ambiental conduta que defendesse o melhor nível de proteção. Consequentemente a posição do STJ mostrou-se caracterizadamente diversa do que foi reconhecido pelo tribunal de origem reformando o acórdão e admitindo a possibilidade de reparação aos danos residuais, intercorrentes e intermediários.

Exalta-se a autoridade desse acórdão no que tange a renovação da interpretação hermenêutica da norma ambiental, por conter em seu bojo teor ético-intergeracional e ecocêntrico, exigindo do intérprete, no caso os magistrados e ministros, a aplicação da norma visando seus fins sociais e às reivindicações do bem comum, conforme preceitua a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, elevando as disposições ambientais para uma interpretação e integração segundo o princípio hermenêutico *in dubio pro natura*.

Fato é que a realidade do mecanismo estatal contemporâneo encontra-se contra a sua finalidade, especialmente no que se refere à função jurisdicional, sua estrutura material e pessoal defasada, visto problemas econômicos e sociológicos impostos à maioria da população, e chegando ao obsoleto e burocrático ordenamento processual positivado, dessa forma não há como não se chegar ao ponto de pensar na desnecessidade do Estado, e empreender caminhada rumo ao resgate da ideia de que o Estado em sua Jurisdição necessita de políticas públicas aplicáveis que, por sua vez, assumam o papel de solucionar ou diminuir estes conflitos.

Cabe à jurisdição fortalecer o elemento de integração entre sociedade e Estado, através da participação social para alcançar os êxitos que permanecem inatingíveis. Neste aspecto, apresentaram-se novos paradigmas a partir da atuação jurisdicional, mais especificamente o STJ que, de algum modo, aplicam políticas públicas de formas distintas, com o mesmo objetivo, onde busca alcançar a efetividade em prol do bem estar social e da cidadania, elevando os princípios através da interpretação hermenêutica ao monte máximo de proteção na esfera ambiental.

É certo que o Direito Ambiental suscita dúvidas em algumas de suas decisões jurídicas, permeando um campo de insegurança e vulnerabilidade para os sujeitos abrangidos nessa relação jurídica. Os mecanismos jurídicos podem constituir forte ferramenta na implementação do direito voltado ao meio ambiente, porém surgem casos concretos que conflitam as normas estabelecidas, ou até mesmo inexistentes. Assim, emerge a defesa do chamado princípio *in dubio pro natura*, decorrente do próprio princípio da precaução, o que deixa margem para doutrinadores, pesquisadores e atores jurídicos por vezes realizar uma análise conjunta dos dois princípios.

O estudo analítico para a projeção do princípio *in dubio pro nature*, designado também de *in dubio pro ambiente*, presta grande contribuição para a causa ambiental, em virtude de se constituir base fomentadora na construção de uma hermenêutica ambiental. Denota-se,

no entanto sua utilização nos casos em que não for cabível uma interpretação única, sendo que a escolha deve incidir sobre a interpretação mais favorável ao meio ambiente.

A expressão princípio *in dubio pro natura* conforme Paulo José Leite Farias (1999, p.356) obedece a um critério razoável, uma vez que não contraria o critério primordialmente eleito pela Constituição, já que possui aplicação subsidiária, e, ao mesmo tempo, privilegia a tutela ambiental.

Nesta perspectiva, a inserção na área jurídica ambiental do princípio *in dubio pro natura* estabelece um apropriado meio de interpretação na promoção da dignidade da pessoa humana e da paz social. Por conseguinte, ser visualizado como alcance de solução às questões ambientais, e, portanto ser valorado e reconhecido na qualidade de sustentação para a interpretação jurídica ambiental pelo Poder Judiciário.

O disciplinamento e reconhecimento desse princípio dentro do ordenamento jurídico são decorrentes da necessidade de existir um procedimento no que se exclua a possibilidade do dano diante dos casos ambientais, ou que possa ao menos atenuar o conflito da regra do ônus da prova dentro do processo brasileiro.

Por este viés, é viável ressaltar que a manifestação por parte da doutrina em termos de proteção ao meio ambiente é unânime, dotada pelos posicionamentos jurisprudenciais de grande relevância, em razão de que a manutenção da vida depende do meio ambiente.

Assim, nas decisões proferidas pelos tribunais brasileiros, especialmente no Superior Tribunal de Justiça, o princípio *in dubio pro natura* tem sido auferido de forma mais abrangente, como apontamentos e sentido próprios, ganhando notoriedade como fonte interpretativa.

Não se pode deixar de mencionar que até pouco tempo inexistia alusão a este princípio, mas a partir das necessidades individuais e coletivas impostas para proteger o meio ambiente, o corolário *in dubio pro natura* mostra-se como uma aberta revelação das ideias de solidariedade e precaução, com vistas à afirmação de normas que almejam a promoção de todos, tanto das presentes quanto das futuras gerações, por meio da preservação ambiental.

Dialogando com todos os princípios supracitados ainda destaca-se o princípio da educação ambiental. Juridicamente na legislação brasileira este foi implantado primeiramente pela Lei nº 6.938/1981 e, após pela expressa no artigo 225, §1º, VI, da Constituição Federal, conferindo ao Estado a realização da educação e da consciência ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para

a preservação do meio ambiente, estabelecendo a educação ambiental como um dos deveres do Estado, uma obrigação de fazer imperativa.

Com a publicação da Lei nº 9.795/1999, houve a implantação do Programa Nacional de Educação Ambiental, tornando-se ferramenta de mudanças na consciência dos indivíduos, demandando mudanças complexas entre o ser humano e o meio ambiente.

Percebe-se uma defesa em prol da natureza e que leva a refletir sobre a fragilidade humana em harmonia com a natureza. Desse modo, muitos doutrinadores propõem a necessária promoção da educação ambiental, a qual pressupõe acesso à educação básica. Sem a educação básica, dificulta-se a participação política e, sem uma formação mínima na área ambiental, é praticamente impossível uma participação coerente e séria em processos de gestão de recursos ambientais. A recente inclusão pelo Ministério de Educação do "meio ambiente" como um dos temas transversais que devem permear todo o ensino, bem como a recente aprovação da Lei de Política Nacional de Educação Ambiental, constituem importantes avanços nesse sentido (FURRIELA, 2009, p.57).

A autora continua, ainda, cotejando a promoção da educação ambiental frente ao engajamento, vontade política, e, na maioria das vezes, intuito de promover um projeto de intervenção para a mudança, para a transformação da sociedade. Tudo isso depende de engajamento pessoal, crença pessoal dos educadores que assumem a educação ambiental com seriedade. É importante que os educadores assumam essa abordagem educacional (2009.p.57-58).

Por sua relevância a educação ambiental integra um dos sete saberes necessários à educação do futuro, segundo Edgar Morin (2011, p.31),² e o destino planetário do gênero humano é uma realidade até então ignorada pela educação:

A era planetária figura como um momento onde todas as partes do mundo se contornaram para um aspecto mais solidário, entretanto, persiste opressões e dominação que permeiam a humanidade e que ainda não esvaneceram. Conforme Edgar Morin (2011, p. 16-17) indica será conciso lembrar o complexo de crise planetária que marca o século XX, mostrando que todos os seres humanos, confrontados, de agora em diante, com os mesmos problemas de vida e de morte, partilham um destino comum.

O sistema institui o homem, os outros e o ambiente de forma agrupada em polos distintos, contudo interdependentes. Nessa esteira surge a ecoformação proposta por uma educação ao longo da vida e em

todos os setores da prática humana, intercedida pela relação do homem consigo mesmo, com os outros e com o ambiente.

A educação ambiental ou ecoformação pode transformar comportamentos e consciência sobre as responsabilidades individuais e coletivas, acarretando uma mudança de escala e de magnitude na educação ambiental, permitindo pensá-la permanentemente.

Como bem mensura Daniela Richter (2015, p.194) que o surgimento da questão ambiental tem sido enfrentado como um problema que afeta o futuro da humanidade e tem mobilizado o Estado e a sociedade civil. Pensando nisso, na esfera educativa tem-se assistido à formação de consensos sobre a educação ambiental, desenvolvidos em todos os níveis de ensino, de forma transversal e interdisciplinar de modo a articular saberes, atitudes e valores de sensibilidade ambiental.

Desta maneira, alavancar valores, não no significado de se recomendação ou imposição ética universal, todavia no sentido de um debate sobre os valores que melhor respondem ao desígnio de uma humanidade que anseia reinventar sua relação com a natureza. Nesse sentido, quicá o elo perdido homem e natureza, a humanidade da humanidade que Edgar Morin (1995, p.105) busca entender, quando afirma que a tomada de consciência de nossas raízes terrestres e de nosso destino planetário é uma condição necessária para realizar e civilizar a Terra.

Educar para a sustentabilidade denota educar para a complexidade. Realizar educação ambiental é permear o pensamento complexo, e o diálogo de saberes é ponto fundamental para que ideias e políticas de educação ambiental tenham resultados satisfatórios.

Da leitura da seleção dos julgados e seu diálogo com os princípios norteadores do Direito Ambiental denota-se que certamente ainda suscitam dúvidas em algumas de suas decisões jurídicas, seja pela vulnerabilidade dos sujeitos abrangidos nessa relação jurídica, seja por ineficiência ou inoperância do Estado ou ainda pela subjetividade dos julgadores. De tal modo, emerge a defesa de mecanismos jurídicos que podem estabelecer a implementação do direito voltado à proteção ambiental. Daí a necessidade de diálogos, promoções de políticas das normativas ambientais internacionais e nacionais que previnam a atuação conjunta das nações como cogente à efetiva proteção do meio ambiente, e neste cenário o STJ desponta, embora timidamente, mas com qualidade em casos paradigmáticos fazendo frente às adversidades e desafios ambientais.

5.3 A FUNÇÃO JURISDICIONAL E SUA APLICABILIDADE NA EFETIVIDADE DA CIDADANIA

A contemporaneidade revela como visto a sociedade do consumo fundada na ciência, tecnologia e economia, além de valorizar as técnicas que possam utilizar e dominar a natureza.

Com base nesse prognóstico, aponta-se para uma crise de valores, a qual distancia os seres humanos da natureza, que por vez não ponderam a questão da solidariedade, os bens da coletividade ou o seu exercício de uma cidadania ativa. Consequentemente, continuam a manter seu foco na busca acirrada pelo lucro com fulcro no progresso da humanidade, e a sociedade acaba cedendo seu espaço para o poder de mercado capitalista. Não é demais afirmar que diante desse objetivo econômico, o próprio Estado negocia com empresas transnacionais, e a questão de cidadania, território, soberania e direito social, especialmente meio ambiente, dá lugar à inclusão das necessidades consumistas.

Se diante de uma crise ecológica e de valores o Estado cede, no ordenamento jurídico frente ao Estado Democrático de Direito, a sociedade solicita um sistema adequado as suas demandas, e o direito clássico baseados nos modelos liberal e social por sua gênese conteudística e positivista acaba em muitos casos concretos por não atendê-los. Assim, exige-se uma nova postura, um novo pensar por parte da atividade jurisdicional, alavancando a multiplicação de novos atores que colaboram para efetivação social.

Neste enfoque jurídico e social, em uma era paradigmática, em que modelos jusnaturalistas e positivistas são insuficientes para conduzir a complexidade da sociedade e meio ambiente, desponta a compreensão da função construtiva, inovadora e transformadora da jurisdição ambiental.

Todavia, frente a um Estado Democrático de Direito não concretizado totalmente, que cedeu espaço para um Estado Contemporâneo inesperado, vale ressaltar que diante da relevante questão social, o processo jurisdicional ainda não conseguiu ultrapassar o tecnicismo do século XIX, pois ainda há magistrados, na sua maioria, que seguem norteados somente pela razão e lei.

Porém, se coloca como um grande desafio aos novos posicionamentos jurisdicionais, a construção da decisão ideal para o caso concreto a partir de uma interpretação sistêmica, onde a atuação jurisdicional passa a conjecturar intensamente sua atividade de maneira, participativa, construtiva e dialética, considerando a força normativa da Constituição, pautada por valores, princípios e regras contidos no

ordenamento jurídico, bem como as contribuições transdisciplinares, e com cautela projetar os efeitos da decisão para o futuro.

Em defesa de uma maior abertura interpretativa Rui Portanova (2003, p.74) assevera que o processo não se desenvolve somente no nível da racionalidade, pois não se podem esquecer fatores emocionais e humanitários próprios da subjetividade do juiz.

Com base, a atuação jurisdicional, mais propriamente na esfera ambiental, deve ser consciente de que são as possibilidades de suas decisões que poderão determinar a qualidade de todas as formas de vida futura. Os posicionamentos podem e devem estar baseados em vínculos consistentes com o futuro, de forma a construir constantemente a sustentabilidade.

O intuito em defender os posicionamentos e a atuação jurisdicional diferenciada, como as vistas neste estudo, é assegurar a questão social na plataforma estatal política e jurídica no Estado Democrático de Direito, com vistas a aproximar um comprometimento mais solidário, fraterno, zelando e implementando as questões sociais a partir dos textos constitucionais.

Embora, as pressões e expectativas na resolução de problemas passaram a ser transferida a atuação jurisdicional, entende-se que o Estado Democrático de Direito marca uma ampliação da atividade jurisdicional, pois para garantir o controle e o limite do poder, através de sua discricionariedade, passam a dar cumprimento, na inércia dos outros Poderes, dos mandamentos constitucionais. Significa dizer que a atuação jurisdicional observa e pondera, com embasamentos jurídicos ou fundamentados na doutrina, a solução das demandas, construindo a partir disso, posições e decisões diferenciadas.

Em que pese algumas especificidades, é notório a noção que os intérpretes devem se condicionar ao Direito de maneira coerente e integrada, o que justifica a prática judicial a partir da limitação de seu Poder, a partir da contestação da discricionariedade judicial, que se encontra ajustada na defesa da responsabilidade política dos intérpretes, defendida por Ronald Dworkin.

A noção de integridade do direito segundo Francisco José Borges Motta (2012, p.103-104), julga que as pessoas têm direito a uma extensão coerente, e fundada em princípios, das decisões políticas do passado, mesmo quando os juízes divergem profundamente sobre seu significado. Trata-se de compreender o Direito como ‘totalidade’ – ou como ‘completeza’ –, sustentando que as pessoas têm como pretensões juridicamente protegidas todos os direitos que são patrocinados pelos

princípios que proporcionam a melhor justificativa da prática jurídica como um todo.

Deste modo, pode-se alegar que com o Direito acontece da mesma maneira, é cogente que se empreguem esforços para descobrir a melhor interpretação judicial de acordo com os parâmetros constitucionais, mesmo que a resistência positivista mantenha-se fortemente no ordenamento jurídico.

O exercício jurisdicional sobreveio a adotar uma função promotora, que demanda o desapego ao modo liberal nos procedimentos processualistas, contudo sua atuação deve ser pautada na coerência, responsabilidade social e integridade do direito. Pode-se assegurar que estes possuem o dever de observar os textos constitucionais, bem como a questão principiológica, promovendo uma transformação nas decisões de acordo com os anseios da sociedade, porém levando em conta outros casos, como mencionado por Ronald Dworkin (1999, p.286) que a jurisdição deve considerar as decisões deles como parte de uma longa história que tem de interpretar e continuar.

Do exposto, direcionado a questão ambiental, ao que se compreende, a experiência é de construírem-se ações articuladas em todos os âmbitos, ponderando na proteção ao meio ambiente em todos os aspectos, cujo desenvolvimento implica a corresponsabilização dos atores envolvidos.

Argumentos opostos à adoção da doutrina da proteção existem e trazem consigo obstáculos e dificuldades em todas as instâncias, pois passar de uma de gestão unilateral do Estado a um modelo de cidadania compartilhada, justificando uma maior atuação jurisdicional, no qual se abram espaços para discutir e buscar alternativas é uma tarefa no mínimo intensa.

Entendê-los todos como sujeito de direitos é reconhecer e preservar o desenvolvimento, permitindo que realidade e novas condições de limites convivam e mantenham-se presentes na medida em que a sociedade transforme-se.

Estabelecer ambientes democráticos para que haja troca e partilha de ações justificadas ao bem comum da coletividade é onde pode destacar-se a atuação estatal, pois a efetivação da doutrina da proteção ao meio ambiente requer mais do que infraestrutura para a implantação de Conselhos ou manutenção das verbas. É imprescindível que a temática seja arraigada nas pautas de Estado, entendendo-se como política a ser implementada a partir do diálogo e da valorização dos

próprios atores de direitos tutelados pela normativa e suas experiências bem sucedidas em relação à cidadania e meio ambiente.

A defesa da Constituição e do Estado Democrático de Direito permanecem como a essência para a construção de um conceito de sustentabilidade, com vistas a superar a crise ecológica e moral estabelecida durante as mudanças ocorridas nos últimos séculos.

Do ponto de partida da função jurisdicional e sua aplicabilidade na efetividade da cidadania, face às transformações da sociedade hoje denominada aqui planetária, verifica-se que ainda persiste o suporte axiológico do Direito na sua totalidade, mas cabe à atuação jurisdicional a exemplo dos posicionamentos do STJ, interpretar, compreender e aplicar as normas coerentes e íntegras com os princípios e a Constituição, sob o vértice do diálogo, da participação cidadã, preservando a Democracia e a Cidadania Planetária na busca da Justiça Ambiental.

CONCLUSÃO

Diante da intensa complexidade que o tema comporta, assim como seus desdobramentos, é factível que vários pontos podem ter permanecido em aberto, porquanto o estudo se pauta sobre os pontos de vista que se considera como eficazes à exposição da presente tese.

A partir da justificativa sobre a proteção ao meio ambiente de forma globalizada, aqui determinada como planetária, diante da crise instaurada, da insuficiência de legislação ou de políticas públicas voltadas a esta, aliada à inoperância do Estado em promover espaços de discussão e reflexão sobre o tema, busca como objetivo geral, apresentar a realidade das concepções sociais, políticas e jurídicas, ainda recente e cercada de desafios, ao que se impõe uma profunda reflexão sobre o papel da atuação jurisdicional diferenciada na consecução da proteção do meio ambiente, especialmente considerando que a globalidade e a fluidez dos riscos produzidos indicam a insuficiência das respostas tradicionalmente produzidas, considerando os limites do sistema normativo brasileiro para dar conta de problemas que fogem às tradicionais formas de controles sociais traçados na contemporaneidade.

O momento, portanto, se mostra propício ao reconhecimento de paradigmas que rompam com as barreiras e fronteiras estabelecidas, o qual se deve começar por meio da manifestação de lacunas diretas ou indiretas no modelo estrutural civilizacional planificatório, e se elevar a modelos legitimamente novos e precursores na busca do equilíbrio planetário.

Nessa direção, se aplica a concepção ao Direito Ambiental, pois o ordenamento jurídico vigente não consegue garantir a implementação ou a efetividade dos direitos somente pelo plano normativo. Diante de uma complexidade que engloba a sociedade, o Estado e meio ambiente, emerge a necessidade de transformações densas na estruturação dogmática jurídica, e aberta a inovações interpretativas desprezadas muito tempo pela dogmática.

Esse caminho também é influenciado pelas novas tecnologias e a globalização, que apontam o agravamento de desafios para atender as questões decorrentes de violação ao meio ambiente e o plano normativo. Ao perseguir os objetivos, com base em uma seleção de julgados, evidencia-se a legislação de proteção ambiental para introduzir normas internacionais de Direitos Humanos como prática de incentivo à proteção, e se insere à principiologia dentro da complexidade como base, para enfrentar as insuficiências no plano normativo diante da crise planetária.

Nesse panorama, o estudo desenvolvido contribui significativamente para a mudança dos paradigmas jurídicos no momento em se dirige à análise da ineficácia das normas do direito e os posicionamentos novo paradigmáticos pelo STJ, os quais podem servir para as modificações interpretativas. Desta forma, destaca-se a complexidade sistêmica que oferece subsídios primordiais para compreensão e interpretação da legislação ambiental ao inserir concepções como fraternidade, solidariedade, cooperação e tratamentos diferenciados na tratativa desse cenário.

Dessa forma, o trabalho se define em cinco capítulos durante os quais a cidadania e a proteção ao meio ambiente rumaram a considerações diversas. Inicialmente, devido à escolha metodológica, os apontamentos abarcaram especificamente sobre a tese central do trabalho, a Cidadania Planetária. Para tal realiza-se a evolução histórica da Cidadania, suas dimensões, para tratar da cidadania além-fronteiras. Assim, ocupa-se de variáveis como a fraternidade e biodemocracia, temas que abrem debate, contudo redefinidos no século XX e a partir da ideia da solidariedade há um resgate das ideias e da teoria da complexidade de Edgar Morin como eixo de compreensão e defesa da tese, onde a globalização começa ganhar destaque no desenvolvimento do estudo, ao ser inserido como uma das grandes dificuldades na emergência de uma cidadania planetária.

Passa-se ao debate sobre a posição da sociedade quanto à proteção ao meio ambiente e suas responsabilidades, tendo como fio condutor a complexidade, o que confere incursões quanto ao sentido de sociedade a partir de uma visão sociológica. Perante as exposições realizadas, percebe-se que na sociedade que se propõe o direito, a economia, a política, a sociologia e a filosofia cursam em linhas paralelas, e assim, ruma-se à uma nova ordem comunitária. Dessa forma, para efetivar a sociedade sustentável, far-se-á necessário uma união da política e da economia com os direitos do homem, sem que o pluralismo comprometa o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Dessa perspectiva, se pode notar que os desafios da sociedade contemporânea são muitos, em especial a proteção ao meio ambiente, de forma a criar formas de convivência planetária, redefinir relações com a natureza, revalorizar a consciência e elevar a planetariedade como categoria social e jurídica para participação democrática no cenário mundial. Todavia todo esse empenho criativo, de diálogo é salutar para dar conta da complexidade contemporânea flexível, progressiva, interdependente, solidária e complexa.

Adentra-se no papel do Estado, de forma a cotejar a responsabilidade elencada pelo Estado-Gerente, e o ideal do bem estar social, diante das políticas públicas e a realidade brasileira. Compreende-se que os anseios não foram e não são plenamente atendidos e nem efetivos, especialmente no que toca a proteção ao meio ambiente.

A partir dos modelos de Estado, em especial o Estado em questão apresentado por François Chatelet, houve uma preocupação do legislador brasileiro ao trato das questões ambientais, onde a Constituição brasileira proporcionou um avanço significativo quanto ao antropocentrismo alargado, quando comprovou uma inquietação no sentido de tutelar o equilíbrio ecológico e a sua capacidade funcional, como proteção exclusiva e autônoma, livre do amparo direto que advenha ao homem.

Das evidências sobre as alterações no Planeta cuja origem evidencia-se tanto físicas naturais como sobrevividas da própria ação humana, por vezes potencialmente degradadoras, acelera-se o desequilíbrio ecológico, o que se torna muito inquietante, pois estão em xeque todas as formas de vida, inclusive na biosfera. Paradoxalmente, então o momento traduz o homem com desejos contínuos e ilimitados busca satisfazê-los e, para tanto, se usa dos bens oferecidos pela natureza que, por sua vez, são limitados e esgotáveis. A decorrência disso é a desprezível deterioração das condições ambientais. Nesse cenário, o que se evidencia é um novo modelo de Estado voltado para proteção ao meio ambiente, ponto central consubstanciado ao direito ambiental, entre o modelo adotado na modernidade e a complexidade do direito.

Consequentemente, expõe-se um panorama inicial sobre as legislações brasileiras e os Direitos Humanos como mecanismos de preservação ambiental, além de oferecer a questão principiológica como forma interpretativa de resolução na complexidade jurídica entre direito e meio ambiente. Nesse campo, a priori, a ciência jurídica ainda mantém-se na busca racional e ordenada da verdade, excluindo o que não se enquadre nela, dentro de um paradigma da simplicidade, o que estabelece a redução de procedimentos de forma a dominar, a controlar e a transformar a realidade. Como consequência desastrosa, o Planeta vivencia um estado violento, no qual as forças se enfrentam contrariamente do que se deveria fazer. A ideia trouxe contribuições, a qual se estabelece uma afinidade entre o direito ambiental e a questão interpretativa, oferecendo elementos para uma adequada pré-compreensão por parte de quem decide.

Dessa maneira, no contexto da globalização o pensamento dentro da nova ciência busca eliminar este “certo”, através da reorganização da sociedade, da transmissão das culturas, de interações entre indivíduos, do respeito por toda forma de vida, pela justiça, liberdade, tolerância e solidariedade. Pensar as relações jurídicas dentro da complexidade não constitui romper, rejeitar ou apagar as diversidades em prol de uma padronização artificial, modista ou casuística, mas regulá-las a partir de uma democracia deliberativa, equilibrada, articulando o local, o regional e o global, a fim de conciliar e harmonizar os interesses e as necessidades vitais de todos os seres humanos ou de todos os seres vivos.

Esse caminho de interconexão aponta na doutrina teorias que oferecem subsídios para pensar o que engendra a sociedade complexa e suas relações de forma interdisciplinar, como se tentasse desvelar os mistérios que se escondem por trás da humanidade. De suas análises, abstrai-se que ainda é possível tomar consciência, dialogar, educar nessa transitoriedade rumo ao infinito do Planeta Terra. O conjunto argumentativo exposto provoca quão polarizado é a discussão em torno da complexidade, do conhecimento da interação da sociedade e meio ambiente.

A análise dos argumentos demanda, no entanto, que se dê um passo além em relação à abordagem complexa, que requer cooperação de diferentes competências, com uma linguagem comum, que ofereçam e permitam a maturação de projetos mais produtivos com pesquisas científicas em prol da complexidade e sua relação jurídica.

O próprio direito ambiental foi considerado em um viés axiológico, por meio dos princípios estruturantes do direito ambiental, identificando-se como critério para a implementação do direito ambiental a Justiça Ambiental. Nesse sentido, percebe-se diante da crise ambiental a ineficácia das legislações ambientais, que se passa a tratar da atitude do Poder Judiciário em relação à questão.

Essa consciência e conexão das ideias estrutura-se na análise de uma seleção de julgados, diga-se, nada fácil em decorrência da riqueza dos acórdãos proferidos pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, procurando sempre findar com os princípios estruturantes do Direito Ambiental.

Tal construção desembocou na constatação de que o Estado em sua evolução histórica e social mostra-se um campo vasto para construção da codificação fortalecida pelo positivismo jurídico, onde a atividade jurisdicional aplica o direito segundo e unicamente os ditames implantados e delineados pelo Poder Legislativo.

A partir de uma nova construção, os direitos sociais, econômicos e culturais foram incorporados nos textos constitucionais, como maior garantia constitucional. O caráter protegido destes direitos está a demandar um tratamento jurisdicional diferenciado dos direitos civis e políticos, que ganham contorno individualista das ações constitucionais, concedendo espaço diante das exigências de regulamentação legislativa dos direitos constitucionalmente protegidos e, principalmente, perante o aspecto transindividual dos novos direitos fundamentais.

Nesse sentido, emerge uma disposição de comunicabilidade entre paradigmas um diálogo do novo com o velho, onde as questões ambientais tornaram-se um dos maiores desafios caracterizado do Poder Judiciário na sociedade contemporânea, uma vez que a proteção ao meio ambiente é inquestionável. Diante disso, ponto forte, é a arguição da legitimidade da intervenção jurisdicional frente a crescente judicialização destes litígios, além da aberta controvérsia que o assunto suscita.

Advém analisar os posicionamentos selecionados metodologicamente do Superior Tribunal de Justiça Brasileiro para demonstrar, o que pode ser considerado a nova atuação jurisdicional diferenciada, que podem fazer a diferença para implementação e efetividade da proteção ao meio ambiente, almejando uma cidadania global. É neste contexto que se expõe uma concisa contextualização dos desafios Jurisdicionais diante do paradigma designado pelo poder estatal, para defesa da tese e o entrelaçamento proposto.

Propôs-se, assim, responder a hipótese principal de que a partir da análise desses julgados do STJ, se podem compreender posicionamentos sistêmicos pautados em paradigmas como a fraternidade (solidariedade), que resgatem valores por meio da principiologia, almejando o bem estar social e a Justiça Ambiental. Ou seja, alastrar esse olhar sobre o Direito, nos limites indicados, longe de significar preciosismo jurídico, conteudístico ou conceitual, é antes de tudo, uma alternativa para desviar-se do anacronismo das compreensões que contornaram a sociedade contemporânea brutal, competitiva e destruidora da natureza e do Planeta.

A proteção ao meio ambiente encontra-se, atualmente, questionada nas esferas políticas, sociais e jurídicas. Nesse contexto, a sociedade não pode excluir de suas responsabilidades como participante ativa, ou melhor, efetivamente ativa, o que é demonstração da cidadania. Mesmo, cedendo seu espaço para o poder econômico globalizado e tecnológico, pelo princípio da responsabilidade, e mesmo pela moral e a ética, o cidadão deve reivindicar seus direitos. É

corretamente possível fazer o Estado convir ao povo e não ao mercado capitalista, alicerçado no objetivo comum da preservação da natureza.

Nessa acepção, pensar alternativas como a necessidade do reconhecimento da solidariedade, como componente de manutenção do princípio da fraternidade, como variável contemporânea nas relações estabelecidas independentes de humanas ou não humanas, significa lançar a visão para particularidades que a crise ecológica ou de valores estatais emanam.

A fraternidade como categoria jurídica pode solidificar a questão da conscientização por parte da sociedade, uma vez que, mesmo não sendo o essencial, ainda se encontra conectada a normatização. Daí, porque a fraternidade precisa ser compreendida, além de uma condição humana para o convívio intergeracional, ou apenas uma categoria social ou política.

Destaca-se o papel da fraternidade, por se entender o elemento fundante e constitutivo da Cidadania Planetária, não somente como o amálgama, pois é a partir dessa ideia, que se pode verdadeiramente pensar na união de esforços em torno de um bem comum, o que normalmente aflora diante de crises. Ou seja, se oferece este meio norteador na interpretação do Direito de forma legítima, transdisciplinar e sustentável para operacionalidade no Estado Democrático de Direito.

Atendendo que a tese perpassa pelas dificuldades e desafios contemporâneos, a fragmentação dos Estados, ou seja, a territorialidade e a soberania se mostram um dos pontos mais destacados, em razão das tutelas internacionais de Direitos Humanos. O Planeta constitui-se num território sistematizado de comunicação. Então se exalta, logo a partir do juízo de cooperação e fraternidade, fontes alternativas de identidade que reemergem a partir do deslocamento parcial do Estado, atreladas a expectativas civilizacionais, étnicas e ecológicas. A crise ambiental planetária e as normas estabelecidas pelo Estado não respondem do mundo globalizado, assim se pode projetar que a construção do futuro tende a modificar a cidadania nacional, nascida com os Estados territoriais modernos do ocidente, em forças sociais transnacionais, abrindo caminho para a criação de uma sociedade civil global emergente.

Justamente, ao considerar uma crise ecológica e de valores do Estado, a sociedade solicita um sistema adequado as suas demandas, e o direito clássico baseados nos modelos liberal e social na maioria dos casos concretos não atende. Desvela-se a necessidade do debate de um novo Estado, frente às necessidades modernas, como também uma nova

postura, um novo pensar por parte da atividade jurisdicional, alavancando a multiplicação atuações diferenciadas.

Todavia, ao tratar as raízes do Direito Ambiental, como exposto ao longo da tese, o conteúdo das normas ainda geram definições conteudísticas indeterminadas, inadequadas e insuficientes, que até esse século são tratadas com normalidade. De tal modo, diante do paradigma da complexidade, permeia a necessidade de reflexão acerca de conceitos, categorias e institutos. Significa dizer, que na última década mais especificamente, a atuação jurisdicional vem manifestando-se no sentido de repensar crítica e conscientemente essa posição, a fim de cogitar sobre construções de preenchimento destes conteúdos.

Em razão disso, a propósito da globalização e a garantia de proteção ao meio ambiente equilibrado, a omissão estrutural do que seja o coletivo como sujeito e titular dos seus bens, também se mostra um dos elementos responsáveis pela dubialidade, pela insegurança jurídica e a falta de legislação e políticas públicas direcionadas a essa tutela.

Nesse contorno, trabalhar com a questão jurídica em um tema iminentemente social é sobrelevar o diálogo, a cooperação, a interpretação para que a segurança jurídica não seja apenas uma qualidade determinada intrinsecamente pelas normas de Direito, mas derivada a partir de discernimentos e estruturas argumentativas que consistem na verificação dentro da aplicabilidade do Direito.

Ao retornar ao Superior Tribunal de Justiça, uma das instituições do Poder Judiciário brasileiro, frente aos riscos e desafios decorrentes das concepções que dominaram o século XX e o atual, começa uma nova ágora que protege o meio ambiente diante da crise planetária, através de seus posicionamentos diferenciados, baseados na competência, especialização e cautela, ao qual se imputa muito dos significativos avanços do Direito Ambiental, o que seguramente apresentará impactos em outras instituições.

Nesse local de interpretação, nota-se claramente a partir dos julgados selecionados do STJ, que mesmo diante dos principais doutrinadores e profissionais do direito, e da própria instituição, alguns julgadores não se eximem de sua responsabilidade quando toca proteger as questões relativas ao meio ambiente.

Fica intensamente evidenciada a preocupação em proteger não somente a geração atual, como todas as gerações futuras em uma esfera global. No interior dessa proposta, os novos posicionamentos da atuação jurisdicional diferenciada pelo STJ se manifestam no sentido de clarear, ou efetivar as garantias existentes no âmbito dos Direitos Humanos ou Fundamentais, sendo capaz de tornar realidade a efetividade da

segurança e proteção jurídica coletiva a esse bem tutelado. E o faz dentro da total legalidade, amparado por legislações e, principalmente, pelos princípios estruturantes do Direito Ambiental, profundamente interpretados e fundamentados.

Pode se afirmar, portanto, que os posicionamentos novos paradigmáticos, despontam no cenário jurídico manifestando que existe uma contribuição por parte do Poder Jurisdicional para um pensar diferenciado, um olhar inovador e questionador, porém somente estes isolados não poderão fazer a mudança, mas um início do que se pode almejar em proporções bem maiores na proteção às questões ambientais.

Além disso, destaca-se que a consideração dispensada ao STJ neste estudo se manifesta de maneira sistêmica, com metodologia compassada, no sentido de que existem também outros caminhos como já exposto, até mesmo porque o próprio STJ menciona a visão sistêmica em suas decisões, quando sustenta a necessidade do uso do diálogo entre os princípios como se pode observar na análise desenvolvida entre julgados e a princiologia.

Em sede mais específica, a ênfase relacionada ao STJ e a questão da cidadania na proteção dos direitos ambientais se dá de forma relativizada, a partir de uma visão holística, complexa, que incide por uma transição. Nesse caso, por outro lado, esse poder jurisdicional também se encontra atrelado a um juiz ou juízes, pois estes se alteram dentro desta instituição, podendo lá permanecer ou não, o que pode mudar as concepções até aqui delineadas, no qual se questiona sua capacitação para as questões ambientais como colocados anteriormente. Sua contribuição pode ser positiva, mas o norte ainda será a Justiça Ambiental, a Fraternidade, que se atrelam à concepção de cidadania planetária por conter em sua essência o justo e o fraterno.

Tendo em vista a tentativa de desenhar a construção de uma dimensão emergencial para a crise planetária, que ultrapasse as fronteiras da legalidade territorial e soberana dos Estados, a tese defende a Cidadania Planetária. Para tal, em meio a esses reflexos a resposta que se oferece justifica-se no dever-construir uma forma de convivência humana em nível planetário, tanto na ordem comunitária, quanto institucional, atingindo uma cultura de consideração às desigualdades.

Na busca de implementar a premissa necessária para a construção da presente tese, na análise dos julgados do STJ e suas interfaces se entrelaçam com a questão da cidadania, focando sempre na inquietação de preservação de um meio ambiente sadio e equilibrado, para as presentes e as futuras gerações.

É nesse ponto que os princípios compreendem um papel fundamental diante da concretização da presente. Os princípios além de aproximarem a construção jurídica necessária, podem ser a resposta para a questão normativa ou para falta de implementação e efetividade, uma vez que são normas. Diante da insuficiência ou déficit da legislação, e da baixa efetividade de muitas dessas normas, para atender as demandas dos riscos e desafios produzidos na atualidade, os princípios são empregados de maneira sistematizada pelas instituições do Poder Judiciário, e reiteradamente validada pelo Superior Tribunal de Justiça, de maneira a efetivar a proteção ao meio ambiente.

Sob esse ponto de vista, reconhecer essa atuação jurisdicional não somente como aplicadora das normas de Direito Ambiental a casos judicializados, mas como nova. Significa então ler na íntegra os julgados e entende-los como uma evolução no Direito Ambiental, a qual se percebe uma maturidade deste campo, preocupado com a proteção ao meio ambiente, é considerar novos paradigmas atentos à crise planetária, implantada centralizadamente em todos os debates jurídicos da atualidade, o qual não significa dizer que todos envolvidos na atuação jurisdicional primam pela interpretação nas questões ambientais, é direcionar os demais, através desses paradigmas, que se pode tratar o direito ambiental com olhar de alteridade e de fraternidade, almejando o bem estar social além-fronteiras.

A proteção ao meio ambiente mais efetiva demanda medidas concretas tanto da sociedade como principalmente do Estado. Mesmo por que a Constituição Federal confere um amplo rol de deveres fundamentais ecológicos aos entes federados que precisam ser implementados por interposição de um conjunto de políticas públicas ambientais em conjunto com instrumentos que sejam capazes de efetivá-las.

A construção proposta considera na atuação jurisdicional um instrumento de guardião e protetor dos interesses e direitos fundamentais relacionados à justiça ambiental. Evidente que essa posição é desafiadora e complexa. A atuação jurisdicional diferenciada acaba por afirmar valores e princípios, bem como promover a transformação positiva dos comportamentos da sociedade e do Estado, confirmando a possibilidade e existência de práticas ambientais voltadas à cidadania global, até mesmo vislumbrar a abertura de outras formas de conflitos.

No seio desta perspectiva, se pode afirmar que os posicionamentos selecionados do STJ, são frutos da necessidade de construção de novos modelos de atuação, para além do marco

regulatório estatal vigente, contemplar a variedade de atividades que se realizam contemporaneamente para efetivar a cidadania em nível planetário, embora não fique evidenciado expressamente em seus julgados, mas demarcado como uma resposta parcial a crise planetária, quando delineados os princípios estruturantes do Direito Ambiental, servindo de bases para com certeza um aprofundamento no futuro.

A proposta deve-se acrescentar a necessidade de resinificar, reinventar o próprio conceito de cidadania, por considerá-la atualmente reconhecida no momento em que o meio ambiente pertence a uma rede interligada que carece de maior proteção. A proteção ao meio ambiente refere interdependência, e democracia participativa, esta não deve se encontrar pautada na teoria da vontade, mas na satisfação das necessidades ou interesses básicos, coletivos, ampliando-se aos necessitados dessa tutela.

A cidadania plena proclama a capacidade de atender a pluralidade, e a partir desta balizar um campo institucional de debates da vida comunitária, constituindo um senso de convenção consigo mesmo e com o outro, de alteridade, o que pode empoderar o cidadão quando se reconhece com outros seres vivos, incluso em uma rede comunicativa, e, por conseguinte, leva ao empoderamento político e a cidadania.

O Direito Ambiental através dos ordenamentos hodiernos busca incorporar um fortalecimento às bases ambientais, e, assim, como consequência a concretização na elaboração de novas normas direcionadas à proteção ambiental, através do Estado e suas constituições, tanto nível internacional, nacional, estadual, como das instituições que fazem parte dessa teia intergeracional. Com base na teoria da complexidade aplicada à proteção ao meio ambiente defendida nesta tese com base em Edgar Morin, a visão restrita deve ultrapassar as noções reducionistas de território, e se enfrentada como além-fronteiras, em desenvolvimento diferenciado, enriquecido pela variedade de proposições que o planeta oferece, não mais reduzido, restrito como nas concepções dogmáticas, e, desse modo, caminhar ao eixo central da tese, a cidadania planetária,

Apostar na teoria da complexidade como fundamento teórico na defesa de uma cidadania mais compreensiva e na procura de soluções que impliquem na superação das dificuldades ambientais, é proporcionar alternativas para interpretação além do ordenamento jurídico frente à complexidade que vive a humanidade e o meio ambiente. Diante disso, procura-se oferecer um panorama verdadeiramente possível que propicia abordagens para ordem ambiental, além-fronteiras, com atributos

integracionistas, abertos, questionadores, estratégicos e científicos em direção à cidadania planetária.

A ideia de desenvolvimento agregada à preservação dentro de um estado sistêmico e complexo torna-se plausível, a ampliação de outras formas de sobrevivência em consonância com o ambiente complexo, fato digno de um novo paradigma, a cidadania planetária.

No interior da tese verifica-se que o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre as questões atinentes ao meio ambiente, denominado de novo-paradigmático, mostra a compreensão das múltiplas variáveis que intervêm na sociedade atual e desponta no comprometimento da Corte com os princípios que regem o Direito Ambiental, ao mesmo tempo em que se pode afirmar que tais decisões consideram em sua essência jurídica a complexidade da sociedade contemporânea e as insuficiências no plano normativo, demonstrando sua preocupação com questões relacionadas à proteção ambiental, diante da crise planetária, levando em consideração a cidadania além fronteiras, global do presente e futuro.

Assim, na visão deste estudo a Teoria da Complexidade defendida por Edgar Morin é utilizada como base a construir a percepção à Cidadania Planetária, a partir da desconstrução de um Estado-nação estabelecida por Immanuel Kant, se insere nesta nova construção, a qual pode ser notada sua iniciação nas diferentes atuações jurisdicional do STJ, embora ainda considerada minoria pelo ordenamento jurídico. Desse modo, é necessária a superação dos dogmas instituídos por teorias e legislações que não contemplem a proteção ao meio ambiente sadio e equilibrado, consagrando-se, que para combater os riscos, é aceitável interpretações principiológicas além-fronteiras sem prejuízo das garantias constitucionais e internacionais de um estado democrático.

Portanto, o enfrentamento da tese procura por algo novo, que seja ciência, e nessa perspectiva se pode expor que o objetivo foi alcançado uma vez que frente a ineficiente legislação, a inoperância estatal e as posições dogmáticas em relação à proteção ambiental, consegue apontar que a jurisdição sem a dimensão da complexidade não dá conta de equacionar os conflitos ambientais dadas suas características específicas, e partir disso a compreensão pelo Superior Tribunal de Justiça de uma cidadania diferenciada a partir de alguns posicionamentos novo paradigmáticos, subsidiados nos princípios estruturantes do Direito Ambiental e na pedra angular desta tese, a fraternidade (solidariedade) uma interpretação mais aberta. Tais posicionamentos abarcam sempre a questão do interesse comum de todos, direcionando para um viés global

na proteção dos problemas e desafios contemporâneos do meio ambiente. Embora não desenvolvida ou definida explicitamente a cidadania planetária, estes posicionamentos podem inicialmente fornecer a resposta parcial diante da crise planetária, delineadas as primeiras bases para um futuro aprofundamento como forma de concretizar a justiça ambiental, transcendendo para um esforço planetário no sentido de acrescentar um novo sentido jurídico, que permita valorar construções jurídicas, ecossistemas à subjetividade humana.

Além, de a tese oferecer ao próprio STJ e todos os atores do direito, o elemento novo da Fraternidade como categoria jurídica, valendo-se de premissas constitucionais como os outros dois princípios da tríade Francesa, igualdade e liberdade, o que pode gerar um novo parâmetro para o tratamento da crise ambiental.

Desse modo, diante de tantos desafios e paradoxos, pode se avaliar que pensar na Cidadania Planetária é utópico ou impossível. Todavia, ao considerar todo o exposto neste estudo, se conclui que pode se almejar uma proteção global ao meio ambiente, se houver realmente um engajamento por parte de todos, alicerçados no reconhecimento das diversidades e da fraternidade (solidariedade) para a transformação, a mudança de conscientização, uma pré-compreensão de um novo modelo de Estado e até mesmo das atuações jurisdicionais, o que ainda muitos resistem na atualidade.

Isso corresponde, dizer que aspirar, pensar uma Cidadania Planetária é de extrema relevância nas questões que presentemente atingem o sistema ecológico num todo. Contudo, juridicamente ainda se torna difícil falar no Direito Planetário de forma isolada, pois há que se levar em conta o Direito Ambiental num todo, se almejar a Justiça Ambiental, e deste modo se ultrapassar os limites dogmáticos. Ou seja, por hora consubstanciar a tese de maneira segura é considerar então a Cidadania integracionista, cooperativa, fraterna como parte do Direito Ambiental de caráter planetário.

Vale ressaltar que não há pretensão de que as ideias indicadas tenham aceitação universal, posto que temáticas dessa complexidade estabeleçam constante debate. Embora, se entende que tratar sobre Cidadania Planetária abarca um conceito global, aquém de universal como considerado pela Declaração de Direitos Humanos, e a academia precisa de maneira provocativa propor debates e reflexões sobre temas desafiadores. Toda essa construção resulta do empenho empreendido, e se espera contribuir o fomento ao debate no âmbito social, jurídico e político, auxiliando no Controle Social e Sistemas de Justiça, do

Programa de Doutorado em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. *Direitos Fundamentais no Estado constitucional democrático*. Forense: Rio de Janeiro, 2007.

_____. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____. *Theorie der Grundrechte*. Suhrkamp: Baden-Baden. 4 ed. 2001.

ÁPPIO, Eduardo. *Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil*. Curitiba: Juruá, 2005.

BAGGIO, Antônio Maria (Org.). *O princípio esquecido/1: a Fraternidade na reflexão atual das ciências políticas*. Tradução de CORDAS et al. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2008.

_____. *O princípio esquecido/2: exigências, recursos e definições da fraternidade na política*. Tradução de Cordas et al. São Paulo: Editora Cidade Nova, 2009.

BAHIA, L. A. *Alternativas do Estado Territorial. Encontros Internacionais da UnB*, Brasília: UnB. 1979.

BARBOSA, Clarissa de Figueiredo. *Cidadania Planetária: Perspectivas na Educação* em:

<http://www.unicap.br/catedrathomhelder/?page_id=47> acesso em 07 de julho de 2015.

BARROSO, Luis Roberto. *Interpretação e aplicação da Constituição*, 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BAUMAN Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.

BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Tradução de Jorge Navarro, Daniel Jiménez e Maria Rosa Borrás. Barcelona: Paidós, 1998.

BELCHIOR, Germana Parente Neiva. *Fundamentos Epistemológicos do Direito Ambiental* Tese de Doutora UFSC 2015. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PDPC1205-T.pdf>. Acesso em 04.12..2015

BERNARDES, W. L. M. *Da nacionalidade: Brasileiros natos e naturalizados*. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução Myrian Avila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BIRNFELD, Carlos Andre de Sousa. *A emergência de uma dimensão ecológica para a cidadania – alguns subsídios aos operadores dos direitos*. Dissertação defendida UFSC, 1997. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br>, acesso em 03.02.2016.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

_____. *Thomas Hobbes*. 4. ed. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Campus, 1991.

_____. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 7 ed. Brasília: Unb, 1996.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 4. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 1993.

_____. *Do estado liberal ao estado social*. 3 edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

BRASIL. Constituição Federal (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 33, ed. Atualizada até a Emenda Constitucional n.42, de 19 de dezembro de 2003. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL, Presidência da República. Comissão Interministerial para Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Relatório do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: Cima, 1991.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Yussef Said Cahali. 10. ed. São Paulo: RT, 2008.

_____. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: A Agenda 21. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. Brasília.1996.

_____. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 217A (III) de 10 de Dezembro de 1948. Disponível em:<https://www.google.com.br/search?q=www+onu+brasil+org+br+documentos+direitoshumanos>. Acesso em: 27.05.2016.

_____. Lei 140/11. 08 de dezembro de 2011. Dispõe sobre fixa as normas para cooperação entre os entes da federação sobre o licenciamento ambiental. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp140.htm Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 11.516/07. 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidad. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225§ 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 14 jul. 2016.

_____. Lei 144/02. 12 de maio de 2005. Promulga o Protocolo de Quioto à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberto a assinaturas na cidade de Quioto, Japão, em 11 de dezembro de 1997, por ocasião da Terceira Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5445.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 2.652/98 de 03 de julho de 1998. Promulga a Convenção nº 170 da OIT, relativa à Segurança na Utilização de Produtos Químicos no Trabalho, assinada em Genebra, em 25 de junho de 1990. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2657.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 2.519 de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 9.605/98 de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1998 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Resolução 237/97 de 19 de dezembro de 1997 Dispõe sobre alterações do CONAMA. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1997 Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res97/res23797.html>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec.Legislativo 2/94 de 03 de fevereiro de 1994. Dispõe sobre *Convenção sobre Diversidade Biológica*; . Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1994 Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=13906>
8. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 1/94 de 12 de fevereiro de 1994. *Dispõe sobre prova o texto do Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*, adotada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1994 Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1994/decretolegislativo-1-3-fevereiro-1994-358285-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 7347/85 de 24 de julho de 1985. Dispõe sobre ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1985 Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7347orig.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 6.938/80 de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1981 Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Lei 6.603/80 de 2 de julho de 1980. Dispõe sobre diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1980 Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6803.htm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 303/1967, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental.. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1967-1988/Del0303.htm>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 221/1967, de 28 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências.. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0221.htm>. Acesso em: 14 mai. 2016

_____. Dec. Lei 4.771/1965, de 15 de setembro de 1965. Dispõe sobre Novo Código Florestal.. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 4.717/1965, de 29 de junho de 1965. Dispõe sobre Ação Popular.. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4717.htmhtm. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 50877/1961, de 29 de junho de 1961. Dispõe sobre Dispõe sobre o lançamento de resíduos tóxicos ou oleosos nas águas interiores ou litorâneas do País, e dá outras providências. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1961. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=181278>>Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 23793, de 01 de janeiro de 1934. Dispõe sobre Código Florestal. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1934. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br//decreto/1930-1949/D23793.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 24634, de 10 de julho de 1934. Dispõe sobre Código de Águas Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1934. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643>. Acesso em: 14 mai 2016.

_____. Dec. Lei 24.645, de 01 de janeiro de 1934. Dispõe sobre Proteção aos animais. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1934. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br//03/decreto/1930-1949/D24645.htm>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Dec. Lei 4.421/1921, de 28 de dezembro de 1921. Dispõe sobre Serviço Florestal do Brasil. Promulgação In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1921. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4421-28-dezembro-1921-567912-publicacaooriginal-91264-pl.html>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº 1.426.602-PR: desapropriação por utilidade pública controle judicial da sustentabilidade das decisões administrativas - princípios da prevenção e precaução.. Relator: Relator: Ministro Humberto Martins. Publicado no DJ de 21.02.2014. Disponível
<https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revista.eletronica>. Acesso em 21-02-2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão nos Embargos de Divergência em Recurso Especial nº 901.319-SC (2007/0160917-9) – Princípio da função ecológica da propriedade. Relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJ de 3 de agosto de 2009. Disponível
<https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revista.eletronica>. Acesso em 21-02-2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial n. 1.240.122-PR (2011/0046149-6) validade dos autos de infração lavrados contra desmatamentos ilegais anteriores a julho de 2012: irretroatividade da lei nova (lei 12.651/2012) e inocorrência de anistia – Princípio da solidariedade e vedação de retrocessos. Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 2.10.2012, DJe de 19.12.2012. Disponível <https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revis ta.eletronica>. Acesso em 21-023-2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial nº. 403.190-SP (2001/0125125-0) e Recurso Especial de nº 1.245.149-MS (2011/0038371-9) - Princípio da Responsabilidade e Proporcionalidade. , Relator Ministro João Otávio De Noronha, 2.ª Turma, julgado em 27-062006, DJ 14-8-2006 p. 259) Disponível <https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revis ta.eletronica>. Acesso em 21-023-2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial n. 910.647-RJ (2006/0275157-1) – Princípio do mínimo existencial ecológico. Relatora Ministra DENISE ARRUDA, j. 07.10.2008, DJ 29.10.2008. Disponível <https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revis ta.eletronica>. Acesso em 21-023-2016.

Supremo Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial n. 588.022-SC (2003/0159754-5) – Princípio da cooperação internacional.). Relator: Ministro José Augusto Delgado. Data do julgamento: 17. fev.2004. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 12.01.2016.

_____. Superior Tribunal de Justiça. Acórdão no Recurso Especial n. 1.198.727-MG (2010/0111349-9) – Princípio in dubio pro natura. Rel. Min. Herman Benjamin - DJe 09.05.2013.) Disponível <https://ww2.stj.jus.br/web/revista/eletronica/publicacao/?aplicacao=revis ta.eletronica>. Acesso em 21-023-2016.

BRITTO, Carlos Ayres. *Teoria da constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

BRÜGGER, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* Ilha de Santa Catarina: Letras: Contemporâneas, 1994.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart. Duarte, Francisco Carlos. *Hermenêutica e argumentação neoconstitucional*. São Paulo: Atlas, 2009.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. *A interação entre o Direito Internacional e o direito interno na proteção dos Direitos Humanos*. Arquivos do Ministério da Justiça, n.182, p. 27-54, jul./dez. 1993.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (organizadores). *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina, 1999

_____. *Direito constitucional*. 6 ed. Coimbra : Almedina. 1995.

_____. *Direito constitucional*. 5. ed. 2. reimpressão. Coimbra: Ed. Almedina, 1992.

CAPPELLETTI, Mauro. BRYANT, Garth. *Acesso à justiça*. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *A Teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. Tradução Newton Roberval Eichemberg São Paulo, Editora Cultrix, 1996.

_____. *As conexões ocultas: ciências para uma vida sustentável*. Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cutrix, 2005.

_____. *O Ponto de Mutação*. Editora Cultrix, São Paulo, SP, 1982.

CARVALHO, Délton Winter de. *Dano ambiental futuro: a responsabilização civil pelo risco ambiental*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

CAVEDON, Fernanda de Salles. *Renovação do sistema jurídico-ambiental e realização do acesso à justiça ambiental pela atividade criadora no âmbito da decisão judicial dos conflitos jurídico-ambientais*. 2006. 377 f. Tese (Doutorado) - Universidade Vale do Itajaí, Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Itajaí, 2006.

CHÂTELET, François; PISIER-KOUCHNER, Évelyne. *As concepções políticas do século XX: História do Pensamento Político*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1983.

_____. *História das ideias políticas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1900.

CICCO, Cláudio de Cicco *História do Pensamento Jurídico e da Filosofia do Direito* – Saraiva. 7ª Ed. 2013.

CLÉVE, Clémerson Merlin. *A eficácia dos direitos fundamentais sociais*. *Revista de Direito Constitucional e Internacional*, São Paulo, n. 54, p. 28 - 39, jan./mar., 2006.

CORONIL, Fernando. *Mas allá del occidentalismo: hacia categorías históricas no imperiales*. Casa de las Américas:La Habana. 1999.

CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. *Direito Processual Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da Filosofia*. São Paulo: Saraiva. 2006.

DA CRUZ, Branca Martins. *Responsabilidade civil pelo dano ecológico: alguns problemas*. *Revista de Direito Ambiental* n.5, p.37. apud MIRRA, Álvaro Luiz Valery.

DALLARI, D. A. *Direitos Humanos e Cidadania*. São Paulo: Moderna, 1998.

DE BORTOLI, Andrey. *As decisões judiciais e a promoção do desenvolvimento sustentável no enfoque empresarial e ambiental*. Acesso disponível em 20.08.2015. www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/.../andrey_de_bortoli.p.

DELEUZE, G. e GUATTARI, *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DELMAS-MARTY, Mireille. *Três Desafios para um Direito Mundial*. Tradução Fauzi Hassan Choukr. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental econômico*. 3. Edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

DIDIER JR, Fredie e ZANETTI JR, Hermes. *Curso de Direito Processual Civil – Processo Coletivo*, Volume IV; Editora Podivm, 5 edição, 2010.

DONIZETTI, Elpídio; CERQUEIRA, Marcelo Malheiros. *Curso de processo coletivo*. São Paulo: Atlas, 2010.

DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. Tradução de Nelson Boeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *O império do Direito*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ECO, Humberto. *Como se faz uma tese*. Tradução Gilson Cesar Cardoso de Souza. 22 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

DURKHEIM. É. *As regras do método sociológico*. Tradução Maria Isaura Querioz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974.

EHRlich, Eugen. *Fundamentos da Sociologia do Direito*. Trad. de René Ernani Gertz. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FARIAS, Paulo José Leite. *Competência Federativa e Proteção Ambiental*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1999.

FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno: nascimento e crise do Estado nacional*. Tradução de Carlo Coccioli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Democracia y garantismo*. Madrid: Trotta, 2008.

_____. *Por uma carta dos bens fundamentais*. Tradução de CADEMARTORI, Daniela; CADEMARTORI, Sérgio. Sequência, n. 60, p. 29-73, jul. 2010, Florianópolis: Fundação Boiteux, 2010.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *O Judiciário frente à divisão dos poderes: um princípio em decadência*. Revista USP. São Paulo, n. 21, p. 13-21: Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) / USP, 1994.

FERREIRA, Helene Sivini. *Direito Constitucional ambiental brasileiro*. José Joaquim Gomes Canotilho, José Rubens Morato Leite (organizadores). São Paulo: Saraiva, 2007.

FLORES, Joaquin Herrera. *A (re)invenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Boiteux, 2009.

_____. Introdução General. In Moura, Marcelo Oliveira de. *Irrompendo no Real*. Escritos de Teoria Crítica dos Direitos Humanos. Pelotas: Educat, 2005b.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan. *História Econômica Geral e do Brasil*. São Paulo: São Paulo, 1980.

FREITAS, Vladimir dos Passos de. *A constituição Federal e a efetividade das normas ambientais*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FURRIELA, Rachel Biderman. *Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Annablume, 2009.

GADOTTI, Moacir. *Educar para um outro mundo possível*. Em <http://romelhoartesvisuais.blogspot.com.br/2010_08_01_archive.html> acessado em 07 de julho de 2015.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Porto Alegre, L&M, 1994.

GARCIA-PELAYO, Manuel. *As transformações do Estado Contemporâneo*. Tradução De Agassiz Almeida Filho, Rio de Janeiro: Forense, 2009.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2002.

_____. A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Tradução Maria Luiza X. de A.Borges. 3 ed. Rio de Janeiro:Record, 2000.

_____. *Em defesa da sociologia. Ensaio, interpretações e réplicas*. Tradução Roneide Venancio Majer, Klaus Brandini Gerhardt. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

_____. *La vida em uma sociedade post-tradicional*. Revista de Ocidente, no.150, 1993.

GLENDON, M. A. *Rights talk: the impoverishment of political discourse*. Free Press, 1991.

GOMES, Luiz Flávio. *Do direito constitucional e transnacional: risco e precauções* (navegando pelas ondas evolutivas do Estado, do direito e da justiça). São Paulo: Premier Máxima, 2008.

GORCZEWSKI, Clovis. *Direito e Educação. A questão da educação com enfoque jurídico*. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. *Direitos Humanos: dos primórdios da humanidade do Brasil*. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2005.

GRAU, Eros Roberto. *O direito posto e o direito pressuposto*. São Paulo: Malheiros, 2000.

GRAU, Eros Roberto. *O Estado, a Liberdade e o Direito Administrativo*. In: Crítica Jurídica. Revista Latinoamericana de Política, Filosofia y Derecho. Número 21, Jul-dez/2002.

GUATTARI, F. 1987. *Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense.

_____. *O Inconsciente Maquínico: ensaios de esquizo-análise*. Campinas: Papirus. 1988.

_____. e ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, (1986) 2011.

GUERRA, Sidney. *Direito internacional ambiental*. Rio de Janeiro. Maria Augusta Delgado, 2006.

_____. *Direito Internacional dos Direitos Humanos*. São Paulo: Saraiva 2011.

GUTIÉRREZ, Francisco. CRUZ, Prado *Ecopedagogia e cidadania planetária*. Tradução Sandra Trabucco Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez: Insituto Paulo Freire, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 2003.

HARVEY, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOBBES, Thomas. *Leviatã: Ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Brasília: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1999, p. 143.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 14 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade* : ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Tradução Marijane Lisboa, Luiz Barros Montez. Riode Janeiro: Conteaponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução Artur Morão. Edições 70, Lisboa. 2013.

KANT, Immanuel. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos*. Lisboa, Edições 70. 1992

KANT, Immanuel. *O pensamento de Kant*. Tradução Raimundo Vier. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. *Doutrina do Direito*. Tradução Edson Bini. 4 ed.revista e atualizada. São Paulo: Ícone, 2013.

KYMLICKA, Will. *Ciudadanía multicultural*. Tradicción de Carme Castells Auleda. Espasa Libros, S.L.U.Paseo de Recoletos. 4.28001 Madrid. 2010.

KYMLICKA, Will. *Multicultural Citizenship: A Liberal Theory of Minority Rights*. Oxford, Clarendon Press. 1995.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Tradução de Sandra Valenzuela, 4ed. São Paulo: Cortez. 2006.

_____. *Saber Ambiental*. Petrópolis, Vozes, 343 p., 2001.

LEITE, José Rubens Morato. *Direito ambiental para o século XXI: novos contronos jurisprudenciais e na regulamentação dos resíduos sólidos*. Orgs. José Rubens Morato Leite, Patrícia Faga Iglesias. São PAULO: Revista dos Tribunais, 2015.

_____. *Manual de Direito Ambiental*. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. AYALA, Patryck de Araújo. *Dano ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial*. Teoria e prática. 4 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

_____. *Direito Constitucional ambiental brasileiro*. José Joaquim Gomes Canotilho, José Rubens Morato Leite(organizadores). São Paulo: Saraiva, 2007.

LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LOUREIRO, Carlos Frederico de. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico. Uma abordagem política*. Quartet. Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. *Federalismo, Amianto e Meio Ambiente*. Boletim Científico – Escola Superior do Ministério Público da União. Ano II – n. 9 – p. 169-177. out/dez. 2003.

_____. *Direito ambiental brasileiro*. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

MACPHERSON. *La democracia liberal y su época*. Madrid: Alianza, 1981.

MAMANI, Fernando Huanacuni. *Buen Vivir / Vivir Bien: filosofía, políticas, estrategias y experiencias regionales andinas*. Lima, Perú, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa*. 7 ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

MARGULIUS, Sergio. *Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e Econômicos*. Rio de Janeiro, IPEA; Brasília, IPEA/PNUD: 1990.

MARSHAL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Trad. Meton Porto Gadelha, Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTÍN, Nuria Belloso. *Os novos desafios da cidadania*. Santa Cruz do Sul, RS: Edunisc, 2005.

MARX, Karl. *Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana*. In: FERNANDES, Florestan (Org.). Marx & Engels. São Paulo: Ática, 1844/1984.

_____. E ENGELS F. *La ideologia alemana*. Tradução Conceição Jardim e Eduardo Nogueira. 2 v. Lisboa: Presença e Martins Fontes, 1976.

MERLINO, Rodolfo y Mario Rabey, *Resistencia y Hegemonía: Cultos locales y religión centralizada en los Andes del Sul*. 1993.

MOLINARO. Carlos Alberto. Interdição da retrogradação ambiental – Reflexões sobre um princípio. Revista do Senado O princípio da proibição de retrocesso ambiental. P, 75. Brasília DF Disponível em: <http://www.mpma.mp.br/arquivos/CAUMA/Proibicao%20de%20Retrocesso.pdf>. Acesso em 03.04.2016.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. *O Espírito das leis*. Tradução Pedro Vieira Mota. São Paulo: Ediouro, 1987.

MORAES, Alexandre de. *Direitos humanos fundamentais*. São Paulo: Atlas, 1998

MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Tradução Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu. Rio de Janeiro: Mauad X: Insitituto Gaia, 2007.

_____. *On social representations*. In: J. FORGAS (Ed.). *Social cognitions perspectives on everyday understanding*. Academic Press. Nova York. 1981.

MOTTA, Francisco José Borges. *Levando o direito a sério: uma crítica hermenêutica ao protagonismo judicial*. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MILARÉ, Edis. *Direito do ambiente*. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

_____. *Direito do Ambiente*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

MORIN, Edgar. *Edgar Morin: um pensamento livre para o século 21*. Org. Alfredo Pena-Veja. Riode Janeiro: Garamond, 2014.

_____. *Meus filósofos*. Tradução Edgard de Assis Carvalho e Mariza Perassi Bosco. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. *O método I: a natureza da natureza*. Tradução Ilana Heineberg. 3ed. Porto Alegre: Sulina. 2013.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução Eliane Lisboa. 4ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *O método II: a vida da vida*. Tradução Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez: Brasília, Unesco, 2011.

_____. *O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade*. Orgs. Alfredo Pena-Veja e Elimar Pinheiro de Almeida. Riode Janeiro: Garamond, 2010.

_____. *Terra Pátria*. Tradução Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

_____. *La méthode 1. La nature de la nature*. Editions du Seuil. 1977.

MUKAI, Toshio. *Atuação administrativa e legislativa dos poderes públicos em matéria ambiental*. Revista Interesse Público n.15, Porto Alegre. 2002.

_____. *Direito Ambiental Sistematizado*. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1998.

NERY JR., Nelson, e NERY, Rosa. *Código de Processo Civil comentado e legislação extravagante*. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

NOGUEIRA, Ana Carolina Casagrande. *O conteúdo jurídico do princípio da precaução no direito ambiental brasileiro. Estado de direito ambiental: tendências: aspectos constitucionais e diagnósticos*. FERREIRA, Heline Sivini; LEITE, José Rubens Morato (orgs). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

OST, François. *Júpiter, Hércules e Hermes: tres modelos de juez*. In: Doxa, Cuadernos de Filosofia del Derecho, nº 14, Alicante, 1993.

_____. *A natureza a margem da lei*. Porto Alegre: Livraria do Advogado 1995.

PILATI, José Isaac. *Por uma nova ágora perante o desafio da globalização*. Revista Jurídica - CCJ/FURB ISSN 1982 -4858 v. 12, nº 24, p. 314 - 29, jul./dez. 2008.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o direito constitucional internacional*. 11 ed.rev.e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

PISIER, Evelyne. *História das Idéias Políticas*. Tradução de Maria Alice Farah Calil Antonio. Barueri: Manole, 2004.

PORTANOVA, Rogério. *Direitos Humanos e meio ambiente: uma revolução de paradigma para o século XXI*. Ilha. Revista de antropologia (Florianópolis), v. 7, 2005.

PORTANOVA, Rui. *Princípios do Processo Civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

QUINTÃO, S. M. L. *Teoria do Estado*. 1ª ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática. 1993.

RATZEL, F. El territorio, la sociedad y el Estado. In: MENDOZA, Josefina Gómez, JIMÉNEZ, Julio Muñoz y CANTERO, Nicolás Ortega. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial. 1982.

RATZEL, Friedrich. *La Géographie Politique: les concepts fondamentaux*. Paris: Fayard, 1987.

REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 1980.

RICHTER, Daniela. *O direito da criança e do adolescente: o protagonismo e a sustentabilidade ambiental como direito das presentes e futuras gerações*. Orientadora Josyane Petry Veronese. Florianópolis, SC. 2015. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PDPC1219-T.pdf>. Acesso em 04.04.2016.

ROCHA, Júlio César de Sá da. *A defesa processual do meio ambiente do trabalho: dano, prevenção e proteção jurídica*. São Paulo, Ed. LTr, 2002.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Recursos naturais do planeta estão acabando*. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/ciencia/020625_recursos.shtml, 25 de junho, 2002 acesso em 18 de janeiro de 2016.

ROSSETTO, GERALDA Magella de Faria. *A (re) afirmação dos Direitos Humanos na contemporaneidade: Uma análise na perspectiva do direito fraterno*. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/4940/Geralda%20Magella%20de%20Faria%20Rosseto.pdf?sequence=1>. Acesso em 27.05.2016.

SABATIER, Paul A.. *Political Science and Public Policy*. In: THEODOULOU, Stella Z; CAHN, Matthew A. (Org.). *Public Policy: The Essential Readings*. New Jersey: Prentice Hall, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Se Deus fosse ativista dos direitos humanos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Imperialismo ecológico ou bioimperialismo*. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM Dezembro de 2011 – Vol. 6, N.27.

_____. *A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. *Pela mão de Alice- o social e o político na pós modernidade*. 3 ed. Porto: Edições Afrontamento, 1994.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3 ed. (Coleção para um novo senso comum; v.4). São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Introdução a uma ciência pós moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. *Os tribunais nas sociedades contemporâneas*. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_07.htm>. Acesso em: 13.03.16.

SANTOS, B. S. (org.) *A globalização e as ciências sociais*. 2 ed. SP: Cortes, 2002.

SANTOS, C. *O fato geográfico*. In: Sociedade & Natureza. Rio de Janeiro: AGB-Rio. 1986.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec. 1996.

_____. *O Conceito de Extensão*. In: SANTOS, Milton & SOUZA, Maria Adélia de (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

_____. *A Paisagem Sanitária de Porto Velho*. Rio de Janeiro: UFRJ. Dissertação de Mestrado em Geografia. 1992.

_____. *A Territorialidade e a Sustentabilidade ou a Ecologia do Espaço Político*. In: Sociedade & Natureza, Uberlândia: UFU, ano 9, n. 17, 1997.

_____. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel. 1987.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 6 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Direito ambiental internacional*. Rio de Janeiro: Thex, 1995.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. *Direito ambiental constitucional*. 4 ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

_____. *Direito ambiental constitucional*. 3 ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2000.

_____. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 20 ed. São Paulo: Malheiros 2001.

_____. *Curso de direito constitucional positivo*. 10 ed., São Paulo: Malheiros, 1995.

SILVA, Ovídio Baptista da. GOMES, Fábio Luiz. *Teoria Geral do Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. *Manual de direito ambiental*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SHIVA, Vandana, “*The World on the Edge*”, em Hutton, Will E Anthony Giddens (orgs.). *Global Capitalism*, The New Press, Nova York, 2000.

_____. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2003. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo cultural*. Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Os processos de globalização*. In: (Org.). *A Globalização e as ciências sociais*. 3ª edição, São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SMITH, Mark J. *Manual de Ecologismo: Rumo à cidadania ecológica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, Elenaldo. *O local e o global*. Limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2001.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América: Leis e Costumes de Certas Leis e Certos Costumes Políticos que Foram Naturalmente Sugeridos aos Americanos por seu Estado Social Democrático*. (Livro 1 – Leis e Costumes) Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VARELLA, Marcelo Dias. *Direito internacional econômico ambiental*. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

VERONESE, Josiane Rose Petry. *A academia e a fraternidade: um novo paradigma na formação dos operadores do direito*. Direitos na pós modernidade: a fraternidade em questão. Josiane Rose Petry Veronese, Olga Maria B. Aguiar de Oliveria – Florianópolis. Fundação Boiteux, 2011.

VIEIRA, Lizst. *Cidadania e globalização*. 8 ed. – Rio de Janeiro: Record, 2005.

_____. *Cidadania e globalização*. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. *Economía y sociedad*. México: Fondo de Cultura. 1944. Nova edição Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

WILHELM, Marco Aparicio. *Possibilidades e Limites do Constitucionalismo Pluralista. Direitos e Sujeitos na Constituição Equatoriana de 2008*. In: VERDUM, Ricardo (Org.). 2008

WOLKMER, Antonio Carlos. *Contitucionalismo e lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Acadêmica, 1989.

_____. *Pluralismo Jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito*. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

_____. FAGUNDES, Lucas Machado. *Tendências Contemporâneas do Constitucionalismo Latino-americano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico*. Pensar. Revista de Ciências Jurídicas. Fortaleza: v.16, n. 02, jul/dez. 2011.

Resolução n. 200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16 de setembro de 1966.

Resolução n. 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

Assembleia geral da OEA em 17 de novembro de 1988, entrando em vigor em 16 de novembro de 1999.

GLOSSÁRIO

CIDADANIA PLANETÁRIA: Esta terminologia está ultrapassando o conceito da ideia de território geográfico e ampliando-o para contemplar as necessidades das minorias, ou lesados pela exploração histórica. Denomina-se em virtude de substituir a noção clássica de cidadania como privilégio pela democratização total da condição, e por vez confere status de cidadão até mesmo a todos os seres vivos. O cidadão abandona a ideia de pertencer unicamente a um Estado-nação e passa a ser cidadão do planeta, com direitos civis, políticos e sociais válidos de forma ampliada, assim como na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Acrescenta-se a Carta da Terra, documento que se presta à promoção da cidadania planetária na medida em que trata o planeta como uma “totalidade físico-química, biológica, socioantropológica e espiritual, una e complexa; numa expressão: nossa casa comum.”, citada por Leonardo Boff, (2009, p.24).

BIODEMOCRACIA: Este termo incide na visão sobre da terra de maneira integrativa da biosfera, não somente de forma exclusivista do Norte, ou seja, é uma democracia ecológica que inclui todos os seres vivos, de tal maneira que se encontre na biodiversidade como na diversidade cultural, econômica, social ou política, e tende garantir que as outras espécies e os ecossistemas que não possam vir a ter os seus próprios parlamentos, tenham destaque e poder político através dos seres humanos

COMPLEXIDADE: Este paradigma vem ganhando espaço desde a década de 70, considerada uma nova ciência é utilizada para atender processos organizacionais e estruturas complexas que transcendem as teorias clássicas de organização, sendo considerada um novo modelo de investigação das mudanças. Além de remeter a ideia de sustentabilidade, vista a vulnerabilidade do Planeta na sua completude, no sentido da preocupação com a s gerações futuras.

ECOLOGIA PROFUNDA: Conceito que surge na década de 1970 pelo filósofo norueguês Arne Naess, em oposição ao que ele chama de "ecologia superficial" – isto é, a visão convencional segundo a qual o meio ambiente deve ser preservado apenas por causa da sua importância para o ser humano. Acode que o ser humano deve integrar-se ao meio ambiente, não separando os seres humanos do meio ambiente natural. **EMPIRISMO:** Corrente de pensamento, determinada na Grécia Antiga, tendo sido reformulada nas Idades Média e Moderna, a partir de várias manifestações e orientações epistemológicas. Há um ponto convergente entre seus defensores, que é o conhecimento nasce do

objeto, sendo fruto da experiência sensível. A experiência é formada pelas sensações que são enviadas para o cérebro por meio de um dos cinco sentidos (visão, audição, tato, olfato e paladar). A partir da sensação, há a reflexão. Dessa forma, as ideias são um reflexo daquilo que os sentidos perceberam do mundo. O conteúdo do conhecimento está na experiência sensível, no dado, no chamado objeto real. Assim, o sujeito tão-somente descreve a realidade, não influenciando o processo de conhecimento.

EPISTEMOLOGIA: Igualmente denominada de teoria do conhecimento, é o ramo da Filosofia que trata da natureza, das origens e da validade do conhecimento em geral. A Epistemologia chega a um conhecimento provisório, nunca acabado ou definitivo.

EPISTEMOLOGIA JURÍDICA: Este conceito tem como fundamento os princípios que norteiam o saber científico do Direito. É uma disciplina em permanente construção, cujos limites, paradoxalmente, quanto mais se determinam e objetivam, mais geram lacunas e vazios, tornando-se, assim, um lugar crítico e reflexivo à procura de seu objeto. Na medida em que a ciência avança e que há novos paradigmas de conhecimento, o Direito é influenciado, sendo esse estudo, de sua base e raiz, o objeto da Epistemologia Jurídica.

FRATERNIDADE: Terminologia diferente de solidariedade, embora empregadas como sinônimo pela doutrina jurídica. Fraternidade detém uma carga expressiva, mais ampla que solidariedade, pois esta última não implica a ideia de uma efetiva paridade dos sujeitos em relação e não estabelece uma dimensão da reciprocidade, altruísmo.

INTERDISCIPLINARIDADE: Atenta da transferência de métodos de uma disciplina para outra, a partir de três graus: a) grau de aplicação; b) grau epistemológico e c) grau de geração de novas disciplinas.

JUSNATURALISMO: É uma ampla corrente de pensamento jurídico, que engloba todo o idealismo jurídico, desde as primeiras manifestações de uma ordem normativa de origem divina, passando pelos filósofos gregos, pelos escolásticos e pelos racionalistas dos séculos XVII e XVIII, até chegar às modernas concepções de Direito Natural. **JUSTIÇA AMBIENTAL:** Ideia concebida a partir da humanização dos territórios, significa reconectar esse território, a produção, a vida, a população com sua base material e natural na sua gigantesca diversidade socioambiental. A práxis da justiça ambiental, se dá na medida da luta por reconhecimento das populações para que sejam respeitados o seu laço e a sua integração com o seu meio ambiente, de

maneira a contribui com projetos de futuro, numa outra relação do ser humano com a natureza.

MODERNIDADE: É definida como um período ou condição largamente identificado com a Revolução Industrial, a crença no progresso e nos ideais do Iluminismo. Refere-se a estilo, costume de 304 vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência.. Durante a modernidade, vigorou o pensamento simplista de ciência.

PARADIGMA: Tal denominação foi colocada em evidência no campo da Ciência por Thomas Kuhn, em 1962, em seu livro —A estrutura das revoluções científicas. É o conjunto de crenças, ideias, valores e técnicas, institutos compartilhados por membros de um dado agrupamento em um determinado momento histórico. Trata-se exatamente de um ponto de vista, de uma perspectiva de ver a realidade. Ao adotar um paradigma específico, referida postura influenciará diretamente o processo de conhecimento.

POSITIVISMO JURÍDICO: Vasta corrente de pensamento jurídico, cujas premissas são a separação entre Direito e Moral; a formação do ordenamento jurídico apenas por regras jurídicas; critério de validade 305 formal das normas; técnica da subsunção e discricionariedade judicial para os casos difíceis.

PÓS-MODERNIDADE: Significa o estado ou condição de ser pós-moderno - depois ou em reação àquilo que é moderno. Refere-se ao conjunto de características que surgiram na sociedade pós-industrial, dentre os quais estão a multiplicidade, a invisibilidade dos riscos, a fragmentação, a desreferencialização, a liquidez e a entropia.

PÓS-POSITIVISMO: Conceito da designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem a definição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada nova hermenêutica constitucional, e a teoria dos direitos fundamentais, edificada sobre o fundamento da dignidade humana.

SOCIEDADE DE RISCO: Conceito importante introduzido por Ulrich Beck para tratar os riscos que podem ser controlados e outros que escapam ou neutralizam os mecanismos de controle, típicos da sociedade pós-industrial. Marca a existência de duas modalidades de risco: o concreto ou potencial, que é visível e previsível pelo conhecimento humano; e o abstrato, que tem como característica a invisibilidade e a imprevisibilidade pela racionalidade humana.

TRANSDISCIPLINARIDADE: Estudo do que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de

qualquer disciplina. Do ponto de vista do pensamento clássico, cuja lógica é linear e formal, não existe absolutamente coisa alguma entre, através e além das disciplinas, tendo em vista que segundo o paradigma simplista, só existe um nível de realidade. Contudo, a transdisciplinaridade se interessa pela dinâmica gerada pela ação dos vários níveis de realidade ao mesmo tempo, o que a faz estar relacionada com a ciência pós-moderna e a ideia de diálogos dos saberes, dentro do qual está o Direito Ambiental. Emprega a lógica do terceiro incluído.